

MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL

Volume 48 2016

MINISTÉRIO DA CULTURA

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Paulo Knauss - Ibram/MHN

MEMBROS

Afonso Carlos Marques dos Santos – UFRJ (in memoriam)

Carlos Ziler Camenietzki – UFRJ

Denise Portugal Lasmar – Museu do Índio

Guilherme Paulo Pereira das Neves – UFF

Lorelay Brilhante Kury – UERJ/IOC Fiocruz

Manoel Luiz Salgado Lima Guimarães – UFRJ/UERJ (in memoriam)

Margarida de Souza Neves – PUC-RJ

Maria Beatriz Borba Florenzano – USP

Maria de Lourdes Parreiras Horta

Roberto Conduru – UERJ

Ulpiano T. B. de Meneses – USP

ANAIIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

HISTÓRIA, MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO

Rio de Janeiro, v. 48, p. 1-320, 2016

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Temer

MINISTÉRIO DA CULTURA

Ministro Interino João Batista de Andrade

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

Presidente Marcelo Mattos Araújo

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Diretor Paulo Knauss

EDITORES

Aline Montenegro Magalhães

Rafael Zamorano Bezerra

Álvaro Marins

André Amud Botelho

ASSISTÊNCIA EDITORIAL

Dayane Paes (estagiária)

EDITORIAÇÃO

MC&G Design Editorial

Coordenação: Maria Clara Costa

Copidesque em inglês: Carlos Martins

Copidesque em português: Carlos Martins

Revisão final em inglês: Luiza Ferreira

Revisão em português: Otávio Flexa

Revisão final em português: Roberto Azul

Tradução: André Mateus de Souza

Diagramação: Glauco Coelho

Tiragem: 1.000 exemplares

Pareceristas dos Anais do MHN

Ana Maria Mauad (UFF), Andrea Casa Nova (UFRJ), Angela Guedes (Ibram), Angela Telles (UNESA), Antonio Motta (UFPE), Antonio Trigueiros (Sociedade de Geografia de Lisboa), Carina Martins Costa (UERJ), Ceça Guimarães (UFRJ), Christiano Britto (UFF), Francisco Regis Lopes Ramos (UFC), Ivan Coelho de Sá (UniRio), Jean Baptista (UFG), José Neves Bittencourt (IPHAN/MinC), Lúcia Garcia (UERJ), Maraliz Christo (UFJF), Márcia Chuva (UniRio), Marcus Granato (Mast), Margarida Lima de Faria (AMPLOS), Maria Isabel Ribeiro Lenzi (MHN/Ibram), Marici Magalhães (BACEN), Mário Chagas (UniRio/Museu da República/Ibram), Pedro Paulo Funari (USP), Vera Dodebei (UniRio)

Indexado em: LATINDEX – Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal.

As opiniões e conceitos emitidos nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento oficial do Museu Histórico Nacional. É permitida sua reprodução, desde que citada a fonte e para fins não comerciais.

CAPA: CAMPOS GERAIS / WASHINGTON DIAS LESSA

M986

Catálogo na fonte: Biblioteca do Museu Histórico Nacional

Museu Histórico Nacional (Brasil)

Anais do Museu Histórico Nacional – Vol. 1 (1940) –

Rio de Janeiro: O Museu, 1940 – –

v.:il.; 23 cm

Annual.

Suspensa a partir do volume 26 (1975). Reiniciado em 1995 com o volume 27.

Bílingue (português/inglês) a partir do volume 46.

ISSN 1413-1803

1. História. 2. Gestão Museológica. 3. Exposição. 4. Museus.5.l. Título

CDD 069.0981

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
INTRODUCTION.....	7
LEI DA NECESSIDADE	
Caroline Balado Pereira	9
THE LAW OF NECESSITY	
Caroline Balado Pereira	39
E HAJA LUZ! ILUMINAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM SOROCABA (1900-1921)	
Thiago Pedrosa Mattos / Ana Maria Reis de Góes Monteiro	69
AND MAY THERE BE LIGHT! LIGHTING AND ELECTRIC DISTRIBUTION IN SOROCABA (1900-1921)	
Thiago Pedrosa Mattos / Ana Maria Reis de Góes Monteiro.....	105
CONHECENDO OS SEGREDOS DA HISTÓRIA DO BRASIL REVELADOS NA REVISTA O CRUZEIRO – ESTUDOS DE RECEPÇÃO DA COLUNA DE GUSTAVO BARROSO DE 1948 A 1960	
Madelon Rocha Gondin	139
GETTING TO KNOW THE SECRETS OF THE HISTORY OF BRAZIL REVEALED BY O CRUZEIRO MAGAZINE – STUDIES OF THE RECEPTION OF GUSTAVO BARROSO’S COLUMN BETWEEN 1948 AND 1960	
Madelon Rocha Gondin.....	165
RAMIZ GALVÃO E O CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO BRASIL	
Ana Paula Sampaio Caldeira	191
RAMIZ GALVÃO AND THE CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO BRASIL	
Ana Paula Sampaio Caldeira	215
MUSEU, MEMÓRIA E GESTÃO: POLÍTICAS DO MUSEU DO CEARÁ (1990-1993)	
Yazid Jorge Guimarães Costa	235
MUSEUM, MEMORY AND MANAGEMENT: THE MUSEU DO CEARÁ POLICIES (1990-1993)	
Yazid Jorge Guimarães Costa	259

RESERVAS TÉCNICAS VISITÁVEIS: O CASO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL E DO MUSEU D. JOÃO VI

Jéssica Valente..... 281

TECHNICAL RESERVES OPENED TO VISITATION: THE CASE OF THE MUSEU HISTÓRICO NACIONAL AND THE MUSEU D. JOÃO VI

Jéssica Valente.....299

Apresentação

La investigación científica que no está publicada no existe. La publicación en una revista de prestigio reconocido asegura la prioridad en la producción de un resultado, acrecienta el crédito académico de un científico, legitima su actividad y permite la existencia de sistemas e comunicación científica ligados a procesos activos de persuasión, negociación, refutación y modificación, a través de los cuales el significado de las observaciones científicas al igual que de las interpretaciones teóricas tiende a ser selectivamente construido y reconstruido en el campo científico.

(Hebe Vessuri, 1987)¹

O Museu Histórico Nacional (MHN) tem o prazer de trazer a público mais uma edição dos seus *Anais*. Mantém vivo, desta forma, o seu compromisso de dar visibilidade a trabalhos acadêmicos realizados nos campos da História, da Museologia e do Patrimônio, fortalecendo um espaço de articulação entre as pesquisas, os autores e os leitores, com alcance nacional e internacional.

No presente volume, Caroline Balado Pereira analisa documentos da Coleção Eusébio de Queiroz preservada no Arquivo Histórico do MHN, demonstrando as dificuldades e os desafios que envolveram o cumprimento das leis contra o tráfico negreiro. Em seguida, a partir de pesquisas que incluem o acervo do Museu Histórico Sorocabano, Thiago Pedrosa Mattos e Ana Maria Reis de Góes Monteiro abordam o processo de iluminação e distribuição da energia elétrica em Sorocaba, sublinhando suas condições e impactos no melhoramento da cidade.

Madelon Rocha Gondin apresenta reflexões sobre a história do Brasil escrita por Gustavo Barroso e divulgada semanalmente na coluna “Segredos e Revelações da História do Brasil” da revista *O Cruzeiro*. Enfatiza a recepção dessa produção com base no estudo das críticas publicadas na seção “Escreve o leitor” do mesmo periódico. Vale sublinhar que, na produção historiográfica barroseana para o grande público, o MHN esteve muito presente, com objetos do seu acervo ilustrando as matérias. Ainda na seara das análises historiográficas, Ana Paula Sampaio Caldeira traz à

baila um estudo sobre o *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil*, produzido por Ramiz Galvão.

Por sua vez, Yazid Jorge Guimarães Costa analisa os diferentes momentos da história institucional do Museu do Ceará, chamando a atenção para suas relações com políticas públicas voltadas para a área de cultura no estado. Encerrando o volume, Jéssica Valente escolhe duas instituições do Rio de Janeiro — o Museu Histórico Nacional e o Museu D. João VI — para pensar sobre as escolhas expositivas e de preservação de objetos em reservas técnicas nos processos de revitalização empreendidas recentemente por esses dois museus.

Boa leitura!

Os editores

1 Citada por LOPES, Maria Margareth e PISCITELLI, Adriana. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 12 (N.E.): 264, set.-dez. /2004.

Introduction

Scientific research that is not published does not exist. The publications in a journal of recognized prestige ensures priority on the production of a result, increases the academic credit of a scientist, legitimizes his or her activity and allows the existence of scientific systems and communication linked to active processes of persuading, negotiating, refuting and modifying, through which the meaning of scientific observations as well as theoretical interpretations tends to be selectively constructed and reconstructed in the scientific field.

(Hebe Vessuri, 1987)²

The Museu Histórico Nacional (National History Museum – MHN) is pleased to publish another edition of its Annals. Through this publication, it maintains its commitment to promote greater visibility to academic researches carried out on the fields of History, Museology and Heritage, strengthening a space for articulation among researches, authors and readers, with national and international reach.

In this volume, Caroline Balado Pereira analyzes documents from the Coleção Eusébio de Queiroz (Eusébio de Queiroz Collection), preserved at the MHN's Historical Archives, demonstrating the difficulties and challenges regarding the enforcement of the laws against slave trade. Next, based on their researches at the collection of the Museu Histórico Sorocabano (Historical Museum of Sorocaba), Thiago Pedrosa Mattos and Ana Maria Reis de Góes Monteiro study the process of lighting and distributing electricity in Sorocaba, highlighting the conditions in which it happened and its impacts improving the city.

Madelon Rocha Gondin presents her considerations on the history of Brazil written by Gustavo Barroso and published weekly in his column “Segredos e Revelações da História do Brasil” (Secrets and Revelations of the History of Brazil) in *O Cruzeiro* magazine. She emphasizes the reception of this production based on the study of the letters criticizing him, which were published in the section “Escreve o Leitor” (The Reader Writes) of the same magazine. It is worth emphasizing that in the historiographical production of Barroso for the public, the MHN was very

present, having offered objects from its collection to illustrate the stories. Ana Paula Sampaio Caldeira brings to debate a study on the *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil* (Catalog on the Brazilian History and Geography Exhibition), produced by Ramiz Galvão.

Yazid Jorge Guimarães Costa analyzes the different moments of the Museu do Ceará institutional history, with emphasis on how were the museum's relations with the state public policies on culture. To conclude this volume, Jéssica Valente selects two institutions in Rio de Janeiro — the Museu Histórico Nacional and the Museu D. João VI — to think about their choices on expositions and the preservation of objects in technical reserves, including the recent revitalization processes promoted by these two museums.

Enjoy the reading!

The editors

² Quoted by LOPES, Maria Margareth and PISCITELLI, Adriana. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 12(N.E.): 264, Sept. - Dec. /2004.

Lei da necessidade

Caroline Balado Pereira*

Recebido em: 09/06/2016
Aprovado em: 17/08/2016

* Graduação: Licenciatura Plena em História, 2014. Bolsista do MHN, pela FAPERJ, no período de setembro de 2013 a agosto de 2014. E-mail: caroline.balado@gmail.com – Currículo Lattes: Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6061214223869242>.

Resumo

O texto que se segue é um sucinto relato sobre a rede de negociações entre os interesses escravistas das elites agrárias e patriarcais e o poder imperial. Este, pressionado pela Inglaterra para declarar o fim da escravidão. Até que ponto o pensamento abolicionista visava atender às demandas dos escravos pelo reconhecimento dos seus direitos como indivíduos, sobretudo o de liberdade? Em que medida a proposta de abolição da escravatura pretendia ferir deliberadamente os interesses dos agricultores ao expropriá-los de seu principal recurso para a obtenção e acúmulo de riquezas? Nesse contexto, selecionaram-se cartas, oriundas de diferentes regiões, endereçadas a Eusébio de Queiroz, informando acerca das dificuldades encontradas em fazer valer a lei de 1850, que ratificava a já existente lei de 1831, proibindo o tráfico negreiro.

Palavras-chave

Escravidão; Abolição; Lei; Tráfico de escravos.

Câmara dos Deputados (RJ), 16 de julho de 1852.

Sejamos francos; o tráfico no Brasil prendia-se a interesses, ou melhor dizer, a presumidos interesses dos nossos agricultores; e num país em que a agricultura tem tamanha força, era natural que a opinião pública se manifestasse em favor do tráfico... (...)¹

Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara

Ao iniciar as pesquisas no projeto “Escritas da História no Museu Histórico Nacional: 1922-2012, um olhar sobre os negros”,² em setembro de 2013, realizando a transcrição e análise documental referente aos negros no Arquivo Histórico da instituição, deparei-me com a coleção Eusébio de Queiroz.³ A referida coleção foi adquirida pelo MHN em 1963, por meio de compra, e conta atualmente com um quantitativo de 335 documentos distribuídos por três séries. São estas: Série Correspondência Ativa e Passiva (EQcr – 324 documentos); Série Correspondência de Terceiros (EQct – 10 documentos); e Série Documentos Pessoais (EQdp – 1 documento). Trata-se de correspondências endereçadas a Eusébio de Queiroz em momentos distintos, abrangendo o período de 1841 a 1861, abordando diversos assuntos — desde agradecimentos, congratulações e questões referentes ao Colégio Pedro II até queixas sobre os percalços enfrentados em relação à aplicabilidade da Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz. Estas últimas tratam de comunicados e reivindicações acerca da promoção e manutenção da lei de 1850, oriundas de localidades distintas da província do Rio de Janeiro, tais como: Cabo Frio, Angra dos Reis (Enseada do Bananal e Bracuí),⁴ Itabapoana (atual Bom Jesus de Itabapoana) e Macaé.

O que se segue é o relato sucinto de uma rede de negociações entre os interesses escravistas das elites agrárias e patriarcais com um poder imperial

pressionado, sobretudo pela Inglaterra, para declarar o fim da escravidão. Nesse contexto, selecionamos cartas de diferentes regiões do país para Eusébio de Queiroz,⁵ dando conta das dificuldades encontradas para fazer valer a lei de 1850, que ratificava a já existente lei de 1831, que proibia o tráfico negreiro.

Faremos um esforço de leitura e reflexão a fim de entender a proeminente instabilidade em torno do ideal abolicionista, tendo como objetivo problematizar algumas questões às quais nos remetem esses documentos. Estas questões seriam a lei de 1831, a lei de 1850, a ilegalidade consensual do tráfico de escravos africanos e o papel dos escravos enquanto sujeitos na busca pela liberdade, individual ou coletivamente.

Em 1826, acontece “a Convenção para a Abolição do Tráfico de Escravos”, entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha:

(...) entre o Senhor D. Pedro I, imperador do Brasil, e Jorge IV, rei da Grã-Bretanha, com o fim de pôr termo ao comércio da escravatura da costa da África, assinada no Rio de Janeiro em 26 de novembro de 1826, e ratificada por parte do Brasil no mesmo dia, e ano, e pela da Grã-Bretanha em 28 de fevereiro de 1827. Porém, ainda não se configura lei. O que se formaliza é um acordo entre ambos, de que acabados três anos depois da troca das ratificações do presente tratado, não será lícito aos súditos do Império do Brasil fazer o comércio de escravos na costa da África, debaixo de qualquer pretexto, ou maneira que seja.⁶

Apesar dos três anos estipulados para o fim do tráfico, foi só após a abdicação de D. Pedro I — durante o período regencial, em 7 de novembro de 1831, aproximadamente um ano após o que fora acordado — que se institui a lei que pretendia abolir o comércio negreiro no Atlântico. Nela, o texto inicia dizendo que “declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe pena aos importadores dos mesmos escravos”.⁷ Enquadram-se nessa lei todos os africanos que forem encontrados a bordo de embarcações que se dirijam aos portos do Brasil sem autorização, com exceção daqueles que:

(...) matriculados nos serviços de embarcações pertencentes a país onde a escravidão é permitida, enquanto empregados nos serviços das mesmas embarcações; os que fugirem do território, ou embarcação estrangeira, os quais serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fora do Brasil.⁸

Essas embarcações ficavam sujeitas a fiscalização e reconhecimento de carga mediante certidões expedidas pelos países contratantes. O artigo 7º proíbe, inclusive, o desembarque de “qualquer homem liberto, que não for brasileiro”, sujeito a deportação.⁹ O referido artigo não define que “homem liberto” estrangeiro seria esse, uma vez que a essa altura circulavam e desembarcavam homens livres ingleses, franceses, holandeses, etc. Porém, há de convir que se trata de africanos aprisionados tentando adentrar o território em embarcações consideradas ilegais.

A lei prevê punições empregadas por meio de multa em dinheiro, paga pelos importadores ilegais, ficando expresso que todas as despesas com a deportação dos homens livres para a África permaneceriam a cargo dos mesmos. Eram considerados importadores ilegais:

- 1) O comandante, mestre ou contramestre.
- 2) O que cientemente deu, ou recebeu o frete, ou por qualquer outro título a embarcação destinada para o comércio de escravos.
- 3) Todos os interessados na negociação, e todos os que cientemente forneceram fundos, ou por qualquer motivo deram ajuda, a favor, auxiliando o desembarque, ou consentindo nas suas terras.
- 4) Os que cientemente comprarem, como escravos, os que são declarados livres no artigo 1º; estes porém só ficam obrigados subsidiariamente às despesas da reexportação.¹⁰

Determina, ainda, recompensa paga pela fazenda pública aos denunciantes da prática ilegal, conforme confere o artigo 5º:

Todo aquele, que der notícia, fornecer meios de se apreender qualquer número de pessoas importadas como escravos, ou sem ter precedido denúncia ou mandado judicial, fizer qualquer apreensão desta natureza, ou que perante o juiz de paz, ou qualquer autoridade local, der notícia do desembarque de pessoas livres, como escravos, por tal maneira que sejam apreendidos, receberá da fazenda pública o valor de trinta mil réis por pessoa apreendida.¹¹

Embora seu texto seja incisivo ao determinar culpados e estabelecer penalidades e recompensas, a lei não surtiu o efeito desejado. Ou ao menos a ideia de “desejado” que se pretendia transmitir aos olhos e ouvidos atentos dos ingleses.¹² Tal medida foi transformada em premissa para inúmeras

reivindicações de liberdade por vias judiciais por parte dos negros escravizados no Brasil durante o segundo reinado. Eles afirmavam perante os juízes e demais autoridades serem “pretos novos” — assim chamados os africanos escravizados, vítimas do comércio, que se configurou como ilegal a partir de 1831.

No ano de 1833, apenas dois anos após a criação da referida lei, assume o cargo de chefe de polícia do Rio de Janeiro Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso da Câmara, com vinte anos de idade. Nesse ano, o Rio de Janeiro possuía a maior população escrava das Américas, em uma década em que cinquenta por cento da população urbana era formada por escravos.¹³ As elites brasileiras viviam um momento de tensão, temiam insurreições e se empenhavam em reprimir qualquer possibilidade de manifestação por parte dos negros, mestiços, libertos ou escravos. “Não existe a menor dúvida de que o Rio de Janeiro tinha uma forte ‘atmosfera africana’”.¹⁴

Desde a década de 1820, o governo articulava medidas de aculturação e controle de qualquer expressão popular por parte dos africanos e seus descendentes, fossem elas capoeira, festas religiosas de coroação de reis (por exemplo, as congadas) e candomblés. Em 1830, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro publica o Código Municipal de Condutas, reiterando tais proibições. Coibir o tráfico negreiro e controlar “intentonas” populares era a prioridade das autoridades naquele momento. Para tanto, contavam com o jovem chefe de polícia da capital do império, que agia prontamente.

Entre o ano de sua posse como chefe de polícia (1833) e o ano de 1838, quando Eusébio de Queiroz foi eleito deputado pela Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, importantes revoltas envolvendo negros e mestiços, em condição de escravos ou não, aconteceram no império. Entre elas: Revolta de Carrancas (1833);¹⁵ Revolta dos Malês (1835);¹⁶ Cabanagem (1835-1840);¹⁷ Revolta de Paty do Alferes (1838).¹⁸ A aristocracia se mostrava temerosa desde o processo de independência no Haiti (1791-1803), e o medo de levantes se agravava em meio à população livre. Fazendeiros e autoridades policiais e políticas promoviam medidas tanto de prevenção quanto de repressão a qualquer suspeita de atos por parte dos negros que pudessem abalar a ordem vigente na cidade. Nesse contexto, os juízes de paz da Corte receberam do chefe de polícia, Eusébio de Queiroz, em 18 de dezembro de 1835, uma circular que dizia o seguinte:

Segundo participações feitas pelos presidentes do Rio de Janeiro e Minas Gerais há desconfiança de que os

escravos queiram tentar um movimento insurrecional que se diz concertado para romper nos dias santos do Natal, e como a mesma tentativa possa verificar-se neste município e convenha em objeto de tanta gravidade não desprezar nem ainda os indícios mais remotos cumpre que V. Sa. dê as providências, que estão ao seu alcance para que se mantenham inalteráveis a segurança e tranquilidade pública, mandando dissolver qualquer ajuntamento de escravos e prender os que nele se encontrarem ou que estejam fazendo ou provocando desordens, ou que se tornem suspeitos, guardando sempre toda a madureza em qualquer passo que a este respeito possa dar pois bem vê os funestos resultados que pode ter a mais leve imprudência nesta matéria.¹⁹

A década de 1830 vivenciou o momento de construção de estratégias de segurança pública, pautadas pelo medo por parte das elites e por uma constante suspeita de levantes populares. Elas incluíam a elaboração e a implementação de medidas repressoras, de caráter generalizado e discriminatório, focadas em negros e pardos, escravos ou não. É a suspeição generalizada e contínua que se tornou o cerne da política de domínio.²⁰

Em outras palavras, o medo que havia em relação às insurreições escravas na primeira metade do século XIX não levava a maiores questionamentos a respeito da própria instituição da escravidão. Não se concebia, na realidade, outra forma de se organizar as relações de trabalho e o problema das revoltas escravas era, aparentemente, um assunto a ser contornado com um “redobrar de vigilância”, como recomendava o ministro brasileiro em Londres. (...) O tráfico estava abolido desde 1831, mas os africanos continuaram a chegar aos milhares nas décadas de 1830 e 1840.²¹

Após cumprir o mandato de quatro anos como deputado do Rio de Janeiro (1838-1842) e de seis anos de deputado geral, tendo sido ainda nomeado desembargador do Rio de Janeiro (1842-1848), Eusébio de Queiroz toma posse no dia 29 de setembro de 1848 como ministro da Justiça do gabinete conservador. Nesse cargo, foi autor do projeto que deu vida à lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, que ratificava a já existente desde 1831, proibindo o tráfico atlântico de africanos vendidos como escravos para o Brasil. O texto da referida lei inicia dizendo: “D. Pedro pela graça de Deus

e unânime aclamação dos povos. Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fizemos saber a todos os nossos súditos que a Assembleia Geral decretou e nós queremos a lei seguinte”.²²

Trata-se de um desejo “unânime” que se faça valer o fim do tráfico? Um desejo “unânime” que determina a extinção de um mecanismo que se configurava como principal engrenagem do sistema que enriquecia os mesmos senhores que partilhavam desse desejo? Um projeto incitado pela Regência no poder, em nome do imperador, e que contrariava a elite agrária, principalmente a que compete ao Centro-Sul, em especial as regiões do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Como incluir as elites agrárias do Centro-Sul (atual Sudeste) nessa unanimidade, especialmente por viverem o seu momento mais promissor em relação à produção do café, demandando maior mão de obra, sendo ainda a maior geradora de riqueza do império nesse contexto? Com as plantações de café atingindo picos extraordinários na produção, com altos índices de lucratividade e dependentes da mão de obra escrava para manter essa estatística, é de se estranhar o caráter “unânime” desse desejo. Por ora, deixemos esta indagação.

A lei de 1850 se apresenta mais detalhada em relação às “providências que devem ser tomadas e por quem”, no que se refere à sua aplicação por parte das autoridades competentes. Deixando a cargo da Marinha interceptar e delegar auditores para deferir a qualidade de ilegal ou não das embarcações e suas cargas. Sendo mais específica em seus artigos 8º e 9º do que o artigo 7º da lei de 1831. Este último incitava mobilizações individuais, tanto para o caso de denúncias como para a busca e apreensão de cargas ilegais de navios negreiros, ao passo que os artigos 8º e 9º da nova lei determinavam:

Art. 8º Todos os apresamentos de embarcações, de que tratam os artigos primeiro e segundo, assim como a liberdade dos escravos apreendidos no alto-mar ou na costa antes do desembarque, no ato dele, ou imediatamente depois em armazéns e depósitos sítos nas costas e portos, serão processados e julgados em primeira instância pela Auditoria de Marinha, e em segunda pelo Conselho de Estado. O governo marcará em regulamento a forma do processo em primeira e segunda instância, e poderá criar auditores de marinha nos portos onde convenha, devendo servir de auditores os juizes de direito das respectivas comarcas, que para isso forem designados.

Art. 9^o Os auditores de marinha serão igualmente competentes para processar e julgar os réus mencionados no artigo 3^o. De suas decisões haverá para as relações os mesmos recursos e apelações que nos processos de responsabilidade. Os compreendidos no artigo 3^o da Lei de 7 de novembro de 1831, que não estão designados no artigo 3^o desta lei, continuarão a ser processados e julgados no foro comum.²³

O artigo 6^o da lei de 1850 modifica o constante no artigo 8^o da lei de 1831 — que obriga os réus a arcarem com as despesas da reexportação das cargas ilegais. Determina o artigo 6^o que a reexportação esteja a cargo do governo e que a carga deverá ser levada para os portos de origem, ou qualquer outro que melhor atenda às necessidades do governo. E em caso de se inviabilizar a reexportação por qualquer motivo, os negros serão submetidos a prestação de serviço para o próprio governo, não sendo permitido o aluguel destes a particulares.²⁴ Eram esses — entre outros indivíduos escravos ou libertos, detidos pelo governo por motivos diversos — os “escravos da nação”. Seus serviços eram empregados “em diversos estabelecimentos e repartições estatais da Corte e das províncias”, até 1871.²⁵

A partir do discurso proferido por Eusébio de Queiroz na Câmara dos Deputados, em 16 de julho de 1852, podemos elucidar o que seria o pensamento dos líderes políticos — inserido ele próprio nesse grupo — da elite agrária desse período histórico:

Sejamos francos; o tráfico no Brasil prendia-se a interesses, ou melhor dizer, a presumidos interesses dos nossos agricultores; e num país em que a agricultura tem tamanha força, era natural que a opinião pública se manifestasse em favor do tráfico... O que há pois para admirar em que os nossos homens políticos se curvassem a essa lei da necessidade? Senhores, se isso fosse crime, seria um crime geral do Brasil (apoiados), mas eu sustento que, quando em uma nação todos os partidos políticos ocupam o poder, quando todos os seus homens políticos têm sido chamados a exercê-lo, e todos eles são concordes em uma conduta, é preciso que essa conduta seja apoiada em razões muito fortes, é impossível que ela seja um crime (apoiados), e haveria temeridade em chamá-la um erro (apoiados).²⁶

Podemos verificar no fragmento do discurso o caráter enraizado da instituição da escravidão no cerne do país naquele momento. Percebe-se ainda certa complacência com relação à resistência dos agricultores no que compete ao fim do tráfico. Basta observar com atenção o que o ministro aborda ao dizer: “Sejamos francos; o tráfico no Brasil prendia-se a interesses, ou melhor dizer, a presumidos interesses dos nossos agricultores; e, num país em que a agricultura tem tamanha força, era natural que a opinião pública se manifestasse em favor do tráfico (...)”. O fato é que a economia dependia da agricultura — que por sua vez dependia da escravidão — para manter suas atividades e os altos índices de desenvolvimento. E a política dependia de uma boa fluidez econômica para se perpetuar, logo, dependia do apoio dos agricultores: “(...) a riqueza e o poder da classe dos cafeicultores, que se tornaria símbolo maior da prosperidade imperial ao longo do Segundo Reinado, viabilizaram-se ao arrepio da lei, pela aquisição de cativos provenientes do contrabando”.²⁷

Não à toa “no segundo quartel do século XIX (1826-50)”, entraram no território brasileiro “1.041.964” africanos escravizados, “e outros 6.800 vieram após a nova lei de proibição do tráfico de 1850”.²⁸

Um segundo fator importante que o discurso nos traz é a sutil percepção sobre a forma de se colocar o que seriam os interesses dos agricultores, quando o orador se corrige ao referir-se a esses interesses (que, na verdade, não expõe claramente) e os modifica para “presumidos interesses”. Podemos *presumir*, então, que naquele momento havia a preocupação em resguardar a existência, ainda, de uma mentalidade escravocrata, justificando tais “interesses” presumidos com questões econômicas de interesse comum. “O que há, pois, para admirar em que os nossos homens políticos se curvassem a essa lei da necessidade?” O que há para admirar? De fato, não espanta que os “nossos homens políticos se curvassem a essa lei da necessidade”. A “necessidade” de mão de obra para labutar nas lavouras, promover o crescimento econômico e a manutenção de riquezas particulares — daqueles que financiavam o Império. Para tanto, negligenciaram, o quanto puderam e até quando foi possível, o que a própria lei de 1831 já proibia e a de 1850 reforçou.

Os anos que se seguiram imediatamente à aprovação da lei de 1831 marcaram uma diminuição na importação de escravos africanos (...) Pura ilusão, pois os traficantes se rearticularam e, depois de

1835, voltaram ao seu negócio mais intensamente (...) Os traficantes ainda contaram com o alto grau de corruptibilidade das autoridades brasileiras, desde os mais baixos até os mais elevados escalões, subornando ministros, parlamentares, militares, magistrados, chefes de polícia, policiais, funcionários alfandegários, etc.²⁹

Como combater e tornar ilegal uma prática que participa do cotidiano social, político e econômico de uma estrutura que se mostra consensual diante dela? “Senhores, se isso fosse crime, seria um crime geral do Brasil (apoiados)”. Como promover a intervenção de um ato legitimado pela atividade que alimenta os cofres do império e insufla fortunas particulares de uma classe que dita a jurisdição no país? A tal atividade, o comércio de escravos, “haveria temeridade em chamá-la um erro (apoiados)”.

Com efeito, há registros de ações tomadas por Eusébio de Queiroz contra os traficantes na década de 1830, porém, em janeiro de 1837, ele enviou um ofício ao ministro da Justiça explicando a dificuldade em agir contra os traficantes especialmente devido à cumplicidade dos peritos encarregados de examinar os navios.³⁰

Faz-se importante lembrar que os comerciantes de escravos eram os que abasteciam as fazendas, engenhos, pequenos comércios e casas de mão de obra. E antes de serem rotulados de “traficantes”, a partir de 1831, eram uma das classes de comerciantes mais prestigiadas e fundamentais nessa sociedade. Eles eram necessários, e, para além de necessários, não eram considerados criminosos. Os comerciantes de escravos eram homens que detinham grande capital, poder, além de prestígio social e político. Era comum, ainda, o investimento do capital obtido com a atividade do comércio de escravos em terras e meios de produção, com a intenção de se prevenir contra a possível abolição e se inserir no negócio da agricultura, bem como em “muitas das novas empresas comerciais, bancárias e de serviços e transportes urbanos”.³¹ Driblando o rótulo de “traficante”, adotavam o de “grande senhor de terras”, “respeitado agricultor”, “empresário”, “cumpridor das leis”, e outros mais que o *status* social lhes permitisse adquirir.

Em 1838, cerca de trinta africanos desembarcados no litoral próximo ao Rio de Janeiro, já estavam marcados com a insígnia do próprio regente do império, Pedro de

Araújo Lima (depois marquês de Olinda). Em 1842, o ministro da Justiça, Paulino José Soares de Souza (o visconde de Uruguai), foi acusado por jornal antiescravista norte-americano (*The African Repository*), de deixar “seus deveres oficiais para conduzir cinquenta negros recém-importados até sua propriedade no interior da província no Rio de Janeiro”.³²

É preciso ressaltar que a instituição da escravidão não estava em xeque. A mão de obra escrava ainda era usada em grande escala, e muitos desfrutavam dos africanos escravizados, que continuavam a ser trazidos ilicitamente, após 1831. Logo, se havia procura, a demanda permanecia sendo abastecida e a atividade do comércio de homens em condição de escravos seguia ilegal, porém legitimada. Se os navios negreiros não eram interceptados no mar a caminho da costa, quando chegavam ao porto, ficava muito mais difícil para as autoridades locais intervirem.

Os escravos eram trazidos para as praias próximas aos grandes mercados consumidores, algumas vezes com muita discrição durante a noite, outras vezes em plena luz do dia devido ao envolvimento das autoridades locais e à proteção que forneciam aos traficantes.³³

O documento a seguir, por exemplo, refere-se às informações contidas em uma carta endereçada ao presidente da Província de Minas Gerais, José Ricardo de Sá Rego, escrita pelo juiz municipal de Cabo Frio, Joaquim José Baptista da Motta, em 23 de abril de 1850, expondo a situação do tráfico negreiro concorrente na região. Dizia estar sofrendo críticas e acusações por parte de pessoas influentes por não ser capaz de reprimir uma prática ilegal, que acontece à luz do dia na cidade, referindo-se ao desembarque de africanos na barra de Cabo Frio. Em seu relato, cita um desembarque ocorrido em 13 de abril de 1850 e uma denúncia de outro, que aconteceria no dia 15 do mesmo mês. A denúncia do desembarque para o dia 15 não se concretizou, pois a repressão e a expulsão do navio clandestino ficaram por conta de uma fragata inglesa que fazia a contenção na barra. Solicita também contingente policial e um pequeno carro de guerra, que, ao que parece, teria sido enviado a Macaé pelos mesmos motivos, a fim de ser mais eficiente na execução de seus serviços de proibição do tráfico de escravos.

A carta começa com o relato de um acontecimento do qual o juiz municipal não teve conhecimento *a priori*, tendo sido informado sobre

ele posteriormente, devido a críticas e julgamentos por parte de algumas figuras importantes da localidade. Aconteceu que, em 13 de abril de 1850, um navio negreiro chegou à barra de Cabo Frio e descarregou os africanos aprisionados à luz do dia, sem demonstrar qualquer temor em relação a represálias:

Na manhã de 13 do corrente, dizem, surgiu na barra desta cidade um navio com pretos, consignado a José [Gonçalves da Silva], o qual, abusando, como o costuma, de sua profissão de contrabandista, os fez desembarcar de dia, saltando a tripulação para a terra sem que esperassem pela visita de saúde ordenada pela Câmara Municipal, do que me resultarão a maiores comprometimentos (...).³⁴

O navio trazia os homens escravizados em nome de José Gonçalves da Silva, descrito como uma figura aparentemente imponente e pedante. Veterano na prática do comércio de homens, identifica-se no decorrer do texto o caráter de imobilidade na tomada de decisões e articulação de ações por parte do juiz de paz:

Passando-se as causas por esta forma, dirigi-me ao comandante Guimarães, e contando-lhe o ocorrido, esse não só fez ver a José [Gonçalves da Silva] o meu comprometimento, como declarou que não continuava de agora em diante a ser seu sócio, por isso que podiam agora as autoridades obrar no sentido que quiserem.³⁵

O dito comandante Guimarães deu a sua autorização para que as autoridades tomassem as providências necessárias: “declarou que não continuava de agora em diante a ser seu sócio, [de José Gonçalves da Silva] por isso que podiam agora as autoridades obrar no sentido que quiserem. [as autoridades estão livres a partir de *agora* para tomarem suas providências em relação ao tráfico ilegal]”. Ou seja, a fim de se calçar na defesa de sua postura no cumprimento do seu dever — e de se isentar por conta de possíveis ofensas a sua procedência moral diante dos acontecimentos —, Joaquim José Baptista da Motta recorre aos nomes que lhe possam garantir seguridade física e política, buscando alternativas de repressão da atividade ilegal através do viés da violência, ou pelo menos da ameaça da mesma. O documento trata ainda de uma segunda denúncia, esta de uma

tentativa de desembarque no dia 15 do mesmo mês. Porém, o navio havia sido apreendido e enxotado pelos ingleses na barra da cidade.

A falta de autonomia e autoridade diante dos “contrabandistas”, como são chamados, somada à precariedade do aparelho repressor ao tráfico e a conivência de parte da população livre, mais a explícita impunidade com a qual contavam os traficantes, bem como as ameaças aos que os enfrentavam, tornava desgastante, lento e, muitas vezes, ineficiente a intervenção no comércio ilegal de africanos, conforme o próprio juiz municipal de Cabo Frio diz:

Com a entrada deste barco tive denúncias (não em forma) do escandaloso desembarque; mas como apreendê-las? Com três policiais, nessa não devia eu cobrir, contar com a gente da terra tanto pior, que esses se revoltariam contra mim. Que fazer pois? Cruzar os braços e deixar transitar pela cidade a carne humana que a infame exibição expõe à venda.³⁶

Ele arremata seu enredo pedindo segredo quanto aos seus apelos, que “apresado” estando da amizade com o então José Ricardo de Sá Rego, “que neste negócio o aconselha como entender em sua sabedoria (...) para que não fique exposto à fúria dos contrabandistas aqui”,³⁷ em Cabo Frio.

O documento oferece dados concretos em números em relação à situação da população, e, mais, esclarece-nos o “desejo unânime” de que nos fala o texto inicial da lei de 1850:

Enfim, no estreito espaço de tempo de uma carta não cabem as considerações que me sugerem respeito a tão tirânico como abusivo tráfico, nem mesmo para V.S. eu preciso apresentá-las, pois com mais critério bem sabe avaliar os danos que a introdução da gente preta causa ao Brasil, em civilização, moralidade e justiça religiosa e porém V.S. que lhe diga, que sendo a freguesia de Assunção a menos agrida, existem nela 2.563 escravos sobre essa população quase igual de livres, entrando no número destes 1.050 pretos e pardos a maior parte que já foram cativos, e consequentemente não é com africanos que devemos povoar o Brasil.³⁸

Quando aponta os dados numéricos da população negra e parda na freguesia de Assunção como a menos “agrida” por esta “gente preta”, podemos considerar que a situação nas demais freguesias seria alarmante.

E alarmante no sentido de que não seria esse o objetivo, ou o ideal a se alcançar como modelo de civilização europeia que era desejado pela unanimidade da população branca: um país povoado de negros e pardos, ex-escravos e descendentes destes, livres e sendo tratados como iguais. Partindo desses dados, é possível “avaliar os danos que a introdução da gente preta causa ao Brasil, em civilização, moralidade e justiça religiosa”. Definitivamente “não é com africanos que devemos povoar o Brasil”.³⁹

Sobre essa conclusão do juiz de paz em sua carta, é relevante trazer à luz os argumentos dos quais os comerciantes de escravos se valeram nos debates acalorados que permeavam as investidas de políticas abolicionistas:

(...) alegavam que seria “caridade” trazer escravos da África, pois escapariam de seus “despóticos régulos” e conheceriam a “luz do Evangelho”; que os “infelizes” ver-se-iam livres do clima “ardente e horrível” do país deles para experimentar o nosso, “doce, fértil e ameno”; por fim, quanto aos criminosos e prisioneiros de guerra, em vez de morrer “pelos seus bárbaros costumes”, receberiam o “favor” de conservação da vida, “ainda que seja em cativeiro”.⁴⁰

Sob a égide da civilização, evangelização e salvação das almas pagãs através do trabalho é que se sustentavam, principalmente, os argumentos que legitimavam a prática da escravidão europeia no continente africano e a diáspora africana para as Américas. Nesse sentido, podemos identificar mais um ponto de tensão entre os que defendiam o tráfico e os que defendiam o fim deste no que concerne à adesão da opinião pública. Um misto de conveniência e comodismo, pautados por religiosidade e moralismo. Daí o desabafo de José Baptista da Motta ao confessar sua impotência junto aos traficantes e a falta de alternativas para o correto cumprimento da lei: “tive denúncias (não em forma) do escandaloso desembarque; mas como apreendê-las? Com três policiais, nessa não devia eu cobrir, contar com a gente da terra tanto pior, que esses se revoltariam contra mim. Que fazer pois?”.⁴¹

Parece que, de fato, José Ricardo de Sá Rego atendeu ao pedido do juiz municipal e escreveu ao vice-presidente, João Pereira Darrigue Faro,⁴² fazendo as reivindicações a ele. Este, por sua vez, em carta endereçada a Eusébio de Queiroz, escrita em 27 de abril de 1850, demonstra preocupação em relação à repressão do tráfico e esclarece que, sem contingente policial, não valeria

a pena arriscar empreender desavenças entre as autoridades policiais e os habitantes locais sem o devido respaldo.

Datada de 27 de abril de 1850, a carta ilustra com precisão o que viemos tratando até aqui. Inicia expondo a informação de não se tratar de um primeiro apelo por providências junto ao ministro da Justiça: “Remeto a V.S. mais um documento dos embaraços com que luto acerca do tráfico”.⁴³ Entende-se que há um engajamento anterior na busca por soluções. Algum(s) documento(s) teria(m) sido enviado(s) relatando problemas da mesma natureza na região de Macaé/RJ.

Um embate central aparece em seu relato, justamente em relação à legitimação da autoridade policial enquanto responsável por fazer valer a lei que proibia o tráfico e punia os traficantes e seus cúmplices. Tal informação está contida no trecho em que o autor diz que:

(...) por mais auxílio que eu preste às autoridades, nunca pode ser suficiente para incutir o necessário respeito se V.E. não se resolver a exigir que para ali parta alguma força e que se mude o comandante do forte, conivente com os traficantes.⁴⁴

Os possíveis suspeitos eram figuras bem relacionadas e dotadas de aparato bélico muito mais eficiente que as diligências locais de algumas províncias. E, por isso, não hesitariam em impor represália no caso de prejuízos provocados por policiais no cumprimento da lei, além de contarem com o apoio de grande parte da população que seriam testemunhas favoráveis às suas ações, se necessário fosse. É esse o desabafo do juiz municipal de Cabo Frio em sua carta ao se referir aos nós que lhe atavam as mãos: corpo policial insuficiente e opinião pública contrária aos que exigiam o cumprimento da lei. Como reconhece o vice-presidente em sua fala: “Não convém de nenhum modo, V. E. o sabe melhor do que eu, expor as autoridades a desacertos que podem dar nascimento a desagradáveis conflitos”.⁴⁵ Completava com um fator a mais de desagrado para o próprio governo e para as elites, ou seja, a necessidade de “chamar a polícia estrangeira para velar naquelas passagens”.⁴⁶ No caso, a Marinha Britânica, que agiu prontamente na tentativa de desembarque do dia 15 de abril de 1850, em Cabo Frio.

O terceiro documento analisado tem como remetente Luis Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro, então presidente da província do Rio de Janeiro, endereçado a Eusébio de Queiroz, em 26 de fevereiro de 1851.

O documento destaca uma questão interessante — a situação em que se encontravam os destacamentos policiais na incumbência de suas funções. Retrata a falta de planejamento e organização no extravio de diligências para outras localidades por parte do governo:

Continua o capitão a estar com a força em Itabapuana [atual Bom Jesus de Itabapoana], onde sem dúvida alguma deve permanecer enquanto for empregado na diligência que se acha encarregado neste ponto da província: ele está ali bem mal acomodado e os soldados muito desgastados da posição que ocupam e o pior é que já desistiram três praças, só que me deu parte o capitão forçando ao mesmo tempo suas repartições sobre a falta de comodidades de lugar — tudo isso ainda mais concorre para mais agravar os inconvenientes a [?] deste serviço.⁴⁷

Nota-se que não havia uma alternativa prevista para o caso de se fazer necessária a tomada de tal medida, nem por parte do Estado imperial, com sede no Rio de Janeiro, tampouco das câmaras municipais. Não se vê falar da Marinha do Império no processo de interceptação, comunicação de ocorrências ou delegação de auditores para prestar auxílio às investidas de investigação e apreensão de infratores e cargas clandestinas. Conforme previa a lei, em vigor há aproximadamente seis meses, nos seus artigos 8^o e 9^o.

Já há de ter notado que em dia treze do corrente deram o corte entre Carapébás e Paulistas, isto é, na distância de cinco léguas da cidade de Macaé, e talvez dezessete de S. João da Barra como uma [?] ou barca carregada de africanos que segundo informações foram divididos entre os marinheiros, cerca de quinze, morrendo para mais de duzentos no desembarque! Passarão os ditos marinheiros a vendê-los por aqueles lugares dando-os por todo preço até que acudi-o o Bento Carneiro (filho do visconde de Araruama) que parece ser o substituto, e dizem que conseguira apreender alguns africanos”.⁴⁸

As informações chegam aos ouvidos das autoridades competentes muito tardiamente, e percebe-se o despreparo dos dirigentes locais no cumprimento das medidas necessárias ao trabalho de fiscalização e interceptação dos contrabandistas, tanto na costa quanto no ato do desembarque, como mostra o trecho que se segue:

O abba (de) [abade] de S. Bento ontem aqui me disse que lhe constava por informações de pessoas daquelas bandas que a apreensão feita pelo Bentinho fora muito diminuta quantidade muito de uns 40, e isso por causa dele entrar na diligência no fim de três dias depois do desembarque, que aliás teve lugar não muito distante de Quissamã. Se eu logo tivesse notado do referido desembarque, faria partir todo o destacamento policial da cidade de Campos sem embargo de ser para diferente comarca e é muito provável que se alcançasse efeitos a apreensão iria felizmente só em o dia dezessete chegou-me em S. João da Barra a notícia vaga que a 18 foi confirmada de haver dado à costa o navio negreiro.⁴⁹

Informações imprecisas e especulativas, mediante justificativas de que se faria o necessário caso se obtivesse ciência do ocorrido, sem qualquer plano de ação em curso para nortear uma eficiente e notória mobilização que visasse à otimização de um combate preventivo das corriqueiras infrações.

Na sequência, o documento seguinte é uma resposta de João Pereira Darrigue Faro a Eusébio de Queiroz que, devido à data (30 de julho de 1851) e ao assunto contido na resposta a seguir, parece ser um desdobramento do documento anterior. Em sua carta, o vice-presidente relata as providências tomadas logo que recebeu as ordens do ministro:

Logo que recebi a carta de V. E. (92/2 horas da tarde) mandei à Corte o capitão Francisco José Nunes apresentar-se ao inspetor do arsenal para intelenciar-se a respeito da hora do embarque. Acusa-se achar em [?] em Itabapuaana 16 praças de cavalaria com o capitão Nunes, depois pode o dito capitão Nunes escolher os que lhe forem precisos. Leva 10 soldados de linha e um inferior, visto que não tenha gente do capitão policial em disponibilidade. Vou dar ao capitão Nunes as instruções com cópia para V. E. a fim de ter como oficial ao juiz municipal, ao delegado de S. João da Barra, ao juiz de direito interino, para lhe oferecer todo o auxílio, caso de algum precise ele(...).⁵⁰

O documento compreende uma medida de caráter conclusivo, ou seja, a diligência recebeu ordens para ir buscar os africanos apreendidos, os quais acredito serem aqueles citados no caso do documento anterior:

(...) barca carregada de africanos que segundo informações foram divididos entre os marinheiros, cerca de quinze, morrendo para mais de duzentos no desembarque! Passarão os ditos marinheiros a vendê-los por aqueles lugares dando-os por todo preço até que acudi-o o Bento Carneiro (filho do visconde de Araruama) que parece ser o substituto, e dizem que conseguira apreender alguns africanos. O abba (de) [abade] de S. Bento ontem aqui me disse que lhe constava por informações de pessoas daquelas bandas que a apreensão feita pelo Bentinho fora muito diminuta quantidade muito de uns 40, e isso por causa dele entrar na diligência no fim de três dias depois do desembarque (...).⁵¹

O corpo policial composto por “16 praças de cavalaria com o capitão Nunes ‘e mais’ 10 soldados de linha e um inferior” teria ido para buscar os possíveis quarenta africanos contrabandeados que foram apreendidos e escoltá-los em segurança para a Corte, conforme determina João Pereira Darrigue Faro, nas ordens escritas em um anexo enviado junto à carta: “Desde que os africanos lhes forem entregues, ficam debaixo de sua guarda e responsabilidade. Vos mecê tomará todas as cautelas para que cheguem à Corte, onde os entregará à disposição do excelentíssimo ministro da Justiça”. Devendo o capitão decidir se há a necessidade ou não de fazer novas buscas a possíveis africanos perdidos no desembarque: “Se ainda forem necessárias diligências para a apreensão de alguns extraviados, a ela deve proceder logo, devendo requisitar o apoio das autoridades”.⁵²

Nota-se em todos os registros documentais um esforço velado para se conter apenas minimamente o comércio transatlântico ilegal de africanos escravizados, nenhuma mobilização por parte da Marinha e uma precária mobilização por parte do governo a fim de fazer valer as leis. “O tráfico parecia imperturbável”. A preocupação maior era, na verdade, a de manter afastadas as suspeitas inglesas sobre o não cumprimento das leis, bem como as possíveis intervenções externas que poderiam dificultar, de fato, o comércio pernicioso. E, por mais incrível que possa parecer, havia aqueles que se receavam de que as notícias sobre as leis de 1831 e 1850 viessem a cair nos ouvidos dos escravos. “O fato é que em 1850, (...) as fazendas de café deviam estar a transbordar de trabalhadores ilegalmente reduzidos ao cativeiro”.⁵³

O parlamento imperial realizou sessões secretas sobre a lei de 1831 em várias ocasiões — em 1837, 1848, 1850. Senadores e deputados temiam a repercussão, entre os escravos, do debate público sobre o tráfico africano ilegal e a consequente permanência no cativeiro, ao arrepio da lei, de centenas de milhares de pessoas.⁵⁴

A negligência das autoridades e o senso comum diante da aplicação da lei de 1831 mantiveram-se após a promulgação da lei de 1850. Porém, as possibilidades, ainda que tímidas, que estas leis ofereciam para a obtenção da liberdade não passavam despercebidas aos escravos, podendo, muitas vezes, servir de álibi na requisição da liberdade diante de um júri.

A tese de doutorado do historiador, pesquisador e professor da Unicamp, Sidney Chalhoub, intitulada *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, utilizada como uma das bases deste artigo, nos mostra a busca, por via judicial, da alforria, por iniciativa dos próprios escravos, que alegavam ser “pretos novos”. Ou seja, diziam ter chegado ao Brasil após a promulgação da lei de 1831 e ainda assim terem sido submetidos à condição de escravos ilegalmente. Muitas vezes as alegações tinham fundamento mediante a apresentação dos registros de entrada anexada aos autos do processo. Algumas vezes verificava-se o uso de tal afirmação como subterfúgio para uma tentativa de se obter a liberdade. A tese apresenta ainda relatos de que, mesmo após a lei de 1831, assim como podemos constatar em diversas fontes, navios negreiros ancoravam ilegalmente nos portos do Brasil. E quando repreendidos pelas autoridades, tendo sua carga de africanos apreendida, o próprio governo usava os negros como trabalhadores braçais em atividades diversas, mantendo-os em depósitos públicos, no aguardo de que se obtivessem meios que os encaminhassem de volta à África, como vimos ser permitido na forma da lei, no artigo 6º da lei de 1850:

Todos os escravos que forem apreendidos serão reexportados por conta do Estado para os portos de onde tiverem vindo, ou para qualquer outro ponto fora do Império, que mais conveniente parecer ao governo; e enquanto essa reexportação se não verificar, serão empregados em trabalhos debaixo da tutela do governo, não sendo em caso algum concedidos os seus serviços a particulares.⁵⁵

Nesse sentido, o documento a seguir, escrito por José de Souza Breves⁵⁶ para o então ministro Eusébio de Queiroz, relatando acontecimentos inusitados em suas fazendas e em propriedades próximas, ilustra bem esse cenário. Em cartas dos dias 3 e 7 de janeiro do ano de 1853, respectivamente, ele diz:

É de baixo das mais dolorosas impressões e cheio dos mais profundos receios por mim, e por todos os homens da lavoura que me dirijo a V. E. a pedir-lhe para eles e para mim sua valiosa proteção em vista do estado ao qual podem ser levadas nossas fazendas se de [?] não se obter certas [medidas?] de rigor qual [?] toma, ao menos assim o fazem crer as ameaças do chefe de polícia contra uma classe, a maior do país e que está forte na ideia de que é quem mais contribui para o seu engrandecimento, falo dos lavradores.⁵⁷

Nessa carta, o remetente expressa o seu descontentamento com a repressão policial sobre “uma classe, a maior do país”, sendo esta a que “mais contribui para o seu engrandecimento”, o engrandecimento do Brasil, em nome dos “lavradores”.

(...) vê essa classe importante exposta a um domínio militar, destacamentos invadindo suas propriedades para procurarem africanos braçais [refere-se aqui, aos que seriam ilegais]: vê-se esta classe sujeita como afirmam a interrogatórios e aos caprichos de uma ou outra tensão, pelo sórdido interesse, o que a continuar põe em muito risco nossa segurança, abalará nossas fortunas, e pode acarretar para o país funestas consequências.⁵⁸

Numa segunda carta, a de 7 de janeiro de 1853, o fazendeiro relata um caso semelhante aos analisados por Chalhoub em sua tese, em que escravos se dirigem às autoridades alegando serem africanos escravizados após a lei de 1831.

Duas fazendas do Bananal, sei eu, foram buscadas: mas a do Nogueira três negros se apresentam ao chefe da diligência dizendo que eram novos. Enquanto que o resto da escravatura observava qual seria o resultado dessa declaração para se manifestar, o que aconteceria a não ser a prudência do referido chefe que [?] mas justo medindo as consequências de tal declaração, os fez entregar a

dona da casa o dono estando ausente na segunda [busca?], a ocultar tratarão os policiais de aliciar os negros prometendo-lhes liberdade se declarassem onde se achariam negros novos. E pois, não será tudo isto assustador? Não temos muito a temer se as diligências sairão de uma órbita muito moderada, muito circumspecta?⁵⁹

A década de 1840 foi marcada por altos índices de entrada de africanos ilegais no país, na condição de escravos. Foram mais de quarenta mil africanos trazidos para o Brasil em 1838 e 1839, oscilando entre quatorze mil e vinte e três mil anuais durante a primeira metade de 1840. Chegando a uma média anual de quase cinquenta mil negros desembarcados entre 1846 e 1850.⁶⁰

O documento apresentado aponta outro ponto de tensão. Além do temor por insurreições organizadas por negros e pardos, escravos e livres, havia o receio por parte dos fazendeiros em relação à possível imposição de uma medida que até então se mantinha numa “órbita moderada” e maleável. Alegava ser muita ousadia subjugar uma elite que era a responsável pelo crescimento econômico do país.⁶¹

Analisando a segunda carta, podemos observar um elemento fundamental em relação ao movimento de resistência escrava que se esgueirava pelos becos das leis nesse momento. Os escravos não eram alheios às possibilidades que as vias judiciais lhes proporcionavam para galgar a liberdade. Esses indivíduos perceberam que, ao buscar amparo através das vias legais, havia a chance de se obter alforria de forma legítima.

Porém, percebemos que o receio maior por parte do fazendeiro não era o de poder estar florescendo uma geração de escravos politizados ou ao menos conscientes de suas alternativas, mas o de ter que se submeter, ao que considerava as arbitrariedades que partiam da polícia. A ideia fica clara quando diz em sua primeira carta: “(...) vê-se essa classe importante exposta a um domínio militar, destacamentos invadindo suas propriedades para procurarem africanos braços: vê-se esta classe sujeita como afirmam a interrogatórios e aos caprichos de uma ou outra tensão (...)”.⁶² O sentimento se confirma na segunda carta, quando conclui ao dizer: “E pois, não será tudo isto assustador? Não temos muito a temer se as diligências sairão de uma órbita muito moderada, muito circumspecta?”⁶³ Em nenhum momento observa-se qualquer receio por parte da perspicácia dos escravos

em se denominarem “pretos novos”. O temor era pela represália e a ameaça à instituição da escravidão. E se os escravos se pronunciavam, era por culpa dos especuladores.

No entendimento da sociedade escravista, da qual faziam parte os negros escravizados, sob a condição de mercadoria e propriedade, estes eram incapazes de pensar e se articular de forma coerente, muito menos de buscar embasar-se no aparato legal para confrontar o próprio sistema. Não se conceberia tal disparate. E se fosse o caso de acontecer, seria sempre por aliciamento e coerção, pelas mãos de especuladores, simpatizantes do abolicionismo ou oportunistas. Assim pensava a maioria da elite escravista do período.

Sob a perspectiva da postura dos oficiais na tentativa de aliciar os negros, prometendo-lhes a liberdade se oferecessem informações sobre o paradeiro de “negros novos”, conforme nos aponta a carta de Breves, podemos pensar sob a égide da especulação nesse sentido. Estamos trabalhando no âmbito jurídico de duas leis que se complementam. E embora a lei de 1850, no artigo 5º, trate da questão da recompensa pelo apresamento de embarcações antes do desembarque, ela não anula o artigo 5º da lei de 1831, que trata esse mesmo aspecto de forma geral. Logo, a especulação, se bem-sucedida, seria lucrativa, pois seriam trinta mil réis por pessoa apreendida. Tratava-se de um sistema suscetível à corrupção e à especulação. Isso porque, segundo informações fornecidas pelos documentos analisados até aqui, os destacamentos policiais não eram tratados pelo governo com o devido respeito, e tampouco recebiam vencimentos compatíveis com os riscos que corriam e com as péssimas condições de higiene e conforto quais eram submetidos.

Em anexo à carta do dia 3 de janeiro de 1853, há uma resposta aos apelos do fazendeiro José de Souza Breves, datada de 18 de janeiro do mesmo ano.⁶⁴ A resposta foi favorável às suas estimativas, tal qual nos informa Eusébio de Queiroz em seu discurso na Câmara: “O que há, pois, para admirar em que os nossos homens políticos se curvassem a essa lei da necessidade?”⁶⁵ O governo se colocava ao lado dos agricultores. E sobre isso nos confirma o trecho da referida resposta: “(...) eu poderia dizer-lhe é o que disse até no parlamento, isto é, que o governo não iria dar buscas nas fazendas para se volver o passado (...)”.⁶⁶ Constata-se a ineficácia

e falta de credibilidade que, desde a sua promulgação, permeou a lei de 1831, claramente exposta no trecho em que diz que a “busca que se dê é para procurar os negros agora importados e nunca para entender com o passado”.⁶⁷ A lei de 1850 em momento algum revoga quaisquer artigos da lei anterior. Sendo assim, desde 1831, são ilegais os africanos escravizados provenientes do tráfico. Entretanto, em um país que sedimentava a sua economia na agroexportação, sustentada no trabalho escravo, como combater de forma assertiva o que se pretende coibir?

Uma vez que muitos dos grandes nomes da lavoura construíram suas fortunas a partir do comércio negreiro e se mantiveram em posição de prestígio e respeito junto ao governo que instituiu tal proibição, como pensar, na prática, a real proficiência dessas leis. O documento fornece elementos para que possamos pensar em que medida se dá tal habilidade e discernimento diante dos suspeitos que participam do comércio ilegal de africanos, vendidos em condição de escravos (que nem sequer chegam a ser suspeitos), quando nos fala: “se procede com o desejo de acertar, e não de perseguir os homens de bem [os agricultores], e que se sentem inocentes, não devem temer, pois os homens justos [os homens da lei] hão de reconhecer que a culpa é dos especuladores”.⁶⁸ Identifica-se ainda uma crucial dificuldade: “A separação é difícil, até o reconhecimento”.⁶⁹ Separação de quê? Dos negros que teriam chegado antes ou depois da lei de 1831, ou 1850. Ao reconhecer a dificuldade em se afirmar a ilegalidade ou não da propriedade escrava, o documento reconhece a ineficiência do sistema de avaliação e deferimento de uma sentença justa. E finaliza seu discurso dizendo que, apesar da dificuldade de se diferenciar os escravos que são ilegais dos que não são, “procede com o desejo de acertar, e não de perseguir os homens de bem, e que se sentem inocentes”, pois estes “não devem temer”.⁷⁰ Tal afirmação demonstra que a legislação se aplica de forma seletiva em relação aos suspeitos e aos delitos.

O estereótipo do qual estava envolta a figura do escravo, de “ser não pensante”, irracional e a sua ignorância nata, não levou em consideração a formação social do indivíduo feito escravo na África e trazido para a América em muitos momentos. Muitos letrados, e até membros da nobreza de alguns povos africanos, foram vítimas do tráfico atlântico. Ao pisarem no solo americano, muitas vezes foram reconhecidos por seus conterrâneos e não perderam o seu *status* diante dos seus. Muitos formaram

lideranças, pensaram por si mesmos e se organizaram de muitas maneiras para sobreviver em terras estrangeiras, esperando o melhor momento para reagir. Alberto da Costa e Silva, em seu texto “A África refeita no Brasil”, nos descreve alguns desses casos.

Quando, em 1622, derrotaram o cassanze, um rei vassalo do manicongo (ou rei do Congo), que dominava a região entre os baixos rios Bengo e Cuanza, e lhe destruíram a ensaca (ou cidadela), os portugueses de Luanda desterraram para o Brasil vários régulos e chefes que dele dependiam ou a ele se haviam aliado. Alguns vieram como escravos; outros, como homens livres, e foram alistados no exército ou receberam tratos de terra para seu sustento; e outros ainda, embora tivessem embarcado livres, foram ilegalmente escravizados na chegada. Por volta de 1750, para impedir que concorresse à sua sucessão, o dada Tegbesu, rei do Daomé, vendeu como escravo o príncipe Fruku, juntamente com outros da linhagem de agaja. Fruku viveu 24 anos na Bahia, até que seu amigo de infância, Kpengla, que assumira o poder, o mandou buscar (...) Já o filho de Agonglo, Andandozan, ao tornar-se dada em 1797, mandou pôr num navio negreiro quem tinha por adversária, a rainha NãAgontimé, mãe do futuro rei Guenzo.⁷¹

Podemos pensar na ousadia por parte dos portugueses em se dispor a embarcar figuras como estas para serem escravizadas do outro lado do Atlântico. Como se a distância fosse capaz de apagar a memória. E, diante de tal ousadia, como não atentar para a politização desses indivíduos, ou mesmo para o fato de que seria complicado submeter ao cativo um homem de linhagem nobre, que inclusive exerceu o mais alto posto da nobreza, o de rei? “O regime de trabalho compulsório (...) não era capaz de destruir o (...) senso de dignidade” dos cativos recém-chegados. “Muitos deles procuravam reafirmar a sua condição humana com a recusa à submissão total aos padrões sociais dos seus senhores brancos e manter seus costumes, vestimentas e línguas”.⁷² Um processo de afirmação de uma cultura que não se curvou.

As análises das fontes historiográficas são um esforço de leitura acerca de uma época. Para tanto, é preciso avaliar os sentimentos, os pensamentos e as atitudes que motivam cada uma delas. As fontes são um legado único e selecionado, que pode se propor a induzir o rumo dos acontecimentos na

maneira pela qual desejam serem lembrados. Da mesma forma, a bagagem de conhecimentos e valores que permeiam o pesquisador pode induzi-lo a esta ou àquela conclusão. O trabalho do historiador é investigativo e deve ser cauteloso e desenvolvido com paciência, para não cair nas teias do óbvio (ou do que parece óbvio). A escravidão tinha um propósito, os abolicionistas tinham um propósito, as fontes têm um propósito. Logo, problematizar é preciso e necessário. Porque “o passado já passou, e a história é o que os historiadores fazem com ele quando põem mãos à obra”.⁷³

Notas

- 1 "Discurso do conselheiro Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso da Câmara em 16 de junho de 1852", transcrito em MALHEIROS, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis: Vozes/INL, v. 2, p. 209; CHALHOUN, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 195.
- 2 "Escritas da História no Museu Histórico Nacional: 1922-2012, um olhar sobre os negros", é um projeto dedicado à análise do acervo do MHN e às narrativas por ele produzidas ao longo de sua trajetória institucional. Ele foi iniciado em 2012, no âmbito das comemorações dos noventa anos de criação da instituição.
- 3 *Catálogo da Documentação Referente ao Negro no Brasil, século XVII ao XX. Rio de Janeiro, 1988* (elaborado em homenagem ao Centenário da Abolição) – Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional.
- 4 Local onde ocorreu o desembarque ilegal de africanos e envolveu grandes fazendeiros de café – José Joaquim de Souza Breves (Bracuí) e Manoel de Aguiar Vallim (Bananal). O caso ficou conhecido como o "Caso do Bracuhy", confirmado em janeiro de 1852, quando os suspeitos foram a júri, porém inocentados: Ver ABREU, Martha. "O caso do Brachuy". In: MATTOS; SCHNOOR. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 95-165.
- 5 Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso da Câmara iniciou sua carreira política em 1832. Nesse ano, o recém-formado bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda foi nomeado juiz do crime e juiz de fora da Corte. Aos vinte anos de idade, assume o cargo de chefe de polícia da Província do Rio de Janeiro, em 1833. Em 1838, com vinte e seis anos, é eleito deputado pela Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. Em 1842, é eleito deputado geral e nomeado desembargador do Rio de Janeiro. Em 1848, é nomeado ministro da Justiça, e nesse mandato promulga a lei que ficou conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, de nº 581, no dia 4 de setembro de 1850. A lei reitera outra, a lei de 13 de março de 1831, conhecida como Lei Feijó.
- 6 Ministério das Relações Exteriores. 1826. Artigo 1º da Convenção. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atosinternacionais/bilaterais/>>.
- 7 Câmara dos Deputados. Lei de 7 de novembro de 1831. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7>.
- 8 Idem.
- 9 Id. Ibid.

- 10 Câmara dos Deputados. Lei de 7 de novembro de 1831. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831>.
- 11 Idem.
- 12 Ver: "Para inglês ver? Os advogados e a lei de 1831". *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 28, nºs 1/2/3, jan.-dez. 2007, p. 80-245.
- 13 KARASCH, Mary C. *Slavelife in Rio de Janeiro: 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987. In: CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- 14 SOARES, Luiz Carlos. *O "Povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2007, p. 86.
- 15 Escravos de duas fazendas na região de Carrancas (antiga Comarca de Rio das Mortes/MG) rebelaram-se contra seus senhores. As fazendas Campo Alegre e Bela Cruz, da família Junqueira, tiveram nove dos seus herdeiros, incluindo o patriarca, José Francisco Junqueira, mortos pelos cativos. Do lado dos cativos, cinco morreram no confronto e dezesseis foram para a forca. Ver ANDRADE, Marcos F.. *A pena de morte e as insurreições escravas no Império do Brasil: a Revolta de Carrancas e a origem da lei de 10 de Junho de 1835*.
- 16 Na madrugada de 25 de janeiro de 1835, um domingo, em Salvador/BA, aproximadamente seiscentos escravos islamizados e letrados promoveram um levante, exigindo a liberdade e sua extradição para a África. A revolta ficou conhecida como Revolta dos Malês, por serem assim chamados os escravos islamizados. Ver REIS, João José. *A Revolta dos Malês em 1835*.
- 17 O medo, por parte dos fazendeiros da região do Grão-Pará/PA, fez com que eles se unissem aos cabanos para combater os negros e mestiços, espalhados em grupos por toda a região, atacando por meio de "tocas" e reivindicando direitos, sobretudo a liberdade. Foi necessário o envio de força policial da Corte para conter os levantes insuflados pelas ideias de Preto Cosme, um ex escravo que já havia sido liberto antes da revolta.
- 18 A Revolta de Paty do Alferes foi marcada pela fuga em massa de mais de duzentos escravos de duas fazendas em Vassouras/RJ, com a pretensão de se formar um quilombo em protesto pela morte de um companheiro, executado pelo capataz do fazendeiro Manoel Francisco Xavier. A revolta teve como principal liderança Manoel Congo.
- 19 Registro de Correspondência Reservada Recebida pela Polícia (1835-44), cód. 335, v. 1, fl. 9, NA. In: CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, p. 188.
- 20 Idem., p. 192.
- 21 CHALHOUB. *Op. cit.*, p. 194.
- 22 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Hist%C3%B3ricos-Brasileiros>>.
- 23 Idem.
- 24 Id. *Ibid.*
- 25 SOARES. *Op. cit.*, p. 70.
- 26 MALHEIROS. *Op. cit.*, p. 195.
- 27 CHALHOUB. *Op. cit.*, p. 35.

- 28 Idem, p. 37.
- 29 SOARES. *Op. cit.*, p. 42.
- 30 CHALHOUB. *Op. cit.*, p. 195.
- 31 SOARES. *Op. cit.*, p. 31.
- 32 Idem., p. 42.
- 33 Id. *Ibid.*, p. 43.
- 34 Coleção Eusébio de Queiroz, 1988. Atual coleção EQct 3 – 49.403. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional.
- 35 Coleção EQct 3 – 49.403. *Op. cit.*
- 36 Idem.
- 37 Id. *Ibid.*
- 38 Id. *Ibid.*
- 39 Id. *Ibid.*
- 40 CHALHOUB. *Op. cit.*, p. 41.
- 41 Coleção EQct 3 – 49.403. *Op. cit.*
- 42 Comendador João Pereira Darrigue Faro, vice-presidente da província do Rio de Janeiro.
- 43 Coleção Eusébio de Queiroz, 1988. Atual coleção EQcr 39/01. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional.
- 44 Coleção EQcr 39/01. *Op. cit.*
- 45 Id. *Ibid.*.
- 46 Id. *Ibid.*
- 47 Coleção Eusébio de Queiroz, 1988. Atual coleção EQcr 59/10.1 – 49.280. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional.
- 48 Coleção EQcr 59/10.1 – 49.280. *Op. cit.*
- 49 Id. *Ibid.*
- 50 Coleção Eusébio de Queiroz, 1988. Atual coleção EQcr 39/4 – 49.230. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional.
- 51 Coleção EQcr 59/10.1 – 49.280. *Op. cit.*
- 52 Idem.
- 53 CHALHOUB. *Op. cit.*, p. 110.
- 54 Idem.
- 55 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Hist%C3%B3ricos-Brasileiros>>.
- 56 Os irmãos Breves foram os maiores proprietários de escravos e terras do século XIX, chegando a ter mais de seis mil cativos. José Joaquim Souza Breves foi um dos protagonistas do conhecido processo chamado de “caso do Bracuhy”, que movimentou a

Corte e envolveu outro grande cafeicultor, Manoel de Aguiar Vallim, do Bananal, São Paulo. Em janeiro de 1852, 540 africanos procedentes do Quelimane e da Ilha de Moçambique desembarcaram do Brigue Camargo nas terras da fazenda Santa Rita do Bracuhy, Angra dos Reis, RJ, de propriedade de José Breves. Aberto um inquérito, Breves e Vallim foram levados a júri em Angra dos Reis. E inocentados". BEILER, Aloysio Clemente Breves. O Imperador do Café. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2007: Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/o-imperador-do-caffe>>.

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O Império dos Souza Breves nos oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. (Dissertação de mestrado) UFF, 2010.

- 57 Coleção Eusébio de Queiroz, 1988. Atual coleção EQcr 79/01–49.359. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional.
- 58 EQcr 79/01–49.359, *Op. cit.*
- 59 Coleção Eusébio de Queiroz, 1988. Atual coleção EQcr 79/02–49.360. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional.
- 60 FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 43.
- 61 Coleção Eusébio de Queiroz, 1988. Atual coleção EQcr 79/02–49.360. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional.
- 62 Coleção EQcr 79/01–49.359. *Op. cit.*
- 63 Idem.
- 64 Coleção Eusébio de Queiroz, 1988. Atual coleção EQcr 79/01–49.359. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional. Anexo.
- 65 CHALHOUB. *Op. cit.*, p. 195.
- 66 Coleção EQcr 79/01–49.359. *Op. cit.*
- 67 Idem.
- 68 Id. *Ibid.*
- 69 Id. *Ibid.*
- 70 Id. *Ibid.*
- 71 SILVA, Alberto da Costa. *Das mãos do oleiro: aproximações*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 133.
- 72 SOARES. *Op. cit.*, p. 85-86.
- 73 JENKINS. *Op. cit.*, p. 25.

The Law of Necessity

Caroline Balado Pereira*

Recebido em: 30/05/2016

Aprovado em: 27/06/2016

*BA in History, 2014. MHN scholarship holder, from FAPERJ, from September 2013 to August 2014. E-mail: caroline.balado@gmail.com – Lattes Curriculum: Available at: <http://lattes.cnpq.br/6061214223869242>.

Abstract

The text below is a brief narration about the negotiations network between the slavery interests of the rural and patriarchal elites and the imperial power. The former was pressed by England to declare the end of slavery. To what extent did the abolitionist trend aim to meet the demands of slaves for the recognition of their rights as individuals, and above all, for freedom? To what extent was the proposed abolition of slavery intended to deliberately harm the interests of farmers by expropriating them from their primary resource for the gain and accumulation of wealth? In this context, letters were selected from different regions, addressed to Eusébio de Queiroz, informing about the difficulties encountered in enforcing the 1850 law, which ratified the existing law of 1831, prohibiting the slave trade.

Keywords

Slavery – Abolition – Law – Smuggling.

Câmara dos Deputados (House of the Congressmen), July 16, 1852.

Let us be honest; the smuggling, in Brazil, was attached to interests, or rather, the presumed interests of our farmers, and in a country in which agriculture has such power, it was only natural that the public opinion would lean in favor of smuggling... (...)¹

Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara

When I started the research for the Project “Escritas da História no Museu Histórico Nacional: 1922-2012, um olhar sobre os negros” (Writings of History in the National Historical Museum: 1922-2012, a perspective on black people),² in September 2013, doing the transcription and documentary analysis referring to blacks in the Arquivo Histórico (Historical Archive) of the institution, I came across the Coleção Eusébio de Queiroz (The Eusébio de Queiroz Collection).³ The collection was acquired by the MHN in 1963, through purchase, and currently has a total of 335 documents distributed in three series. The series were: Série Correspondência Ativa e Passiva (Active and Passive Correspondence Series – EQcr – 324 documents); Série Correspondência de Terceiros (Third Party Correspondence Series – EQct – 10 documents); and Série Documentos Pessoais (Personal Documents Series – EQdp – 1 document). These correspondences addressed to Eusébio de Queiroz at different times, covering the period from 1841 to 1861, addressing various subjects – including gratitude and congratulatory letters, questions concerning the Colégio Pedro II (Pedro II public school), complaints about the obstacles faced regarding the applicability of the Law n. 581, of September 4, 1850, known as the Lei Eusébio de Queiroz (Eusébio de Queiroz Law). The complaints were communications and claims about the enforcement of the 1850 law, coming from different locations in the province of Rio de Janeiro, such as: Cabo Frio, Angra dos Reis (Enseada do Bananal and Bracuí),⁴ Itabapoana (now Bom Jesus de Itabapoana) and Macaé (Macaé).

What you will find below is a brief report on a network for the negotiation of the slavery interests of the rural and patriarchal elites as the imperial power was pressured, especially by England, to declare the end of slavery. In this context, we selected letters from different regions of the country addressed to Eusébio de Queiroz,⁵ explaining the difficulties encountered in enforcing the 1850 law, which ratified the previously existing law from 1831, which prohibited the slave trade.

We will make an exercise of reading and reflection to understand the prominent instability regarding the abolitionist ideals, with the goal of debating some of the matters related to these documents. Matters regarding the 1931 law, the 1850 law, the consensual illegality of the smuggling of African slaves, and the role of slaves in the search for their own freedom, individually or collectively.

In 1826, “A Convenção para a Abolição do Tráfico de Escravos” (The Convention for the Abolition of Slave Trade) took place between the Empire of Brazil and Great Britain:

(...) between D. Pedro I, Emperor of Brazil, and George IV, King of Great Britain, for ending the slavery trade on the African coast, signed in Rio de Janeiro on November 26, 1826, and ratified by Brazil on the same date, and by Great Britain on February 28, 1827. However, no law has yet been established. What is formalized is an agreement between the two, that three years after the exchange of ratifications of the present treaty, it will be illegal for the subjects of the Empire of Brazil to smuggle slaves from the coast of Africa, under any pretext or in any possible way.⁶

Despite the three years determined for the end of the trade, it was only after the abdication of D. Pedro I — during the regency period, on November 7, 1831, approximately a year after what had been agreed — that the law for abolishing slave trade in the Atlantic was instituted. The text in the bill begins by saying that “it declares free all the slaves coming from outside the Empire, and imposes penalties on the importers of those slaves”.⁷ This law included all Africans who were found on board of vessels that would reach Brazilian ports without authorization, except for those who were:

(...) registered to serve on vessels belonging to a country where slavery is allowed, if they are indeed employed to

serve those vessels; those who flee from their territories and foreign vessels, will be delivered back to the masters claiming them, and re-exported outside Brazil.⁸

These vessels were subject to inspection and recognition of cargo by certificates issued by the contracting countries. Article 7 also prohibits disembarking “any free man, who is not Brazilian”, subject to deportation.⁹ The article does not define which kind of foreign “free man” would be this, since at that time, free English, French, Dutch, and others would circulate and disembark in Brazil. However, they referred to captured Africans trying to enter the territory on illegal boats.

The law provides for penalties imposing a fine, to be paid by illegal importers, and it is stated that all expenses for the deportation of free men to Africa would remain at their expense. Illegal importers were:

- 1) The commander, the master and the foreman.
- 2) Whoever consciously promoted the illegal transportation intended for the slave trade.
- 3) All those interested in the negotiation, and all those who have knowingly provided funds, or for any reason have given aid, assisting the landing, or consenting it on their lands.
- 4) Those who knowingly buy, as slaves, those who are declared free under Article 1; however, they shall only be required to reimburse the costs of re-export.¹⁰

It also determines that the government should pay a reward to those who report the illegal practice, according to Article 5:

Anyone who reports and provides means for the apprehension of any number of people imported as slaves, or even without notice or court order, perform themselves the apprehension of this nature, or which denounce before a judge or local authority the disembarkment of free people as if they were slaves, in a way that they get apprehended by the government, they shall be paid the amount of 30 thousand Réis for each apprehended person.¹¹

Although its text is incisive in determining guilt and establishing penalties and rewards, the law did not have the desired effect. Or at least not the concept of what was “desired” by close observers from England.¹² This measure was used as a

premise for numerous claims of freedom in court, by black people enslaved in Brazil during the second reign. They claimed before judges and other authorities that they were “new blacks” — a term referring to enslaved Africans, victims of illegal trade, as determined from 1831 on words.

In 1833, only two years after the creation of that law, Eusébio de Queiroz Coutinho Câmara takes on the position as chief of police in Rio de Janeiro, at the age of twenty. In that year, Rio de Janeiro had the largest slave population in the Americas, in a decade in which fifty percent of the urban population was constituted of slaves.¹³ Brazilian elites lived in a time of tension, they feared insurrections, and suppressed any possibility of manifestation of freed and enslaved black people and mestiços (of combined European and Amerindian or african descent). “There is no doubt that Rio de Janeiro had a strong ‘African atmosphere.’”¹⁴

Since the 1820s, the government took measures of acculturation and control of any popular expression on the part of Africans and their descendants, whether capoeira, religious coronation festivals (for example, congadas¹⁵ and candomblés¹⁶). In 1830, the city of Rio de Janeiro published the Código Municipal de Condutas (Municipal Code of Conduct), reiterating such prohibitions. Curbing the slave trade and controlling popular “intentionas” (insurrections) was the top priority of the authorities at that time. To that end, we counted on the young chief of police of the capital of the empire, who acted promptly.

Between the year of his inauguration as chief of police (1833) and the year 1838, when Eusébio de Queiroz was elected congressman for the Assembleia Provincial (the Provincial Meeting) of Rio de Janeiro, important uprisings involving black people and mestiços, whether slaves or not, occurred throughout the empire. Among them: Revolta das Carrancas (1833);¹⁷ Revolta dos Malês (1835);¹⁸ Cabanagem (1835-1840);¹⁹ Revolta do Paty de Alferes (1838).²⁰ The aristocracy had been fearful since the independence process in Haiti (1791-1803), and the fear of uprisings was aggravated within the free population. Farmers, police and political authorities implemented measures of both prevention and repression against any suspicious acts by black people that could shake the order in the city. In this context, the Court judges in the Empire received from the chief of police, Eusébio de Queiroz, on December 18, 1835, a note which read as follows:

According to the statements made by the presidents of Rio de Janeiro and Minas Gerais, there are rumors that slaves want to try an insurrection

movement which is said to rupture in the holy days of Christmas, and as the same attempt can happen in this municipality, and it would be ideal in such a grave situation, do not ignore even the most remote indications, it is your responsibility to take any measures in your power to maintain unchanged the public security and peace, having dissolved any gathering of slaves and arresting those found causing disorder or who become suspicious, but you should always keep a mature positioning, at any steps taken towards that matter, as we have seen disastrous results from the slightest imprudent actions regarding those movements.²¹

The 1830s witnessed a moment of the construction of public security strategies, based upon the fear of the elites and the constant suspicion of popular uprisings. These strategies included the elaboration and implementation of repressive measures, of a generalized and discriminatory nature, focused on black people and pardos (same as mestiços), slaves or not. It is the widespread and continuing suspicion that has become the core of their dominion politics.²²

In other words, the fear there was regarding slave insurrections in the first half of the nineteenth century did not lead them to greater questioning of the slavery as an institution. They could not conceive, in reality, another form of organizing their work structure and the problem of the slave revolts was, apparently, a matter to be managed by “strengthening vigilance”, as recommended by the Brazilian minister in London. (...) The trafficking had been abolished since 1831, but the Africans kept arriving by the thousands between the 1830s and the 1840s.²³

After fulfilling his mandate for four years as a legislative representative in the state of Rio de Janeiro (1838-1842) and six years as federal congressman, and after being appointed judge in Rio de Janeiro (1842-1848), Eusébio de Queiroz took office on September 29, 1848, as Minister of Justice for the Conservative Cabinet. In this position, he was the author of the project that brought to life law

number 581, on September 4, 1850, that ratified the already existing one from 1831, prohibiting the Atlantic trade of Africans sold as slaves for Brazil. The text of the law begins with: “D. Pedro by the grace of God and unanimous acclamation of the peoples. Constitutional Emperor and Perpetual Defender of Brazil: We have made known to all our subjects that the Assembleia Geral (General Meeting) decreed and we want the following law”.²⁴

Would that be a “unanimous” desire to put an end to trafficking? A “unanimous” desire to determine the extinction of a mechanism that played the main role in a system which made richer those slave masters that shared that desire? That was a project promoted by the ruling regency, in the name of the emperor, and which opposed the agrarian elite, mainly the South-Center area of Brazil, especially the regions of Rio de Janeiro, São Paulo and Minas Gerais. How can we include the agrarian elites of the South-Center (nowadays Southeast) of Brazil in this unanimity, especially since they lived their most promising moment regarding their coffee production, demanding more workers, and were still the greatest wealth generators in the empire in this context? With coffee plantations reaching extraordinary peaks in production, with high profits and dependent on slave labor to maintain these numbers, the “unanimity” of this desire would be rather surprising. For now, let us leave this question on hold.

The 1850 law had more details regarding the “measures to be taken and who was responsible for them”, considering its enforcement by the competent authorities. Leaving to the Navy the duty to intercept and delegate auditors to decide what was illegal or not on the vessels and their cargoes. It is more specific in its Articles 8 and 9 than Article 7 of the law from 1831. The latter article called for individual mobilizations, both in the case of denunciations, and in the search for and seizure of illegal cargoes of slave ships, while articles 8 and 9 of the new law determined:

Article 8 All seizures of vessels referred to in articles 1 and 2, as well as the freedom of slaves seized on the high seas or on the coast before, during or after disembarking, in warehouses and depots by the coast and close to the ports, will be prosecuted and tried at first by the Auditoria da Marinha (Navy’s Audit), and secondly by the Conselho de Estado (State Council). The government will order the form of the process in first and second instances, and may create

naval auditing offices in the ports where it considers convenient, and the judges of the respective districts should act as auditors if appointed as such.

Article 9 The Navy auditors shall also have jurisdiction to prosecute the defendants referred to in Article 3. Of two decisions, there will be for the processes the same appeals as in processes of responsibility.

Those included in article 3 of the Law from November 7, 1831, which are not designated by the article 3 of this law, would continue to be prosecuted and tried in the venue of the defendant's residence.²⁵

Article 6 of the the law of 1850 changes the content of article 8 of the 1831 law – which forces the defendants to bear costs of re-exporting their illegal cargo. Article 6 states that re-exporting the cargo would be the government's responsibility and that the cargo should be carried to its port of origin, or any other that best meets the needs of the government itself. And in the event of that re-export being forfeited for any reason, the black people apprehended would be submitted to provide service to the government itself, and it would not be allowed to rent them to any individuals.²⁶ These were – among other slave or freed individuals, detained by the government for various reasons – the “nation slaves”. Their services were employed “in various establishments and state offices of the Empire and provinces”, until 1871.²⁷

From a speech given by Eusébio de Queiroz, at the Câmara dos Deputados, on July 16, 1852, we can elucidate what did the political leaders of the rural elite, including himself, had in their minds:

Let us be honest; smuggling in Brazil was about interests, or rather, the presumed interests of our farmers; and in a country where agriculture is so strong, it was natural for the public opinion to be in favor of trafficking (...) What is, then, so surprising, on our politicians bowing to this law of necessity? Gentlemen, if this were a crime, it would be a general crime committed by Brazil (supported), but I still believe that, when in a nation all political parties occupy power, when all their political men have been called to exercise their obligations, and all of them agree on a course of action, it must be due to

very strong reasons, and therefore it is impossible for it to be a crime (supported), and it would be a mistake to call it an error (supported).²⁸

We can see in the fragment of the speech the ingrained traces of the institution of slavery in the heart of the country at that moment. There is also some complacency about the resistance of farmers to the end of trafficking. It is clear by the way the minister approaches topic when saying: “Let us be honest; smuggling in Brazil was about interests, or rather, the presumed interests of our farmers; and in a country where agriculture is so strong, it was natural for the public opinion to be in favor of trafficking (...)”. The fact is that the economy depended on agriculture — which in turn depended on slavery — to maintain its activities and high rates of development. And politics depended on good economic fluidity to perpetuate themselves in the government, therefore, they depended on the support of the farmers: “(...) the wealth and power of the coffee producers, who would become a major symbol of imperial prosperity throughout the Second Reing (the government of D. Pedro II), was made possible by the violation of the law, and the acquisition of smuggled captives”.²⁹

It was not by chance that “during the second quarter of the nineteenth century (1826-1850)”, “1,041,964” enslaved Africans entered the Brazilian territory, “and other 6,800 came after the new law prohibiting the slave trade in 1850”.³⁰

A second important factor that the speech brings to us is the subtle perception on how to describe what would be the interests of the farmers, when the speaker corrects himself by referring to these interests (which, in fact, does not clearly expose) and modifies them to “presumed interests”. We can *presume*, then, that at that moment there was the concern to safeguard the existence, still, of a mentality in favor of slavery, justifying such presumed “interests” with economic matters of common interest. “What is, then, so surprising, on our politicians bowing to this law of necessity?” What is there to surprise? In fact, it is no wonder that were “our politicians bowing to this law of necessity.” The “necessity” of labor to work on crops, to promote economic growth and the maintenance of private wealth – of those who financed the Empire. For that, they neglected, as much as they could and for as long as it was possible, what the Law of 1831 already forbade and the one of 1850 reinforced.

The years immediately following the adoption of the Law of 1831 marked a decrease in the African slaves import

(...) Sheer illusion, since the traffickers rearticulated themselves and, after 1835, they returned to their business more intensely (...) The smugglers could still count on the high degree of corruption amongst Brazilian authorities, from the lowest to the highest levels of hierarchy, bribing ministers, parliamentarians, military officers, magistrates, police chiefs, police officers, customs officials, etc.³¹

How to combat and make illegal a practice that is intrinsic to the social, political and economic routine of a structure that in favor of that practice? “Gentlemen, if this were a crime, it would be a general crime committed by Brazil (supported)”. How to intervene against an act legitimized by the activity that fills the empire coffers and expands private fortunes of a social class that dictates jurisdiction in the country? To such activity, the slave trade, “it would be a mistake to call it an error (supported).”

In fact, there are records of actions taken by Eusébio de Queiroz against the traffickers in the 1830s, but in January 1837 he sent a letter to the Minister of Justice explaining the difficulty in acting against the traffickers especially due to the complicity of the inspectors in charge of examining the ships.³²

It is important to remember that the slave traders were the ones who supplied the farms, mills, small businesses and houses of labor. And before being labeled “smugglers”, from 1831 on, they were one of the most prestigious and fundamental merchant classes in this society. They were necessary and, besides that, they were not considered criminals. The slave traders were men who held large capital, power, and social and political prestige. It was also common to invest the profit from the slave trade in lands and means of production, in order to prevent bankruptcy in the possibility of abolition and to join the agriculture business, as well as in “many of the new markets such as the commercial, banking and urban transport services.”³³ They got away from the label of “smugglers”, and adopted the image of “great landlords”, “respected farmers”, “businessmen”, “law-abiding citizens”, and other titles that their social *status* would allow them to acquire.

In 1838, around thirty Africans disembarked on the coast near Rio de Janeiro, already branded with the

insignia of the imperial regent, Pedro Araújo Lima (which was later nominated Marquis of Olinda). In 1842, the minister of Justice, Paulino José Soares de Souza (the Viscount of Uruguay) was accused by an American anti-slavery newspaper (*The African Repository*) of leaving “his official duties to lead fifty newly imported blacks to his property countryside of the province in Rio de Janeiro”.³⁴

It must be emphasized that the institution of slavery had not come to an end. Slaves were still used as labor on a large scale, and many made use of enslaved Africans, who continued to be brought illicitly, after 1831. Thus, since there was still a demand for slaves, it kept being supplied illegally, although it was legitimized. If slave ships were not intercepted at sea on their way to the coast, once they arrived at the port, it was much more difficult for local authorities to intervene.

Slaves were brought to beaches close to the major consuming markets, sometimes discreetly overnight, other times on broad daylight, due to the involvement of local authorities providing protection to smugglers.³⁵

The following document, for example, refers to the information contained in a letter addressed to the president of the Province of Minas Gerais, José Ricardo de Sá Rego, written by the Cabo Frio municipal judge, Joaquim José Baptista da Motta, on April 23, 1850, exposing the situation of the slave trade taking place in the region. He said he was being criticized and accused by influential people for not being able to repress an illegal practice that happens in broad daylight in the city, referring to the disembarking of Africans throughout the coast of Cabo Frio. In his report, he mentions a disembarkation that took place on April 13, 1850, and some reports of another, to be held on the fifteenth of the same month. The disembarkation on the 15th never actually happened, as an English frigate surveilling the shore repressed and expelled the clandestine ship. He also requested a police contingent and a small war vehicle, which apparently would have been sent to Macaé for the same reasons, in order to be more efficient in carrying out his services prohibiting the slave trade.

The letter begins reporting an event of which the municipal judge was not initially aware, having been informed about it later, due to criticisms and judgments

by some important figures of the region. It happened that on April 13, 1850, a slave ship arrived at the coast of Cabo Frio and unloaded the imprisoned Africans in the middle of the day, without showing any fear of reprisals:

On the morning of the 13th, they say, a ship came to the city coast with black people, under the name of José [Gonçalves da Silva], which, abusing as usual of his profession as a smuggler, disembarked in broad daylight, transporting his crew to land without waiting for the health inspection as commanded by the Câmara Municipal, which will cause me great complications (...).³⁶

The ship brought enslaved men for José Gonçalves da Silva, described as an apparently imposing and pedantic figure. A veteran in the practice of trading men, we can identify throughout the text, the judge's immobility in decision-making and in his articulation of actions:

When it reached that critical point, I went to Commander Guimarães, and as I told him all that happened, not only did he make José [Gonçalves da Silva] understand my commitment against him, but he also let José know he would not be his partner anymore, which meant the authorities could act as they saw fit.³⁷

Commander Guimarães gave his permission for the authorities to take the necessary measures: “he declared that he did not continue from now on to be his partner, [of José Gonçalves da Silva] so that the authorities could now act in any way they wanted. [The authorities are free from *now* on to take action on the illegal traffic]”. That is to say, in order to defend his position in the fulfillment of his duty — and to exonerate himself for possible offenses against his moral considering the events — Joaquim José Baptista da Motta appeals for the support of people who could guarantee his physical and political safety. He was looking for alternatives to repress the illegal activity through violence, or at least the threat of violence. The document also deals with a second complaint, that of an attempt to disembarking cargo on the fifteenth of the same month. However, the ship had been scolded and shooed by the English on the coast of the city.

The lack of autonomy and authority when facing the “smugglers”, as they are called, added to the precarious state of the repression structure of justice against the traffic and the connivance from the free population, plus the explicit impunity on the

side of the smugglers, as well as the threats against those who stood against them, all of it made it exhausting, slow and usually inefficient to intervene in the illegal trade of Africans, according to what the municipal judge of Cabo Frio says:

With the entrance of this boat I had complaints (informally) of the scandalous disembarkation; but how to apprehend them? With three policemen, I should not cover this, and to count on the people in the land would be so much worse, they would revolt against me. What is there to do then? I have crossed my arms and let the human flesh pass through the city for the infamous exhibition for sale.³⁸

He concludes his report asking for secrecy about his appeals, which was “linked” to the friendship with José Ricardo de Sá Rego, “who in this business advises him how to understand with wisdom (...) so that he is not exposed to the fury of the smugglers here”³⁹ in Cabo Frio.

The document offers concrete figures, regarding the situation of the population and more, it clarifies to us the “unanimous desire” that the initial text of the law of 1850 tells us:

Anyway, in the narrow space of a letter, there is not room enough for the considerations regarding such a tyrannical and abusive trafficking practice, not even to you I need to present them, because with more experience on it than I, you know well how to evaluate the damage that the introduction of black people causes to Brazil, in terms of civilization, morality and religious justice, and yet you may appreciate it as in the parish of Assunção, the least grave one, there are 2,563 slaves and an almost equal amount of free population, with a total of 1,050 blacks and pardos, most of whom have already been captives, and consequently it is not with Africans that we should populate Brazil.⁴⁰

When he points out the numerical data of the population of black people and pardos in the parish of Assunção as the least “grave” because of this “black people”, we can consider that the situation in the other parishes would be alarming.

It is alarming in the sense that this is not the goal or the ideal to be achieved as a model of European civilization that was desired by the unanimity of the white population: a country populated by blacks and pardos, former slaves and their descendants, free and treated as equals. Based on these data, it is possible to “evaluate the damages that the introduction of black people causes to Brazil, in terms of civilization, morality and religious justice”. Definitely “it is not with Africans that we should populate Brazil”.⁴¹

Regarding the judge’s conclusion in his letter, it is important to mention the arguments used by the slave traders, during the heat of the debates in response to the efforts of the abolitionist policies:

(...) they claimed that it would be “charity” to bring slaves from Africa, for they would escape their “despotic rulers” and know the “light of the Gospel”; That the “miserable” would be free from the “ardent and horrible” climate of their country to experience ours, “sweet, fertile and mild”; finally, as for criminals and prisoners of war, instead of dying “for their barbarous habits”, they would receive the “favor” of their lives being preserved, “even if it were in captivity”.⁴²

It is under the basis of civilization, evangelization, and salvation of the pagan souls through labor, that the arguments were sustained to legitimize the practice of European slavery on the African continent and the African diaspora to the Americas. In this sense, we can identify another inflexion between those who defended the trade and those who defended the end of it considering their support by the public opinion. It was a mixture of convenience and comfort, ruled by religion and moralism. Hence the outburst of José Batista da Motta in confessing his impotence towards the traffickers and the lack of alternatives for the correct fulfillment of the law: “I had complaints (informally) of the scandalous disembarkation; but how to apprehend them? With three policemen, I should not cover this, and to count on the people in the land would be so much worse, they would revolt against me. What is there to do then?”.⁴³

It seems that, in fact, José Ricardo de Sá Rego answered the request of the municipal judge and wrote to the vice-president, João Pereira Darrigue Faro,⁴⁴ making him requests. The vice-president, in a letter to Eusébio de Queiroz, written on April 27, 1850, expresses concern about the repression of trafficking and clarifies

that, without a police contingent, it would not be worth risking disagreements between the police authorities and the local inhabitants, lacking the proper support.

Dated April 27, 1850, the letter accurately illustrates what we have narrated so far. It begins by stating that this is not a first call for action of the Minister of Justice: "I send you another document of the complications I have to fight regarding the trafficking practices".⁴⁵ From the letter, we understood that there has been an earlier involvement on the search for solutions. Some document(s) would have been sent, reporting problems of the same nature in the region of Macaé/RJ.

A central conflict appears in his report. Precisely in relation to the legitimacy of the police authority as responsible for enforcing the law against trafficking and punishing the traffickers and their accomplices. This information is contained in the passage in which the author says:

(...) as much as I can help the authorities, it will never be enough to enforce the required respect unless you demand they send some forces there and that the commander of the fort, conniving with the traffickers, is changed.⁴⁶

The possible suspects were well-connected figures with a military equipment far more efficient than the local authorities in some provinces. And, therefore, they would not hesitate to impose reprisals in the case of financial losses caused by the police enforcing the laws. Besides, they had the support of a large part of the population that would be favorable witness of their actions if necessary. This is the outburst of the municipal judge of Cabo Frio in his letter, referring to the knots that tied his hands: insufficient police force and public opinion contrary to those who demanded law enforcement. As the Vice-President acknowledged in his speech: "It is not in any way desirable, Your Honor knows it better than I do, to expose the authorities to misadventures that can originate unpleasant conflicts".⁴⁷ He concluded with another uncomfortable matter for the government itself and for the elites, that is, the need to "call the foreign police to watch over those areas".⁴⁸ In this case, he refers to the British Navy, which acted promptly in the attempted disembarkation on April 15, 1850, in Cabo Frio.

The third document analyzed here was sent by Luis Pedreira do Couto Ferraz, viscount of Bom Retiro, president of the province of Rio de Janeiro at the time, addressed to Eusébio de Queiroz, on February 26, 1851.

The document highlights an interesting matter — the situation of police troops on duty. It portrays the lack of planning and organization when government would subtract forces from the region to send them to other areas of the province:

The captain is still strong in Itabapuana [currently Bom Jesus de Itabapoana], where he must undoubtedly remain as long as he is employed in the diligence that is in charge in that part of the province: he is poorly accommodated there, and the soldiers are tired of their positions at the force and the worst thing is that three of them have already given up, according to what the captain has informed me, while stressing the problem of the lack of comfort in there — all this contributes even more to further aggravate the inconveniences of [?] their jobs.⁴⁹

We realize there was no alternative plan in case they needed to take such measures. Neither by the imperial government, based in Rio de Janeiro, nor by the câmaras municipais. They never mention the role of the *Marinha do Império* (Imperial Navy) on the process of intercepting ships, reporting cases or offering auditors to help the investigation and capture of offenders and illegal cargo. According to the law, in force for approximately six months, in its articles 8 and 9.

It must be noted that, on the thirteenth of this month they were between Carapebás and Paulistas, that is, five leagues away from the city of Macaé, and maybe seventeen from S. João da Barra as a [?] or a ship loaded with Africans that according to information were split between the sailors, five hundred of them, in which over two hundred died at their disembarkation! The referred sailors would then sell them in those places, for all ranges of price, until they were finally helped by Bento Carneiro (son of the Viscount of Araruama) which seems to be the local replacement, and some say he managed to apprehend a few of the Africans.⁵⁰

This information reached the competent authorities too late, and we can notice how unprepared was the local government to take the required measures on their work of inspecting and intercepting smugglers. Both along the coast and during the disembarkation, as shown below:

The Abba [abbot] of São Bento yesterday told me that it was reported to him from local sources that Bentinho's apprehension had been of a very small amount, no more than 40, and that it only happened because he joined the diligence at the end of three days after the disembarkation, which by the way took place not far from Quissamã. If I had soon been notified of the disembarkation, I would have deployed the entire police troops from the city of Campos, although it would be for another jurisdiction, and it is likely that we would have had results, but on the seventeenth day only I had received a vague notification in S. João da Barra, which was only confirmed on the 18th informing of the arrival of the slave ship by the coast.⁵¹

With only inaccurate and speculative information, he justifies himself by the argument that he would have done everything necessary if he were informed in time, but he does not describe any plan of action for an efficient and noteworthy mobilization to optimize their preventive fight against those regular law violations.

The following document we studied is a response from João Pereira Darrigue Faro to Eusébio de Queiros which, according to the date (July 30, 1851) and the topic of the letter, seems to unfold from the previous document. In his letter, the vice-president reports the measures taken as soon as he received his order from the minister:

As soon as I received Your Honor's letter, at 2 o'clock in the afternoon, I sent captain Francisco José Nunes to Court to introduce himself to the armory inspector to be informed of the boarding time. He says in [?] in Itabapuana there are 16 cavalry men with captain Nunes, who will pick those that will be required. He will take 10 line soldiers and a lower rank man, since there are no personnel from the police captain available. I will give captain Nunes instructions with a copy addressed to Your Honor, so it will be official to the municipal judge, the chief of police in S. João da Barra, and the deputy judge of law, so all the help will be available, in case it is needed. (...) ⁵²

The document comprises a conclusive measure, that is, the diligence was ordered to fetch the seized Africans, which I believe are those mentioned in the case of the previous document:

(...) A boat loaded with Africans that according to information were split between the sailors, five hundred of them, in which over two hundred died at their disembarkation! The referred sailors would then sell them in those places, for all ranges of price, until they were finally helped by Bento Carneiro (son of the Viscount of Araruama) which seems to be the local replacement, and some say he managed to apprehend a few of the Africans. The Abba [abbot] of São Bento yesterday told me that it was reported to him from local sources that Bentinho's apprehension had been of a very small amount, no more than 40, and that it only happened because he joined the diligence at the end of three days after the disembarkation (...) ⁵³

The police force consisting of "16 cavalry men with captain Nunes plus 10 line soldiers and a lower rank man," would have gone to look for the possible forty smuggled Africans who were apprehended and escort them safely to the Court, as João Pereira Darrigue Faro determined, in the orders written in an annex sent with the letter: "Once the Africans are delivered to you, they are under your guard and responsibility. You will take all precautions so that they get to the court, where you will hand them over to the most excellent minister of Justice". The captain should decide whether or not there is a need to make further searches for possible Africans lost at the disembarkation: "If further patrolling is necessary for the apprehension of some Africans lost on the way, it must happen soon, and you should request the support of the authorities". ⁵⁴

It is clear throughout all documentation that there is a veiled effort to only mildly contain the transatlantic illegal trade of enslaved Africans, without even mobilizing the Navy, and a precarious mobilization from the government to enforce the laws. "The trade seemed undisturbed". The greatest concern was, in fact, to avoid British suspicions of noncompliance, as well as avoiding any possible external interventions that could have, in fact, hindered the pernicious trade. And as incredible as it may

seem, there were those who feared that news of the laws of 1831 and 1850 would be heard by the slaves. “The fact is that by 1850, (...) coffee farms were probably overflowing with workers illegally forced to slavery”.⁵⁵

The imperial parliament held secret sessions on the law of 1831 on several occasions – in 1837, 1848, 1850. Senators and congressmen feared the repercussion among the slaves of the public debate on illegal African trafficking and the consequent permanence in captivity of hundreds of thousands of people, in disagreement with the law.⁵⁶

The negligence of the authorities and the common sense regarding the application of the 1831 law was maintained after the promulgation of the law in 1850. But the possibilities, however limited, that they offered for the attainment of freedom did not go unnoticed amongst the slaves. It was actually often used as an alibi in requesting freedom before a jury.

The PHD thesis by the historian, researcher and professor of Unicamp, Sidney Chalhoub, entitled *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (Visions of Freedom: a history of the last decades of slavery in the Court), used as one of the sources for this article, shows us cases of slaves on their own initiative, going to court to judicially request their freedom, claiming to be “new blacks”. That is, they would say they had arrived in Brazil after the promulgation of the 1831 Law and that they had been illegally enslaved. Often the allegations were well founded, upon presentation of the entry records annexed to the judicial documents. Sometimes the use of such a statement was seen as a subterfuge for an attempt to obtain freedom. It also reports that even after the law of 1831, as we can see in several sources, slave ships illegally anchored in Brazilian ports. And when reprimanded by the authorities, with their cargoes of Africans apprehended, the government itself would use the black people as labor in various activities, keeping them in public repositories, in the hopes that they would find means to ship them back to Africa. As we have seen allowed by law in Article 6 of the Law of 1850:

All apprehended slaves shall be re-exported on behalf of the State to the ports from which they have come, or to any other place outside the Empire, which is more convenient to the government; and as long as this

re-export does not occur, they will be employed under the government's tutelage, and in no case, shall their services be granted to individuals.⁵⁷

In this sense, the next document, written by José de Souza Breves,⁵⁸ addressed to the minister Eusébio de Queiróz, illustrates the scenario very well, as it reports the unusual events in his farms and nearby properties. In his letters on January 3 and 7, 1853, respectively, he says:

It is under the most painful impressions and full of deepest fear for myself, and for the sake of my men on the field that I write to Your Excellency to ask for us your valuable protection, considering the state it can reach the situation in our lands if [?] will not suffer certain severe [measures?] which [?] would take into consideration, and at least they lead us to believe the threats coming from the chief of police against this class of people, the greatest in the country and the strongest in its ideas that they are the ones that contribute the most to the country's improvement, and by that I mean the farmers.⁵⁹

In this letter, the sender expresses his discontent with the police repression against "a class of people, the greatest in the country", which would be the one that "contributes the most for the improvement", the improvement of Brazil, in the name of the "farmers".

(...) see this important class exposed to a military domain, troops invading their properties to look for African workers [he refers here to those who would be illegal]: you see this class subject to interrogations and the consequences of one or another tense situation, by sordid interests, and if it continues as it is, it will put us at great risk, it will shake our fortunes, and it may bring the country to dire consequences.⁶⁰

In a second letter, on January 7, 1853, the farmer reports a case similar to those studied by Chalhoub in his thesis, in which slaves contacted the authorities affirming they had been enslaved after the law from 1831.

Two farms in Bananal, I know, were searched: but at Nogueira's three blacks presented themselves to the

chief of the patrol saying they were new. While the rest of the slaves observed what would be the result of that statement to manifest themselves, which would happen if it was not for the chief's prudence, who [?] but as he estimated the consequences of such a statement, he handed them over the wife of the owner of the house as he was absent on Monday [search?], but secretly, the police will try to entice blacks by promising them freedom if they declare where they could find new blacks. So, is it not all so very scary? Do we not have much to fear if the proceedings will come out of a very moderate or very circumspect range of actions?⁶¹

The 1840s were marked by high rates of illegally enslaved Africans entering the country. More than forty thousand Africans were brought to Brazil in 1838 and 1839, ranging from fourteen thousand to twenty-three thousand annually during the first half of 1840. An average of almost fifty thousand blacks disembarked every year between 1846 and 1850.⁶²

The above-mentioned document exposes another matter of worry. Besides the fear of insurrections organized by enslaved and free blacks and pardos, some of the farmers feared the possible enforcement of the law, which so far had been made in a "moderate" and malleable way. He would say it was too audacious of the government to subjugate an elite that was responsible for the economic growth of the country.⁶³

By analyzing the second letter, we can observe a fundamental element regarding the movement of slave resistance that was sneaking between the lines of the laws at that moment. The slaves were not unaware of the possibilities that the courts provided them to gain freedom. These individuals realized that by seeking protection through legal channels there was a chance of obtaining a manumission legitimately.

However, we can notice that what the farmer feared the most was not the possibility of an upcoming generation of politically aware slaves or at least conscious of their alternatives, but having to submit to what they considered the arbitrariness of the police. The idea is clear when he says in his first letter: "(...) see this important class exposed to a military domain, troops invading their properties

to look for African workers: you see this class subject to interrogations and the consequences of one or another tense situation (...).⁶⁴ The feeling is confirmed in the second letter, when he concludes by saying: "So, is it not all so very scary? Do we not have much to fear if the proceedings will come out of a very moderate or very circumspect range of actions?"⁶⁵ At no time is there any fear of the slave's cunning to call themselves "new blacks". They feared the reprisal and the threat against the institution of slavery. And if the slaves pronounced themselves, it was the fault of the speculators.

In the understanding of the slavery society, the black slaves, under the condition of merchandise and property, were unable to think and articulate in a coherent way, much less to use legal means to confront the system themselves. Such nonsense could not be conceived. And if it were to happen, it would always be by outside influencing and coercion, by speculators, abolitionist sympathizers or opportunists. This was how most of the slavery elite of the period would think.

From the perspective of the officers trying to entice back slaves with the promise of their freedom in exchange for information on the whereabouts of "new blacks", as suggested by Breves' letter, we can think of it on its speculative aspect. We are working on the legal framework of two complementary laws. And although the law of 1850 in Article 5 deals with the matter of the reward for the seizure of vessels before landing, it does not annul article five of the law of 1831, which treats that same aspect in general. So, speculation, if successful, would be profitable, for it would be thirty thousand réis per person apprehended. It was a system susceptible to corruption and speculation. This is because, according to information provided by the documents analyzed so far, police troops were not treated with due respect by the government, nor did they receive salaries compatible with the risks they faced or with the poor conditions of hygiene and comfort they were subjected to.

Attached to the letter of January 3rd, 1853, there is an answer to the appeals of farmer José de Souza Breves, dated January 18 of the same year.⁶⁶ The answer was in favor of his estimates, as Eusébio de Queiroz tells us in his speech at the Câmara: "What is, then, so surprising, on our politicians bowing to this law of necessity?"⁶⁷ The government, therefore, declared itself on the farmers' side. And that is confirmed on the following passage: "(...) I could tell you what I said even in the parliament, that is, that the government would not search the farms to look back in the past (...)."⁶⁸ We can see the inefficiency and lack of credibility of the

law from 1831 since its promulgation, clearly exposed in the passage which says that the “searches that might happen would aim at recently imported slaves, but never to look into what happened in the past”.⁶⁹ The 1850 law at no time revokes any articles of the previous law. Thus, since 1831, enslaved Africans brought by traffickers were illegal. However, in a country that established its economy by exporting agricultural products, depending on slave labor, how could they assertively combat what they wanted to suppress?

Since many of the great names amongst the landowners have built up their fortunes from the slave trade, and have maintained their prestige and respect with the government that instituted the abolition of slavery, one should wonder how could those laws actually be effective. The document provides elements for us to consider the extent of the skill and insight of suspects of participating in the illegal trade of Africans, sold as slaves (who are not even suspects), when he tells us: “if there is really the desire to do it right, and not to persecute the good men [farmers], and who feel they are innocent, should not fear, for the righteous men [the men of the law] will recognize that it is the fault of the speculators”.⁷⁰ A crucial difficulty is still identified: “The distinction is difficult, even I recognize it”.⁷¹ Distinction of what? Of black slaves who would have arrived before or after the law of 1831, or that of 1850. In recognizing the difficulty in asserting the irregularity or not of slave property, it recognizes the inefficiency of the system in evaluating and determining a fair sentence. He concludes his speech by saying that despite the difficulty of differentiating slaves who are illegal from those who are not, “we proceed with the desire to succeed, and not to persecute good men, which are certain of their innocence”, for these “should not have to fear”.⁷² This statement shows that the legislation applies selectively to different suspects and crimes.

The stereotype that was attached to the image of the slave, of a “non-thinking beast”, irrational and of natural ignorance, did not consider the social formation of the individual turned into a slave in Africa and brought to America at many different moments. Many scholars and even members of the nobility of some African peoples were victims of the Atlantic trade. When they stepped on American soil, they were often recognized by their countrymen and did not lose their status amongst their own. Many have formed leaderships, thought for themselves and organized themselves in many ways to survive in foreign lands, waiting for the best time to react. Alberto da Costa e Silva, in his text “A África refeita no Brasil” (Africa remade in Brazil), describes some of these cases.

When, in 1622, they defeated the cassanze, a vassal king of the Manicongo (or king of Congo), who ruled the region between the lower rivers of Bengo and Cuanza, and destroyed the ensaca (or citadel), the Portuguese of Luanda banished to Brazil several leaders and chiefs who depended on him or were his allies. Some came as slaves; others, as free men, and were enlisted in the army or received pieces of land to provide for themselves; some of them, even having boarded their ships as free men, were illegally enslaved upon arrival. By 1750, to prevent anyone from competing for his succession, the dada Tegbesu, king of Daomé, sold prince Fruku as a slave, along with others of the agaja lineage. Fruku lived for 24 years in Bahia, until his childhood friend, Kpengla, who had taken over the government, sent someone to fetch him (...) Agonglo's son, Andandozan, once made dada in 1797, sent to a slave ship who he had as his opponent, the queen NãAgontimé, mother of the future king Guenzo.⁷³

We can think of the audacity of the Portuguese by sending such personalities to be enslaved on the other side of the Atlantic. As if the distance could erase the memory. And in the face of such audacity, how could no one pay attention to the political abilities of these individuals, or even to the fact that it would be difficult to submit to captivity a man of noble lineage, who was even in the highest ranks of nobility, as king? "The system of compulsory labor (...) was not capable of destroying the (...) sense of dignity" of newly arrived captives. "Many of them sought to reaffirm their human condition by refusing to submit fully to the social standards of their white lords and to maintain their habits, clothing and languages".⁷⁴ A process of affirming a culture that was not bent.

Analysis of historiographical sources are an effort to read about a period of time. To accomplish that, it is necessary to evaluate the feelings, the thoughts and the attitudes that motivate each one of them. Sources are a unique and selected legacy that can bias the way we remember the course of events. Likewise, the baggage of knowledge and values carried by the researcher can lead him to very different conclusions. The work of the historian is investigative

and must be cautious and developed with patience, so it will not fall in the traps of the obviousness (or of what seems to be obvious). Slavery had a purpose, abolitionists had a purpose, sources have a purpose. Therefore, problematizing is necessary and required. Because “the past has passed, and history is what historians do with it when they get to work.”⁷⁵

Notes

1 “Discurso do conselheiro Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso da Câmara em 16 de junho de 1852”, transcribed in MALHEIROS, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis: Vozes/INL, v. 2, p. 209; CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 195.

2 “Escritas da História no Museu Histórico Nacional: 1922–2012, um olhar sobre os negros”, which is a Project dedicated to analyzing the MHN’s collection and the narratives produced by it during its institutional trajectory. It began in 2012, as part of the celebrations of the ninety years of its creation.

3 *Catálogo da Documentação Referente ao Negro no Brasil, século XVII ao XX*. Rio de Janeiro, 1988 (written in honor of the Centennial of the Abolition) — Historical archives of the Museu Histórico Nacional.

4 Place where the illegal landing of Africans occurred and involved major coffee farmers – José Joaquim de Souza Breves (Bracuí) and Manoel de Aguiar Vallim (Bananal). The case became known as the “Caso do Bracuhy” (the Bracuhy Case), confirmed in January 1852, when the suspects went to the jury, but they were deemed innocent.: Read ABREU, Martha. “Ocaso do Bracuhy”. In: MATTOS; SCHNOOR. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 95-165.

5 Eusébio de Queiróz Coutinho Matoso Câmara began his political career in 1832. In that year, the newly graduated Bachelor in Law from the Faculdade de Olinda, was appointed criminal judge and judge external affairs for the Imperial Court. At the age of twenty, he took the position of chief of police of the Province of Rio de Janeiro in 1833. In 1838, at the age of twenty-six, he was elected congressman for the Assembleia Provincial of Rio de Janeiro. In 1842, he was elected general congressman and appointed judge of Rio de Janeiro. In 1848, he was appointed Minister of Justice and in that mandate promulgated the law that became known as the Lei Eusébio de Queiroz, nº 581, on September 4, 1850. The law reiterates another, from March 13, 1831, known as Lei Feijó.

6 Ministério das Relações Exteriores (Ministry of Foreign Affairs). 1826 Article 1 of the Convention. Available in: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atosinternacionais/bilaterais/>>.

7 Câmara dos Deputados. Law of November 7, 1831.

Available in: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7>.

8 Idem.

9 Id. Ibid.

10 Câmara dos Deputados. Law of November 7, 1831.

Available in: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831.

11 Idem.

12 Read: “Para inglês ver? Os advogados e a lei de 1831”. *Estudos Afro-Asiáticos*, year 28, nº 1/2/3, Jan.-Dec. 2007, p. 80-245.

13 KARASCH, Mary C. *Slavelife in Rio de Janeiro: 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987. In: CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

14 SOARES, Luiz Carlos. O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2007, p. 86.

15 *Congada* is a type of dramatic dance that represents the coronation of a king (and sometimes, as well, the coronation of a queen) in Congo, consisting of a procession with moves and songs, in which the dramatic expression of the texts is followed by music, characterized by the *embassy*, by processional motions and symbolic sword fights. It was created by slaves in Brazil, dating from 1674 in Pernambuco, but it may have originated from old disputes between rival tribes of Congo and Angola. (Translator’s note)

16 *Candomblé* is a animist religion, originally from the region in which are now Nigeria and Benin. It was brought to Brazil and established here, allegedly at the beginning of the nineteenth century, by enslaved Africans brought through slave trade, in which priests and followers stage, in public and private ceremonies, the coexistence with forces of nature and ancestors. The first reference to *candomblé* in Brazil is from the 1820s and is related to the revolts of the Malês (Translator’s note).

17 Slaves from two farms from the Carrancas area (previously a district of Rio das Mortes-MG) revolted against their masters. The Campo Alegre and Bela Cruz farms, from the Junqueira family, had nine of their heirs, including the patriarch, José Francisco Junqueira, killed by captives. On the side of the captives, five died in the confrontation and sixteen went to the gallows. Read ANDRADE, Marcos F. A. *Pena de Morte e as insurreições escravas no Império do Brasil: a Revolta de Carrancas e a origem da Lei de 10 de Junho de 1835*.

18 On the morning of January 25, 1835, a Sunday in Salvador, Bahia, approximately six hundred Islamic and literate slaves promoted an uprising, demanding freedom and their extradition to Africa. The revolt became known as the Revolta dos Malês, which is how they would call the Islamic slaves. Read REIS, João José. *A Revolta dos Malês em 1835*.

19 Because of fear, the farmers in the Grão-Pará/PA region joined forces with the cabanos to fight against the blacks and mestiços, scattered in groups throughout the region, attacking from “burrows” and claiming their rights, mostly freedom. The Empire was required to send a police force to contain the uprisings promoted by the ideas of Preto Cosme, a former slave who had already been freed before the revolt.

20 The revolt of Paty do Alferes was marked by the mass escape of over two hundred slaves from two farms in Vassouras-RJ, with the goal of forming a quilombo, in protest of the death of one of them, executed by the foreman working for the farmer Manoel Francisco Xavier. The revolt was led by Manoel Congo.

21 Register of Classified Mail Received by the Police (1835-44), code 335, v. 1, p. 9, NA. In: CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, p. 188.

22 *Idem*, p. 192.

23 CHALHOUB. *Idem*, p. 194.

24 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Available in: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Hist%C3%B3ricos-Brasileiros>>.

25 *Idem*.

26 *Id. Ibid.*

27 SOARES. *Op. cit.*, p. 70.

28 MALHEIROS. *Op. cit.*, p. 195.

29 CHALHOUB. *Op. cit.*, p. 35.

30 *Idem*, p. 37.

31 SOARES. *Op. cit.*, p. 42.

32 CHALHOUB. *Op. cit.*, p. 195.

33 SOARES. *Op. cit.*, p. 31.

- 34 Idem, p. 42.
- 35 Id. Ibid., p. 43.
- 36 Eusébio de Queiróz Collection, 1988. Currently in the EQct collection 3– 49.403. Historical Archives of the Museu Histórico Nacional.
- 37 EQct Collection 3 – 49.403. *Op. cit.*
- 38 Idem.
- 39 Id. Ibid.
- 40 Id. Ibid.
- 41 Id. Ibid.
- 42 CHALHOUB. *Op. cit.*, p. 41.
- 43 EQct Collection 3 – 49.403. *Op. cit.*
- 44 Comendador João Pereira Darrigue Faro, vice-president of the Province of Rio de Janeiro.
- 45 Eusébio de Queiróz Collection, 1988. Currently in the EQcr 39/01. Historical archives of the Museu Histórico Nacional.
- 46 EQcr Collection 39/01. *Op. cit.*
- 47 Idem.
- 48 Id. Ibid.
- 49 Eusébio de Queiróz Collection, 1988. Currently in the EQcr Collection 59/10.1 – 49.280. Historical archives of the Museu Histórico Nacional.
- 50 EQcr Collection 59/10.1 – 49.280. *Op. cit.*
- 51 Id. Ibid.
- 52 Eusébio de Queiróz Collection, 1988. Currently in the EQcr Collection 39/4 – 49.230. Historical archives of the Museu Histórico Nacional.
- 53 Coleção EQcr 59/10.1 – 49.280. *Op. cit.*
- 54 Idem.
- 55 CHALHOUB. *Op. cit.*, p. 110.
- 56 Idem.
- 57 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Available in: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Hist%C3%B3ricos-Brasileiros>>.
- 58 The Breves brothers were the largest owners of slaves and lands of the nineteenth century. They have had more than six thousand captives. José Souza Breves was one of the protagonists of the well-known process called “o caso Bracuhy”, which moved the Empire and involved another major coffee producer, Manoel de Aguiar Vallim, from Bananal, São Paulo. In January 1852, 540 Africans from Quelimane and Mozambique disembarked from the Brig Camargo on the lands of the Santa Rita do Bracuhy farm, owned by José Breves, in the city of Angra dos Reis, RJ. Once an inquiry was opened, Breves and Vallim were taken to jury in Angra dos Reis. And were deemed innocent. (BEILER, Aloysio Clemente Breves. *O Imperador do Café. Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2007: Available in: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/o-imperador-do-cafe>>). LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O Império dos Souza Breves nos oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. (MSc thesis) UFF, 2010.
- 59 Eusébio de Queiróz Collection, 1988. Currently in the EQcr Collection 79/01 49.359. Historical archives of the Museu Histórico Nacional.

60 EQcr Collection 79/01 49.359, *op. cit.*

61 Eusébio de Queiróz Collection, 1988. Currently in the EQcr Collection 79/02 49.360. Historical archives of the Museu Histórico Nacional.

62 FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 43.

63 Eusébio de Queiróz Collection, 1988. Currently in the EQcr Collection 79/02 49.360. Historical archives of the Museu Histórico Nacional.

64 EQcr Collection 79/01 49.359. *Op. cit.*

65 Idem.

66 Eusébio de Queiróz Collection, 1988. Currently in the EQcr Collection 79/01 49.359. Historical archives of the Museu Histórico Nacional. Anex.

67 In: CHALHOUB. *Op. cit.*, p. 195.

68 EQcr Collection 79/01 49.359. *Op. cit.*

69 Idem.

70 Id. Ibid.

71 Id. Ibid.

72 Id. Ibid.

73 SILVA, Alberto da Costa. *Das mãos do oleiro: aproximações*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 133.

74 SOARES. *Op. cit.*, p. 85, 86.

75 JENKINS. *Op. cit.*, p. 25.

E haja luz! Iluminação e distribuição de energia elétrica em Sorocaba (1900-1921)

Thiago Pedrosa Mattos*

Ana Maria Reis de Góes Monteiro**

Recebido em: 30/05/2016

Aprovado em: 27/06/2016

* Historiador pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) – campus de Franca/SP – formado em 2011. Mestrando na área de Teoria, História e Métodos em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade da Faculdade de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. E-mail: thiagohstr@gmail.com.

** Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo e mestrado em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Doutorado pela Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora doutora no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. E-mail: anagoesmonteiro@gmail.com.

Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar os melhoramentos públicos em Sorocaba (1900-1921), com ênfase no setor de iluminação elétrica. Percorreu-se uma trajetória que abordou o início da iluminação elétrica pública no local, assim como aspectos dos recursos hídricos e do setor de transporte — via bondes elétricos —, bem como a realização de edificações para os trabalhadores da São Paulo Electric. Utilizou-se como fontes o Recenseamento brasileiro de 1920, fotografias do acervo do Museu Histórico Sorocabano, dados jornalísticos, legislações municipais e o regulamento para utilização do serviço elétrico correspondente ao recorte delimitado, relacionando-os com estudos acadêmico-científicos correlatos para subsidiar metodologicamente as observações sobre o objeto em análise.

Palavras-chave

Sorocaba. Energia elétrica. Infraestrutura urbana.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar os melhoramentos públicos em Sorocaba (1900-1921), com ênfase no setor de iluminação elétrica. A trajetória a ser percorrida considerou como relevantes as análises acerca dos investimentos da Light and Power no Brasil promovidos, no âmbito regional, pela representação do “tentáculo do polvo canadense”,¹ em alusão, neste trabalho, à The São Paulo Electric Company Limited, a partir de 1911.

Os investimentos do capital injetado pela São Paulo Electric no município de Sorocaba provocaram impactos além das atividades de geração de energia, cujas atenções foram desdobradas sobre a dinâmica da produção do espaço urbano² na localidade descrita.

Iluminação pública: recursos utilizados entre os séculos XVII e XIX

A pesquisa realizada para este trabalho encontrou registros acerca da iluminação pública em Sorocaba desde o século XVII. Almeida³ informou que, a partir da época de fundação da vila (1654), a iluminação utilizava como base o azeite, a cera ou o sebo. O autor mencionou que em dias festivos penduravam-se luminárias na cadeia. No século XIX há registros de utilização de outros recursos: lampiões com azeite de peixe, que foram inaugurados em 1846;⁴ serviço de iluminação a querosene, a partir de 1863;⁵ e gás, que pôde ser utilizado para gerar luz a partir de 7 de setembro de 1878.⁶

Iluminação elétrica: as três versões originárias (1900-1901)

As informações acerca do início do fornecimento de iluminação elétrica em Sorocaba são divergentes, segundo se observará ao longo desta pesquisa. Há três versões originárias que serão abordadas com as respectivas fontes, respeitando-se a ordem cronológica de início das atividades, em conformidade com os registros:

a) Informação de origem jornalística: em edição comemorativa, o jornal *Cruzeiro do Sul* publicou um volume dedicado às reportagens editadas ao longo do século XX sorocabano. Nele se resgatou acontecimentos da história local — com espaço para o assunto da iluminação elétrica —, informando que o início do referido serviço se deu em janeiro de 1900:

A rede de iluminação elétrica das ruas de Sorocaba, montada pelos irmãos João e Vicente Lacerda, começou a funcionar em janeiro de 1900. Em setembro, havia 113 lâmpadas instaladas nas ruas do centro, mas a Câmara, sem levar em conta o motivo que retardara a implantação da rede — a violenta epidemia de febre amarela 1899/1900 —, considerou caduco o contrato de concessão que com eles firmara. Transferida a concessão a A. J. Byington, este implanta o serviço de eletricidade com energia gerada por termoelétrica: uma caldeira a vapor acionava um dínamo bem mais potente e reduz para 2 mil réis por lâmpada a tarifa cobrada para instalações particulares;⁷

b) Informação de pesquisa histórica: em Almeida há menção de que o início da iluminação elétrica em Sorocaba ocorrera em 1900, no mês de setembro, no dia da Festa do Divino.⁸ O autor indicou que houve atraso na inauguração — visto que a concessão foi realizada em 1895 — como consequência da epidemia de febre amarela ocorrida no final do século XIX. A esse respeito, sabe-se que: “A 1º de janeiro de 1900 devia ser a inauguração, mas a gente estava enterrando os mortos com carroças e na vala comum”;⁹

c) Informação estatística: utilizando-se os dados do Recenseamento de 1920 — o primeiro a trabalhar com referências do setor industrial —, foi encontrado o parecer que afirma que o início das atividades de iluminação elétrica no município de Sorocaba se deu em 1901.¹⁰ Ainda, não indica como esse recurso começou na região.¹¹

Para esta pesquisa, considerou-se que a inauguração do serviço de iluminação elétrica em Sorocaba foi prejudicada pelas epidemias de febre amarela no final do século XIX. Entretanto, entre 1900 e 1901, foi iniciada a oferta do recurso, de forma simples e com pouca viabilidade de ampliação naquele momento.

A virada do século XX não foi favorável à realização do serviço elétrico no município, e a sua concessão oscilava quanto a quem seria o fornecedor. Byington, concessionário a partir de 1901, melhorou a qualidade do serviço estabelecido pelos irmãos Lacerda, mas a oferta continuou baixa. A maior conquista do empresário foi conseguir permissão para a construção de uma usina hidroelétrica, iniciada em 1905 por outro investidor, Bernado Liechtenfels, que controlou o serviço elétrico após comprá-lo de Byington. Liechtenfels coordenou as ações do ramo até o final dos anos 1910; a partir de 1911 as iniciativas de energia elétrica em Sorocaba foram controladas pela São Paulo Electric Company Limited, subsidiária da empresa canadense Light and Power.¹²

Os trabalhos de construção da represa de Ituparanga — iniciados em 1905, na transição do grupo de Byington para o de Liechtenfels — previram uma infraestrutura de capacidade energética de dois mil cavalos.¹³ Esse momento foi registrado pelo jornal *Cruzeiro do Sul*, que o reportou com entusiasmo, principalmente o discurso proferido pelo sr. Alfredo Maia. A tônica de Maia era apimentar o imaginário local com ares progressistas, dizendo que a cidade estava destinada à prosperidade industrial, comparando-a com Manchester, na Inglaterra.¹⁴ Alfredo Maia era, naquele momento, superintendente da Estrada de Ferro Sorocabana; foi ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas do governo Campos Sales. Mais tarde, com o desenvolvimento industrial em Sorocaba, tornou-se superintendente da subsidiária canadense Light and Power.¹⁵

A instalação da São Paulo Electric Company Limited promoveu reconfigurações tecnológicas no espaço urbano sorocabano, justificando a pesquisa que resultou neste trabalho. A empresa controlou o serviço de abastecimento elétrico, de água e esgoto, promovendo os melhoramentos locais que serão abordados neste artigo. Contudo, antes de iniciar a história da relação entre a empresa canadense e os melhoramentos urbanos no município de Sorocaba, se abordará a metodologia das análises do cenário

sociopolítico local em 1910, em apoio à compreensão de dinâmicas sociais envolvidas no setor de energia elétrica.

Materiais e métodos: análises de perspectivas

O desenvolvimento desta pesquisa — com o objetivo de analisar os melhoramentos públicos em Sorocaba (1900-1921), com ênfase no setor de iluminação elétrica — considerou como instrumento de análise três perspectivas metodológicas dedicadas ao objeto *espaço urbano*. A utilização estruturou-se em observações acerca de:

a) Origem do capital promotor da instalação de energia elétrica no Estado de São Paulo na República Velha (1889-1930). Em conformidade com a tese de Santos, que estudou empresas de geração de energia elétrica na virada do século XX, apontou-se que, no interior paulista, as quatro empresas em destaque foram: “(...) a Empresa Elétrica de Sorocaba, a Companhia Mogiana Força e Luz, a Empresa Força e Luz e a Luz de Ribeirão Preto. Seus proprietários geralmente eram homens da região, cujos nomes transitavam entre a política e o café”.¹⁶ Ao longo da pesquisa e do estudo realizado, não foram encontrados dados que indiquem relações do capital cafeeiro com a distribuição energética em Sorocaba;¹⁷ aliás, a esse respeito, não foi encontrado qualquer vestígio de que o grão fosse a força motriz de destaque econômico para o município.¹⁸ Esse fato motivou a necessidade de conhecer melhor os acontecimentos relacionados à política local. Utilizou-se de fontes jornalísticas, em metodologia dialógica, na análise de conteúdos compostos, filtrando-se as ideologias opostas dos grupos políticos locais em 1910. A escolha das fontes está relacionada à busca por informações políticas, acessíveis em jornais.¹⁹

b) Distribuição de recursos energéticos e hidráulicos fornecidos pela São Paulo Electric Company Limited. Para conhecer os acontecimentos relacionados às iniciativas da subsidiária paulista do grupo Light and Power, utilizou-se fontes diversificadas, como informações de jornais, dados estatísticos do Recenseamento de 1920, fotografias que ilustrassem o período e conteúdo bibliográfico dialógico, de forma a permitir interações entre as referências e as fontes recorridas. A magnitude dos fenômenos e recursos analisados considerou que o grupo da São Paulo Electric foi responsável por administrar e distribuir serviços públicos em

Sorocaba no início do século XX. Essa metodologia de observação foi subsidiada pela tese defendida por Carvalho, na qual o autor afirmou que:

(...) configura-se como imprescindível acompanhar o papel desempenhado pela empresa São Paulo Electric Company [subsidiária da Light & Power], uma vez que essa companhia foi responsável pela intensificação do serviço de energia elétrica, bondes elétricos, bem como esteve envolvida na questão da expansão do serviço de água e esgoto na cidade.²⁰

c) Especificidade da produção do espaço urbano quanto à dinâmica de localizações, visto que a infraestruturação urbana pode ser um indício de movimentação de interconexões envolvendo os agentes políticos e a iniciativa privada na valorização de áreas, mediante a disposição de equipamentos de serviços; aspecto que se fundamentou, neste artigo, em referências bibliográficas e fontes de normas urbanísticas contemporâneas aos fatos. A esse respeito, em tese defendida por Villaça, compreende-se:

A especificidade da produção do espaço urbano não está nas formas urbanas tridimensionais, pois a produção de tais formas é comum a toda e qualquer produção material — seja de sapatos, cadeiras, remédios, casas ou televisores. A especificidade da produção do espaço urbano não está na produção de edifícios, postes, infraestrutura urbana ou ruas, mas nas suas interconexões, nas suas inter-relações, ou seja, nas suas localizações e nos movimentos destas. Não se trata de sutilezas intelectuais, mas da busca de um conceito que tenha utilidade teórica para entender a história do espaço urbano.²¹

Energia elétrica e política local (1900-1911)

No ano 1910, os ânimos políticos estavam acirrados, motivados pela disputa eleitoral que envolvia Hermes da Fonseca e Rui Barbosa para a Presidência da República. Barbosa era o candidato do Partido Republicano Paulista (PRP), promotor de uma política econômica polêmica acerca das negociações e monopolização do mercado cafeeiro; priorizava-se, quase que exclusivamente, os interesses da cúpula correligionária; questão evidenciada pela política de valorização do café realizada no governo presidencial de Afonso Pena (1906-1909),²² que morrera antes de terminar seu mandato,

sendo substituído pelo respectivo vice, Nilo Peçanha (1909-1910), ex-presidente da província do Rio de Janeiro.

Na conjuntura sorocabana, Rui Barbosa era apoiado por Nogueira Martins, Luis Pereira de Campos Vergueiro e pelos irmãos Camargo Pires que, concomitante à política, dirigiam o *Cruzeiro do Sul*. Hermes da Fonseca, por outro lado, era apoiado por Joaquim Marques Ferreira Braga e Antônio de Oliveira — proprietários do jornal *A Cidade de Sorocaba* —, além de José Castro Lima, da folha *O Operário*.²³

Em 19 de junho de 1910, Antônio de Oliveira escreveu, em *A Cidade de Sorocaba*, palavras que tumultuaram as relações políticas com Antônio Augusto Covelo, que comandava o 1º Ginásio Sorocabano e tinha relações de apreço com os diretores do *Cruzeiro do Sul*. Quando Antônio de Oliveira foi visitar o Ginásio, para uma suposta inspeção federal, Covelo foi acusado de o ter agredido. Esse incidente foi entendido como uma retaliação política pelos hermistas, que organizaram um protesto contra Covelo e associados ao *Cruzeiro do Sul*,²⁴ ou seja, apoiadores do PRP de Rui Barbosa. O protesto realizado não terminou de forma pacífica.

Na manchete do dia 21 de junho, o *Cruzeiro do Sul* destacou: “Banditismo sanguinário”, cuja reportagem, relatou “Insultos, ameaças do Braga, do Antônio de Oliveira, do Chico Loureiro e outros. Assalto contra o Dr. A. A. Covello e a redação do *Cruzeiro*. Tiroteio dos bandidos. Desenlace fatal. Mortos e feridos”.²⁵ Em contrapartida, o jornal de Braga, *A Cidade de Sorocaba*, noticiou na sua manchete do dia 26 — O crime do “*Cruzeiro*” — palavras de ordem clamando justiça: “Necessidade de rigor policial. Justiça necessária. Crime sem precedentes. Notas de solidariedade e outras notas”.²⁶

Foi possível apurar, mediante o incidente do dia vinte de junho, a morte de dois operários envolvidos nos embates políticos eleitorais presidenciais em Sorocaba no ano de 1910: Lino Gonçalves e Gastão de Camargo, além de outras oito pessoas que ficaram feridas. Um desses, o operário Belmiro de Oliveira, faleceu no dia seguinte. A esse respeito, assim retratou *A Cidade de Sorocaba*:

A tristíssima ocorrência de segunda-feira é única, fica isolada nos anais desta cidade. Prova de semelhante covardia jamais se exibiu aqui. Preciso foi que, para que tal coisa acontecesse, tivemos vindo a decair em

moralidade até o ponto de assumirem uma parcela do governo local os fariseus de antes de 1906, os fatores da ruína material, da quebra dos foros civilizados da família sorocabana, contra quem, na impossibilidade de coagi-la ao silêncio e à submissão nem que fora arraial conquistado, se arremetem como covardes, pelas costas, e sob a proteção de um pugillo de soldados levianos, ou sem comando, ou com comando em abandono pelo chefe de direito! (...)

É bom não esquecer que o Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro, deputado estadual, foi denunciado pelo “Cruzeiro” como um dos cúmplices dos assassinatos da noite de 20, tendo estado durante a tarde e parte da noite na redação do mesmo.²⁷

Filtrando-se o tom indignado apresentado pelo grupo hermista local — ao parecer da ocorrência, entenderam-na como covardia, levando-se em consideração que os manifestantes foram alvejados pelas costas —, constam informações interessantes, que demonstram possíveis envolvimentos de políticos influentes no calor dos fatos. Sabe-se que, após o ocorrido, a defesa dos acusados foi realizada pelo advogado Júlio Prestes, sendo o processo encerrado sem aparentes punições, conforme parecer do juiz J. M. de França Júnior, em 9 de junho de 1911.²⁸

Contudo, não terminou aí a história de tragédias envolvendo os grupos políticos vinculados aos jornais locais *A Cidade de Sorocaba* e o *Cruzeiro do Sul*.

Estreitando-se a escolha metodológica — a) Santos²⁹ — aos fatos ocorridos durante os empreendimentos de iluminação pública em Sorocaba no início do século XX, foi possível entender que o controle do fornecimento elétrico em Sorocaba inseria-se no contexto das relações políticas, estando presentes animosidades diversas. Ao longo da primeira década do século XX, o serviço de iluminação elétrica em Sorocaba era precário, com dificuldades na expansão do recurso, influenciado, inclusive, por problemas de salubridade ocorridos no final do século XIX. A perda da concessão pelos irmãos Lacerda não foi superada por eles, ao menos sob a perspectiva sentimental. Essa ocorrência foi inflamada por grupos políticos locais, e pôde ser entendida como uma componente motivadora do fato ocorrido em 29 de setembro de 1911, noticiado em *A Cidade de Sorocaba*:

Soou finalmente no dia 29 do passado às 9 horas da noite, o momento em que devia ser arrancado do convívio dos seus amigos a vida preciosíssima daquele nosso distinto chefe, pelo braço homicida do terrível monstro que se chama João de Oliveira Lacerda. (...)

Reviveu uma velha e bolorenta questão de contrato de fornecimento de luz e força, firmado entre a Câmara e o assassino do nosso chefe. Questão liquidada a cerca de 10 ou 12 anos de que nem se lembrava o assassino, único nela interessado; aproveitaram-se disto, porém os politiquinhos da situação e açularam esse monstro com figura humana (...) o assassino já não saía da redação do *Cruzeiro* onde outrora não aparecia; o redator-chefe da folha já saía em sua companhia pelas ruas procurando algumas vezes o nosso chefe como quem procura uma agulha em palheiro, até que afinal um dia o monstro levou a cabo a sua ideia e segundo dizem foi assistir a essa cena de selvageria, uma autoridade que sabia do plano previamente delineado.³⁰

O fato também fora noticiado pelo *Cruzeiro do Sul*, que publicou a nota — “Triste ocorrência” — um dia após o atentado. Sem pormenorizar os méritos da questão, afirmou que houve um desentendimento entre Lacerda e Braga “(...) na esquina da rua Direita com a rua do Comércio (...)”,³¹ cujo desfecho levou este ao óbito.

Em relação aos dizeres publicados em *A Cidade de Sorocaba* do dia 8 de outubro de 1911, questiona-se a intenção do redator em aproximar Lacerda da redação do jornal concorrente, fato que, possivelmente, só fazia sentido — na dialética *defesa/acusação* — aos contemporâneos da ocorrência. O que é possível afirmar, mediante o contexto conturbado, é que dias antes foram publicadas — no *Cruzeiro do Sul* — ao menos duas notas³² — na Seção Livre —, assinadas por “Lacerda”, acerca da concessão de iluminação pública, ambas sob o título de “Ação contra a Câmara” (continuação). Na nota do dia 27 de setembro, assim escrevera:

Perversidade, foi a de Ferreira Braga, advogado da Câmara, fazendo a sua constituinte ingenuamente vender a J. Bynghton uma empresa que não lhe pertencia e que fora apossada pelo assalto jurídico fundamentado na proposital falsificação feita no livro de notas nº 50, fls. 16 v. linha 21, com ilusão da própria justiça e sem pesar as consequências que daí viriam à mesma Câmara em

detrimento de sua moral ou “decripitude”, na frase de seu patrono, amante de enxotar bandidos, mas, não ao que fez a magna obra no livro de notas, visto ser ela em proveito de sua constituinte que, muito honradamente, defende os seus direitos, lançando mão de tudo que encontra, mesmo em “decrepitude”, da moral do seu patronato já bastante popularizado nas vitrinas de São Paulo com nítida fotografia acompanhada de cartaz com dizeres que os leitores já sabem e que não preciso repetir aqui.³³

No dia vinte, a nota tinha conotações um tanto quanto peculiares em relação aos dizeres. O autor iniciou o texto abordando um conteúdo que também foi utilizado depois na nota supracitada, referente ao dia vinte e sete, acerca dos supostos detalhes da falsificação. Contudo, após mencionar que Ferreira Braga foi acusado, segundo as páginas do jornal *Cruzeiro do Sul*, de ficar com 85\$000 pertencentes à Casa Loureiro, insinuou que o pai de Braga havia fugido de Sorocaba por motivos dúbios. Assim concluiu João Lacerda:

Podiam promover a execução!!!...

E, Campoerê, pôs mãos à obra, contente, satisfeito, alegre, de olhos esbugalhados pela cerveja, cachaça, etc., sem pensar no dia de amanhã.

Sorocaba, 18 de setembro de 1911.

J. Lacerda

(Continua).³⁴

Dizer que o trecho foi uma ameaça soa falso. Todavia, o ex-advogado da Câmara, Joaquim Marques Ferreira Braga, foi assassinado por João Lacerda no dia 29 de setembro de 1911.

Este contexto político conturbado não favoreceu o crescimento do setor energético, nem contribuiu para a oferta de iluminação pública por empresários locais. Contudo, o cenário mudou nos anos subsequentes, estimulado pelos investimentos de uma empresa multinacional.

The São Paulo Electric Company Limited: instalação, investimentos e serviços em Sorocaba (1911-1922)

A instalação da usina elétrica no salto de Itupararanga, em 1911, foi uma obra monumental; “(...) foi considerada a sétima maior usina hidroelétrica desse tipo no mundo”.³⁵ A compra foi realizada pela Light and Power, que

adquiriu a Empresa Elétrica de Sorocaba, pertencente ao Banco União, cujos capitais tinham vínculo com a indústria têxtil.³⁶ A compra foi noticiada pelo jornal local *Cruzeiro do Sul*, em 25 de junho de 1911, cuja matéria — “Empresa Eletricidade de Sorocaba” — afirmava que:

Segundo noticiaram os jornais de São Paulo, foi anti-ontem lavrada e assinada nas notas do quarto tabelião dali a escritura de compra, por parte da Light and Power, da Empresa Eletricidade desta cidade.

O preço da compra foi de três mil contos de réis.³⁷

Em conformidade com a notícia, no dia 23 de junho ocorreu a assinatura de compra e venda da empresa. Cabe destacar que, conforme Carvalho, no dia 23 daquele mês houve a oficialização do “(...) decreto nº 8.791”,³⁸ permitindo-se constituir a São Paulo Electric Company Limited.

Investigando-se os vestígios do início dos trabalhos da São Paulo Electric em Sorocaba, foi possível encontrar, no acervo do Museu Histórico Sorocabano, fotografias que registraram esses momentos, conforme exposto pelas figuras 1, 2, 3 e 4.

Figura 1 – Início dos trabalhos na barragem no começo da década de 1910.



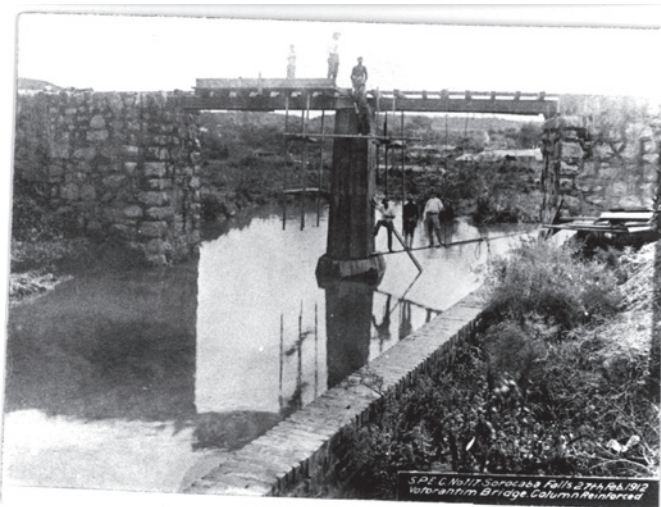
Fonte: São Paulo Electric Company. Light - Canal, s/d. Museu Histórico Sorocabano. Álbum A1-133, 9x12.

Figura 2 – Etapa construtiva em Itupararanga no início da década de 1910.



Fonte: São Paulo Electric Company. Light - Construção da Represa, s/d. Museu Histórico Sorocabano. Álbum A1-135, 9x12.

Figura 3 – Construção de ponte da São Paulo Electric Company Limited em Votorantim (1912).



Fonte: São Paulo Electric Company. Light - Construção de Ponte, 1912. Museu Histórico Sorocabano. Álbum A1-134, 9x12.

Essa articulação dos recursos da canadense Light and Power permitiu a configuração de uma *holding*. Com a contribuição de estudos realizados por Santos, pode-se dimensionar Itupararanga como uma estratégica movimentação de investimentos no interior paulista, viabilizando a consolidação de um projeto econômico de proporções internacionais, realizado no Brasil, visto que:

Após a aquisição da Empresa Elétrica de Sorocaba, transformada em São Paulo Electric Co., Frederick Stark Pearson e Alexander William Mackenzie passaram a arquitetar a criação de uma *holding* para realizar a gestão financeira das três companhias brasileiras do grupo Light. No mês de julho de 1912, a The Brazilian Traction Light and Power foi constituída em Toronto, tendo como presidente Frederick Stark Pearson.³⁹

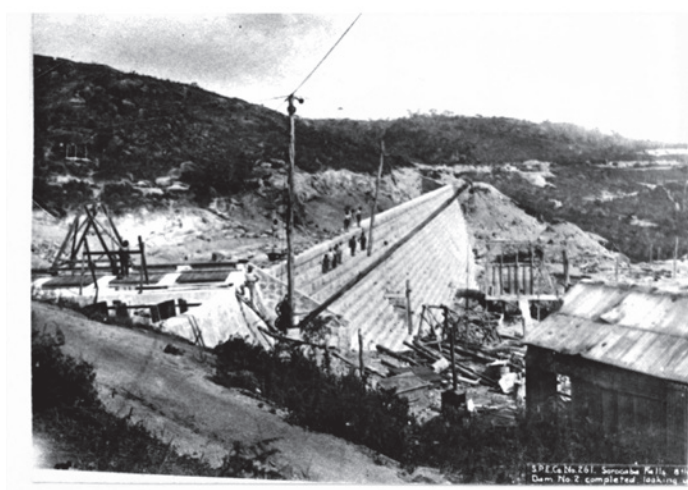
Essa característica foi analisada por Weid, que expôs as particularidades dos trâmites capitalistas de crescimento da empresa; sob um aspecto específico, a análise está relacionada ao serviço de energia elétrica no Rio de Janeiro, vinculado ao grupo Guinle. Todavia, a autora amplia a questão ao esmiuçar especificidades do interesse capitalista da Light no Brasil. Em alusão às ramificações tentaculares dos investimentos da canadense, Weid resgatou a expressão “polvo canadense”, utilizada no início do século XX para se referir aos investimentos da Light and Power no Brasil:

(...) o leque de atividades da companhia foi muito maior do que o previsto inicialmente — ela não só exercia o monopólio nas diversas áreas em que atuava, mas também tinha por isso mesmo atividades múltiplas. Era uma *holding*, mas também um *trust*, o que levantou animosidades entre políticos e empresários nacionalistas e na sociedade em geral. Os Guinle, por seu interesse particular na área de eletricidade e iluminação, lideravam a campanha contra a multinacional e utilizavam largamente a imprensa neste sentido. Com isso, formavam uma onda de opinião pública contra o Polvo Canadense.

E o apelido pegou. O Polvo atuava não só no Rio, mas também em São Paulo e, se levarmos em conta a área de telefonia, que foi desenvolvida inicialmente meio

a contragosto, os serviços expandiam-se por quatro estados. Foi também esse gigantismo que definiu a necessidade da criação da Brazilian Traction, que era uma forma de controlar a expansão acionária das subsidiárias, muito especialmente da sucursal do Rio de Janeiro.⁴⁰

Figura 4 – Construção da barragem da São Paulo Electric Company em Itupararanga.



Fonte: São Paulo Electric Company. Light - Construção da Represa, s/d. Museu Histórico Sorocabano. Álbum A1-136, 9x12.

Contudo, a materialização dos investimentos da Light and Power na subsidiária The São Paulo Electric Company Limited, em Sorocaba, não ficou restrita apenas à barragem e à usina para distribuição de energia elétrica. A empresa esteve no controle da oferta de transporte realizada por bondes elétricos (I), assim como no da distribuição de água e esgoto (II). Concomitantemente ao supracitado, note-se o destaque para a edificação de casas operárias (figura 5), incluindo-se uma para os engenheiros (figura 6). Essa característica permitiu a formação de uma vila operária (figura 7) nas imediações da represa e da usina (figura 8).

Figura 5 – Casa operária em Itupararanga no fim da década de 1910.



Fonte: São Paulo Electric Company. Light - Residência, s/d. Museu Histórico Sorocabano. Álbum A1-143, 9x12.

Figura 6 – Residência dos engenheiros da São Paulo Electric Company em Itupararanga em 1917.



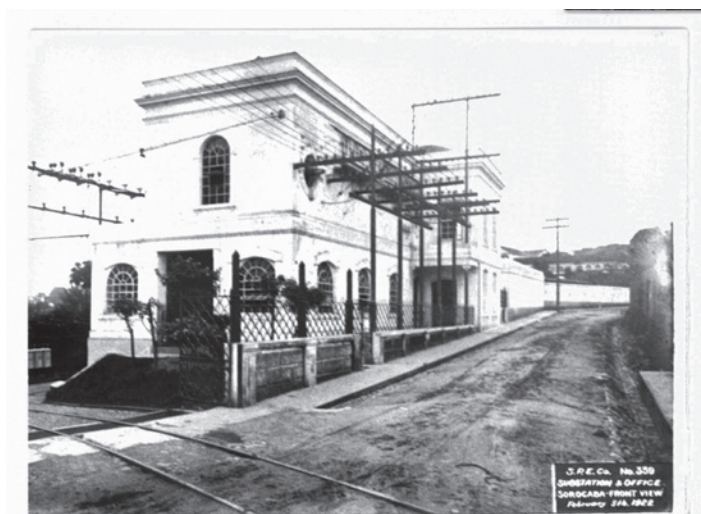
Fonte: São Paulo Electric Company. Light - Residência dos engenheiros, 1917. Museu Histórico Sorocabano. Álbum A1-147, 9x12.

Figura 7 – Vila operária em Itupararanga em 1920.



Fonte: São Paulo Electric Company. Light - Vila operária, 1920. Museu Histórico Sorocabano. Álbum A1-156, 9x12.

Figura 8 – Usina da São Paulo Electric Company em Sorocaba (1922).



Fonte: São Paulo Electric Company. Usina de Força da Light, 1920. Museu Histórico Sorocabano, Álbum A1-163, 9x12.

I - Os bondes elétricos:

Em 30 de janeiro de 1915, na seção “Melhoramentos Locais”, do *Cruzeiro do Sul*, foi anunciado: “Serão hoje inaugurados em Sorocaba os bondes elétricos”.⁴¹ Na mesma nota, informou-se o valor das passagens, cuja quantia era de trezentos réis,⁴² sendo estas — no dia da inauguração — revertidas à Santa Casa.⁴³ As linhas seguiam dois sentidos: largo da Independência — rua dos Morros (esquina da rua Dr. Olivério Pilar), e vice-versa. Contudo, havia duas possibilidades itinerárias para os respectivos sentidos, com poucas variações entre si, conforme a Tabela 1 indica. A utilização dos bondes era mais requisitada em dias festivos, cuja demanda era quatro vezes maior do que a dos dias úteis, conforme relatou Gaspar, na observância do ano de 1918.⁴⁴

A localização do atendimento das linhas de bonde elétrico atendia ao centro e imediações. Saliente-se que a soma do valor das passagens de uma viagem de ida e volta — seiscientos réis — permitia comprar uma quantidade razoável de carne, de acordo com os padrões monetários da época. O fator da circunscrição das linhas com o valor das passagens inviabilizava a utilização de maneira abrangente. A figura 9 ilustra a passagem do bonde elétrico pelas ruas São Bento e XV de Novembro, por volta de 1924.

Figura 9 - Bondes elétricos da Light no centro de Sorocaba.



Fonte: Autoria não identificada. Transporte - Bonde - Rua de São Bento, 1924. Museu Histórico Sorocabano. Pasta P11-088, 24x16.

Tabela 1 - Itinerário e horários dos bondes elétricos em Sorocaba a partir da inauguração

Ponto de Partida	Horários	Itinerário
Largo da Independência (a)	5:00; 5:40; 6:20; 7:00; 7:40; 8:20; 9:00; 9:40; 10:20; 11:00; 11:40; 12:20; 13:00; 13:40; 14:20; 15:00; 15:40; 16:20; 17:00; 17:40; 18:20; 19:00; 19:40; 20:20; 21:00; 21:40; 22:20.	Largo da Independência, Rua Coronel Moreira César, Rua da Penha, Rua Padre Luiz, Rua S. Bento, Rua da Ponte, Rua Dr. Fajardo, Rua Souza Pereira, Rua São Paulo, Rua Boa Morte, Rua dos Morros até a esquina da Rua Dr. Olivério Pilar.
Largo da Independência (b)	5:20; 6:00; 6:40; 7:20; 8:00; 8:40; 9:20; 10:00; 10:40; 11:20; 12:00; 12:40; 13:20; 14:00; 14:40; 15:20; 16:00; 16:40; 17:20; 18:00; 18:40; 19:20; 20:00; 20:40; 21:20; 22:00; 22:40.	Largo da Independência, Rua Coronel Moreira César, Rua da Penha, Rua da Matriz, Rua Dr. Álvaro Soares, Rua Souza Pereira, Rua São Paulo, Rua Boa Morte, Rua dos Morros até a esquina da Rua Dr. Olivério Pilar.
Rua dos Morros – esquina com a Rua Dr. Olivério Pilar (a)	5:00; 5:40; 6:20; 7:00; 7:40; 8:20; 9:00; 9:40; 10:20; 11:00; 11:40; 12:20; 13:00; 13:40; 14:20; 15:00; 15:40; 16:20; 17:00; 17:40; 18:20; 19:00; 19:40; 20:20; 21:00; 21:40; 22:20.	Rua dos Morros, Rua Boa Morte, Rua São Paulo, Rua Souza Pereira, Rua Dr. Álvaro Soares, Rua da Matriz, Rua da Penha, Rua Coronel Moreira César, Largo da Independência.
Rua dos Morros – esquina com a Rua Dr. Olivério Pilar (b)	5:20; 6:00; 6:40; 7:20; 8:00; 8:40; 9:20; 10:00; 10:40; 11:20; 12:00; 12:40; 13:20; 14:00; 14:40; 15:20; 16:00; 16:40; 17:20; 18:00; 18:40; 19:20; 20:00; 20:40; 21:20; 22:00; 22:40.	Rua dos Morros, Rua Boa Morte, Rua São Paulo, Rua Souza Pereira, Rua Dr. Fajardo, Rua da Ponte, Rua de São Bento, Rua Padre Luiz, Rua da Penha, Rua Coronel Moreira César, Largo da Independência.

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, 30/12/1915, p. 2.

Acerca dos trabalhadores dos bondes elétricos da Light, assim relatou Gaspar:

Naquele tempo o gerente da São Paulo Electric Company, em Sorocaba, era o Sr. Emílio Kerr; escriturário, Sr. Otávio Osse; almoxarife, Sr. Fortunato do Amaral; caixa, Sr. Carvalho Braga, e mais empregados de escritório, cujos nomes nos escapam no momento.

Chefe do pessoal eletricitista: Sr. José Scrobatz; chefe do tráfego dos bondes, Sr. Giotto Pannunzio (...)

Os primeiros motorneiros sorocabanos foram os senhores: Joaquim Frederico, Avelino Rosa, Fernando Camargo, Silvério Luongo, Santiago Campos, Preciliano Vasconcellos, Paulo Bella e José Ferraz de Almeida.

Havia um graxeiro para engraxar as curvas dos bondes: chamava-se João Bonini. Antônio Cosme, apelidado “3 bigodes”, era o zelador e truqueiro dos bondes.

Os operadores eletricitistas que se revezavam de 8 em 8 horas, na subestação dos bondes, luz e força, em 1915, eram: Nicolau Montalto, Antonio Porto, Alírio Sabóia e Antonio dias.

Nesse tempo, a São Paulo Electric Company não possuía automóvel e nem caminhão.

O serviço de ruas era feito por carroça e um trole de quatro rodas puxado por um cavalo, cujo cocheiro chamava-se João Sewaybricker, já falecido.⁴⁵

II - O serviço de água e esgoto:

Transportar água potável não era uma tarefa simples. No início dos anos de 1920, por exemplo, Sorocaba tinha instalada uma rede de água e esgotos que, porém, não abrangia todo o município. Nesses casos, a população utilizava-se de outros recursos, como os pipeiros, por exemplo, responsáveis por transportar água, via animais, conforme ilustra a Figura 10. Almeida afirma que essa profissão existia em Sorocaba, pelo menos desde 1875. Consta que, em 1885, a maioria dos pipeiros eram italianos, os mesmos que promoveram a primeira greve registrada em Sorocaba, segundo os dados de pesquisa do autor.⁴⁶

Figura 10 – Transporte de água com pipeiros em 1920.



Fonte: Autoria não identificada. Abastecimento de água - Pipeiros, 1920. Museu Histórico Sorocabano. Pasta P7-093, 12x9.

Tabela 2 – Cidades com mais de 400 penas d'água em 1920 (exceto as capitais estaduais).

	Penas d'água		Penas d'água
Pelotas (Rio Grande do Sul).....	6.245	Casa Branca (São Paulo).....	767
Campinas (São Paulo).....	5.561	Cachoeira (Bahia).....	758
Piracicaba(São Paulo).....	3.200	Theophilo Ottoni (Minas Geraes)....	750
Campos(Rio de Janeiro).....	2.880	Batataes (São Paulo).....	750
Rio Grande (Rio Grande do Sul).....	2.737	Itajubá (Minas Geraes).....	625
Sorocaba (São Paulo).....	2.400	Descalvado (São Paulo).....	623
Araraquara (São Paulo).....	2.200	Macahé (Rio de Janeiro).....	621
São João d'El-Rey (Minas Geraes)...	2.000	Pirajú (São Paulo).....	605
Bagé (Rio Grande do Sul).....	1.608	Pouso Alegre (Minas Geraes).....	600
Taubaté (São Paulo).....	1.399	Atibaia (São Paulo).....	600
Franca (São Paulo).....	1.380	São Vicente (São Paulo).....	552
Ouro Preto (Minas Geraes).....	1.279	Olinda (Pernambuco).....	550
S. José do R. Pardo (S. Paulo).....	1.102	Porto Feliz (São Paulo).....	550
Tatuhy (São Paulo).....	1.030	Sertãozinho (São Paulo).....	536
Ponta Grossa (Paraná).....	1.015	Pindamonhangaba (São Paulo).....	512
Lorena (São Paulo).....	1.000	Varginha (Minas Geraes).....	510
Rio Claro (São Paulo).....	1.000	Iguassú (Rio de Janeiro).....	500
Corumbá (Matto Grosso).....	986	São Roque (São Paulo).....	500
São Manoel (São Paulo).....	950	Santa Rita do Passa Quatro(São Paulo)	491
Carangola (Minas Geraes).....	915	Pirassununga (São Paulo).....	482
São Bernardo (São Paulo).....	910	Santo Amaro (Bahia).....	473
Uberabinha (Minas Geraes).....	900	Araxá (Minas Geraes).....	465
Mocóca (São Paulo).....	882	São Sebastião do Paraizo (Minas Geraes).....	460
São José dos Campos (São Paulo)	870	Santa Cruz (Rio Grande do Sul).....	450
Barra do Pirahy (Rio de Janeiro)...	800	Guaratingetá (São Paulo).....	439
Espírito Santo do Pinhal (São Paulo)	800	Ithéos (Bahia).....	420
Barbacena (Minas Geraes).....	780	São José d'Além Parahyba (Minas Geraes).....	410
Barretos (São Paulo).....	780		

Fonte: BRAZIL, 1929, p. XXXIX.

A responsável pelo abastecimento do recurso de água e esgoto para Sorocaba era a São Paulo Electric Co. (Figura 11). Contudo, para compreender melhor a dimensão e importância do serviço fornecido, recorreu-se aos dados do Recenseamento de 1920. Analisando-se as respectivas informações, percebeu-se que, excluindo-se as capitais (Tabela 2), Sorocaba era a sexta cidade brasileira com o maior número de penas d'água.⁴⁷

O Recenseamento de 1920 também informou que o sistema de filtragem da água utilizava cascalho, estando integrado nas duas adutoras: Cubatão e Jurupará, ambas com a mesma extensão (Tabela 3).

Tabela 3 - Filtração da água, linhas adutoras e rede distribuidora em Sorocaba, em 1920.

		Jurupará	Cubatão
Linhas adutoras	Designação		
	Extensão (metros)	3.000	3.000
	Diâmetro dos tubos (polegadas)	7	8
	Natureza do material empregado	Ferro	
Rede distribuidora	Bairro ou distrito	Cidade	
	Extensão (metros)	26.000	

Fonte: BRAZIL, 1929, p. 174.

Figura 11 - Tubulações da São Paulo Electric Co. em 1921.



Fonte: São Paulo Electric Company. Light - Tubulação, 1921. Museu Histórico Sorocabano. Álbum A1-173, 9x12.

Outro dado importante, conforme nota do Recenseamento de 1920, é que, naquele momento havia setenta e cinco cidades no Brasil com distribuição de esgotos, sendo Sorocaba a segunda cidade paulista com maior número de domicílios atendidos, excetuando-se os dados da capital.⁴⁸

Essa característica permite colocar a cidade em uma posição de destaque quanto à distribuição de recursos hídricos em 1920. Entretanto, para muitas localidades em Sorocaba, a “Questão da água” seria um problema não resolvido durante grande parte do século XX.⁴⁹ A distribuição desse *melhoramento*, no município de Sorocaba, não era isonômica.

Havia expectativa de expandir a distribuição de água e esgoto, mas a água estava contaminada e o acesso aos recursos ficava comprometido. A esse respeito, sob o título “A Questão da Água”, assim noticiou o *Cruzeiro do Sul*, em 1920:

Tendo a S. Paulo Electric Co. Limited dado início aos trabalhos para o reforço do abastecimento de água à população de Sorocaba, em cumprimento ao contrato que aquela empresa firmou com a Câmara Municipal desta cidade, Euzebio de Andrade, alegando a impureza da água que ia ser entregue ao consumo público, requereu que aqueles trabalhos fossem embargados, formulando um agravo perante o Tribunal de Justiça. Esse agravo, de número 12.161, foi julgado a 8 do corrente pelo Tribunal, que, por unanimidade de votos, deu ganho de causa à Câmara Municipal.

Os trabalhos iniciados pela S. Paulo Electric prosseguirão, pois.

Quanto aos possíveis perigos que a população poderá correr consumindo água impura, não se igualam aos perigos certos que corre a mesma população se continuar como vive, a sofrer falta quase completa do indispensável líquido.

Além disso, os defensores solertes e officiosos da cidade, que se deram com tanta pressa a embarçar um melhoramento que todos nós reclamamos, precisam saber que a prefeitura não consentirá que a água, em vias de ser canalizada, se entregue ao consumo antes de ser expurgada de toda impureza.

Como ficou patente pelas constantes publicações a respeito, nesta folha, a debatida questão da água foi resolvida pela edilidade transacta.⁵⁰

Tabela 4 – Dados do Recenseamento de 1920 acerca do esgoto em Sorocaba.

Data da inauguração	1901	
Sistema adotado	Separador	
Processo de esgotamento	Gravidade	
Extensão da rede coletora (metros)	17.260	
Lugar onde é lançado o efluente	Rio	
Número de prédios	Existentes na localidade	4.100
	Servidos por esgotos	3.145
Esgotos em que não há caixa de inspeção na junção do ramal domiciliário com a primeira ligação do aparelho sanitário	Não	
Esgotos em que há ou não ventilador ao lado do aparelho sanitário	Sim	
Esgotos em que o ventilador tem ou não o mesmo diâmetro que o tubo de queda ou descarga	Sim	
Esgotos em que há ou não outro ventilador de menor diâmetro adaptado ao sifão do aparelho sanitário	Sim	
Esgotos em que são ou não usadas caixas de gorduras destinadas a receber as águas servidas	Não	
Esgotos em que as águas servidas caem diretamente nos encanamentos, ou por meio de caixas ao ar livre ou ralos apropriados	Ralos	
Despesa média anual com o custeio dos serviços nos últimos cinco anos	43:000\$	
Renda média anual líquida nos últimos cinco anos	550:000\$	

Fonte: BRAZIL, 1929, p. 192-3.

O custo com as despesas dos serviços de esgoto entre 1915 a 1920, por exemplo, foi estipulado em 43:000\$ contos de réis; uma quantia que, mesmo elevada — conforme demonstra a Tabela 4 —, não supria toda a demanda local.

The São Paulo Electric Company Limited: dados do serviço elétrico pelo Recenseamento de 1920

O Recenseamento de 1920 realizado no Brasil foi o primeiro levantamento do gênero a considerar os dados estatísticos das indústrias. Um dos resultados, relacionado à São Paulo Electric Company, em Sorocaba, estava organizado quantitativamente e computava as usinas que produziam energia elétrica acima de quinze mil volts. A disposição

dos dados permite perceber que, concomitantemente às usinas de Parnaíba (SP) e Ribeirão das Lages (RJ), a de Itupararanga — em Sorocaba — estava entre as maiores do setor no Brasil, conforme amostragem da Tabela 5.

Tabela 5 - (Reprodução) Usinas com produtividade acima de 15 mil volts no Brasil de 1920.

Linhas de transmissão de mais de 15 mil volts.	
	Voltagem
Linhas da usina "Ribeirão das Lages", da The Rio de Janeiro Tramway, Light & Power Company, Limited.....	88.000
Linhas da usina "Parnahyba", da The São Paulo Tramway, Light & Power Company, Limited.....	88.000
Linhas da usina "Sorocaba", da São Paulo Electric Company, Limited.....	88.000
Linhas da usina "Rio de Pedras", da Companhia de Electricidade e Viação Urbana de Minas Geraes...	45.000
Linhas da usina "Tombos", da Companhia Brasileira de Tramways, Luz e Força.....	45.000
Linhas da usina "Itatinga", da Companhia Dócas de Santos.....	45.000
Linhas da usina "Bananeiras", da Companhia Brasileira de Energia Electrica.....	44.000
Linhas da usina "Alberto Torres", da Companhia Brasileira de Energia Electrica.....	44.000
Linhas da usina da Empresa Luz e Força Meridional Paulista.....	33.000
Linhas da usina "Fructeiras", da Companhia Serviços Reunidos do Itapemirim.....	30.000

Fonte: BRAZIL, 1929, p. XXVII-XXVIII.

Sob um aspecto geral, é possível afirmar que a distribuição de energia elétrica assim como o serviço de iluminação pública não eram isonômicos no município de Sorocaba. O consumo anual desses recursos era de 1.170.487 quilowatt-hora (kWh), entre público e privado, cujo preço médio anual ficava em \$933 por kWh, conforme os dados da Tabela 6:

Tabela 6 – Gastos com a iluminação no município de Sorocaba em 1920.

Iluminação pública	Lâmpadas de arco	Número	-
		Poder iluminativo (número de velas)	-
	Lâmpadas incandescentes	Número	615
		Poder iluminativo (número de velas)	44.060
	Poder iluminativo total (número de velas)		44.060
Iluminação particular	Lâmpadas de arco	Número	2
		Poder iluminativo (número de velas)	2.000
	Lâmpadas Incandescentes	Número	12.802
		Poder iluminativo (número de velas)	411.480
	Poder iluminativo total (número de velas)		413.480
Número de consumidores particulares		2.674	
Número de aparelhos registradores do consumo de energia elétrica (medidores)		1.216	
Consumo anual de energia elétrica (número de quilowatt-hora)		Total	1.170.487
		Iluminação pública	152.100
		Iluminação particular	1.018.387
Renda anual		Total	518:476\$000
		Iluminação pública	57:784\$000
		Iluminação particular	460:692\$000
Preço médio anual do kWh		\$933	

Fonte: BRAZIL, 1929, p. 124-125.

O potencial energético em Sorocaba era de grandes proporções, mas a expansão do serviço ainda não tinha totalizado o espaço urbano.

Na fotografia realizada em 1912 na Rua São Paulo (Figura 12), situada em uma localidade limítrofe entre o urbano e rural, há destaque, ao fundo da paisagem, para o prédio da Santa Casa. É possível ver fragmentos da infraestruturação de postes para iluminação pública. Contudo, como pode ser observado na imagem, a rede de transmissão ainda não estava instalada no referido logradouro. Não se sabe quando a rede elétrica atendeu o local da foto, mas, a esse respeito, é sugestivo resgatar o registro da sétima sessão ordinária da Câmara Municipal, do ano de 1921, reportado pelo *Cruzeiro do Sul*:

Indicação dos vereadores dr. Luiz P. de Campos Vergueiro, cap. Eliezer Barbosa Lima e cap. Francisco de Almeida Barros, autorizando a Prefeitura Municipal a mandar colocar lâmpadas elétricas de iluminação pública nos postes ns. 30/213, 32/213, 34/213, 36/213,

40/213 e 42/413, existentes no prolongamento da rua de São Paulo, em direção ao bairro da Árvore Grande.
– As Comissões de Fazenda e Obras.⁵¹

Essa assertiva indica que, ou tratava-se de uma reposição de material, ou de equipar uma estrutura ainda não finalizada. Dilema que exige, ao pesquisador, a necessidade de outras informações ou fontes que pormenorizem a questão. Em um anúncio de venda de uma olaria, situada no bairro Árvore Grande, em 1914, indicou-se a existência de eletricidade na referida região: “Com a olaria vende-se também o pasto para animais que fica contíguo, e a casa de moradia com luz elétrica e aparelho telefônico”.⁵²

Figura 12 – Rua São Paulo e postes para iluminação em 1912.



Fonte: Autoria não identificada. Avenida São Paulo - Santa Casa de Misericórdia, 1912. Museu Histórico Sorocabano. Pasta P6-028, 18x14.

Nos arquivos documentais do Museu Histórico Sorocabano, foram encontradas *As Regras e regulamentos para o fornecimento de energia elétrica*, da São Paulo Electric Company (Figura 13). O documento não é datado; todavia, pela relação monetária, percebeu-se ser um documento anterior à década de 1930, possivelmente da década de 1920. Contudo, é interessante perceber o que dispunha a primeira cláusula (1) acerca da reserva de direito que tinha a companhia de recusar-se a expandir a oferta de energia, caso considerasse mais dispendiosa que a utilização do usuário requisitante. Isso

demonstra que o serviço de energia elétrica em Sorocaba, no início do século XX, esteve vinculado à vontade da empresa em oferecer ou não o serviço, independentemente das responsabilidades com as despesas específicas do usuário. Nesse sentido, extraem-se duas viabilidades: a estrita ao consumo industrial e a disponibilidade, por densidade, à área central.

A dinâmica das localizações: fundamentação

Este trabalho é parte de um projeto maior de pesquisa, vinculado ao programa de Mestrado.⁵³ Em um artigo publicado em etapas anteriores da trajetória percorrida no projeto, percebeu-se “(...) que a distribuição dos recursos [água, esgoto e iluminação] estava basicamente polarizada no perímetro oficializado, corroborado pelas configurações e aproximações entre as leis municipais e as cobranças de impostos entre 1914 e 1916 (...)”.⁵⁴

O perímetro de Sorocaba, nesse período, obedecia ao Art. 1º da Lei Municipal nº 123, de 1915, no qual estabelecia:

Art. 1º – O município de Sorocaba compreende a área delimitada nas diversas leis da outrora Província, e hoje Estado de São Paulo, abrangendo os distritos de Paz de Nossa Senhora da Ponte e Nossa Senhora do Rosário, com sede na Cidade de Sorocaba, e os de Salto de Pirapora e Votorantim, com sede nas povoações de mesmo nome.⁵⁵

Essa especificidade denota que os limites territoriais, em si, não sofreram alterações desde a época provinciana. Entretanto, considerando-se o crescimento da cidade e o desenvolvimento técnico de compreendê-la, a lei supracitada trazia peculiaridades importantes a serem resgatadas. No tocante ao art. 2º, o município dividia-se em duas partes: rural e urbano, sendo este subdividido entre subúrbio e cidade.⁵⁶ A atenção nessa situação está relacionada a outra lei municipal do período, a Lei nº 119, de 1915, que estabelecia a divisão do perímetro urbano em duas zonas, de forma a facilitar a cobrança do Imposto de Viação, cujas taxas se referiam à metragem de muros, terrenos cercados e abertos; cabe destacar que quanto mais infraestrutura tivesse a rua, mais cara era a contribuição. A primeira zona restringia um polígono de ruas que circunscrevia o circuito mais centralizado da cidade; a segunda zona era dedicada a toda a parte urbana situada fora da primeira zona, em acordo com o Art. 1º da Lei nº 119/1915.⁵⁷ De maneira sintética, essa foi a primeira lei de zoneamento urbano em Sorocaba, cujo fenômeno exigiu

fundamentação para uma abordagem acadêmica; considerou-se a metodologia de observação analítica defendida pela tese de Villaça, que estudou as práticas de zoneamento de São Paulo, característica que lhe permitiu afirmar que “(...) desde seus primórdios o zoneamento se dirigia exclusivamente aos bairros e ruas ocupados pela burguesia ou para áreas — como o centro da cidade — onde ele tinha grandes interesses (...)”.⁵⁸ As práticas de zoneamento são fundamentais ao estudo das desigualdades sócio urbanas, por indicar impactos da segregação espacial, visto que, na afirmação de Villaça, “O zoneamento é consequência, não causa, da segregação espacial”.⁵⁹

Contudo, mesmo nas áreas privilegiadas da cidade, o fornecimento de iluminação, por exemplo, era contraditório. Em notícia de 8 agosto de 1915 foi possível identificar duas vezes o assunto da iluminação pública na pauta da Câmara, em que “Presidio-a o Dr. Luiz P. de Campos Vergueiro, estando presente os vereadores C.^{el} João Augusto da Silveira, Cap. Joaquim Eugenio Monteiro Barros, Cap. Augusto Cesar do Nascimento Filho e Dr. João de Almeida Tavares”.⁶⁰

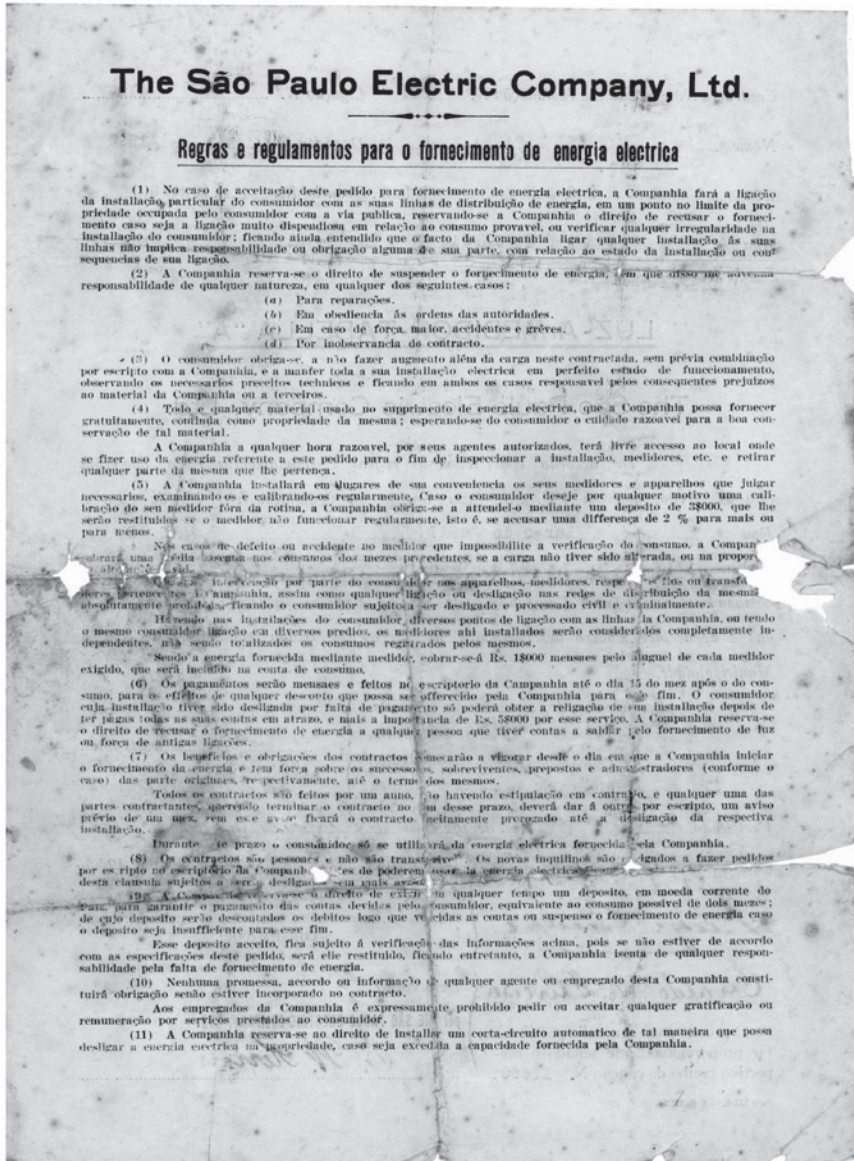
Em um primeiro momento, temos o Parecer nº 46, de 1915, em que Francisco Virgílio e outros solicitavam lâmpadas de iluminação pública na Rua 7 de Setembro, pertencente à área urbana, assim como o Parecer nº 39, de 1915, solicitado por Joaquim de Almeida e outros acerca de lâmpadas de iluminação pública na Rua da Bica,⁶¹ região também circunscrita na área urbana. Ambas solicitações evidenciam a fragilidade do serviço.

Em suma, o serviço de distribuição de água e esgoto expandiu-se com dificuldade e morosidade, sendo registrado por Carvalho que, para a população que residia no lado oposto ao centro, na porção “(...) oriental da cidade, além do rio Sorocaba, e nos outros arrabaldes que começariam a se expandir nas primeiras décadas do século XX, a questão da água seria um problema premente e não resolvido ao longo de boa parte do século passado”.⁶²

Acerca do serviço de transporte via bondes, havia a necessidade em estender as linhas. Contudo, os anos se passavam e estas não eram construídas;⁶³ o aumento da abrangência — em registro encontrado por esta pesquisa — respeitou a lógica da expansão da oferta em regiões centrais, posto que, perante o recorte e investigações realizadas, foi encontrada a informação — em notícia publicada no sábado do dia 8 de setembro de 1928 — que haveria inauguração de prolongamentos na linha do Bom Jesus e alto

da Penha,⁶⁴ melhoramento considerado de importante magnitude pelo jornal, mas que atendia, de fato, a mesma região já circunscrita pelo transporte.

Figura 13 – Regras e regulamentos para eletricidade na São Paulo Electric Company para a primeira metade do século XX.



Fonte: São Paulo Electric Company. Regras e regulamentos para o fornecimento de energia elétrica, s/d. Museu Histórico Sorocabano. Pasta Documentos 1, P08-059.

Conclusão

O objetivo deste artigo foi analisar os melhoramentos públicos em Sorocaba (1900-1921), com ênfase no setor de iluminação elétrica. A trajetória percorrida permitiu perceber que houve interações entre o desenvolvimento empresarial local com os investimentos da Light and Power no Brasil, promovidos, em nível regional, pela São Paulo Electric Company Limited, a partir de 1911.

Com as investidas do capital injetado pela São Paulo Electric no município de Sorocaba, com atenção especial à represa de Itupararanga, perceberam-se impactos além das atividades de geração de energia; outras ocorrências vinculadas foram percebidas, especialmente no espaço urbano. Este sofreu acentuadas modificações no aspecto da dinâmica de localizações de recursos infraestruturais polarizados na região central da cidade; características essas que envolveram os setores público e privado.

Ao mesmo tempo, percebeu-se um expressivo salto no desenvolvimento tecnológico em Sorocaba a partir da década de 1910, momento em que a subsidiária canadense, já referenciada, administrou a distribuição de energia e iluminação elétrica, água e esgoto, assim como o transporte via bondes elétricos. Além dessas características, foram apresentadas fotografias que ilustraram a construção da barragem, entre outros equipamentos, tais como as casas dos operários e dos engenheiros em Itupararanga.

Espera-se, dessa forma, que a contribuição deste artigo possa auxiliar na compreensão da infraestruturação urbana sorocabana nas duas primeiras décadas do século XX, estimulando novas contribuições que possam indicar pormenores da distribuição desses recursos que modernizaram o espaço urbano do objeto analisado, assim como a observância das forças políticas e agentes envolvidos na produção desse espaço urbano.

Notas

- 1 A expressão "polvo canadense" foi utilizada, de forma metafórica, por alguns jornalistas para descrever as ações do grupo Light, que se expandiam em diversos setores, como transporte, energia, abastecimento de água e telefonia. A expressão geralmente era utilizada para se referir ao caráter monopolista do gigantesco grupo. WEID, Elisabeth Lucy von Der. *A expansão da Rio de Janeiro Tramway Light and Power ou as origens do "Polvo Canadense"*. Arquivo digital da Fundação Casa de Rui Barbosa, s/d. Acesso disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=191>

- 2 VILLAÇA, Flavio Jose Magalhães. *O espaço urbano e a dominação*. Tese de livre docência em Planejamento Urbano Regional. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), São Paulo, 1989.
- 3 ALMEIDA, Aluísio de. *Sorocaba: 3 séculos de história*. Itu: Editora Ottoni, 2002, p. 40.
- 4 Idem, p. 250.
- 5 Idem, p. 273.
- 6 Idem, p. 349.
- 7 CRUZEIRO DO SUL. *Um século de história. Uma história de amor em 30.000 edições*. FUA. Sorocaba: 2005, p. 8.
- 8 ALMEIDA, Aluísio de. *Op. cit.*, p. 377.
- 9 Idem, *ibidem*.
- 10 BRAZIL, República Federativa dos Estados Unidos do. *Recenseamento do Brasil*. Realizado em 1º de Setembro de 1920. v. 5 (3ª parte) - Estatísticas complementares do censo econômico/Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1929, p. 88.
- 11 Há indícios de hidroeletricidade em Sorocaba em 1892, vinculados à Fábrica de Tecidos Votorantim. A esse respeito, veja nota de rodapé, número 59, em SANTOS, João Marcelo Pereira. *Os trabalhadores da Light São Paulo, 1900-1935*. Tese de Doutorado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp). Campinas, 2009, p. 37. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000470596&fd=y>>.
- 12 ALMEIDA, Aluísio de. *Op. cit.*, p. 377.
- 13 Idem, *ibidem*.
- 14 *Jornal Cruzeiro do Sul*, 11/01/1905, p. 1.
- 15 Idem, p. 8.
- 16 SANTOS, João Marcelo Pereira. *Op. cit.*, p. 44.
- 17 Durante a pesquisa bibliográfica acerca do tema, deduziu-se que a indústria era a força econômica mais importante, em ascensão desde os anos 1880, ao menos. Nesse sentido, há informações em ALMEIDA, Aluísio de. *Op. cit.*; BONADIO, Geraldo. *Sorocaba: a cidade industrial (Espaço urbano e vida social sob o impacto da atividade fabril)*. Sorocaba: 2004; CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. *Fisionomia da cidade: Sorocaba - cotidiano e desenvolvimento urbano - 1890-1943*. Tese de Doutorado FFLCHUSP. São Paulo: 2008; SANTOS, *Op. cit.*; STRAFORINI, Rafael. *No caminho das tropas*. Sorocaba: TCM, 2001.
- 18 Há registros de plantações de café nos arrabaldes sorocabanos. Contudo, o elemento de proporções produtivas elevadas tinha na indústria um apoio mais significativo, conforme mostrou a revisão bibliográfica utilizada para este artigo. Ver o jornal *Cruzeiro do Sul*, 28/12/1912, "Chácara no Rio Acima", p. 3.
- 19 As informações jornalísticas trabalhadas neste artigo foram consultadas em dois locais. O primeiro, no arquivo da hemeroteca do Gabinete de Leitura de Sorocaba, para o jornal *A Cidade de Sorocaba*. O outro acervo pesquisado foi virtual; trata-se do jornal *Cruzeiro do Sul*, que tem digitalizado edições desde o início da circulação da folha, cuja disponibilização está localizada em <<http://memoria.cruzeirodosul.inf.br/>>. Último acesso em 09/02/2017.
- 20 CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. *Fisionomia da cidade: Sorocaba - cotidiano e desenvolvimento urbano: 1890-1943*. Tese de Doutorado FFLCHUSP. São Paulo, 2008, p. 14.

- 21 VILLAÇA, Flavio Jose Magalhães. *O espaço urbano e a dominação*. Tese de livre docência em Planejamento Urbano Regional. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), São Paulo: 1989, p. 103.
- 22 Acerca da política de valorização do café no governo Afonso Pena (1906-1909), veja em PERISSINOTTO, Renato Monseff. "Classe dominante e política econômica na economia cafeeira (1906-1930)". In: *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 1, 1993, p. 173-4.
- 23 CRUZEIRO DO SUL, Jornal. *Op. cit.*, p. 21.
- 24 CRUZEIRO DO SUL, Jornal. *Op. cit.*, ibidem.
- 25 *Jornal Cruzeiro do Sul*, 21/06/1910, p. 1.
- 26 *Jornal A Cidade de Sorocaba*, 26/06/1910, p. 1.
- 27 Ibidem.
- 28 CRUZEIRO DO SUL, Jornal. *Op. cit.*, p. 22.
- 29 SANTOS, João Marcelo Pereira. *Op. cit.*, p. 44.
- 30 *Jornal A Cidade de Sorocaba*, 08/10/1911, p. 1.
- 31 *Jornal Cruzeiro do Sul*, 30/09/1911, p. 2.
- 32 *Jornal Cruzeiro do Sul*, 20/09/1911, p. 3, e 27/09/1911, p. 3.
- 33 *Jornal Cruzeiro do Sul*, 27/09/1911, p. 3.
- 34 *Jornal Cruzeiro do Sul*, 20/09/1911, p. 3.
- 35 SANTOS, João Marcelo Pereira. *Op. cit.*, ibidem.
- 36 "Em Votorantim, o Banco União inaugura em 1892 sua estamperia de tecidos, à qual agrega, depois, o setor de fiação e tecelagem. A fábrica se transforma, mais tarde, no embrião do maior grupo empresarial privado do Brasil". Cf.: CRUZEIRO DO SUL, jornal. *Op. cit.*, Sorocaba, 2005, p. 7.
- 37 *Jornal Cruzeiro do Sul*, 25/06/1911, p. 2.
- 38 CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. *Op. cit.*, p. 115.
- 39 SANTOS, João Marcelo Pereira. *Op. cit.*, ibidem.
- 40 WEID, Elisabeth Lucy von Der. *A expansão da Rio de Janeiro Tramway Light and Power ou as origens do "Polvo Canadense"*. Arquivo digital da Fundação Casa de Rui Barbosa, s/d, p. 48-49. Acesso disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=191>
- 41 *Jornal Cruzeiro do Sul*, 30/12/1915, p. 2.
- 42 Em anúncio datado de 1916, foi possível perceber que o quilograma da carne bovina (quarto dianteiro com quarto traseiro) custava 500 réis, sendo mais barato que uma viagem de ida e volta nos bondes. Esse fato é significativo para análises que desejam compreender o transporte público via classes socioeconômicas. Veja em *Jornal Cruzeiro do Sul*, 31/12/1916, p. 3.
- 43 *Jornal Cruzeiro do Sul*, 30/12/1915, p. 2.
- 44 GASPAR, Antônio Francisco. *Os bondes elétricos de Sorocaba: homenagem ao quadragésimo aniversário de sua inauguração (1915-1955)*. São Paulo: Editora Cupolo Ltda., 1955, p. 38.

45 Idem.

46 ALMEIDA, Aluísio de. *História de Sorocaba*. Itu: Editora Ottoni, 2ª ed., 2012, p. 167.

47 "A pena d'água estabelece um limite máximo de entrada de água no domicílio, e o consumidor tem que se ater a ele; para aproveitar o máximo de água, o consumidor deve ter uma caixa d'água que acumule os excessos instantâneos não gastos.

A pena d'água tem como vantagens ser um dispositivo barato, um simples registro de macho que resulta em baixo custo operativo, já que, como no caso anterior, a taxa é fixa por pena d'água. Tem como mérito, ainda, a redução do desperdício de água.

As desvantagens decorrem de problemas de pressão provocados na rede, mas que também podem ser contornados de alguma maneira". CYNAMON, Szachna Elias. "Cobrança de água medida - Tema atual - Uma opinião vinda da Inglaterra". *Cadernos de Saúde Pública*, v. 6, nº 4, p. 468-471, 1990. Acesso disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v6n4/v6n4a08.pdf>>.

48 BRAZIL, República Federativa dos Estados Unidos do. *Recenseamento do Brasil – realizado em 1 de Setembro de 1920. Volume V (3ª parte) - Estatísticas complementares do censo econômico*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1929, p. XLVI.

49 CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. *Op. cit.*, p. 109.

50 *Jornal Cruzeiro do Sul*, 11/02/1923, p. 2.

51 *Jornal Cruzeiro do Sul*, 10/05/1921, p. 1.

52 *Jornal Cruzeiro do Sul*, 04/01/1914, p. 2.

53 Projeto de Mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade vinculado à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na linha de pesquisa em História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo, realizado por Thiago Pedrosa Mattos, com a orientação da Profª. Drª. Ana Maria Reis de Góes Monteiro.

54 MATTOS, Thiago Pedrosa; MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. "Cidade dividida: Sorocaba e o zoneamento urbano de 1914". In: *Revista de Direito da Cidade*, v. 7, nº 4, 2015, p. 1791-1824 e p. 1815. Acesso disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/20918/15668>>.

55 SOROCABA/SP (Município). *Codificação das Leis da Câmara Municipal de Sorocaba (1914-1915)*. Sorocaba: Typographia Quinze de Novembro, 1915. p. 130.

56 SOROCABA/SP (Município). *Op. cit.*, idem.

57 SOROCABA/SP (Município). *Op. cit.*, idem, p. 126. É fundamental destacar que, em outro trabalho (MATTOS, T.; MONTEIRO, A., 2015), foi divulgado que a respectiva lei (nº 119/1915) era de 1914. O erro foi devido ao caráter incompleto da obra consultada (SOROCABA, 1915) no acervo do Gabinete de Leitura Sorocabano. O equívoco foi percebido mediante a continuidade das pesquisas vinculadas ao projeto de mestrado. Em nota publicada no jornal *Cruzeiro do Sul* do dia 21/04/1915, p. 2-3, constatou-se o erro. Na publicação deste dia, do corrente de 1915, foi divulgada a Lei Municipal nº 119/15, decretada pela Câmara em 17 de abril de 1915 (*Jornal Cruzeiro do Sul*, 21/04/1915, p. 2-3). Essa descoberta provocou a necessidade de reconsultar a codificação sorocabana para 1914-1915 (SOROCABA, 1915), de forma a verificar e justificar o erro. Recorreu-se ao arquivo do Museu Histórico Sorocabano (MHS) e encontrou-se um volume completo. Cabe destacar que, no volume consultado no MHS., havia uma página – entre o índice e o início das regulamentações contidas na obra – que atribuía datas às respectivas leis, mas não recebeu paginação. Como a sequência numérica do índice foi equilibrada em símbolos romanos e a obra

em numeração arábica, supôs-se que a página referida pela numeração e datação das leis pertencesse à paginação arábica e fosse a de número 3 (SOROCABA, 1915, p. 3). Destaca-se que o título da obra é: *Codificação das Leis da Câmara Municipal de Sorocaba (1914-1915)*, e o ano de publicação foi 1915. Nesse sentido, entendia-se — pela ausência de outras fontes naquele momento, as quais estão em apresentação nesta nota — que 1914-1915 era referente ao período de formulação do volume, publicado em 1915, contendo leis de 1914. Entretanto, outras fontes demonstraram que não, permitindo-se adequá-las aos respectivos atributos devidos. O conteúdo de avaliação da conjuntura social e política da respectiva legislação não foi alterado pelo engano de datação, o qual pretende-se corrigir a informação mediante essa explicação e apresentação dos motivos que nos levaram a identificar esse melhor entendimento dos procedimentos correlatos ao fato analisado.

58 VILLAÇA, Flavio Jose Magalhães. *Op. cit.*, p. 158.

59 *Idem*, p. 163.

60 *Jornal Cruzeiro do Sul*, 08/08/1915, p. 2.

61 *Idem*.

62 Rogério Lopes Pinheiro de. *Op. cit.*, p. 109.

63 GASPAR, Antônio Francisco. *Op. cit.*, p. 43.

64 *Jornal Cruzeiro do Sul*, 08/09/1928, p. 1.

And may there be light! Lighting and electric distribution in Sorocaba (1900-1921)

Thiago Pedrosa Mattos*

Ana Maria Reis de Góes Monteiro**

Received on: may 30, 2016

Accepted on: june 27, 2016

* Historian for the Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) - Franca campus - SP – graduated in 2011. MSc on Theory, History and Methods in Architecture and Urbanism at the Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade da Faculdade de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. E-mail: thiagohstr@gmail.com

** BA on Architecture and Urbanism and MSc on Urbanism at Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. PHD at the Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas. Currently, she is a PHD Professor of Architecture and Urbanism classes at the Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. E-mail: anagoesmonteiro@gmail.com

Abstract

This article aims to analyze the public improvements in Sorocaba (1900-1921), with emphasis on the electrical lighting sector. We approach the beginning of the local public electric lighting, as well as aspects of the water resources and the transport sector — via trams — and the construction of buildings for workers of São Paulo Electric. We used sources such as the Brazilian Census 1920, the photographs from the Museu Histórico Sorocabano (Historical Museum of Sorocaba) collection, journalistic data, municipal laws and regulations for the use of electrical service during the period of this article, relating them to academic and scientific studies, which were used as a basis for methodological observation of this text's main object.

Keywords

Sorocaba. Electricity. Urban infrastructure.

Introduction

The objective of this article is to analyze the public improvements in Sorocaba (1900-1921), focusing on the electric sector. For this study, we prioritized the analysis on the investments of Light and Power do Brasil, promoted, regionally, by the “Canadian octopus tentacle”,¹ referring, in this text, to The São Paulo Electric Company Limited, starting in 1911.

The capital invested by São Paulo Electric in the city of Sorocaba caused impacts that went beyond the activities of energy production, whose attention was incremented towards the dynamic of producing an urban space² within the described location.

Public lighting: the resources employed between the 17th and the 19th centuries

The research carried out for this essay has found records about public lighting in Sorocaba since the 17th century. Almeida³ reported that, by the time the village was founded (1654), olive oil, wax or tallow were their fuels for lighting. The author mentioned that, on festive days, lamps were hung in jail. In the nineteenth century, there were records of the use of other resources: lanterns with fish oil, which were inaugurated in 1846;⁴ lighting services fueled on kerosene, starting in 1863;⁵ and gas, which was made available to generate light, made on September 7, 1878.⁶

Electric lighting: the three original versions (1900-1901)

The information about the beginning of the electric lighting supply in Sorocaba is divergent, as it will be observed throughout this research. There are three original versions, whose sources will be analyzed, considering the chronological order of the beginning of the activities, according to the records:

a) Information from the media: in a commemorative edition, the newspaper *Cruzeiro do Sul* published a volume dedicated to the articles published during the twentieth century in Sorocaba. Throughout the volume events from local history were brought back to light – including the matter of the electric lighting services –, informing that the beginning of those services occurred in January 1900:

The electric lighting network of the streets of Sorocaba, set up by the brothers João and Vicente Lacerda, began operating in January 1900. In September, there were 113 lamps installed in the downtown streets, but the Câmara (City Chamber), disregarding the reasons of their delays in installing the network – a violent epidemic of yellow fever in 1899/1900 – considered the concession contract as expired. The concession was transferred to A. J. Byington, which implemented the electricity service with thermoelectric power: a steam boiler operated a much more powerful dynamo and reduced to 2,000 réis per lamp what was charged to private facilities;⁷

b) Historical research information: Almeida mentions that the beginning of electric lighting in Sorocaba occurred in 1900, in September, on the *Festa do Divino* (the Celebration of the Divine, seven weeks after Easter).⁸ The author indicated that the inauguration was delayed – considering that the concession was made in 1895 – as a consequence of the yellow fever epidemic in the late nineteenth century. In this regard, it is known that: “on January 1st, 1900, the inauguration should have happened, but we were burying the dead with carts and in the mass grave”.⁹

c) Statistical information: in the Recenseamento de 1920 (Census of 1920) – the first survey to work with references from the industrial sector –, there was a report which affirmed that the beginning of electric lighting activities in Sorocaba took place in 1901.¹⁰ However, the report does not account for the origins of such resource in the region.¹¹

For this research, we considered that the inauguration of the electric lighting service in Sorocaba was hampered by the yellow fever epidemics of the late nineteenth century. However, between 1900 and 1901, the services were initiated, with simpler resources and with little expansion capacity at the time.

The turn of the twentieth century did not favor the consolidation of the electric services in the city, and the concession would shift between suppliers. Owner of the concession from 1901, Byington improved the services quality from what the Lacerda brothers had installed, even though their offer of services continued too be limited. The businessman's greatest achievement was to obtain permission for the construction of a hydroelectric plant, begun in 1905 by another investor, Bernado Liechtenfels, who controlled the electric service after buying it from Byington. Liechtenfels coordinated the operations until the end of 1910's; from 1911 on, the electric power initiatives in Sorocaba were controlled by the São Paulo Electric Company, subsidiary of the Canadian company Light and Power.¹²

Construction work on the Itupararanga dam – begun in 1905, in the transition from the Byington group to the Liechtenfels group – provided for an energy capacity infrastructure of two thousand horsepower.¹³ This moment was registered by the newspaper *Cruzeiro do Sul*, which reported it with enthusiasm, especially the speech delivered by Mr. Alfredo Maia. Maia's keynote was to spice up the local imaginary with progressive ideas, saying that the city was destined to industrial prosperity, comparing it with Manchester in England.¹⁴ Alfredo Maia was, at that time, superintendent of the Estrada de Ferro Sorocabana (Railroad of Sorocaba); and was Minister of Industry, Transportation and Public Works of the Campos Sales government. Later, with industrial development in Sorocaba, he became superintendent of the Canadian subsidiary Light and Power.¹⁵

The installation of São Paulo Electric Company Limited promoted technological reconfigurations in the urban space of Sorocaba, leading to the research that resulted in this article. The company controlled the electric, water and sewage service, promoting the local improvements that will be analyzed in this article. However, before beginning the history of the relationship between the Canadian company and the urban improvements in the municipality of Sorocaba, we will focus on the methodology of analysis of the local sociopolitical scenario in 1910, to better understand the social dynamics involved in the electric energy sector.

Sources and Methods: analysis of perspectives

This research – which aims to analyze the public improvements in Sorocaba (1900-1921), with emphasis on the electric lighting sector – considered three

methodological perspectives as analysis tools for focusing the *urban space*. This study was based on observations regarding:

a) the origins of the financial capital responsible for promoting the installation of electric power in the State of São Paulo during the República Velha (Old Republic – 1889-1930). According to Santos' thesis, who studied electricity generation companies at the turn of the 20th century, in São Paulo countryside, four companies spearheaded the process: "(...) the Empresa Elétrica de Sorocaba (Sorocaba Electric Company), the Companhia Mogiana Força e Luz (Mogi Company of Power and Light), the Empresa Força e Luz (Power and Light Company) and the Luz de Ribeirão Preto (Light of Ribeirão Preto). Their owners were generally local men, whose names were seen in politics and the coffee business."¹⁶ Throughout the research and the study, there was no data indicating any relations between the coffee business and the energy distribution in Sorocaba;¹⁷ in fact, there were no evidences that the coffee production would be a prominent economic driving force for the city.¹⁸ This fact motivated our need to know more about events related to local politics. For that, this study makes use of journalistic sources, in a dialogic methodology, in the analysis of composite contents, filtering opposing ideologies of local political groups in 1910. The choice of sources relates to the search for political information, available in the media.¹⁹

b) The distribution of the hydraulic power produced by the São Paulo Electric Company Limited. In order to study the facts related to the initiative of the Light and Power subsidiary in São Paulo, we used several sources, such as newspaper information, statistics from the Census 1920, photographs of the time and dialogic bibliographic contents, which allowed the interactions between references and sources. The magnitude of the analyzed phenomena and resources considered that the São Paulo Electric group was responsible for administering and distributing public services in Sorocaba in the early twentieth century. This methodology of observation was subsidized by the thesis defended by Carvalho in which the author stated that:

(...) it is essential to follow the role played by the São Paulo Electric Company [subsidiary of Light & Power], since this company was responsible for the intensification of electric power service, electric trams, as well as was involved in the expansion of water and sewage services in the city;²⁰

c) Specificity of the production of urban space regarding its location dynamics, considering that the urban infrastructure can be an indication of the movement of interconnections involving the political agents and the private initiative in the appreciation of areas, through the provision of service equipment; this aspect of the article that was based on bibliographical references and sources of urbanistic norms contemporary to the facts. Regarding that, Villaça's thesis explains that:

The specificity of the production of urban space is not in three-dimensional urban forms, for the production of such forms is common to any and all material production – whether of shoes, chairs, medicine, houses, or televisions. The specificity of the production of urban space is not in the production of buildings, poles, urban infrastructure or streets, but in their interconnections, in their interrelations, that is, in their locations and in their movements. It is not about intellectual subtleties, but about the search for a concept that has theoretical utility to understand the history of urban space.²¹

Electric power and local politics (1900-1911)

In the year 1910, the political climate was tense, due to an electoral dispute that involved Hermes da Fonseca and Rui Barbosa for the Presidency of the Republic. Barbosa was the candidate for the Partido Republicano Paulista (the Republican Party of São Paulo – PRP), which promoted a polemic economic policy regarding negotiations and monopoly within the coffee market; the party prioritized, almost exclusively, the interests of the elite that supported it; which was evident by the policy of appreciating the coffee market values during Afonso Pena's presidential government (1906-1909),²² who died before finishing his mandate and was replaced by his deputy, Nilo Peçanha (1909-1910), former president of the Province of Rio de Janeiro.

In the context of Sorocaba, Rui Barbosa by Nogueira Martins, Luis Pereira de Campos Vergueiro and by the Camargo Pires brothers who, aside from the politics, ran the *Cruzeiro do Sul*. Hermes da Fonseca, on the other hand, was supported by Joaquim Marques Ferreira Braga and Antônio de Oliveira – owners of the

newspaper *A Cidade de Sorocaba* – as well as by José Castro Lima, responsible for *O Operário*.²³

In June 19, 1910, Antônio de Oliveira wrote, in *A Cidade de Sorocaba*, words that would shake political relations with Antônio Augusto Covelo, who managed the 1º Ginásio Sorocabano (1st Elementary School of Sorocaba) and rubbed shoulders with the directors of *Cruzeiro do Sul*. When Antônio de Oliveira visited the school, for an alleged federal inspection, Covelo was accused of having assaulted him. This incident was understood as a political retaliation by supporters of Hermes, who organized a protest against Covelo and associated with *Cruzeiro do Sul*,²⁴ that is, supporters of Rui Barbosa's PRP. The protest did not end peacefully.

In the headline of June 21, *Cruzeiro do Sul* highlighted: "Bloody Banditry", whose article reported "Insults, threats from Braga, Antônio de Oliveira, Chico Loureiro and others. Assault against Dr. A. A. Covelo and the staff of *Cruzeiro*. Shooting of bandits. Fatal outcome. Dead and wounded."²⁵ On the other hand, Braga's newspaper, *A Cidade de Sorocaba*, reported in its headline on the 26th – The crime of the "*Cruzeiro*" – slogans calling for justice: "The need for police enforcement. Justice needed. Unprecedented crime. Solidarity notes and other notes".²⁶

It was possible to determine, through the incident of June 20th, the death of two workers involved in the political electoral clashes in Sorocaba in 1910: Lino Gonçalves and Gastão de Camargo, and eight others who were injured. One of them, the worker Belmiro de Oliveira, died the next day. In this regard, *A Cidade de Sorocaba* reports:

The very sad occurrence of Monday is unique, is isolated in the annals of this city. Proof of similar cowardice was never seen before. For that to happen, morality has declined to the point where the Pharisees of pre-1906, responsible for our material ruin, and for the demise of the civilized institutions of the Sorocaba family, which in the impossibility of coercing to silence and submission, they attacked like cowards, behind their backs, and under the protection of a handful of frivolous soldiers, either without a leader, or with a leader that abandoned the rule of law! (...)

Let us not forget that dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro, state councillor, was accused by the “Cruzeiro” to be an accomplice of the murderers in the night of the 20th, and that he was present during the afternoon and the night at the newspaper’s office.²⁷

Dialing down the indignant tone presented by the local group of Hermes supporters – considering the event, they understood it as cowardice, taking into consideration that the demonstrators were shot from their backs – there is interesting information, which indicates possible involvement of influential politicians in the heat of the facts. It is known that, after the event, the accused were defended by the lawyer Júlio Prestes, and the case was closed without apparent penalties, as judged by Judge J. M. de França Júnior on June 9th, 1911.²⁸

However, the story of tragedies involving the political groups linked to the local newspapers *A Cidade de Sorocaba* and *Cruzeiro do Sul* did not end there.

Narrowing down the methodological choice – a) Santos²⁹ – to the facts that occurred during the public lighting projects in Sorocaba in the early twentieth century, it was possible to understand that the control of the electric supply in Sorocaba was within the context of political relations that originated several conflicts. Throughout the first decade of the twentieth century, electric lighting services in Sorocaba were precarious, and expanding it was very difficult, because due health problems occurred in the late nineteenth century. The Lacerda brothers never accepted the loss of the concession, at least not emotionally. This occurrence was intensified by local political groups, and could be understood as a motivating component of the event that occurred on September 29th, 1911, reported by *A Cidade de Sorocaba*:

Finally, on the 29th, at 9 o'clock in the evening, the moment when the precious life of our distinguished chief was taken from his friends' acquaintance by the murderous arm of the terrible monster called João de Oliveira Lacerda. (...)

That event revived an old and moldy matter of the contract for the provision of light and electric power, signed by the Câmara and the murderer of our boss. The matter ended 10 to 12 years ago, and

not even the killer, the only interested party, recalled it; but center wing politicians took advantage of it and chased this monster of human figure (...) the murderer wouldn't leave the "Cruzeiro" office, where he never showed up before; the editor-in-chief of the newspaper was already leaving in his company throughout the streets looking sometimes for our boss as if looking for a needle in a haystack, until at last, one day, the monster carried out his idea and, according to what they say, there was this scene of savagery, and there was an authority who knew the plan previously outlined.³⁰

The fact had also been reported by *Cruzeiro do Sul*, who published the article – "Sad occurrence" – a day after the assault. Without elaborating on the matter, it said that there was a disagreement between Lacerda and Braga "(...) at the corner of Rua Direita and Rua do Comércio (...)",³¹ whose outcome led to his death.

In the statements published in *A Cidade de Sorocaba* on October 8, 1911, the writer's intention to get Lacerda working with the competing newspaper were questioned, a fact that probably would only make sense – in a defense/accusation dialectic debate – to the people of that time. What is possible to say for a fact, through the confusing context, is that days before, at least two articles³² were published – in *Cruzeiro do Sul* – in the Free Section – signed by "Lacerda", about the concession of public lighting, both under the title of "Action against the Câmara" (and it goes on). In the note of September 27, he wrote:

Perversity was that of Ferreira Braga, a lawyer of the Câmara, making his constituent naively sell to J. Bynghton a company that did not belong to him and that had been taken over by the juridical assault based on the deliberate forgery made in the official papers, n. 50, page 16 v. line 21, with the illusion of his own justice and without seeking the consequences that would come to the same Câmara to the detriment of its morality or "demise", in the phrase of his patron, who loved to take criminals down, but not to the

one who did the great work in these official papers, since it is for the benefit of his constituent who, very honestly defends their rights, using all that he finds, even in “decrepitude” of the morality of its patronage already popularized in the windows of São Paulo with a clear photography followed by a poster with sayings that readers already know and do not need to repeat here.³³

By the twentieth, the note had somewhat peculiar connotations to the sayings. The author began the text by referring to a content that was also used later in the above article, referring to the twenty-seventh, about the alleged details of the falsification. However, after mentioning that Ferreira Braga was accused, according to the pages of the newspaper *Cruzeiro do Sul*, of holding 85\$000 belonging to Casa Loureiro, he insinuated that Braga’s father had fled Sorocaba for dubious reasons. This is how João Lacerda concluded:

They could promote the execution!!!...

And, Campoerê (the common folk), went back to work, content, satisfied, gleeful, eyes bigger because of the beer, the spirits, etc, without thinking about tomorrow.

Sorocaba, September 18th, 1911.

J. Lacerda

(To be continued).³⁴

To say that this extract was a threat sounds false. However, the former lawyer of the Câmara, Joaquim Marques Ferreira Braga, was murdered by João Lacerda on September 29th, 1911.

This troubled political context did not favor the growth of the energy sector, nor did it contribute to the provision of street lighting by local entrepreneurs. However, the scenario changed in subsequent years, stimulated by the investments of a multinational company.

The São Paulo Electric Company Limited: installation, investment and services in Sorocaba (1911-1922)

The installation of the power plant at the Ituparanga waterfall, in 1911, was a monumental project: “(...) it was considered the seventh biggest hydroelectric

power plant of the kind in the world”.³⁵ It was purchased by Light and Power, who acquired the Empresa Elétrica de Sorocaba, which belonged to Banco União (Union Bank), whose capital was linked to the textile industry.³⁶ The purchase was reported by the local newspaper *Cruzeiro do Sul* on June 25th, 1911, whose article – “Empresa Eletricidade de Sorocaba” – stated that:

According to news reports from São Paulo, the day before yesterday, it was made official the purchase of the city’s Empresa Electricidade by Light and Power.

The purchase price was three billion réis.³⁷

According to the news, on the twenty-third of June, the purchase of the company was official. It should be noted that, according to Carvalho, on the twenty-third day of that month, the “(...) Decree N. 8,791”³⁸ was officially signed, allowing them to establish the São Paulo Electric Company Limited.

Investigating the traces of the beginning of the works of São Paulo Electric in Sorocaba, it was possible to find, in the collection of the Museu Histórico Sorocabano (Sorocabano Historical Museum), photographs that recorded these moments, as shown on figures 1, 2, 3 and 4.

Figure 1 – The beginning of the works on the dam in the early 1910s



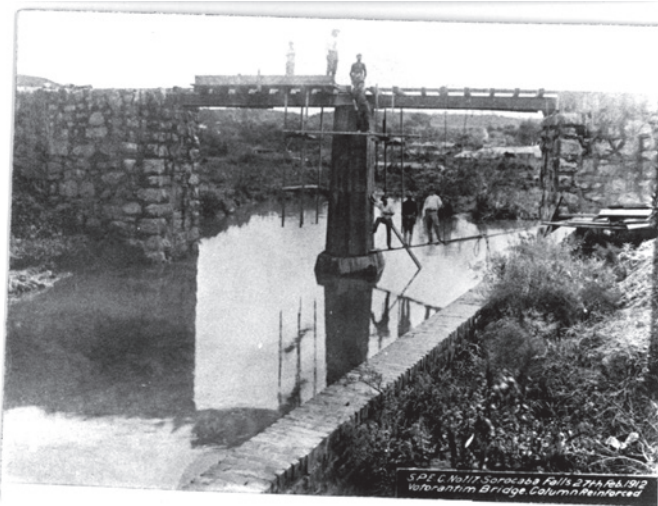
Source: São Paulo Electric Company. Light - Canal, no date. Museu Histórico Sorocabano. Folder A1-133, 9x12.

Figure 2 – Building stage in Itupararanga in the early 1910s



Source: São Paulo Electric Company. Light – Construction of the Dam, no date. Museu Histórico Sorocabano. Folder A1-135, 9x12.

Figure 3 – Construction of São Paulo Electric Company Limited's bridge in Votorantim (1912)



Source: São Paulo Electric Company. Light – Construction of the bridge, 1912. Museu Histórico Sorocabano. Folder A1-134, 9x12.

This articulation of the resources of the Canadian Light and Power allowed the configuration of a *holding*. With the contribution of studies carried out by Santos, it is possible to size up Itapararanga as a strategic investment in countryside São Paulo, enabling the consolidation of an economic project of international proportions, carried out in Brazil, since:

After the acquisition of the Empresa Elétrica de Sorocaba, turned into São Paulo Electric Co., Frederick Stark Pearson and Alexander William Mackenzie began to plan the creation of a holding company to carry out the financial management of the three Brazilian companies of the Light group. In July 1912, The Brazilian Traction Light And Power was formed in Toronto, with Frederick Stark Pearson as president.⁹⁹

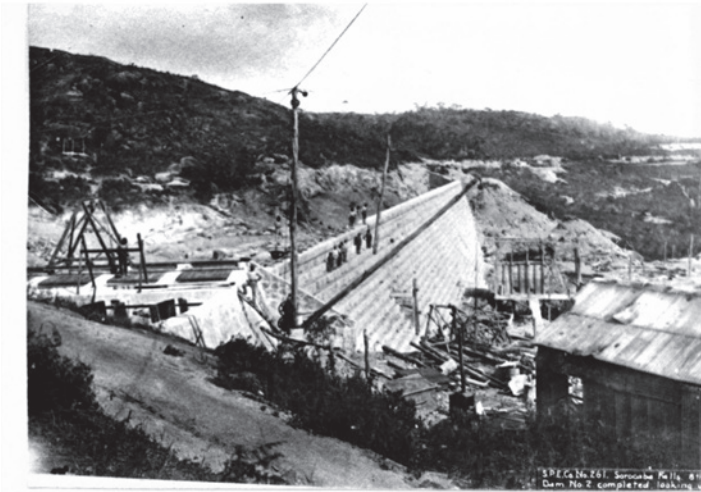
This characteristic was analyzed by Weid, who explained the peculiarities of the capitalist process of the company's growth; under a specific aspect, the analysis is related to the electric power service in Rio de Janeiro, connected to the Guinle group. However, the author broadens the issue by examining the specificities of Light's capitalist interest in Brazil. In allusion to the tentacular ramifications of the Canadian company investments, Weid recovered the term "Canadian octopus", used in the early twentieth century to refer to the investments of Light and Power in Brazil:

(...) The company's range of activities was much larger than originally anticipated — it not only exercised a monopoly in the various areas in which it operated, but also for this reason it had multiple activities. It was a *holding company*, but also a *trust*, which caused animosities among politicians and nationalist businessmen and society as a whole. The Guinles, for their particular interest in the area of electricity and lighting, led the campaign against the multinational and widely used the press in this regard. With that, they formed a wave of public opinion against the Canadian Octopus.

And the nickname stuck. The Octopus operated not only in Rio, but also in São Paulo, and if we take

into account the telephone area, which was initially developed with reservations, services expanded across four states. It was also its huge size that led to the need of creating the *Brazilian Traction*, which was a way to control the shareholding expansion of the subsidiaries, especially the Rio de Janeiro branch.⁴⁰

Figure 4 – Construction of São Paulo Electric Company’s Dam in Itupararanga



Source: São Paulo Electric Company. Light - Construction of the Dam, no date. Museu Histórico Sorocabano. Folder A1-136, 9x12

However, the consolidation of Light and Power investment into its subsidiary, The São Paulo Electric Company Limited, in Sorocaba, was not restricted to the dam and the power plant for the electricity distribution. The company had been in control of the electric tram services (I), as well as the water and sewers services (II). At the same time, they built housing for their workers (Figure 5), including one for the engineers (Figure 6). That allowed the creation of a workers village (Figure 7) in the surrounding areas of the dam and the power plant (Figure 8).

Figure 5 – Workers housing in Itupararanga in the late 1910s



Source: São Paulo Electric Company. Light — House, no date. Museu Histórico Sorocabano. Folder A1-143, 9x12.

Figure 6 – Residence for São Paulo Electric Company's engineers in Itupararanga, 1917



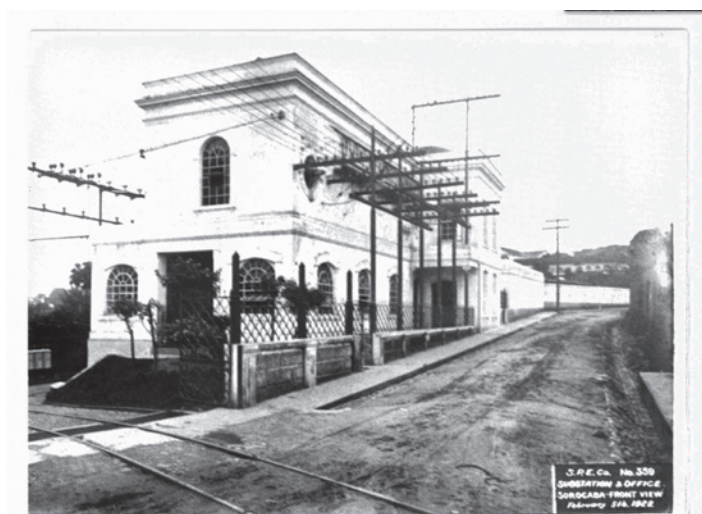
Source: São Paulo Electric Company. Light — Engineers house dos engenheiros, 1917. Museu Histórico Sorocabano. Folder A1-147, 9x12.

Figure 7 – Workers Village in Itupararanga, 1920



Source: São Paulo Electric Company. Light - Vila operária, 1920. Museu Histórico Sorocabano. Folder A1-156, 9x12.

Figure 8 – São Paulo Electric Company Power Plant in Sorocaba (1922)



Source: São Paulo Electric Company. Usina de Força da Light, 1920. Museu Histórico Sorocabano, Folder A1-163, 9x12.

I – The Electric Trams:

On January 30th 1915, in the “Local Improvements” section of the *Cruzeiro do Sul*, it was announced: “Electric trams will be inaugurated today in Sorocaba.”⁴¹ In the same article, they informed the value of the tickets, three hundred réis,⁴² which – during inaugural day –, would be donated to Santa Casa.⁴³ The routes went through two directions: Largo da Independência – Rua Morros (Crossing with Rua Dr. Olivério Pilar), and vice versa. However, there were two itinerary possibilities for the respective directions, with few variations among them, as indicated on Table 1. Trams were more demanded on public holidays, four times more than during working days, as Gaspar reported, regarding the year of 1918.⁴⁴

The tram services reached the downtown and surroundings areas. It should be noted that the price of a round trip – six hundred réis – was enough to buy a reasonable amount of meat, according to the monetary standards of the time. The limited extension of the routes plus the expensive price of the ticket made it impossible for most people to use them. Figure 9 shows the electric tram passing along Rua São Bento and Rua XV de Novembro, around 1924.

Figure 9 – Light’s electric tram in downtown Sorocaba



Source: author unknown. Transporte – Bonde – Rua de São Bento, 1924. Museu Histórico Sorocabano. Folder P11-088, 24x16.

Table 1 – Itinerary and schedule of the trams in Sorocaba since its inauguration

Starting point	Schedule	Itinerary
Largo da Independência (a)	5:00; 5:40; 6:20; 7:00; 7:40; 8:20; 9:00; 9:40; 10:20; 11:00; 11:40; 12:20; 13:00; 13:40; 14:20; 15:00; 15:40; 16:20; 17:00; 17:40; 18:20; 19:00; 19:40; 20:20; 21:00; 21:40; 22:20.	Largo da Independência, Rua Coronel Moreira César, Rua da Penha, Rua Padre Luiz, Rua S. Bento, Rua da Ponte, Rua Dr. Fajardo, Rua Souza Pereira, Rua São Paulo, Rua Boa Morte, Rua dos Morros até a esquina da Rua Dr. Olivério Pilar.
Largo da Independência (b)	5:20; 6:00; 6:40; 7:20; 8:00; 8:40; 9:20; 10:00; 10:40; 11:20; 12:00; 12:40; 13:20; 14:00; 14:40; 15:20; 16:00; 16:40; 17:20; 18:00; 18:40; 19:20; 20:00; 20:40; 21:20; 22:00; 22:40.	Largo da Independência, Rua Coronel Moreira César, Rua da Penha, Rua da Matriz, Rua Dr. Álvaro Soares, Rua Souza Pereira, Rua São Paulo, Rua Boa Morte, Rua dos Morros até a esquina da Rua Dr. Olivério Pilar.
Rua dos Morros crossing with Rua Dr. Olivério Pilar (a)	5:00; 5:40; 6:20; 7:00; 7:40; 8:20; 9:00; 9:40; 10:20; 11:00; 11:40; 12:20; 13:00; 13:40; 14:20; 15:00; 15:40; 16:20; 17:00; 17:40; 18:20; 19:00; 19:40; 20:20; 21:00; 21:40; 22:20.	Rua dos Morros, Rua Boa Morte, Rua São Paulo, Rua Souza Pereira, Rua Dr. Álvaro Soares, Rua da Matriz, Rua da Penha, Rua Coronel Moreira César, Largo da Independência.
Rua dos Morros crossing with Rua Dr. Olivério Pilar (b)	5:20; 6:00; 6:40; 7:20; 8:00; 8:40; 9:20; 10:00; 10:40; 11:20; 12:00; 12:40; 13:20; 14:00; 14:40; 15:20; 16:00; 16:40; 17:20; 18:00; 18:40; 19:20; 20:00; 20:40; 21:20; 22:00; 22:40.	Rua dos Morros, Rua Boa Morte, Rua São Paulo, Rua Souza Pereira, Rua Dr. Fajardo, Rua da Ponte, Rua de São Bento, Rua Padre Luiz, Rua da Penha, Rua Coronel Moreira César, Largo da Independência.

Source: *Cruzeiro do Sul* Newspaper, 12/30/1915, p. 2.

Regarding the Light tram workers, Gaspar mentions:

At the time, the manager of São Paulo Electric Company, in Sorocaba, was Mr. Emílio Kerr;

the Clerk was Mr. Otávio Osse; the warehouse administrator, Mr. Fortunato do Amaral; Cashier, Mr. Carvalho Braga, and there were other office employees whose names we cannot remember.

Head electrician: Mr. José Scrobatz; Head of Tram Traffic, Mr Giotto Pannunzio (...)

The first conductors in Sorocaba were Mr. Joaquim Frederico, Mr. Avelino Rosa, Mr. Fernando Camargo, Mr. Silvério Luongo, Mr. Santiago Campos, Mr. Preciliano Vasconcellos, Mr. Paulo Bella e Mr. José Ferraz de Almeida.

There was a greaser to grease the curves of the trams: his name was João Bonini. Antônio Cosme, nicknamed "3 mustaches", was the janitor and inspector of the trams.

The electrician operators who took turns every 8 hours, in the trams, light and power sub-station, in 1915, were: Nicolau Montalto, Antonio Porto, Alírio Sabóia and Antonio Dias.

At the time, the São Paulo Electric Company had no car or truck.

The street service was made by wagon and a four-wheel trolley pulled by a horse, whose driver was named John Sewaybricker, who has already died.⁴⁵

II – Water and sewers services:

Transporting drinking water was not a simple task. In the early 1920s, for example, Sorocaba had a network of water and sewage installed that, nevertheless, did not cover the entire municipality. In these cases, the population used other resources, such as water carts, for example, responsible for carrying water, pulled by animals, as shown on Figure 10. Almeida says that this profession existed in Sorocaba, at least since 1875. It is said that, In 1885, most of the water cart conductors were Italians, the same ones who promoted the first recorded strike in Sorocaba, according to the author's research data.⁴⁶

Figure 10 – Water transportation by carts in 1920



Source: Author unknown. Abastecimento de água - Pipeiros, 1920. Museu Histórico Sorocabano. Folder P7-093, 12x9.

Table 2 - Cities with more than 400 water supply points in 1920
(except for state capitals)

	Pontos d'água		Pontos d'água
Pelotas (Rio Grande do Sul).....	6.245	Casa Branca (São Paulo).....	767
Campinas (São Paulo).....	5.561	Cachoeira (Bahia).....	758
Piracicaba (São Paulo).....	3.200	Theophilo Ottoni (Minas Geraes)....	750
Campos (Rio de Janeiro).....	2.880	Batataes (São Paulo).....	750
Rio Grande (Rio Grande do Sul).....	2.737	Itajubá (Minas Geraes).....	625
Sorocaba (São Paulo).....	2.400	Descalvado (São Paulo).....	623
Araraquara (São Paulo).....	2.200	Macahé (Rio de Janeiro).....	621
São João d'El-Rey (Minas Geraes)...	2.000	Pirajú (São Paulo).....	605
Bagé (Rio Grande do Sul).....	1.608	Pouso Alegre (Minas Geraes).....	600
Taubaté (São Paulo).....	1.399	Atibaia (São Paulo).....	600
Franca (São Paulo).....	1.380	São Vicente (São Paulo).....	552
Ouro Preto (Minas Geraes).....	1.279	Olinda (Pernambuco).....	550
S. José do R. Pardo (S. Paulo).....	1.102	Porto Feliz (São Paulo).....	550
Tatuhy (São Paulo).....	1.030	Sertãozinho (São Paulo).....	536
Ponta Grossa (Paraná).....	1.015	Pindamonhangaba (São Paulo).....	512
Lorena (São Paulo).....	1.000	Varginha (Minas Geraes).....	510
Rio Claro (São Paulo).....	1.000	Iguassú (Rio de Janeiro).....	500
Corumbá (Matto Grosso).....	986	São Roque (São Paulo).....	500
São Manoel (São Paulo).....	950	Santa Rita do Passa Quatro (São Paulo)	491
Carangola (Minas Geraes).....	915	Pirassununga (São Paulo).....	482
São Bernardo (São Paulo).....	910	Santo Amaro (Bahia).....	473
Uberabinha (Minas Geraes).....	900	Araxá (Minas Geraes).....	465
Mocóca (São Paulo).....	882	São Sebastião do Paraíso (Minas Geraes).....	460
São José dos Campos (São Paulo)	870	Santa Cruz (Rio Grande do Sul).....	450
Barra do Pirahy (Rio de Janeiro)...	800	Guaratinguetá (São Paulo).....	439
Espírito Santo do Pinhal (São Paulo)	800	Ithéos (Bahia).....	420
Barbacena (Minas Geraes).....	780	São José d'Além Parahyba (Minas Geraes).....	410
Barretos (São Paulo).....	780		

Source: BRAZIL, 1929, p. XXXIX.

The São Paulo Electric Co. was responsible for delivering water and sewer services to Sorocaba (Figure 11). However, to better understand the dimensions and the importance of the provided service, we accessed the data from the Census 1920. Analyzing the information, it became clear that, except for the state capital cities (Table 2), Sorocaba was the sixth greater Brazilian city in water supply.⁴⁷

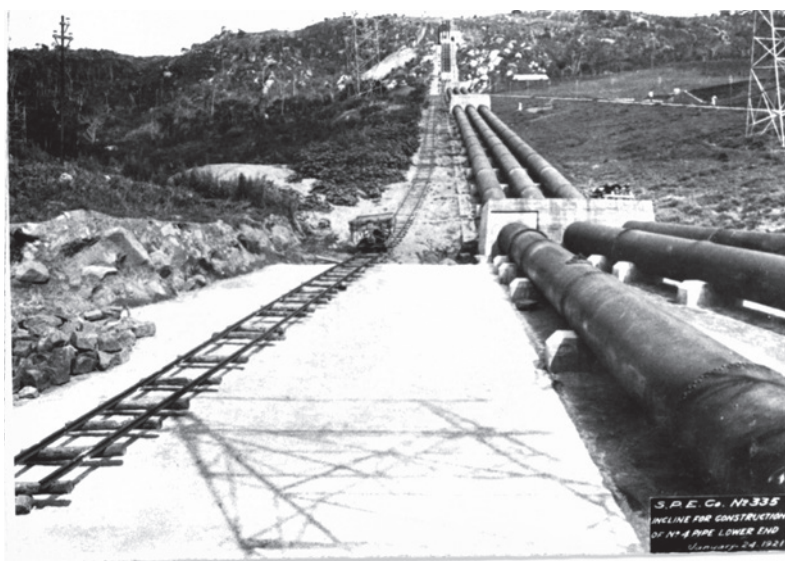
The Census 1920 also informed that the water filtering system used gravel, and was connected to two water mains: Cubatão and Jurupá, both with the same extension (Table 3).

Table 3 – Water filtering, mains, and distribution network in Sorocaba, 1920

Water filtering process		Gravel	
Water mains	Designation	Jurupará	Cubatão
	Extension (meters)	3.000	3.000
	Pipe Diameter (inches)	7	8
	Material used on the structure	Iron	
Distributing Network	Neighborhood or district	City	
	Extension (meters)	26.000	

Fonte: BRAZIL, 1929, p. 174.

Figure 11 – São Paulo Electric Co. pipes in 1921



Source: São Paulo Electric Company. Light - Tubulação, 1921. Museu Histórico Sorocabano. Álbum A1-173, 9x12.

Another important fact, according to the Census of 1920, is that, at that time, there were seventy-five cities in Brazil with sewerage distribution, Sorocaba being the second largest city in the state of São Paulo, with the exception of the capital.⁴⁸

This places the city in a prominent position regarding the distribution of water resources in 1920. However, in many locations in Sorocaba, the "Water issue"

would be an unresolved problem for most of the twentieth century.⁴⁹ The distribution of this *improvement* throughout the municipality of Sorocaba, was not isonomic.

The expansion of water distribution and sewage services was expected, but the water was contaminated and the access to those resources was compromised. In this regard, under the title "The Water Issue", the *Cruzeiro do Sul* reported in 1920:

As S. Paulo Electric Co. Limited began their work on reinforcing the water supply to the population of Sorocaba, in compliance with the contract signed by that company with the Câmara Municipal of this city, Euzebio de Andrade, claiming that the water that was going to be delivered to public consumption was impure, requested halt of works, by pleading before the Court of Justice. This aggravated case, number 12,161, was judged on October 8th by the Court, which, by unanimity of votes, favored the Câmara Municipal. Therefore, the work S. Paulo Electric started will proceed.

As for the potential risks the population may take by consuming impure water, they do not equal the assured risks that the same population runs if it continues as it lives, suffering the almost complete lack of the indispensable liquid.

In addition, the city's hard-working and enthusiastic advocates, who have rushed so much to hinder the improvements that we have all claimed for, need to know that the city will not allow the water, about to be piped, to be delivered to consumption before being purged of all impurities.

As it became clear through constant publications regarding this matter in this newspaper, the matter on debate of the water has been solved by the Câmara in the past.⁵⁰

Table 4 – Data from Census 1920 regarding the sewerage services in Sorocaba

Management	Municipal	
Inauguration date	1901	
Adopted system	Separation	
Sewers process	By gravity	
Extension of the sewage collection network (meters)	17.260	
Place where the effluent is released	RIVER	
Number of buildings	Local existing buildings	4.100
	Served by sewer services	3.145
Sewerage in which there is no inspection box at the junction of the home extension with the first connection of the sanitary structure.	No	
Sewerage in which there is or is not a fan beside the sanitary structure.	Yes	
Sewerage in which the fan has the same diameter as the drop or discharge pipe	Yes	
Sewerage in which there is or is not another fan of smaller diameter adapted to the siphon of the sanitary structure	Yes	
Sewerage in which grease boxes are or are not used to receive waste water	No	
Sewerage in which wastewater falls directly into the pipework, or through outdoor enclosures or appropriate drains	Drains	
Average annual expenditure to maintain the services in the last five years	43:000\$	
Average annual net income in the last five years	550:000\$	

Source: BRAZIL, 1929, p.192-3.

The amount of expenses on the Sewerage services between 1915 and 1920, for example, was estimated in 43:000\$ million réis.

The São Paulo Electric Company Limited: electric services data on the Census 1920

The Census 1920 organized in Brazil was the first survey of the kind to take into consideration industrial statistical data. One of the results, regarding the São Paulo Electric Company, in Sorocaba, was organized quantitatively and included the power plants that produced over than fifteen thousand volts of electricity. The data arrangement allows us to realize that, along with the plants in Parnaíba (S.P.) and Ribeirão das Lages (R.J.) – in Sorocaba – it was among the largest of its sector in Brazil, as shown on Table 5.

Table 5 - (Reproduction) Power plants that produced over 15 thousand volts in Brazil in 1920

Linhas de transmissão de mais de 15 mil volts.		Voltagem
Linhas da usina "Ribeirão das Lages", da The Rio de Janeiro Tramway, Light & Power Company, Limited.....		88.000
Linhas da usina "Parnahyba", da The São Paulo Tramway, Light & Power Company, Limited.....		88.000
Linhas da usina "Sorocaba", da São Paulo Electric Company, Limited.....		88.000
Linhas da usina "Rio de Pedras", da Companhia de Electricidade e Viação Urbana de Minas Geraes...		45.000
Linhas da usina "Tombos", da Companhia Brasileira de Tramways, Luz e Força.....		45.000
Linhas da usina "Itatinga", da Companhia Dócas de Santos.....		45.000
Linhas da usina "Bananeiras", da Companhia Brasileira de Energia Electrica.....		44.000
Linhas da usina "Alberto Torres", da Companhia Brasileira de Energia Electrica.....		44.000
Linhas da usina da Empreza Luz e Força Meridional Paulista.....		33.000
Linhas da usina "Fructeiras", da Companhia Serviços Reunidos do Itapemirim.....		30.000

Source: BRAZIL, 1929, p.192-3.

It is possible to affirm, in general, that the electricity distribution, as well as the public lighting services, was not isonomic throughout the municipality of Sorocaba. The annual consumption of these resources reached 1,170,487 kilowatt-hours (kWh), including public and private consumption, with an average price of \$933 per kWh, according to the data on Table 6

Table 6 – Lighting expenses in the municipality of Sorocaba, 1920

Municipality		Sorocaba	
Public Lighting	Arc Lamps	Number	-
		Lighting Power (number of candles)	-
	Incandescent Lamps	Number	615
		Lighting Power (number of candles)	44.060
Total lighting power (number of candles)		44.060	
Private Lighting	Arc Lamps	Number	2
		Lighting Power (number of candles)	2.000
	Incandescent Lamps	Number	12.802
		Lighting Power (number of candles)	411.480
Total lighting power (number of candles)		413.480	
Number of private consumers		2.674	
Number of electricity consumption measuring devices (Electrical power meters)		1.216	
Annual electricity consumption (number of kilowatt-hours)		Total	1.170.487
		Public Lighting	152.100
		Private Lighting	1.018.387
Annual income		Total	518:476\$000
		Public Lighting	57:784\$000
		Private Lighting	460:692\$000
Average annual kWh price		\$933	

Source: BRAZIL, 1929, p. 124-125.

The energy potential in Sorocaba was of great proportions, but the services had not yet reached the entire urban space.

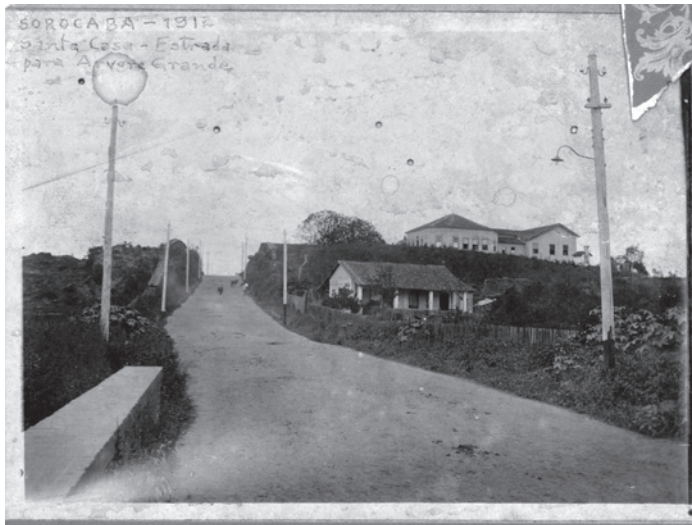
On the photo taken in 1912 in Rua São Paulo (Figure 12), at a border between urban and rural areas of the city, the Santa Casa Building is highlighted at the bottom of the image. It is possible to see parts of the infrastructure for the public light poles. However, as it can be seen in the image, the transmission network was not installed yet in that location. It is not known when the electricity grid started providing services to the place of the photo, but, regarding that, it is interesting to review the records of the seventh ordinary session of the Câmara Municipal (Municipal Council), in 1921, reported by the *Cruzeiro do Sul*:

Indication of the councilmen Dr. Luiz P. de Campos Vergueiro, Captain Eliezer Barbosa Lima and Captain Francisco de Almeida Barros, authorizing the City Hall to send public lighting electric lamps for the poles n. 30/213, 32/213, 34/213, 36/213, 40/213 and 42/413,

existing in the street that continues São Paulo Street, towards the neighborhood of Arvore Grande. – The Commissions of Finance and Works.⁵¹

This statement indicates that, it either was a matter of equipment replacement, or of equipping a structure that had never been finalized. This dilemma requires the researcher to obtain other sources of information that will better detail the matter. In a sales advertisement for a pottery, located in the Árvore Grande neighbourhood, in 1914, it is mentioned the existence of electricity in the region: “With the pottery we also sell a pasture for animals that is contiguous, and a house with electric light and a telephone.”⁵²

Figure 12 – São Paulo Street and the light poles in 1912



Source: Author unknown. Avenida São Paulo - Santa Casa de Misericórdia, 1912. Museu Histórico Sorocabano. Folder P6-028, 18x14.

In the documental archives of the Museu Histórico Sorocabano, the *Rules and regulations for the electric power supply* of the São Paulo Electric Company were found (Figure 13). The document is not dated; however, the monetary references indicate it to be a document prior to the 1930s, possibly from the 1920s. Nevertheless, it is interesting to note that the first clause (1) reserved the company the right to refuse expanding the energy supply, if it considered more expensive than the consumption rates of the requesting user. This demonstrates that the electric power service in

Sorocaba, in the early twentieth century, was linked to the company's willingness to offer the service or not, regardless of the responsibilities with the specific expenses of the user. For that reason, the expansion was only viable in two cases: expanding for the industrial consumption and for the availability of the service for the densely populated central area of the city.

The dynamics of the locations: foundations

This article is part of a larger research, linked to the MSc program.⁵³ In an article published during previous stages of this project, it was noted "(...) that the distribution of resources [water, sewage and lighting] was basically polarized with an official perimeter, corroborated by configurations and proximity between municipal laws and tax collecting between 1914 and 1916 (...)"⁵⁴

The perimeter of Sorocaba, back then, followed art. 1 of Municipal Law N.123, 1915, which established:

Art. 1 – The municipality of Sorocaba encompasses the area delimited by several laws from the former Province, and today State of São Paulo, including the districts of Paz de Nossa Senhora da Ponte and Nossa Senhora do Rosario, governed by the City of Sorocaba, and the districts of Salto de Pirapóra and Votorantim, governed by the towns with the same names.⁵⁵

These specifics denote that the territorial limits themselves have not changed since the provincial period. However, considering the city growth and the technical development to understand it, the above mentioned law brought to light important peculiarities. Regarding article 2, the municipality was divided in two parts: rural and urban areas, and the later was subdivided into the suburbs and the town.⁵⁶ Another municipal law focus is more on this situation, Law n° 119, from 1915, which divided the urban perimeter into two zones, in order to facilitate the collection of the Transportation Tax, which was calculated based on the length of walls, and lands with and without fences, and the more infrastructure the street had, the higher were the taxes. The first zone restricted a polygon of streets that circumscribed the more centralized circuit of the city; the second zone was dedicated to every urban part located outside the first zone, in accordance with article one of Law n° 119/1915.⁵⁷ In a nutshell, this was the first law on urban zoning in Sorocaba, which, as a phenomenon,

required a theoretical foundation to allow an academic approach. For that we considered Villaça's thesis of analytical observation methodology, with which he studied the practices of São Paulo's zoning and was able to state that "(...) since the beginning, the zoning focused exclusively on neighborhoods and streets occupied by the bourgeoisie or on areas – such as downtown – where he had major interests (...)".⁵⁸ The zoning practices are fundamental to study the socio-urban inequalities by indicating impacts of spatial segregation, since, in Villaça's statement, "Zoning is a consequence, not the cause, of spacial segregation."⁵⁹

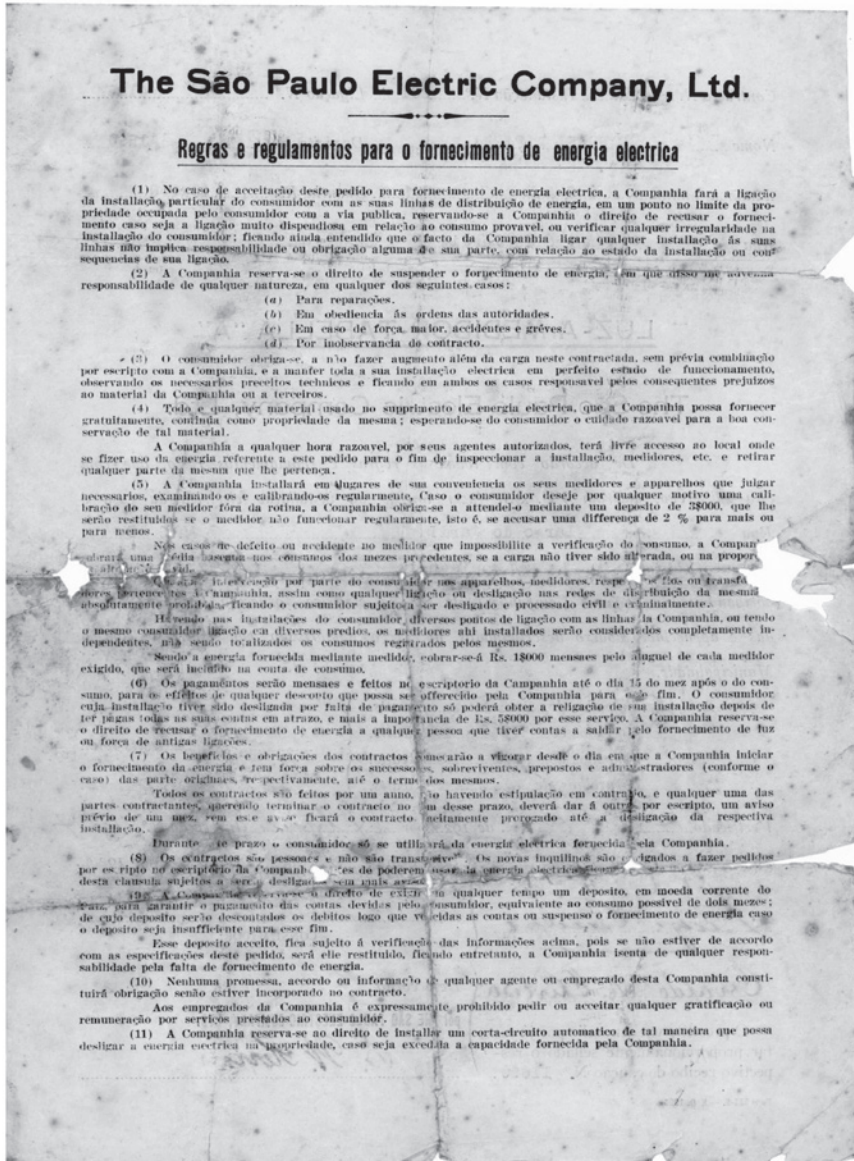
However, even in the privileged areas of the city, the lighting service was contradictory, for example. On news of August 8th, 1915, it was possible to identify twice the subject of public lighting on the agenda of the Câmara, in which "Dr. Luiz P. de Campos Vergueiro presided the session, with the presence of the councilmen Colonel João Augusto da Silveira, Captain Joaquim Eugenio Monteiro Barros, Captain Augusto Cesar do Nascimento Filho and Dr. João de Almeida Tavares".⁶⁰

At first, we have the Report n. 46 in 1915, in which Francisco Virgilio and others asked for the installation of street lamps in Rua 7 de Setembro, in the urban area, as well as Report n. 39 in 1915, by Joaquim de Almeida and others, requesting street lamps for Rua da Bica,⁶¹ a region also circumscribed in the urban area. Both requests highlight the fragility of the service.

In short, the services of sewage and water distribution expanded slowly and with difficulty. Carvalho reports that for the population residing on the opposite side to downtown, in the "(...) eastern portion of the city, beyond the Sorocaba river, and in the other urban areas that would begin to expand in the first decades of the twentieth century, the issue of water would be a pressing problem that would not be resolved for much of the last century".⁶²

Regarding the trams service, the routes needed to be extended. However, the years passed and the expansions were not built,⁶³ the routes were extended – according to the records found by this research – respecting the logic of supplying for the central regions, since, considering the parameters of the investigation carried out, the information found – in a report published on Saturday, September 8th, 1928 – that there would be an inauguration of extensions on the Bom Jesus and Alto da Penha route,⁶⁴ a development considered of great magnitude by the newspaper, but which actually served the same region already covered by the transportation system.

Figure 13 – Rules and regulations for electricity at São Paulo Electric Company during the first half of the 20th century



Source: São Paulo Electric Company. Regras e regulamentos para o fornecimento de energia elétrica, Date unknown. Museu Histórico Sorocabano. Documents folder 1, P08-059.

Conclusion

The goal of this article was to analyze the public improvements in Sorocaba (1900-1921), with emphasis on the electric lighting sector. The trajectory covered showed that there were interactions between the local business development and the investments of Light and Power in Brazil, promoted at a regional level by The São Paulo Electric Company Limited, beginning in 1911.

With the capital investments of São Paulo Electric in the municipality of Sorocaba, with special attention to the Itupararanga dam, impacts other than the activities of energy production could be verified; other related occurrences were noted, especially, in the urban space. That area has undergone extreme changes regarding the dynamics of the infrastructural resources, which were polarized in the central region of the city. Those changes involved the both public and private sectors.

At the same time, there was a significant leap in technological development in Sorocaba, starting in the 1910s, when the Canadian subsidiary managed the distribution of energy and electric lighting, water and sewage, as well as transportation via electric trams. In addition to these features, photographs were presented that illustrated the construction of the dam, among other equipment, such as the workers and engineers housing in Itupararanga.

It is hoped, therefore, that this article's contribution may promote the understanding of the urban infrastructure of Sorocaba in the first two decades of the twentieth century, stimulating new contributions that may indicate details of the distribution of these resources that modernized the urban space of the analyzed object, as well as the observance of the political forces and agents involved in the production of this urban space.

Notes

1 The expression "polvo canadense" (Canadian Octopus) was used, metaphorically, by some journalists to describe the actions of the Light group, which expanded in several sectors, such as transportation, energy, water supply and telephony. The expression was generally used to refer to the monopolistic character of the gigantic group. WEID, Elisabeth Lucy von Der. *A expansão da Rio de Janeiro Tramway Light and Power ou as origens do "Polvo Canadense"*. Digital file from Fundação Casa de Rui Barbosa, no date. Available at: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=191>

2 VILLAÇA, Flavio Jose Magalhães. *O espaço urbano e a dominação*. Thesis on livre docência em Planejamento Urbano Regional. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (University of São Paulo School of Architecture and Urbanism - FAU-USP), São Paulo, 1989.

3 ALMEIDA, Aluísio de. *Sorocaba: 3 séculos de história*. Itu: Editor Ottoni, 2002, p. 40.

4 Idem, p. 250.

5 Idem, p. 273.

6 Idem, p. 349.

7 CRUZEIRO DO SUL. *Um século de história. Uma história de amor em 30.000 edições*. FUA. Sorocaba: 2005, p. 8.

8 ALMEIDA, Aluísio de. *Op. cit.*, p. 377.

9 Idem, *ibidem*.

10 BRAZIL, República Federativa dos Estados Unidos do. *Recenseamento do Brasil*. Made on Sep. 1st, 1920, v. 5 (3^a parte) - Estatísticas complementares do censo econômico/Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1929, p. 88.

11 There are indications of hydroelectricity in Sorocaba in 1892, connected to the Fábrica de Tecidos Votorantim (Votorantim Fabric Factory). Regarding that, see footnote 59, in SANTOS, João Marcelo Pereira. *Os trabalhadores da Light São Paulo, 1900-1935*. PHD thesis - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp). Campinas, 2009, p. 37. Available at: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000470596&fd=y>>.

12 ALMEIDA, Aluísio de. *Op. cit.*, p. 377.

13 Idem, *ibidem*.

14 Newspaper *Cruzeiro do Sul*, Nov. 01, 1905, p. 1.

15 Idem, p. 8.

16 SANTOS, João Marcelo Pereira, *Op. cit.* p. 44.

17 During the bibliographical research on the subject, it was deduced that the industrial sector was the most important economic force, rising since the 1880s, at least. Regarding that matter, there is more information in ALMEIDA, Aluísio de. *Op. cit.*; BONADIO, Geraldo. *Sorocaba: a cidade industrial (Espaço urbano e vida social sob o impacto da atividade fabril)*. Sorocaba: 2004; CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. *Fisionomia da cidade: Sorocaba - cotidiano e desenvolvimento urbano - 1890-1943*. PHD thesis at FFLCHUSP São Paulo: 2008; SANTOS, *Op. cit.*; STRAFORINI, Rafael. *No caminho das tropas*. Sorocaba: TCM, 2001.

18 There are records of coffee plantations in the suburbs of Sorocaba. However, the industrial sector had more support due to its higher production levels, as verified in the literature review for this article. More on the newspaper *Cruzeiro do Sul*, 12/28/1912, "Chácara no Rio Acima", p. 3.

19 The journalistic information worked on in this article came from two collections. The first one, in the archives of the newspaper library at the Gabinete de Leitura de Sorocaba (Sorocaba Reading Office), where we found the newspaper *A Cidade de Sorocaba* used. The other collection was virtual, from the *Cruzeiro do Sul* newspaper, which has been fully digitalized and made available at <<http://memoria.cruzeirosul.inf.br/>>. Latest access on 02/09/2017.

20 CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. *Fisionomia da cidade: Sorocaba – cotidiano e desenvolvimento urbano: 1890-1943*. PHD thesis at FFLCHUSP. São Paulo, 2008, p. 14.

21 VILLAÇA, Flavio Jose Magalhães. *O espaço urbano e a dominação*. Tese de livre docência em Planejamento Urbano Regional. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), 1989, p. 103.

22 Regarding the policy of appreciating the coffee market value during Afonso Pena's government (1906-1909), refer to PERISSINOTTO, Renato Monseff. "Classe dominante e política econômica na economia cafeeira (1906-1930)". In: *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 16, N. 1, 1993, p. 173-4.

23 Newspaper *Cruzeiro do Sul*, *Op. cit.*, p. 21.

24 Newspaper *Cruzeiro do Sul*, *Op. cit.*, *ibidem*.

25 Newspaper *Cruzeiro do Sul*, Jun. 21, 1910, p.1.

26 Newspaper *A Cidade de Sorocaba*, Jun 26, 1910, p.1.

- 27 Ibidem.
- 28 Newspaper *Cruzeiro do Sul*, *Op. cit.*, p. 22.
- 29 SANTOS, João Marcelo Pereira. *Op. cit.*, p. 44.
- 30 *A Cidade de Sorocaba* Newspaper, Aug.10,1911, p. 1.
- 31 Newspaper *Cruzeiro do Sul*, Sep. 30, 1911, p. 2.
- 32 Newspaper *Cruzeiro do Sul*, Sep. 20, 1911, p.3 and Sep., 27, 1911, p. 3.
- 33 Newspaper *Cruzeiro do Sul*, Sep. 27, 1911, p.3.
- 34 Newspaper *Cruzeiro do Sul*, Sep. 20, 1911, p.3.
- 35 SANTOS, João Marcelo Pereira. *Op. cit.*, ibidem.
- 36 “In Votorantim, the Banco União inaugurates in 1892 its textile stamping factory to which it adds, later, the sector of spinning and weaving. The factory later became the embryo of Brazil's largest private business group.”. Read.: Newspaper *Cruzeiro do Sul*, *Op. cit.*, Sorocaba, 2005, p. 7.
- 37 Newspaper *Cruzeiro do Sul*, Jun. 25, 1911, p. 2.
- 38 CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. *Op. cit.*, p. 115.
- 39 SANTOS, João Marcelo Pereira. *Op. cit.*, ibidem.
- 40 WEID, Elisabeth Lucy von Der. *A expansão da Rio de Janeiro Tramway Light and Power ou as origens do “Polvo Canadense”*. Digital file from Fundação Casa de Rui Barbosa, no date, p. 48-49. Available at: <http://www.casarui Barbosa.gov.br/interna.php?ID_S=191>
- 41 Newspaper *Cruzeiro do Sul*, Dec. 30, 1915, p. 2.
- 42 In an advertisement dated 1916, it was possible to see that the kilogram of beef (the cheaper cuts) would cost 500 réis, being cheaper than a round trip on the trams. This fact is significant for analysis that wish to understand public transport via socioeconomic classes. See in *Cruzeiro do Sul* newspaper, 12/31/1916, p. 3.
- 43 Newspaper *Cruzeiro do Sul*, Dec. 30, 1915, p. 2.
- 44 GASPAR, Antônio Francisco. *Os bondes elétricos de Sorocaba: homenagem ao quadragésimo aniversário de sua inauguração (1915-1955)*. São Paulo: Editora Cupolo Ltda, 1955. p. 38.
- 45 Idem.
- 46 ALMEIDA, Aluísio de. *História de Sorocaba*. Itu: Editor Ottoni 2ª ed., 2012, p. 167.
- 47 “There is a device that establishes a maximum limit of water intake per home, and the consumer has to stick to it; to make the most of the water, the consumer must have a water tank that accumulates the extra water that was not spent.
This device has the advantages of being a cheap device, a simple valve that results in low operating cost, since, as in the previous case, the fee is fixed on the limits of the valve. It also has the merit of reducing the waste of water.
The disadvantages arise from pressure problems caused in the network, but that can also be bypassed somehow”.
- CYNAMON, Szachna Elias. “Cobrança de água medida - Tema atual - Uma opinião vinda da Inglaterra”. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 6, N. 4, p. 468-471, 1990, p. 469. Available at: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v6n4/v6n4a08.pdf>>.
- 48 BRAZIL, República Federativa dos Estados Unidos do. *Recenseamento do Brasil – realizado em 1 de Setembro de 1920. Volume V (3ª Parte) - Estatísticas complementares do censo econômico*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1929, p. XLVI.
- 49 CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. *Op. cit.*, p. 109.

- 50 Newspaper *Cruzeiro do Sul*, Nov. 02, 1923, p. 2.
- 51 Newspaper *Cruzeiro do Sul*, Oct. 05, 1921, p. 1.
- 52 Newspaper *Cruzeiro do Sul*, Apr. 01, 1914, p. 2.
- 53 MSc Project in Architecture, Technology and Urbanism linked to the Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), researched on the field of History, Architecture Theory and Urbanism, made by Thiago Pedrosa Mattos, with the guidance of Professor Dr. Ana Maria Reis de Góes Monteiro.
- 54 MATTOS, Thiago Pedrosa; MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. “Cidade dividida: Sorocaba e o zoneamento urbano de 1914”. In: *Revista de Direito da Cidade*, v. 7, N. 4, 2015, p. 1791-1824 e p. 1815. Available at: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/20918/15668>>
- 55 SOROCABA/SP (Município). *Codificação das Leis da Câmara Municipal de Sorocaba (1914-1915)*. Sorocaba: Typographia Quinze de Novembro, 1915. p. 130.
- 56 SOROCABA/SP (Município). *Op. cit.*, idem.
- 57 SOROCABA/SP (Município). *Op. cit.*, idem, p. 126. It is important to stress that, in another paper (MATTOS, T; MONTEIRO, A., 2015), it has been mentioned that the referred law (N.119/1915) was approved in 1914. The mistake was made due to the incompleteness of the documents (SOROCABA, 1915) found in the Gabinete de Leitura Sorocabano. The misconception was perceived through the continuity of the research for the MSc project. In an article published in the *Cruzeiro do Sul* newspaper on 04/21/1915, p. 2-3, the error was found. In the publication of that day, of the current of 1915, the Municipal Law 119/15 was decreed by the Câmara on April 17, 1915 (*Jornal Cruzeiro do Sul*, 04/21/1915, pp. 2-3). This finding provoked the need to reconsider the Sorocaba coding for 1914-1915 (SOROCABA, 1915), in order to verify and justify the error. The archive of the Museu Histórico Sorocabano (M.H.S.) was used and a complete volume was found. It should be noted that in the volume consulted in the M.H.S., there was a page – between the index and the beginning of the regulations in the document – that assigned dates to the respective laws, but received no page numbers. As the numerical sequence of the index was balanced in Roman symbols and the rest in Arabic numeration, it was assumed that the page referred to by the numbering and dating of the laws belonged to the Arabic pagination and was that of number 3 (SOROCABA, 1915, page 3). It is worth noting that the title of the work is: *Codificação das Leis da Câmara Municipal de Sorocaba (1914-1915)* (Codification of the Laws of the Câmara Municipal de Sorocaba 1914-1915), published in 1915. Therefore, it was understood – by the absence of other sources at that moment, which was published in 1915, containing laws of 1914. However, other sources demonstrated that this was not the case, which allowed them to be adapted to the respective attributes. The content of evaluation of the social and political situation of the respective legislation was not altered by the mistake of dating, whose information is intended to be corrected, through this explanation and presentation of the reasons that led us to identify this better understanding of the procedures related to the analyzed fact.
- 58 VILLAÇA, Flavio Jose Magalhães. *Op. cit.*, p. 158.
- 59 Idem, p. 163.
- 60 Newspaper *Cruzeiro do Sul*, Aug. 08, 1915, p. 2.
- 61 Idem.
- 62 Rogério Lopes Pinheiro de. *Op. cit.*, p. 109.
- 63 GASPAR, Antônio Francisco. *Op. cit.*, p. 43.
- 64 Newspaper *Cruzeiro do Sul*, Aug. 09, 1928, p. 1.

Conhecendo os segredos da História do Brasil revelados na revista *O Cruzeiro* – estudos de recepção da coluna de Gustavo Barroso de 1948 a 1960

Madelon Rocha Gondin*

Recebido em: 27/01/2016
Aprovado em: 10/04/2016

*Jornalista, graduada em História pela Universidade Estácio de Sá.

Resumo

A prática de divulgação da História em veículos de comunicação sempre esteve presente na sociedade brasileira. Nas décadas de 1940, 50 e 60, o rádio e os periódicos eram as vias cruciais para tal finalidade por serem os mais consumidos pela população. Era a forma com que historiadores e pesquisadores dialogavam com o público fora do meio escolar/acadêmico. Este artigo trata de como se escrevia História nessa época e como os receptores interagiam sobre os fatos e curiosidades históricas nacionais escritos por um renomado historiador numa seção da maior revista de entretenimento da época.

Palavras-chave

Escrita da história; Imprensa brasileira; Gustavo Barroso.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo mapear a recepção da coluna “Segredos e Revelações da História do Brasil”, escrita por Gustavo Barroso¹ na revista de entretenimento *O Cruzeiro*.² Especificamente no recorte temporal de 1948, ano de lançamento da coluna até 1960, ano em que o autor deixa de assinar o periódico devido à sua morte, em 3 de dezembro de 1959, e a coluna passa a ter textos assinados por seu sucessor, Pedro Calmon,³ até 1968.

Para isso, foi preciso analisar a coluna “Escreve o Leitor” a fim de entender a importância dos textos sobre a História Pátria, para seus leitores. Procurou-se compreender, por meio da leitura das cartas endereçadas à coluna, por que o público, alheio ao ambiente acadêmico/escolar, se identificava e mesmo apreciava os segredos da história do Brasil. Tentou-se comprovar, por meio dos elementos apresentados, que a história pública pode ser usada para difundir o conhecimento científico/histórico, transmitido pelas universidades, promovendo diálogo e interação, ampliando os saberes históricos, sob o arcabouço multicultural dos diferentes públicos.

Foram analisadas trinta e três cartas no total, contendo críticas, sugestão de assunto e elogios sobre o texto e o autor. Por meio desse canal de recepção, seus leitores externavam sua satisfação ou descontentamento.

O objetivo precípua em questão é perceber a recepção do público à coluna, de que modo ela os atingia, tentando depreender e explicar o fascínio que textos, publicados numa revista semanal de variedades, sobre História do Brasil, provocava nas pessoas.

1. O revelador dos segredos

Um dos escritores brasileiros com mais obras publicadas, cento e vinte e oito no total, Gustavo Dodt Barroso, foi uma figura contraditória no cenário intelectual e político brasileiro. Idolatrado e odiado por muitos, o

historiador, jornalista, advogado, fundador e diretor do Museu Histórico Nacional (MHN) foi imortalizado quando ocupou a cadeira de número dezenove da Academia Brasileira de Letras, em 7 de maio de 1923, aos trinta e três anos de idade.

Sendo o único cearense a assumir por duas vezes a presidência da ABL, trouxe aos conterrâneos nordestinos um orgulho colossal do seu “irmão” mais ilustre, não só por conta de sua origem, mas também porque o ingresso veio através do livro *Terra do Sol*,⁴ obra que retratava o Ceará e o seu povo, assinado com o pseudônimo de “João do Norte”. “A alma do sertanejo é calcada na alma do sertão. Lá, a natureza, quando recusa seu auxílio, nega avaramente a sombra, nega cruelmente a gota de água... recusa tudo. Mas quando dá, dá com fartura, com abundância”.⁵

Barroso era um colecionador de memórias, tanto das Histórias do Brasil quanto das suas próprias. Sobre estas, escreveu três livros. O primeiro deles é *Coração de Menino*,⁶ contando suas desventuras de infância e enfatizando seu gosto pelo acúmulo de lembranças. Seria a natureza mostrando-lhe, já cedo, o que o destino lhe reservara futuramente? Predestinação ou não, o menino que brincava com os amigos, no interior do Ceará, aos pés de um cajueiro que “escrevia na areia” letras que as crianças liam e associavam a nomes de colegas, estava, sem saber, comprometendo-se com a inevitável ordem natural da vida.

Já homem feito, Barroso retorna ao cajueiro, mas não consegue lê-lo. “Por mais força que eu faça, não consigo ler coisa nenhuma. Eu não sei mais ler o alfabeto da natureza, não consigo ler o que o cajueiro escreve, porque para isso é preciso que eu tivesse o que eu perdi para sempre: a ingenuidade da infância”.⁷

O segundo livro, *Liceu do Ceará*,⁸ e o terceiro, *Consulado da China*,⁹ traziam impressas em suas páginas a sua juventude no nordeste brasileiro, que deixou saudade na alma do escritor. As duas obras, junto com *Coração de Menino*, formavam a tríade de seus escritos autobiográficos.¹⁰

Só então compreendi e senti o passo que dera. Deixava para trás e para sempre a melhor parte de minha vida, minha infância, minha adolescência, minha terra, minha família, meus amigos, as paisagens guardadas em meus olhos, a gente com quem me irmanara na mesma tradição e nos mesmos sentimentos. Ia eu

enfrentar o desconhecido, sem proteção, sozinho, contando unicamente comigo. Que seria de mim?¹¹

Toda a obra de Barroso é uma reflexão sobre o nordeste brasileiro, sobretudo sobre seu estado natal, Ceará. Da gente humilde que ali vivia; trabalhadores que sentiam o castigo do sol na labuta; das praias encantadoras de areias finas; dos pescadores que se enamoravam pelo mar. Ler Gustavo Barroso é conhecer o universo desse povo.

O Ceará teve o seu maior memorialista, o Dr. Gustavo Barroso ou simplesmente, João do Norte.

Em 1910, muda-se para o Rio de Janeiro, obtendo o título de bacharel, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1911.

Na capital federal, atuou como professor, e foi deputado federal pelo Ceará; escreveu para o *Jornal do Commercio* e o *Jornal do Brasil*; dirigiu a revista *Fon-Fon* e colaborou para as revistas *O Malho* e *Tico-Tico*, entre outros periódicos, muito antes da sua incursão em *O Cruzeiro*.

Barroso teve a preocupação de recortar e guardar seus textos que eram publicados e tudo que saía na imprensa sobre ele. Esta coleção está organizada em cadernos e em maços de folhas soltas, somando um total de cem volumes. Barroso facilitou, assim, o acesso à pesquisa sobre ele, mérito também do esforço do trabalho de Nair de Moraes Carvalho, que continuou juntando recortes após a morte de Barroso.¹²

Em 1922, ano do centenário da Independência, Gustavo Barroso funda, e passa a dirigir, o Museu Histórico Nacional, por decreto do Governo de Epitácio Pessoa. Aproveitando o momento histórico em que o país se encontrava, foi muito oportuna a criação de um órgão que exaltasse o nacionalismo e fomentasse o patriotismo, valorizando os grandes nomes e grandes feitos da História Nacional.

Gustavo Barroso foi o idealizador de um museu que guardaria a História do Brasil e também servisse para a instrução pública. Seu projeto toma forma e o MHN passa a gerir o primeiro curso de Museologia do país, a partir de 1922. Seu objetivo era que o museu, através de seu acervo, agisse de forma referencial para o público ao se expor objetos vinculados à história nacional. Estas duas vertentes, Identidade e Nação, eram elementos-chave na condução do museu. Barroso foi diretor do MHN por mais de trinta anos, só se afastando do cargo entre os anos de 1930 e 1932, por conta de divergências em relação ao governo Vargas.

Com a Revolução de 30, Gustavo Barroso foi derrotado politicamente, tal situação refletiu de imediato na sua destituição da direção do Museu Histórico Nacional pelo então Chefe do Governo provisório, e na frustrada tentativa de realizar o sonho de ser presidente da Academia Brasileira de Letras. Entretanto, o período estava envolto em incertezas e acomodações políticas, Barroso conseguiu superar as adversidades com o beneplácito do governo federal, elegendo-se para a presidência da ABL em setembro de 1932 e sendo reconduzido à direção do Museu Histórico no mês de novembro do mesmo ano.¹³

O complexo do museu identificava-se com a paixão de Barroso pelo militarismo. Composto por vestígios de uma fortaleza – o Arsenal de Guerra, o Beco dos Tambores e a Casa do Trem – o acervo bélico numeroso, demonstrava o forte caráter militar do MHN.

Impulsionado por essa paixão, ingressa, em 1933, na Ação Integralista Brasileira (AIB), um movimento paramilitar de ideais fascistas. Durante sua militância, foi o chefe das milícias, o braço militar do movimento.

Os anos de 1930 são repletos de instabilidades políticas no mundo todo. No Brasil, as ideias nazifascistas chegaram com força, tendo a AIB como disseminadora desses ideais de um Estado corporativista, autoritário e nacionalista. Gustavo Barroso se doou de corpo e alma ao movimento, e sua participação foi marcada pelo forte antissemitismo.

Na primeira década do século XVIII, o judaísmo atacou, ao mesmo tempo, os possuidores da riqueza no Brasil, a fim de se apoderar dela, no Sul e no Norte. Atacou os paulistas, donos das minas de ouro, e os pernambucanos, donos dos engenhos de açúcar. Emboabas em Minas Gerais, mascates no Recife, esses inimigos dos brasileiros não eram mais do que judeus portugueses disfarçados, a grande maioria provenientes do Minho. A voz geral denominava-os forasteiros e os historiadores, todos eles cegos à questão judaica, rotulam-nos como europeus.¹⁴

Durante esse período, Barroso escreve vários livros sobre o Integralismo, dando destaque ao *História Secreta do Brasil*, onde conscientizava o povo brasileiro para a luta contra o domínio econômico do país pelos grandes grupos nacionais e internacionais e

ainda justificava sua aversão aos judeus ao escrever toda uma teoria de conspiração judaica no país. Esse foi um período muito conturbado na vida do escritor. Sofreu inúmeras pressões por defender, incisivamente, sua ideologia, tendo como consequência a prisão em 1938, acusado de participar do Levante de Maio.¹⁵

2. A revista *O Cruzeiro*

Para falar sobre a seção de Gustavo Barroso, antes é necessário contar a história da revista *O Cruzeiro*¹⁶ e toda a trajetória de seu fundador, Assis Chateaubriand, conhecido como Chatô.

Engajado em dar forma ao periódico, que viria a se tornar ícone dos meios de comunicação da época, em 1927, Chateaubriand andava preocupado com o *Diário de Notícias* de Porto Alegre, por estar lhe trazendo inumeráveis problemas. Apesar disso, manteve-se firme no desejo de se aventurar num empreendimento que pudesse atingir um público não tão somente regional, mas sim a todo o país. Queria ser o maior de todos no ramo nacional da comunicação.

O jornalista Carlos Malheiros Dias desejava lançar uma revista de alcance nacional, mas não dispunha de quantia que bastasse para pôr a cabo o intento. Chateaubriand viu aí uma oportunidade para realizar seu projeto. Ofereceu custeio pelos gastos a Malheiros em troca de assumir a revista. Mesmo sem saber como faria isso, apostou no seu prestígio, pois dinheiro nunca teve. O capital para o investimento vinha dos banqueiros com quem era necessário apenas ter boas relações, o que não faltava a Chatô.

O pensamento dele era diferente do que Malheiros tinha para essa nova revista. Era muito mais audacioso. Seria uma revista diferente das demais; teria um papel de melhor qualidade; diagramação com destaque nas fotografias e na impressão em quatro cores, e seria rodada em Buenos Aires, uma vez que o Brasil não dispunha dessa tecnologia. Contaria também com profissionais renomados, nacionais e estrangeiros, que assinariam os textos; seria semanal, com tiragem de cinquenta mil exemplares, que seriam distribuídos em todas as capitais e principais cidades do Brasil. Porém, um simples detalhe não o deixava seguir com o projeto: quinhentos contos de réis. Pensou, então, em procurar Getúlio Vargas, na época ministro da Fazenda e

seu amigo, no intuito de conseguir o capital para o empreendimento. Vargas, apesar de gostar da ideia, não poderia financiar o projeto, mas contribuiria para a realização e produção da revista tentando obter o dinheiro com seus amigos banqueiros. Procurou Antônio Mostardeiro, seu compadre sulista, o qual nomeara anteriormente à presidência do Banco do Brasil. Mostardeiro, tentando se esquivar ao pedido, disse a Vargas que precisava pensar sobre o assunto, mas o ministro foi incisivo, conforme afirma Fernando Moraes no seguinte diálogo: “— Não, Antonico, tu não entendeste. Isso é negócio para ser fechado agora, nesta mesa. Essa revista vai ser um bacamarte para nossos planos políticos futuros”.¹⁷ E foi mesmo, posto que a revista e todos os veículos de posse de Chateaubriand se tornariam perseguidores implacáveis de seu governo, de 1951 até 1954, mas Getúlio ainda não sabia disso. O *Cruzeiro* saiu das rotativas.

Porque é a mais nova, *Cruzeiro* é a mais moderna das revistas. É este o título que, entre todos, se empenhará por merecer e conservar: ser sempre a mais moderna num país que cada dia se renova, em que o dia de ontem já mal conhece o dia de amanhã; ser o espelho em que se refletirá, em períodos semanais, a civilização ascensional do Brasil, em todas as suas manifestações; ser o comentário múltiplo, instantâneo e fiel dessa viagem de uma nação para o seu *grandioso porvir*; ser o documento registrador, o vasto anúncio ilustrado, o filme de cada sete dias de um povo, eis o programa de *Cruzeiro*.¹⁸ [grifo nosso]

Chateaubriand preparou-se para o que seria a mais notável campanha de *marketing* da época para promoção de um periódico. Em 5 de dezembro de 1928, quando o centro do Rio de Janeiro estava abarrotado de gente iniciando suas compras natalinas ou até mesmo saindo de seus locais de trabalho, quatro milhões de folhetos foram jogados do alto dos prédios, três vezes o número total de habitantes da cidade. Não revelavam o nome da revista, mas lia-se: “Uma revista contemporânea dos arranha-céus, colorida e que tudo sabe, tudo vê”.¹⁹ Foi o suficiente para aguçar a curiosidade da população, e no dia dez do mesmo mês chega às bancas não só do Rio de Janeiro, mas também de Belém a Porto Alegre, simultaneamente. Para que esse feito fosse possível, Chateaubriand não mediu esforços, utilizando-se de caminhões, barcos, trens e até

de um bimotor para que nenhuma cidade importante do país ficasse de fora do lançamento. Tinha realizado o que sonhara: um periódico de visibilidade nacional, e não só isso, foi também a principal revista ilustrada do século XX, pioneira na introdução de novos meios gráficos e visuais na imprensa brasileira, dentre eles a criação do fotojornalismo e a inauguração das duplas repórter e fotógrafo, a mais famosa sendo formada por David Nasser e Jean Manzon, que, nas décadas de 1940 e 1950, fizeram reportagens de grande repercussão, mesmo sendo algumas de origem duvidosa.²⁰ O *Cruzeiro* inaugurava uma nova página da imprensa nacional. Desde o primeiro número, a revista refletia as aspirações de um país que se preparava para uma nova era, focando no que se tinha de melhor na modernidade, desde o conforto do automóvel e das grandes construções às estrelas nacionais e de Hollywood. As páginas coloridas causavam maior impacto nas reportagens. O *Cruzeiro*, mais que tudo, era a cara do Rio. Ela, à época, ditava tendências e modismos para todo o Brasil. Era a visão de um Rio alegre, cosmopolita, berço da música e do teatro. Porém, a capital da República também era palco de lutas, como a exploração dos imigrantes nordestinos que vinham em busca de um sonho, que nunca se realizou efetivamente. Essa causa ganhou contornos mais nítidos aos olhos do público numa matéria da revista, que lhe rendeu o primeiro Prêmio Esso de Reportagem.²¹ Suas edições eram disputadas pelos maiores anunciantes do momento. Os melhores escritores emprestavam seu talento à revista, o que acentuava o nível de qualidade que o periódico pretendia. Péricles e seu inesquecível Amigo da Onça traziam um retrato ferino do carioca; Millôr Fernandes brilhava nas páginas do *Pif-Paf*. Borjalo, Ziraldo, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Austregésilo de Athayde, Gilberto Freyre, Pedro Calmon, Gustavo Barroso e Samuel Wainer (que mais tarde se transformaria num dos maiores desafetos de Chatô, por aliar-se a Vargas e criar um jornal que foi principal concorrente de Assis Chateaubriand), constam entre os seus ilustres colaboradores. O periódico circulou também em territórios internacionais, de abril de 1957 a setembro de 1965, como Argentina, Chile, México e Portugal. Infelizmente, a versão internacional de O *Cruzeiro* foi um fiasco. A publicidade foi fraca, não correspondendo ao dinheiro investido.

Em meados da década de 1960, a revista dá sinais de decadência quando a crise financeira dos Diários Associados começou a se refletir em *O Cruzeiro*, que, para tentar esquivar-se desse momento de instabilidade, substituiu as grandes reportagens por matérias pagas, cada vez mais frequentes, resultando numa queda na qualidade, o que inevitavelmente levou ao comprometimento da vendagem.

Com a ditadura civil-militar que vigorou de 1964 até 1985, houve o desaparecimento de diversos órgãos de imprensa, por conta da forte censura.

Novas publicações, como as revista *Manchete*, que, além da superioridade gráfica, tinha em seu quadro o grande revisteiro Justino Martins,²² fizeram com que projeto de Chatô perdesse força, pondo fim ao seu projeto ambicioso e inovador. A morte de Chateaubriand, em 1968, agrava ainda mais as estruturas da revista, já em crise interna e financeira. O projeto tenta ainda sobreviver, mas não logra sucesso por muito tempo, deixando de ser publicado em julho de 1975. Nesse mesmo período, a televisão se consagrava, veículo que foi trazido para o Brasil também pelo velho capitão, Assis Chateaubriand.

O editorial da revista nunca admitiu o declínio nem informou o fechamento aos seus leitores. Os grandes nomes que levaram *O Cruzeiro* à ascensão não faziam mais parte da revista. Mesmo sem fôlego, persistia em assumir a postura de luta pela continuidade do periódico, deixando claro em seus textos a esperança de sobrevivência das páginas que fizeram a alegria de milhões de brasileiros nas décadas que circulou nas bancas do país.

Leitores recebam de novo a sua revista *O Cruzeiro*. Tivemos de reformulá-la. E pouco ou nada há a acrescentar ou tirar nas razões apresentadas em outra oportunidade sobre esta deliberação. Nesta casa, só não existe um pensamento, o de fechar *O Cruzeiro*. Se alguém, um dia, pensou nisso, perdeu a viagem, ficou no caminho. A revista vem, agora, preparada para uma nova etapa. Está por dentro dos assuntos que mais empolgam o país neste momento. Não sacudimos mofo. (...) Já demos os primeiros passos abrindo a porta ao leitor, agora que ele vá em frente e verá que *O Cruzeiro* tem fôlego de sete gatos. Nunca pensou em morrer. Pelo contrário. Está vivinho da silva. Até para o mês. (Editorial. jul. 1975)²³

3. A coluna reveladora dos segredos históricos

A História do Brasil é rica em episódios e fatos curiosos, interessantes e heroicos que a tornam às vezes um poema e outras, uma verdadeira epopeia. Também está cheia de fascinantes segredos, cuja revelação explica atitudes humanas de subido valor ou aspectos político-sociais da mais alta significação. (...) Foi depois de meditar sobre essas considerações que a direção de *O Cruzeiro* resolveu publicar no próximo número em diante algumas páginas sobre coisas pouco conhecidas da História do Brasil. Esta revista, que se honra de ter um amigo em cada leitor, tem feito e continuará a fazer o possível para que nunca esfrie o calor dessa amizade. (...) o Dr. Gustavo Barroso, membro da Academia Brasileira de Letras, diretor do Museu Histórico Nacional, cuja atividade cultural sempre se tem dedicado ao culto das tradições e glórias do Brasil. Estamos capacitados de que a série de reportagens do passado. (...) Será a rápida e sugestiva narração do amanhecer do Brasil pra a vida civilizada.²⁴

Gustavo Barroso, já com sessenta anos, começou a escrever sua coluna “Segredos e Revelações da História do Brasil”, período áureo do veículo. A revista passara por mudanças em sua diagramação, aumentando sua tiragem e atingindo um maior número de leitores. Nessa época, os periódicos e programas de rádio eram os protagonistas dos meios de comunicação. Num país cujo índice de analfabetismo da época era de 50,6%,²⁵ a revista teve um sucesso estrondoso, um verdadeiro fenômeno da imprensa escrita do período. Com uma tiragem de setecentos e vinte mil exemplares, na edição do suicídio de Vargas, a revista bateu recorde, numa época em que as vendas de um periódico beiravam a cem mil exemplares.

A informação e a diversão proporcionadas por esses canais de comunicação angariavam um público amplo e diversificado, que via neles fonte de conhecimento, e os transmitiam a outros, compartilhando saberes. *O Cruzeiro*, fazendo uso dessa estratégia midiática, mantém em seu bojo jornalístico nomes como o de Gustavo Barroso, que dão a credibilidade esperada às suas seções e a fidelidade desejada semanalmente.

Barroso já era um nome bastante respeitado no cenário intelectual da época. Já havia escrito sobre história nos mais importantes periódicos: na *Revista do IHGB* e nos *Anais do Museu Histórico Nacional*. Tinha em seu currículo vários livros e textos em outros veículos jornalísticos. Estava mais que credenciado a escrever na maior revista de variedades do país, juntando-se a ilustres nomes da literatura, como Rachel de Queiroz, Austregésilo de Athayde, Monteiro Lobato, Gilberto Freyre, entre outros.

A revista era ricamente ilustrada, o que atraía um público voraz por conhecimento e informação, sedento por descobrir os segredos revelados por Barroso. A identificação com a história, com a herança de nossos colonizadores retratados por ele, era fundamental para a criação da nossa identidade nacional e também o referencial que nos remetia à condição de nação civilizada. O legado histórico lusitano deixado ao povo brasileiro, tanto no que tangia à monarquia quanto à ética e moral de um Estado católico, solidificava nossas raízes civilizatórias.²⁶

Barroso sabia usar magistralmente o recurso imagético, não apenas como elemento ilustrativo, mas também como comprovação de seus discursos. Já seu primeiro texto para a revista, assim como anunciara o editorial, estava repleto de curiosidades sobre a primeira missa realizada em solo brasileiro pelo frei Henrique Soares de Coimbra. A tela pintada por Vitor Meireles e intitulada “A Primeira Missa” — a mesma que ilustra os livros escolares — na verdade tratava-se da segunda missa. Para provar isso, o escritor estampa a carta do escrivão da frota portuguesa, Pero Vaz de Caminha, ratificando essa informação.

Foi no domingo da Pascoela, 26 de abril, que se disse a Primeira Missa do Brasil, a qual não é absolutamente, como se vê na que Vitor Meireles pintou e corre mundo. Armou-se um altar na Coroa Vermelha, bem arranjado, escreve Pero Vaz de Caminha, sob um “esperável” ou pavilhão ou pátio, com a Bandeira da Ordem de Cristo posta da parte do Evangelho. Ali se celebrou essa cerimônia litúrgica de ação de graças pela chegada pela chegada a bom porto e pelo feliz descobrimento, unicamente destinada aos cristãos da esquadra. A ela somente assistiram o capitão-mor e seus comandados que comungaram das mãos de Frei Henrique de Coimbra a Hóstia Consagrada. Nenhum índio esteve presente.

Da praia distante, apreciavam confusamente o que se passava no pequenino ilhéu [grifo nosso].²⁷

Seus textos apresentavam ao público uma história nacional recheada de patriotismo, mas não aquele patriotismo oficial, sisudo, propositamente “incompleto”. Barroso queria, por meio da novidade e da leveza da linguagem, instruir sem enfadar. Com isso, acaba por estabelecer uma relação de fidelidade aos seus escritos, criando um público ávido pelo próximo artigo.

Para isso, Barroso se utiliza de documentos históricos de diversas ordens: cartográficos, iconográficos, manuscritos e outros, para comprovar a veracidade de suas “revelações”. Dentre as fontes usadas pelo articulista, estavam os escritos do historiador do século XIX, Adolfo de Varnhagem, considerado por ele como ícone da História do Brasil, o que fazia com que ele seguisse sua linha de construção da identidade nacional e valorização do amor à pátria a partir das raízes portuguesas colonizadoras.

Sabendo do impacto provocado pelas curiosidades, Barroso em um de seus textos para a coluna relembra o caso de um desembargador que, apaixonado por uma moça maranhense, comete um crime que abalou a opinião pública no tempo do Império. O magistrado, tomado por ciúmes, planeja e executa, de maneira cruel, a morte de sua amada, causando horror à população local:

O crime que mais profundamente abalou a opinião pública durante a época imperial foi o do desembargador José Cândido de Pontes Visgueiro, em S. Luiz do Maranhão. Além de ter sido praticado por um magistrado de excepcional importância, idoso e culto, teve requintes de luxúria e ferocidade até então desconhecidos no País. (...) E a vítima? Chamava-se Maria da Conceição. (...) A paixão pela jovem impudente aos poucos dominou aos poucos o espírito do idoso e lúbrico desembargador. (...) Premeditava já tremenda vingança contra a infeliz e tudo praticou para adormecer-lhe qualquer desconfiança. (...) Mandou o carpinteiro fazer um caixão de cedro... (...) outro de zinco que coubesse dentro daquele. Depois, ele e o cúmplice degolam o cadáver, desarticulam os membros inferiores, amarram-nos sobre o tórax e o metem na caixa de zinco, cobrindo-a de cal. A caixa

é encerrada no caixão de cedro, o assoalho, lavado e enxuto. Então, o desembargador veste-se com apuro, manda buscar um carro de aluguel e vai jantar na casa do genro, onde recebe o brinde de honra, em presença do presidente da província, Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha.²⁸

Nesta mesma linha, escreve sobre o significado da palavra “calçada” que nos dicionários quer dizer rua, caminho ou estrada empedrada. Essas calçadas urbanas, no início do século XIX, com o crescimento e civilidade das cidades, começam a ganhar “*status*”, sendo feitas cuidadosamente de lajes quadradas ou retangulares vindas de Portugal, Inglaterra, Flandres e França, tornando-se luxuosas com esse material. Os donos das casas as mantinham lavadas e polidas, e à noite se reuniam em poltronas austríacas para conversarem ao luar. Nas cidades do nordeste e marítimas, essas lajes eram escassas — o curioso era saber como o material chegara até lá. Barroso conta que na época da colônia os navios que aportavam aqui traziam em seu interior lastros²⁹ de carregamento e descarga fáceis a fim de serem aproveitados no destino dos barcos, sendo vendidos após atracarem no Porto. Isso seria para resolver dois problemas com uma mesma solução: manter-se equilibrado no mar e obter lucro nas viagens de ida e volta. As lajes de variados tamanhos foram usadas com essa finalidade e transformadas em calçadas. A procura foi tanta, que até os velhos cemitérios foram saqueados na Inglaterra para tal intento, e, por essa razão, em alguns calçamentos as pessoas se deparavam com lápides com “epígrafe denunciadores de sua fúnebre origem”.³⁰

Gustavo Barroso, além de “revelar” conteúdos históricos aos leitores, também se utilizava do jeito divertido e curioso de contá-los: elementos primordiais da narrativa de teor pedagógico, a ludicidade e informalidade comedida, com o intuito de obter maior alcance popular. O sucesso de sua coluna viria daí? Uma história que não precisava ser mostrada de uma forma pesada, acadêmica e sim com frescor, para ser lida nos bondes; nas paradas para o café; nas horas de lazer? Leitura informativa, de cunho histórico, para entreter-se e para aprender. Era isso o que os leitores de Barroso encontravam em “Segredos e Revelações da História do Brasil”. Ele morreu em 1959, mas seus textos foram publicados até 1960, ano que Pedro Calmon o substituiu na coluna.

4. As cartas de “Escreve o leitor”

Sou leitor assíduo de *O Cruzeiro* há três anos, e sem regatear encômios a outros nomes, quero pôr em relevo os de Izabel Serrano, Rachel de Queiroz, Lásinha Luiz Carlos, Dinah Silveira de Queiroz, eméritas escritoras, e os dos autores de reportagens, encabeçadas por David Nasser, Gustavo Barroso, Luciano Carneiro, José Medeiros, escritores e fotógrafos trabalhadores e corajosos, todas as pessoas que sofrem, amam e lutam, que muito se sacrificam pelo seu ideal de bem servir à coletividade em que vivem o Brasil dentro e além-fronteiras.³¹

A opinião de inúmeros leitores estava impressa todas as semanas em forma de cartas na seção “Escreve o Leitor”, da revista *O Cruzeiro*. Depoimentos aplaudindo, elogiando, reclamando, criticando, mas principalmente divulgando o conteúdo de uma edição, a partir de uma leitura do público geral dando seu parecer sobre o conteúdo das reportagens, artigos e seções. Uma interação do leitor com seus meios, relacionando assim, suas audiências.³²

As cartas serviam como mediadores do sucesso ou do fracasso do conteúdo, pois expressavam um posicionamento de forma positiva ou negativa, dentro desse espaço destinado aos leitores. Ao escrevê-la, esse indivíduo torna público sua ideia, como se tivesse coautoria nos textos escritos pelos autores, fazendo parte da informação. A citação da carta acima mostra que seus textos transpunham as barreiras sociais, sendo lido por diversas camadas.

No caso da seção “Segredos e Revelações da História do Brasil” especificamente, o *corpus* utilizado foi constituído por trinta e três cartas dos leitores publicadas pela revista *O Cruzeiro* entre os anos de 1948 e 1960. A revista de variedades, que na década de 1950 era de circulação semanal, imprimia em média cinquenta e duas edições anuais. O público que escrevia cartas direcionadas à coluna de Barroso era misto, porém, de maioria masculina, apesar do considerável volume de propaganda destinado às mulheres, como as de cosmética, utensílios domésticos, alimentos, cuidados para o bebê..., “tudo que uma mulher precisava para conviver harmoniosamente em sociedade”, conforme pode-se verificar a seguir.³³

individualmente, era desejável para época. Estava-se vinculando de maneira subjetiva as relações hierarquizadas de gênero dentro do semanário.

NOTOS HORIZONTES NA PREVENÇÃO DA CARIE DENTÁRIA

Falam os mestres:

O Prof. Dr. Abelardo de Brito, coordenador da Sociedade Nacional de Odontologia do Brasil, afirma que a prevenção da cárie dentária é a chave para a saúde bucal. Ele afirma que a prevenção da cárie dentária é a chave para a saúde bucal.

No Brasil o primeiro dentifício anti-cárie!

Na era da prevenção, da conservação e da gratificação, os dentifícios são produtos essenciais para a saúde bucal. O primeiro dentifício anti-cárie do Brasil foi desenvolvido por um dentista brasileiro, o Sr. Odol, que se tornou popular devido ao seu sabor agradável e à sua eficácia na prevenção da cárie dentária.

Odol

SEGREDOS E REVELAÇÕES DA HISTÓRIA DO BRASIL

O PRECURSOR DE TIRADENTES

A revolta de 1720 em Ouro Preto - O martírio de Filipe dos Santos - O símbolo da Independência.

Por GUSTAVO BARROSO

D. JOÃO VI, o primeiro rei brasileiro, nasceu em Vila Rica, em 1737. Ele foi o primeiro rei brasileiro a visitar o Brasil, em 1808. Ele foi o primeiro rei brasileiro a ser coroado no Brasil, em 1822. Ele foi o primeiro rei brasileiro a ser assassinado, em 1826. Ele foi o primeiro rei brasileiro a ser sucedido por seu filho, D. Pedro II, em 1826.

EM POUCO TEMPO...

VOCÊ PODERÁ TORNAR-SE UM TÉCNICO DE RADIO

NACIONAL SCHOOL

PARA O ESTOMAGO E OS INTESTINOS

SAIZ DE CARLOS

O Mucus do Asma Dissolvido Rapidamente

Mendaco

EM TRÊS TEMPOS...

PEROLEO JUVENIA

TONIFICO PARA MULHERES

Natureza

Na página anterior à coluna, o anúncio de página inteira mostra um “catedrático” em odontologia, na figura masculina, com o objetivo de dar maior credibilidade ao produto anunciado: “Pasta dentifrícia Odol, prometendo não só limpar os dentes, mas também combater às cáries”. Na posterior, uma série de anúncios pequenos com ilustrações masculinas de cursos por correspondência, tônico capilar e até um tratamento contra impotência sexual direto de Londres, todos para o público masculino.

No entanto, dois anúncios podem apontar para as mulheres: o primeiro divulga um xarope contra asma, que evidencia os cuidados que as mães “devem” ter com seus filhos doentes, e o segundo, uma espécie de bálsamo para o tratamento da pele contra cravos, espinhas e manchas das donas de casa e mulheres em geral, Água de Junquilha.

Para a sociedade burguesa, a associação entre masculinidade e responsabilidade era algo natural, ainda mais quando se pensava na imagem do pai dentro da célula familiar. (...) Um ideal de masculinidade em que deveria prevalecer o controle sobre as paixões, a moderação e a pureza sexual e mental.³⁴

As cartas remetidas à seção barrosiana eram, em sua maioria, expressão da admiração do público pelo autor; da satisfação com seus escritos, provando a eficácia dos objetivos propostos pelo escritor e pela revista. Barroso e *O Cruzeiro* conseguiram firmar uma parceria de sucesso com os leitores. Ao dar-lhes voz, a revista criava um canal de participação, e ao manter um diálogo e “coautoria” de seus textos, ao retificar alguns em resposta a essas cartas, Barroso formava uma simbiose com seu público: “Noto que de algum tempo para cá quase nada de aproveitável há em suas páginas. Afora os ‘Segredos e Revelações da História do Brasil’, pouco se salva”.³⁵

Mesmo o leitor criticando o conteúdo da revista, a sua carta é publicada, mostrando duas coisas ao mesmo tempo: a imparcialidade jornalística, quando se aceita a crítica negativa ao seu conteúdo, garantindo a credibilidade ao veículo e o sucesso da coluna.

Em outra, do dia 28 de julho de 1953, há confirmação dos fatos descritos pelo autor, corroborando, assim, o conteúdo da narrativa.

O notável e romancista e historiador Gustavo Barroso, da Academia Brasileira de Letras, diretor do Museu Histórico, escreveu para *O Cruzeiro* de 15 de maio pp. interessante colaboração sob o [título supra], ilustrando-a com belo retrato de Luiz XV, Rei de França. Nela, o Sr. Gustavo Barroso informou, acertadamente, que Francisco de Melo Palheta, em 27 de maio de 1727, trouxe da Guiana Francesa cinco mudas de cafeeiro, as primeiras que se plantaram em nosso país.³⁶

Gustavo Barroso não só ensina a História Pátria, como também estimula a pesquisa. *Segredos* rompe com o conceito do indivíduo passivo à leitura, criando o desejo do saber, levando esse leitor a emergir de sua “ignorância”, a procura de elucidação mais aprofundada de um determinado assunto, como mostra a carta do dia 29 de maio de 1954.

Relendo em velho número de *O Cruzeiro*, deparei com um artigo do Sr. Gustavo Barroso sobre o famoso Bedengó. Pelo carinho com que foi tratado o assunto, deduzi que tais pedras não são encontradas com frequência. Daí ter eu tomado a iniciativa de fazer chegar ao conhecimento da redação dessa revista a história de mais uma dessas pedras, que caiu nas proximidades da residência de um fazendeiro no Triângulo Mineiro. *Segundo as informações colhidas por mim*, o fato deu-se lá por volta do ano de 1910. Esse meteoro ainda se encontra no local onde caiu, lugar limpo, de terra sem resistência, razão pela qual produziu-se pequena cratera, quando ele se enterrou em parte. O fazendeiro, que era homem temente a Deus, cuidou tratar-se, se não de castigo, de advertência divina, pelo que mandou construir sobre o bólido uma pequena casa, encimada por uma cruz, casa essa que continua lá.³⁷ [grifo meu]

Dentro dessa ótica do leitor como pesquisador, buscando a veracidade dos fatos, temos outras cartas que retificavam alguns elementos encontrados no texto de Barroso. Sempre apontados de maneira branda, tal era o respeito para com o autor, mas que precisavam e deveriam ser abordados. No dia 28 de novembro de 1953, o leitor Everaldo Júnior, de Maceió, aponta tais equívocos.

No artigo “A agoniada revolta da armada”, do imortal Sr. Gustavo Barroso, tão apreciado, publicado nessa revista, número de 3 de maio, infelizmente há um pequeno engano, pois ele escreveu: “(...) o ‘Aquidaban’, saído para o Sul e ali foi posto a pique”. O coraçoado brasileiro, comandado creio que pelo futuro Almirante Alexandrino de Alencar, foi torpedeado pela “Gustavo Sampaio”, em Desterro, atual Florianópolis, em 16 de abril de 1894, mas não foi a pique, embora ficando seriamente avariado. Quando a “esquadra de papelão” do Almirante Jerônimo Gonçalves regressou do Sul com os navios abandonados no Prata pelo Almirante Custódio de Melo, entrando na Guanabara a 23 de junho daquele ano, entre eles estava o “Aquidaban”, cujo nome foi mudado sucessivamente para “16 de Abril” e “24 de Maio”, readquirindo mais tarde o nome primitivo. O “Aquidaban” foi a pique sim, mas às 22:45 horas

de 21 de janeiro de 1906, quando, ancorado tranquilamente na baía de Jacuacanga, explodiu o paiol de munições da torre de ré.

Diante dos inúmeros fatos históricos, havia os que aguçavam a curiosidade do leitor e que não tinham sido citados em sua coluna. A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um tema pedido por um leitor no número de 13 de maio de 1950.

Com a justificativa de não falar sobre tal fato por existirem nomes ligados a ele, vivos ainda, Gustavo Barroso abstinha-se de colocar em pauta tais assuntos ainda recentes na História do Brasil.

Por que não se publicam nas páginas de “Segredos e Revelações da História do Brasil” fatos e acontecimentos da revolução paulista?³⁸

História de ontem com inúmeros participantes vivos, desde os mais humildes aos mais destacados e mais vastíssima bibliografia publicada a respeito, foge às características de nossa seção.³⁹

A seção “Escreve o Leitor” foi importante para os escritos de Barroso e sucesso da seção “Segredos e Revelações da História do Brasil”. O autor prezava a tradição de uma historiografia do século XIX, voltada para a valorização do Estado; da construção de uma identidade nacional vinculada às nossas origens colonizadoras, fundamentando-se nos textos de Adolfo de Vernhagen, autor que era a sua maior referência. Sendo assim, mantinha-se imparcial quanto à História “atual”, cujo cenário ainda estava muito presente; e por ter atuado em alguns processos políticos, era adequado o não envolvimento de sua coluna na abordagem de tais fatos.

Há também, dentro dos objetivos das cartas enviadas aos periódicos, a análise dos efeitos desses conteúdos sobre seus receptores, gerando modificações na perspectiva do escritor, buscando uma interatividade maior com o emissor. As cartas são tão importantes, que podem servir de fonte para uma nova notícia, ao acrescentar outros fatos interessantes. Gustavo Barroso, ao escrever um texto sobre o suposto “calote” dado pela comitiva de D. Pedro II em viagem a Portugal, recebe uma carta de um leitor retificando o conteúdo, o que o leva a reescrever seu texto numa outra edição da revista:

Em 1872, viajando pela Europa Meridional de regresso do Egito ao Brasil, o Imperador D. Pedro II resolveu passar pela mui leal e invicta cidade do Porto, profundamente ligada a seu pai, D. Pedro, na luta contra D. Miguel. Hospedou-se no Grand Hotel do Louvre, de que era proprietária D. Maria Henriqueta de Melo Lemos Alvelos e Silva. Pouca gente conhece o resultado dessa hospedagem imperial. É que ela não foi paga, o que deu lugar a verdadeiro escândalo, com a respectiva publicidade (...) D. Maria Henriqueta deixou correr à revelia o pleito dessa dívida, pois o respeito que devotava à pessoa do Imperador lhe impedia de demandar contra ela em juízo. (...) ⁴⁰

O leitor Emílio de Figueiredo, de São Paulo, no dia 13 de janeiro de 1951, envia uma carta direcionada a Barroso mostrando erros no texto do escritor. Emílio se fundamenta na revista portuguesa *O Tripeiro*⁴¹ para comprovar seu relato.

A respeito do erudito e brilhante artigo do Sr. Gustavo Barroso, em o número de *O Cruzeiro* de 25 de novembro, acerca do Hotel do Louvre, permita-me que lhe lembre que na revista portuense *O Tripeiro* (...) não houve procedimento algum judicial contra o Imperador, e a conta foi paga no Rio de Janeiro. Logo que circulou a notícia, quatro compatriotas nossos, que à noite jogavam em um clube, resolveram satisfazê-la; ao outro dia, um deles dirige-se ao hotel a procurar Dona Henriqueta Alvelos e entrega-lhe um cheque da respectiva importância, oferecendo-lhe, além disso, 600\$000 para as despesas de viagem (...) A proprietária do Hotel do Louvre, paga e satisfeita, fez as malas e embarcou para o Porto, continuando a administrar a casa.⁴²

Gustavo Barroso reescreve o texto no dia 2 de junho de 1951, inserindo as informações descritas pelo leitor, agora respaldadas pelo livro *Feras no Povoado*, de autoria do historiador Gomes Monteiro.⁴³

Essa preocupação em escrever um novo texto sobre um mesmo assunto já apresentado com novos elementos apontados por um leitor confirma a eficácia do canal de comunicação, comprovando a importância para a construção e efetivação de seu trabalho na revista.

A 25 de novembro de 1950 estampou *O Cruzeiro*, em suas páginas, uma reportagem de minha autoria sobre o escândalo de que foi vítima inocente o Imperador D. Pedro II e a visita ao Porto em 1872. Foi, em resumo, o caso de sua hospedagem no Grande Hotel do Louvre. (...) Guiamo-nos cuidadosamente, em exposição do lamentável fato, por um folheto raríssimo de autoria da dona do hotel em questão. E, justamente por esse motivo, evitamos qualquer interpretação ou afirmação, pois que somente possuíamos o depoimento de uma das partes. *Algum tempo depois dessa publicação, um leitor de O Cruzeiro enviou de São Paulo à redação do mesmo uma carta, que foi inserida na seção competente. (...) O fato é verdadeiro. Outro dos inúmeros leitores desta seção que me dão a honra de bilhetes e cartas estimulantes fez chegar anonimamente pelo correio às minhas mãos o importantíssimo livro do escritor luso Gomes Monteiro intitulado Feras no povoado – memórias dum guerrilheiro cabralista, cujo derradeiro capítulo é inteiramente dedicado a D. Maria Henriqueta Alvelos e ao triste episódio do Grande Hotel do Louvre.*⁴⁴ [grifo meu]

Nota-se que os comentários dos leitores não chegam a ele somente por cartas destinadas à seção “Escreve o Leitor”, mas também por outras vias, descritas pelo próprio autor ao notificar em sua coluna tal fato, ratificando o sucesso da recepção de “Segredos”.

Gustavo Barroso, como historiador que objetiva uma escrita legítima e verossímil da História, busca revelar esse conteúdo aos leitores de uma forma simples e acessível para que os fatos históricos fossem absorvidos por um público em geral. Assim, ganhava espaço na revista de entretenimento *O Cruzeiro* como outras personalidades ligadas à mesma ciência ocupavam espaço em outros veículos de comunicação transmitindo esses conteúdos à massa, levando ao conhecimento de todos a História do Brasil.⁴⁵

Barroso encontrou na revista um canal eficiente para seus propósitos. Para tanto, empenha-se em disseminar seus conhecimentos históricos numa coluna lida por tantos. A recepção de “Segredos”, através das cartas mandadas à redação, traz-lhe a certeza de estar fazendo um trabalho profícuo e proveitoso.

6. Considerações finais

O historiador é um ser inquieto, frequentemente incomodado e teimosamente curioso. Historiador não é um profissional que encerra seu expediente em determinado horário e deixa livre os feriados e os fins de semana. Um sujeito de seu tempo, apesar de ou justamente por isso, o historiador é alguém que sempre questiona, pensa e repensa o presente — e a si mesmo enquanto parte de um coletivo humano — através da perspectiva histórica. É aquele que nunca diz “isso é natural” e que, além disso, tenta mostrar como e por que isso não é natural, mas social e, portanto, histórico.⁴⁶

A revista *O Cruzeiro* foi emblemática em sua época porque revolucionou a forma de se fazer jornalismo. Com suas inovações gráficas, levou aos leitores o desejo de ter em mãos o periódico que trazia notícias sobre inúmeros fatos do cotidiano nacional e internacional. Através de suas páginas, podia interar-se sobre artistas de cinema, cenário político, seções de humor, crônicas dos escritores renomados da literatura e, ainda, conhecer os “Segredos e Revelações da História do Brasil”.

O Cruzeiro foi o palco de ascensão de nomes ainda pouco conhecidos no jornalismo, como Samuel Wainer, David Nasser e Jean Manzon, este último já tinha projeção internacional, mas não no Brasil. Deu chance para o despontamento de inúmeros repórteres e criação de um império por Assis Chateaubriand. Foi voz dos leitores e dos escritores. Foi cenário de lutas ideológicas travadas pelos principais nomes da política. Foi o verdadeiro divisor de águas da imprensa brasileira.

Gustavo Barroso, ao se tornar colaborador dessa revista, contribuiu para a divulgação da história do país numa época carente de publicações específicas. Seu maior desafio era levar a História, de cunho academicista, dos livros didáticos, das salas de aula, para um público “comum”, prender sua atenção e fomentar o gosto e fascínio pela história pátria, nacionalista. Numa época em que se difundia o conhecimento histórico por meios de jornais, revistas, programas de rádio, museus, etc. A História Pública⁴⁷ permite ao indivíduo que a consome uma reflexão sobre sua própria história, que já evoca um sentido público e de audiência, tem por objetivo não só a ampliação da divulgação da História para além

dos espaços acadêmicos/escolares, mas também compartilhar a História com esse público, numa construção conjunta — e foi isso que a coluna de Barroso buscou e fez com maestria. Por doze anos, obteve sucesso com seus escritos falando sobre Colônia, Império e República. Aguçou a curiosidade com seus textos carregados de “segredos revelados”, com uma narrativa agradável ao leitor, e este, por outro lado, tornou-se colaborador de seus escritos, elogiando, criticando, ou até mesmo contribuindo com fatos adicionados aos textos. Essa interação leitor/autor fora importante para a coluna. Os segredos por ele revelados ensinaram ao seu público a História do Brasil mesmo após a sua morte, e seu sucessor na assinatura da coluna, Pedro Calmon, continuou revelando os segredos por mais oito anos, perpetuando o sucesso de “Segredos”.⁴⁸

Sem a recepção das cartas, Barroso não teria a dimensão do resultado de seus textos. Cada leitor que consumia suas páginas dava um sentido próprio aos textos de que se apropriava, sendo um receptor ativo, compreendendo de forma única o que o autor dizia. Como Chartier define bem,⁴⁹ a autoridade imposta pelos escritos, antes imaculada, agora não mais existe, porque esse leitor dá seu próprio sentido com base em suas referências sociais e individuais ao texto. As cartas são como um termômetro que mede a temperatura do sucesso ou fracasso dos textos. Sem esse mecanismo, seria impossível mensurar como essa “História” era captada e traduzida por quem as recebia. “Segredos” foi uma vasta fonte de informação histórica para todos aqueles que tiveram a oportunidade de lê-la. Seu público colaborou, criticou, elogiou, e o mais importante: os segredos da História do Brasil foram revelados a inúmeros brasileiros, e Gustavo Barroso conseguiu atingir seu objetivo.

Notas

- 1 Escritor, historiador, membro da Academia Brasileira de Letras e diretor do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.
- 2 Revista semanal ilustrada, de Assis Chateaubriand, veiculada no período de 1928 a 1975.
- 3 Escritor, historiador, professor, membro da Academia Brasileira de Letras e sucessor na direção do Museu Histórico Nacional após a morte de Gustavo Barroso.
- 4 BARROSO, Gustavo. *Terra do Sol*. 5ª ed. Rio de Janeiro: São José, 1956, p. 167.
- 5 Id. *ibid*, p. 167.
- 6 *Coração de Menino*. Rio de Janeiro: Getúlio Costa, 1939.

- 7 Ibid, p. 68.
- 8 *Liceu do Ceará: 2º volume de Memórias*. Rio de Janeiro: Getúlio Costa, 1940, p. 220.
- 9 Id. *O Consulado da China: 3º volume de "Memórias"*. Rio de Janeiro: Getúlio Costa, 1939.
- 10 MAGALHÃES, Aline Montenegro. "Gustavo Barroso e o colecionador de si". In: MHN. *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: MHN, 2012, p. 60-68.
- 11 Id. *ibid.*, p. 206.
- 12 Id. *ibid.*
- 13 MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild Nem Trotsky*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 77.
- 14 BARROSO, Gustavo. *A História Secreta do Brasil*. v. 1. 1ª reed.. Porto Alegre: Revisão Editora, 1990, p. 47. (1ª edição de 1936).
- 15 Foi a reação armada integralista contra a ditadura imposta ao país por Getúlio Vargas no Estado Novo.
- 16 Um ano antes do lançamento da revista, ainda não havia o determinativo "O", que dará ao título um caráter mais incisivo, que seria inserido tempos depois.
- 17 MORAES, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- 18 Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/memoria.bn.br/003581/20192>>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- 19 *Slogan* colocado no folheto de lançamento da revista. MORAES, Fernando. *Op. cit.*
- 20 CARVALHO, Luis Maklouf. *Cobras Criadas, a história de David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo: SENAC, 2001.
- 21 MORAES, Fernando. *Op. cit.*
- 22 Jornalista, diretor e criador do estilo da revista *Manchete*.
- 23 Após o nº 18 de 30 de abril de 1975, revista passou a ser mensal, com uma edição apenas, até junho de 1975, sendo a de nº 20 a última edição do periódico.
- 24 *O Cruzeiro*, 7/08/1948.
- 25 Censo Demográfico IBGE.
- 26 MAGALHÃES, Aline Montenegro; BOJUNGA, Claudia Barroso Roquete-Pinto. *Segredos da história do Brasil revelados por Gustavo Barroso na revista "O Cruzeiro" 1948-1960*: CPDOC FGV, 2013.
- 27 BARROSO, Gustavo. *O Cruzeiro*, 14 ago. 1948, p. 20; 26.
- 28 Id *ibid.* *O Cruzeiro*, 19 abr. 1958, p. 65.
- 29 Peso usado para o equilíbrio da embarcação na água.
- 30 BARROSO, Gustavo. *O Cruzeiro*, 11 jan. 1958, p. 33.
- 31 RIBEIRO, Raimundo Ventura, presidiário 3.947 – Colônia Agrícola do Distrito Federal, Ilha Grande, *O Cruzeiro*, 22 maio 1954.
- 32 ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. *Comunicação e Recepção*. São Paulo: Hacker Editores, 2005.
- 33 A Coluna do lado esquerdo e a propaganda da página anterior e posterior.

- 34 OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: EdUFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004, p. 47.
- 35 ALTENBURG, H. Luis, 1ª Tenente, 1ª Batalhão Ferroviário, Bento Gonçalves, RS. Apud. *O Cruzeiro*, 25 nov. 1950, p. 4.
- 36 ADORNO, Mário Dias, São Paulo. Apud. *O Cruzeiro*, 28/07/1953, p. 4.
- 37 BOCAÍNA, Saul da Silveira, São Paulo. Apud. *O Cruzeiro*, 29 maio 1954, p. 4.
- 38 GUIMARÃES, Álvaro, São Paulo. Apud *O Cruzeiro*, 13 maio 1950, p. 4.
- 39 BARROSO, Gustavo. *O Cruzeiro*, 13 maio 1950, p. 4.
- 40 Id. *ibid.*, *O Cruzeiro*, 25 maio 1950, p. 30-32.
- 41 *Revista da Cidade do Porto*, fundada em 1908 e editada até os dias atuais.
- 42 FIGUEIREDO, Emílio de. São Paulo. Apud 13 jan. 1951, p. 4.
- 43 MONTEIRO, Joaquim Gomes. *Feras no povoado: memórias dum guerrilheiro cabralista*. Lisboa: Nacional de Publicidade de Lisboa, 1947.
- 44 BARROSO, Gustavo. *O Cruzeiro*, 02 jun. 1951, p. 22, 41.
- 45 GOMES, Angela de Castro. *História de chinelo: o ensino de história através do rádio no Brasil dos anos 1950*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/Angela_de_Castro_Gomes_1-11-2013>. Acesso em: 23 out. 2014.
- 46 BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- 47 ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- 48 A coluna é escrita até a edição de nº 43 de 26/10/1968.
- 49 CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo, EdUNESP/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Getting to know the secrets of the
History of Brazil revealed by *O Cruzeiro*
magazine – studies of the reception
of Gustavo Barroso’s column between
1948 and 1960

Madelon Rocha Gondin*

Received on: January 27, 2016
Accepted on: April 10, 2016

*Journalist, with a BA in History from Universidade Estácio de Sá.

Abstract

The practice of disseminating History in vehicles of communication has always been present in Brazilian society. In the 1940s, 1950s and 1960s radio and periodicals were the crucial media to this end, as they were the most consumed by the population. It was the channel used by historians and researchers to dialogue with the non-academic public. This article deals with how History was written at the time and how the readers interacted with the national historical facts and curiosities written by a renowned historian in a section of the greatest entertainment magazine in that period.

Keywords

History Writing; Brazilian press; Gustavo Barroso.

Introduction

The object of this article is to map the public reception of the column “Segredos e Revelações da História do Brasil” (Secrets and Revelations of the Brazilian History), written by Gustavo Barroso¹ for the entertainment magazine *O Cruzeiro*.² Specifically in the period between 1948, when the column was launched, and 1960, when Barroso stops writing for the publication due to his death, on December 3rd, 1959, and Pedro Calmon³ becomes his successor at the column, until 1968.

To achieve that, we analyzed the column “Escreve o Leitor” (The Reader Writes), in order to understand the importance of the texts about the “história pátria” (national history), for his readers. We aimed to evaluate, by reading the letters addressing the column, why the non-academic public related to the history of Brazil and even appreciated its secrets. We tried to prove, through the elements introduced along the article, that the public history can be used to disseminate historical/scientific knowledge, conveyed by universities, promoting dialogue and interaction, broadening historical knowledge, under the multicultural framework of different audiences.

Thirty-three letters in total were analyzed, containing criticism, suggestions of subjects and compliments on the text and the author. Through this receiving channel, his readers expressed their satisfaction or discontent.

The main objective is to perceive the reception of the audience to the column, how it affected them, trying to understand and explain how fascinated those texts, published in a weekly varieties magazine, on the History of Brazil, fascinated on people.

1. The revealer of secrets

One of the most published Brazilian writers, with one a total of hundred and twenty-eight books published, Gustavo Dodt Barroso, was a contradictory figure in the Brazilian intellectual and political scenario. Idolized and hated by many, the

historian, journalist, lawyer, founder and director of the Museu de História Nacional (National Historical Museum) was immortalized when he took the nineteenth chair of the Academia Brasileira de Letras (Brazilian Literature Academy) on May 7th, 1923, at the age of thirty-three.

As the only member born in Ceará that was in twice charge of the presidency of ABL, he made his fellow Northeasterns immensely proud of their most distinguished “brother”, not only for his origins, but also because he joined the institution thanks to his book *Terra do Sol*⁴ (Land of the Sun), which depicted Ceará and its people, signed under the pseudonym *João do Norte* (John of the North). “The soul of the sertanejo is based on the soul of the sertão (countryside of the Northeast region of Brazil). There, when nature refuses to aid, it greedily denies the shadow, it cruelly denies the drop of water... It refuses everything. But when it gives, it gives plentifully, with abundance”.⁵

Barroso was a memory collector, both on the *Histórias do Brasil* (Histories of Brazil) and the ones of his own. With those memories, he wrote three books. The first one is *Coração de Menino*⁶ (Heart of a Boy), telling the misadventures of his childhood and emphasizing his taste for the accumulation of memories. Was it nature, so soon, showing him what destiny had in store for him in the future? Predestination or not, the boy who played with his friends in the countryside of Ceará, underneath a cashew tree, who “wrote in the sand” letters that the children read and associated with the names of colleagues, was unknowingly committing himself to the inevitable natural order of life.

As a grown man, Barroso returns to the cashew tree, but cannot read it anymore. “As much as I try it, I cannot read anything. I do not know how to read the alphabet of nature anymore, I cannot read what the cashew tree writes, because for that I need to have what I have lost forever: the naivety of childhood”.⁷

The second book, *Liceu do Ceará*⁸ and the third, *Consulado da China*⁹ (Consulate of China), had printed in their pages his youth in the Brazilian Northeast, which left him missing it deeply in the soul. The two books, together with *Coração de Menino*, formed the triad of his autobiographical writings.¹⁰

Only then I understood and felt the step I had taken. I had left behind and forever the best part of my life, my childhood, my adolescence, my land, my family, my friends, the landscapes kept in my eyes, the people with which I shared the same tradition and the same feelings. I was going to face the unknown, unprotected, alone, relying solely on me. What would become of me?¹¹

All of Barroso's work is a reflection on the Northeast of Brazil, especially about his home state, Ceará. Of the humble people who lived there; workers who felt the punishment of the sun at work; the lovely beaches of fine sand; of fishermen who fell in love with the sea. Reading Gustavo Barroso is getting to know the universe of these people.

Ceará had its greatest memoirist, Dr. Gustavo Barroso or simply, João do Norte.

In 1910, he moved to Rio de Janeiro, earning his bachelor's degree at the Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (The School of Law of Rio de Janeiro), in 1911.

In the federal capital city, he worked as a teacher and was a federal congressman representing Ceará; he wrote for *Jornal do Commercio* and for *Jornal do Brasil*; he managed the magazine *Fon-Fon* and collaborated for magazines *O Malho* and *Tico-Tico*, among other periodicals, long before his incursion at *O Cruzeiro*.

Barroso took the time to collect clippings of his published texts and everything published in the press about him. This collection is organized in notebooks and in bundles of loose leaves, totaling a hundred volumes. Barroso thus facilitated the access for any researches on him, but there is also merit in the efforts of Nair de Moraes Carvalho, who continued to gather clippings after Barroso's death.¹²

In 1922, year of the centennial of Independence, Gustavo Barroso founds and directs, the Museu Histórico Nacional, by decree of the government of Epitácio Pessoa. Taking advantage of the historical moment in which the country was, it was the timely creation of an institution that exalted nationalism and promoted patriotism, celebrating the great names and great achievements of National History.

Gustavo Barroso conceived a museum that would guard Brazilian history and would also serve for public education. Its project takes shape and the MHN starts to manage the first Museology course of the country, in 1922. His goal was that the museum, through its collection, served as a reference to the public by exposing objects related to the national history. These two aspects, identity and nation were key elements in managing the Museum. Barroso directed the MHN for more than thirty years, only moving away from the position between the years of 1930 and 1932, due to disagreements with the Vargas government.

With the Revolution of 1930, Gustavo Barroso was defeated politically, which led to his removal from the direction of the Museu Histórico Nacional by the head of the interim government, and in his unsuccessful attempt to fulfill the dream of being president of the

Academia Brasileira de Letras. Although this was a time full of uncertainties and political accommodation, Barroso was able to overcome the adversities with the support of the federal government, as he was elected to the presidency of the ABL in September 1932 and reappointed as director of the Museu Histórico in November of the same year.¹³

The museum complex related to Barroso's passion for militarism. Composed of the remains of a fortress, the Arsenal de Guerra (War Arsenal), the Beco dos Tambores (Drum Alley) and the Casa do Trem (Train House), the vast weaponry collection, demonstrated the strong military nature of the Museu Histórico.

Driven by his passion, in 1933, he joins the Ação Integralista Brasileira (Brazilian Integralist Action – AIB), a paramilitary movement with fascist ideals. During his militancy, he was the head of the militias, the military arm of the movement.

The 1930s are full of political instability throughout the world. In Brazil, Nazi-fascist ideas had a strong impact, as the AIB was the disseminator of these ideals of a corporatist, authoritarian and nationalist State. Gustavo Barroso gave his body and soul to the movement and a strong anti-Semitism marked his participation.

In the first decade of the eighteenth century, Judaism attacked, at the same time, the wealthy in Brazil, in order to seize it, in the South and in the North. They attacked the paulistas, owners of the gold mines, and the pernambucanos, owners of the sugar mills. Emboabas in Minas Gerais, peddlers in Recife, these enemies of the Brazilians were no more than disguised Portuguese Jews, mostly from Minho. The public opinion called them outsiders and historians, all blind to the Jewish question, labelled them as Europeans.¹⁴

During that time, Barroso wrote several books about Integralismo (Integralism), highlighting the *História Secreta do Brasil* (Secret History of Brazil), in which he made the Brazilian people aware of the struggle against the country's economic domination by the great national and international groups and also justified their aversion to the Jews in writing a complete theory on Jewish conspiracy in the country. This was a very troubled period in the writer's life. He suffered a lot of pressure for defending his ideology incisively, which resulted in his arrest in 1938, accused of participating in the Levante de Maio (May Uprising).¹⁵

2. *O Cruzeiro* magazine

In order to talk about Gustavo Barroso's section, it is necessary to tell the story of *O Cruzeiro* magazine,¹⁶ and the entire trajectory of its founder, Assis Chateaubriand.

Engaged in shaping the newspaper, which was to become an icon of the media of the time, in 1927, Chateaubriand was worried about the *Diário de Notícias* (local newspaper) of Porto Alegre, for causing him innumerable problems. Nevertheless, he remained firm in his desire to venture into an enterprise that would reach not only a regional audience, but the whole country. He wanted it to be the greatest newspaper in the nation.

The journalist Carlos Malheiros Dias wanted to launch a national magazine, but he did not have enough money to do it. Chateaubriand saw there an opportunity to carry out his project. He offered Malheiros to pay for the costs in exchange for taking over the magazine. Even though he did not know how he would do it, he bet on his prestige, because he never had the money. The capital for the investment came from the bankers with whom it was only necessary to have good relations, which Chatô (Chateaubriand's nick name) had.

His thoughts were different from Malheiros' regarding the new magazine. He was much bolder. It would be a magazine unlike any other; it would have better quality paper; designed with featured photographs and four-color printing, and it would be printed in Buenos Aires, since such technology was not available in Brazil. His team would include renowned national and foreign professionals for writing its texts; it would be published weekly, with a circulation of fifty thousand copies, which would be distributed to all state capitals and main cities of Brazil. However, a simple detail would prevent him from moving on with the project: five hundred million réis. He then decided to contact Getúlio Vargas, ministro da Fazenda (Minister of Finance) at the time, and his friend, in order to obtain the capital for the enterprise. Vargas, although liking the idea, could not finance the project, but would contribute to the making and production of the magazine trying to get the money from his banker friends. He sought out Antônio Mostardeiro, his southern friend who he had previously appointed to the presidency of Banco do Brasil. Mostardeiro, trying to avoid the request, told Vargas that he needed to think about it, but the minister was incisive, as Fernando Moraes confirms in the following dialogue: “– No, Antonico, you did not understand. This is business to be sorted out now, at this table. This magazine will be a strong weapon for our future political plans”.¹⁷ And it really was, since the magazine and all vehicles owned by Chateaubriand would become relentless pursuers of his government from 1951 until 1954, but Getúlio did not know that yet. *O Cruzeiro* was finally printed.

Because it is the latest, *Cruzeiro* is the most modern of magazines. This is the title, amongst all, that it will strive to deserve and keep: to always be the most modern in a country that is renewed every day, where yesterday hardly knows what is happening tomorrow; to be the mirror which will reflect weekly the civilization, in ascension in Brazil, in all its aspects; to be the multiple, instant, and faithful comment on the journey of a nation towards its *great future*; to be the document that registers, the vast illustrated advertisement of the country, the film of a people every seven days reported, this is the *Cruzeiro* program.¹⁸ [Italics added by us]

Chateaubriand prepared for what would be the most remarkable *marketing* campaign of the time for the promotion of a magazine. On December 5, 1928, when Rio de Janeiro downtown was crowded with people starting to shop for Christmas or even leaving their offices after work, four million leaflets were thrown from the top of the buildings, three times the total population of the city. The leaflets did not reveal the name of the magazine, but they said: “a contemporary magazine from the skyscrapers, and colorful, which knows and sees everything”,¹⁹ which was enough to provoke curiosity in the population, and on the tenth of that month, the magazine was available not only in Rio de Janeiro, but also in Belém and in Porto Alegre, simultaneously. To accomplish that, Chateaubriand spared no expenses, using trucks, boats, trains and even a twin-engine plane so that no important city in the country would be left out of the launch. He achieved what he had dreamed of: a periodical of national projection and not only that, it was also the main illustrated magazine of the twentieth century, pioneering the introduction of new graphic and visual media in the Brazilian press, including the creation of photojournalism and of team-ups of a reporter and a photographer, the most famous pair having been formed by David Nasser and Jean Manzon who, in the forties and fifties, were responsible for articles of great repercussion, although some were of questionable origin.²⁰ *O Cruzeiro* started a new page in the national press. From the very first issue the magazine reflects the aspirations of a country preparing for a new era, focusing on what was best in modernity, from the comfort of the automobiles and the large constructions, to national and Hollywood stars. The colored pages made a major impact on the articles. *O Cruzeiro*, above all, was the face of Rio. At that time, it dictated tendencies and fads throughout Brazil. It was the vision of a cheerful, cosmopolitan

Rio, the cradle of music and theater. However, the capital of the Republic was also the scene of struggles, such as the exploitation of the Northeastern immigrants who came in search of a dream, which never really took place. This cause gained clearer outlines in the eyes of the public in a magazine article, which earned it the first *Prêmio Esso de Reportagem* (Esso Journalist Award).²¹ Major advertisers of the time competed to be in the editions. The best writers lent their talent to the magazine, which accentuated the level of quality intended for the magazine. Pericles and his unforgettable *Amigo da Onça* (the *Unreliable Friend* comic strip), painted the carioca with criticism; Millôr Fernandes shone on the pages of *Pif-Paf*. Borjalo, Ziraldo, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Austregésilo de Athayde, Gilberto Freyre, Pedro Calmon, Gustavo Barroso and Samuel Wainer (who would later become one of Chatô's greatest dislikes for allying with Vargas and creating a newspaper that was the main competitor of Assis Chateaubriand), are among its distinguished collaborators. The magazine also circulated in international territories, from April 1957 to September 1965, such as Argentina, Chile, Mexico and Portugal. Unfortunately, the international version of *O Cruzeiro* was a fiasco. The publicity was weak, not corresponding to the amount of money invested.

In the mid-sixties the magazine shows signs of decay when the financial crisis of the *Diários Associados* (Associated Periodicals) could be noticed in *O Cruzeiro* which, to trying to avoid this moment of instability, replaced the great journalistic articles with paid texts, that became increasingly frequent, resulting in a drop in quality, which inevitably jeopardized the sales.

During the civil-military dictatorship, which lasted from 1964 to 1985, several press institutions disappeared, due to the strong governmental censorship.

New publications, such as the *Manchete* magazine, which in addition to the graphic superiority, had in its staff the great magazine manager Justino Martins,²² caused Chatô's project to wither, putting an end to its ambitious and innovative project. The death of Chateaubriand in 1968 further aggravates the structures of the magazine, already in internal and financial crisis. The project is still trying to survive, but it does not succeed for a long time, and it is no longer published in July 1975. At the same time, television, that was brought to Brazil by the old captain, Assis Chateaubriand, was consolidated in the country.

The magazine editorial never admitted to its decline nor did it inform its end to its readers. The great names that rose *O Cruzeiro* to its apex were not part of the staff anymore. Even in its demise, it persisted in assuming the position of struggle for the continuity of the magazine, making clear in its texts the hope for survival of the pages that entertained millions of Brazilians throughout the decades of circulation in the country.

Readers, please receive again your magazine O Cruzeiro. We had to reformulate it. And there is little or nothing to be added or taken out of the reasons presented before regarding this decision. Here, only one thought is not present, that of closing O Cruzeiro. If anyone, one day, thought of it, missed the trip, and stayed behind. The magazine is now ready for a new stage. It is aware of the topics that excite the country the most at the moment. We are not interested in the past. (...) We have already taken the first steps by opening the door to the reader, now he has to go ahead and see that O Cruzeiro has seven lives like a cat. It never thought of dying. On the contrary. It is very much alive. Even for the month. (Editorial, July 1975)²³

3. The column that revealed historical secrets

The History of Brazil is rich in episodes, curious, interesting and heroic facts which make it sometimes a poem and others a true epic. It is also filled with fascinating secrets, the revelation of which explains human attitudes of high value or political-social aspects of the highest significance. (...) It was after meditating on these considerations that the direction of *O Cruzeiro* decided to publish in the next issues a few pages about little known things in the History of Brazil. This magazine that is honored to have a friend in each reader, has done and will continue to do everything possible to keep the strength of this friendship. (...) Dr. Gustavo Barroso, member of the Academia Brasileira de Letras, director of the Museu Histórico Nacional, who has always been dedicated to worshiping the traditions and glories of Brazil. We are sure that the series of articles from the past. (...) will be the quick and suggestive narration of the dawn of the Brazilian civilized life.²⁴

Gustavo Barroso, already in his sixties, started writing his column “Segredos e Revelações da História do Brasil”, which was the golden times of the magazine. It

went through a layout overhaul, increasing the amount of copies and reaching a larger amount of readers. At the time, periodicals and radio shows were the protagonists of the media. In a country with a 50,6% illiteracy rate,²⁵ the magazine was a huge success, a true phenomenon of the printed press in that period. With a print run of seven hundred and twenty thousand copies of the edition on Vargas' suicide, the magazine sold record numbers, at a time in which the sales of periodicals reached around one hundred thousand copies.

The information and amusement provided by them attracted a wide and diverse audience, who saw in the magazine a source of knowledge, which they transmitted to others, sharing it. *O Cruzeiro*, making use of this media strategy, keeps in its journalistic team names like Gustavo Barroso, which give the expected credibility to its sections and the weekly desired fidelity.

Barroso was already a respected name in the intellectual scene of the time. He had already written about history in the most important periodicals: in the Instituto de História e Geografia Brasileiro – IHGB (Brazilian History and Geograph Institute) magazine and in the *Anais do Museu Histórico Nacional* (Annals of the Nacional Historical Museum). He had in his curriculum several books and texts in other journalistic media. He had the proper credentials to write in the country's largest variety magazine, joining the illustrious names of literature such as Rachel de Queiroz, Austregésilo de Athayde, Monteiro Lobato, Gilberto Freyre, among others.

The magazine was very well illustrated, which attracted a voracious audience for knowledge and information, eager to discover the secrets revealed by Barroso. The identification with history, with the inheritance of our original colonizers portrayed by him was fundamental for the creation of our national identity and also the reference that referred us to the condition of a civilized nation. The Lusitanian legacy left to the Brazilian people, both in terms of the monarchy and the ethics and morals of a Catholic state, solidified our civilizational roots.²⁶

Barroso was able to masterfully use the imagery, not only as an illustrative element, but also as proof of his speeches. Already in his first text for the magazine, just as it had been announced in the editorial, it was full of curiosities about the first mass held on Brazilian soil by Brother Henrique Soares de Coimbra. The canvas painted by Vitor Meireles and entitled "A Primeira Missa" (The First Mass) — the same one that illustrates the schoolbooks — was, in fact, the second mass. To prove this, the writer prints the letter from the scribe of the Portuguese fleet, Pero Vaz de Caminha, ratifying this information.

It was on Sunday of Little Easter, April 26th, that the *Primeira Missa* took place in Brazil, *which is not at all*, as Vitor Meireles painted and is seen all around the world. An altar was erected in the Coroa Vermelha beach, well arranged, writes Pero Vaz de Caminha, under a “esperável” or pavilion or stage, with the Bandeira da Ordem de Cristo (Flag of the Order of Christ, placed on the Gospel). There it was celebrated this liturgical ceremony of thanksgiving for the arrival to a good port and by the happy discovery, only destined to the Christians of the squadron. It was attended only by the chief captain and his commanders who received from the hands of Brother Henrique de Coimbra the Consecrated Host. No Indians were present. From the distant beach, they were confused, admiring what was happening on the tiny island [Italics added by us].²⁷

His texts introduced the public to a national history filled with patriotism, but not the official patriotism, serious, and purposefully “incomplete”. Barroso wanted, through novelty and lightness of language, to instruct without causing boredom. With that, he finally establishes a loyal relationship with his writings, creating an audience that is eager for the next article.

For this, Barroso uses historical documents of various origins: cartographic, iconographic, manuscripts and others, to prove the veracity of his “revelations”. Among the sources used by the writer were the writings of the nineteenth-century historian, Adolfo de Varnhagem, considered by him an icon of the Brazilian history, which made him follow Varnhagem’s way of constructing a national identity and appreciating the love for a nation originated on the Portuguese colonizing roots.

Aware of the impact of the curiosities on the readers, Barroso in one of his texts for the column recalls the case of a judge who, in love with a girl from Maranhão, commits a crime that shook public opinion during the period of the Empire. The jealous magistrate cruelly plans and murders his beloved, causing horror to the local population:

The crime that shook public opinion the most during the imperial era was that of Judge José Cândido de Pontes Visgueiro, in S. Luiz do Maranhão. In addition to having been practiced by a magistrate of exceptional

importance, an educated elder, it had lust and ferocity refinements never seen before in the country. (...) And the victim? Her name was Maria da Conceição. (...) The passion for the shameless young woman gradually subdued the spirit of the old and leering Judge. (...) He was already premeditating tremendous revenge against the poor woman, and he everything to refrain her from feeling suspicious. (...) He did ordered the carpenter to make a cedar coffin... (...) and another box made of zinc that would fit inside the first one, then his accomplice and he slaughter the corpse, disarticulate the lower limbs, tie them on the chest and put her in the zinc box , covering it with lime. The box is enclosed into the cedar coffin, the floor washed and dried. Then, the Judge gets dressed in a hurry, orders a rental car and goes to dinner at his son-in-law's house, where he receives the toast of honor, in the presence of the Presidente da Província (President of the Province), Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha.²⁸

In the same style, he writes about the meaning of the word sidewalk, which in the dictionaries means stone street, path or road. These urban sidewalks, at the beginning of the nineteenth century, as the cities become larger and more civilized, start to gain "*status*" and are now made carefully with square or rectangular slabs from Portugal, England, Flanders and France, becoming luxurious with this material. The owners of the houses kept them clean and polished, and in the evening they would gather in Austrian armchairs to talk in the moonlight. In the northeastern and maritime cities these slabs were scarce — the curious thing was how the material had gotten there. Barroso says that at the time of the colony the ships that docked here brought ballasts²⁹ that were easy to load and unload in order to be used in their destinations, being sold after docking in Port. It would solve two problems with the same solution: stay balanced at sea and make a profit on round trips. Slabs of various sizes were used for this purpose and turned into sidewalks. There was so much demand that even the old cemeteries were looted in England for that, and for this reason, in some of the sidewalks were found tombstones with the "epigraphs denouncing their funereal origin".³⁰

Gustavo Barroso, in addition to “revealing” historical content to readers, also made use of a fun and curious way of telling them. Primordial elements of the narrative somewhat pedagogical, with playfulness and measured informality, in order to reach a more popular audience. Would that be the reason for his column's success? A story that did not have to be heavy or academic but fresh and navy, to be read on the trams; during coffee breaks; at leisure times? It was an informative, historical reading for entertainment and learning. This was what Barroso's readers found in “Segredos da História do Brasil”. He died in 1959, but his articles were published until 1960, when Pedro Calmon replaced him in the column.

4. Letters from “Escreve o leitor”.

I have been a frequent reader of *O Cruzeiro* for three years, and without wasting praises with other names, I want to highlight those of Izabel Serrano, Rachel de Queiroz, Lásinha Luiz Carlos, Dinah Silveira de Queiroz, emeritus writers, and those of the authors of articles, led by David Nasser, Gustavo Barroso, Luciano Carneiro, José Medeiros, hardworking and courageous writers and photographers, all the people who suffer, love and struggle, that sacrifice themselves for their ideal of serving the community in which they live, the Brazil in the country and across borders.³¹

The opinion of countless readers was printed every week in the form of letters in the “Escreve o Leitor” (The Readerwrites) section of *O Cruzeiro* magazine. Testimonials applauding, praising, complaining, criticizing, but mostly disseminating the content of an issue, from the readings of the general public giving their opinion on the content of the news, articles and sections. An interaction of the reader with the media, serving as a display of their audience.³²

The letters served as mediators of the success or failure of the content, as they expressed a positive or negative position from the readers. In writing it, the individual makes his idea public as if he had co-authored the texts written by the authors, being part of the information. The quote from the above letter shows that his texts transcended social barriers, being read by several social classes.

Regarding the section “Segredos e Revelações da História do Brasil” specifically, the *corpus* used was constituted by thirty-three letters from the readers published by

For bourgeois society, the association between masculinity and responsibility was natural, especially regarding the image of the father within the family. (...) An ideal of masculinity in which control over passions, moderation and sexual and mental purity should prevail.³⁴

The letters sent to Barroso's section were, for the most part, an expression of the public admiration for the author; it showed satisfaction with his writings, proving the effectiveness of the goals proposed by the writer and the magazine. Barroso and *O Cruzeiro* were able to establish a successful partnership with their readers. By giving them a voice, the magazine created a channel for participation and by keeping a dialogue and "co-authorship" of their texts, rectifying some texts in response to these letters, Barroso formed a symbiosis with his audience: "I realize that lately, there is almost nothing of use on your pages. Aside from the 'Segredos e Revelações da História do Brasil', little can be saved."³⁵

Even when the reader criticizes the content of the magazine, his letter is published, showing two things at once: journalistic impartiality, when the publication accepts negative criticism of its content, guaranteeing credibility to the vehicle and the success of the column.

On another letter, on July 28th, 1953, there is confirmation of the facts described by the author, confirming the content of his narrative.

The distinguished novelist and historian Gustavo Barroso, member of the Academia Brasileira de Letras, director of the Museu Histórico, wrote for *O Cruzeiro* of May 15th, an interesting collaboration under [title above], illustrating it with a fine portrait of Louis XV, King of France. In it, Mr. Gustavo Barroso rightly informed that Francisco de Melo Palheta, on May 27th, 1727, brought from French Guiana, five coffee plants, the first that were planted in our country.³⁶

Gustavo Barroso not only teaches national history, but also stimulates research. *Segredos* breaks with the concept of the passive individual reader, creating the desire for knowledge, leading the reader to emerge from his "ignorance", seeking further elucidation of a particular subject, as shown in the letter of May 29th, 1954.

Rereading an old edition of *O Cruzeiro*, I came across an article by Mr. Gustavo Barroso, about the famous

Bendegó. From the affection devoted to the subject, I deduced that such stones are not often found. Hence, I took the initiative to inform this magazine's staff the story about another of these stones, which fell near a farmer's residence in the Triângulo Mineiro (a region of the State of Minas Gerais). *According to the information I gathered*, that happened in 1910. This meteor is still where it fell, a clean place, of soft land, which is why a small crater was produced, when it partially buried itself. The farmer, who was a God-fearing man, thought it was either punishment, or a divine warning, and so he built a small house with a cross over the Bolide, which is still there.³⁷ [Italics added by us]

From this perspective of the reader as a researcher, seeking the truth of the facts, we have other letters that rectified some elements found in Barroso's text. Although always politely pointed out, such was the respect towards the author, they needed and had to be addressed. On November 28th, 1953 the reader Everaldo Júnior, from Maceió, points out those misconceptions.

In the article "A agoniada revolta da armada" (The distressful uprising of the armada), by the immortal Mr. Gustavo Barroso, so much appreciated, published in this magazine on the issue of May 3rd, unfortunately there is a small mistake, because he wrote: "(...) 'Aquidaban', went South, and there was sunk." The Brazilian battleship, commanded I believe by the future Admiral Alexandrino de Alencar, was torpedoed by "Gustavo Sampaio" in Desterro, now Florianópolis, on April 16th, 1894, but it did not go down, although it was seriously damaged. When Admiral Jerônimo Gonçalves's "esquadra de papelão" (cardboard squadron) returned from the South with the ships abandoned in the Mar del Plata by Admiral Custódio de Melo, entering the Guanabara bay on June 23rd of that year, among them was the "Aquidaban", whose name was changed successively to "April 16" and "May

24”, later regaining the original name. The “Aquidaban” sunk indeed, but at 22:45 on January 21st, 1906, when it anchored quietly in the Bay of Jacuacanga, as it exploded the ammunition bunker of the tower.

In the face of the countless historical facts, there were some which would stimulate the curiosity of the reader and that had not been mentioned in his column. The Revolução Constitucionalista de 1932 (Constitutionalist Revolution of 1932) was a theme requested by a reader in the issue of May 13th, 1950.

By justifying the omission saying that there were people connected to that event which were still alive, Gustavo Barroso avoided including in his column more recent events from Brazil’s history.

Why are the facts and events related to the revolução paulista (São Paulo Revolution) not published on the pages of “Segredos e Revelações da História Do Brasil?”³⁸

The recent history, with countless participants still alive, from the most humble to the most distinguished and with the most widely published bibliography on its regard, is not within the parameters of our section.³⁹

The “Escreve o Leitor” section was important for the writings of Barroso and the success of the “Segredos e Revelações da História do Brasil” section of the magazine. The author appreciated the tradition of the nineteenth century, focused on valuing the State; the construction of a national identity linked to our colonizing origins, basing his writings on Adolfo de Varnhagen’s texts, since this author was his main reference. Thus, he remained impartial about the “present” history, a scenario that was still too close and because he had acted in some political processes, it was appropriate to not involve his column in the approach of such facts.

There are also, within the objectives of the letters sent to the magazine, the analysis of the effects of these contents on their receivers, generating modifications in the perspective of the writer, seeking a greater interactivity with the source. The letters are so important that they can serve as a source of news by adding other interesting facts. Gustavo Barroso, after writing a text about the entourage of D. Pedro II’s supposed “financial default” on a trip to Portugal, receives a letter from a reader rectifying the content, which leads him to rewrite his article in another edition of the magazine:

In 1872, traveling through Southern Europe returning from Egypt to Brazil, Emperor D. Pedro II decided to pass through the very loyal and unconquered city of Porto, which had strong supporters of his father, D. Pedro, in the struggle against D. Miguel. He stayed at the Grand Hotel du Louvre, owned by D. Maria Henriqueta de Melo Lemos Alvelos e Silva. Few people know the result of this imperial lodging. She was never paid, which arose a great scandal, and with it, the respective publicity (...) D. Maria Henriqueta let go of the debt, because she respected the Emperor too much to demand the payment in court. (...) ⁴⁰

The reader Emílio de Figueiredo, from São Paulo, on January 13th, 1951, sends a letter addressed to Barroso, pointing out mistakes in his text. Emílio based his comments on the Portuguese magazine *O Tripeiro* ⁴¹ to prove his point.

Regarding Mr. Gustavo Barroso's erudite and brilliant article, in *O Cruzeiro* issue of November 25, regarding the Louvre Hotel, allow me to remind you that according to the magazine "*O Tripeiro*" from Porto (...) there was no lawsuit against the Emperor, and the bill was paid in Rio de Janeiro. Soon after the news went public, four of our compatriots, which played in a club at that night, decided to meet her demands; the next day, one of them goes to the hotel to look for Dona Henriqueta Alvelos and give her a check of the corresponding amount, offering her, in addition, 600 thousand réis for travel expenses ... The owner of the Louvre Hotel, with the bill paid and satisfied, packed her bags and embarked for Porto, continuing to manage her hotel. ⁴²

Gustavo Barroso rewrites the text on June 2nd, 1951, adding the information provided by the reader, now supported by on the book *Feras do povoado* (Village Beasts), by author and historian Gomes Monteiro. ⁴³

This concern in writing a new text on the same subject with new elements pointed out by a reader, confirms the efficacy of their communication through the letters, proving its importance on the construction and consolidation of his work at the magazine.

On November 25th, 1950, *O Cruzeiro* printed my article on the scandal of which Emperor D. Pedro II was an innocent victim, in his visit to Porto in 1872. It was, in short, the case of his stay at the Louvre Hotel. (...) We carefully based ourselves, when we exposed the unfortunate event, by a very rare leaflet written by the owner of the hotel in question. And, precisely for this reason, we avoided any interpretation or affirmation, since we only had the testimony of one of the parties. *Some time after this publication, a reader of O Cruzeiro sent from São Paulo to our staff a letter, that was published in the readers section. (...) The fact is true. Due to the many readers of this section who give me the honor of stimulating letters and notes, I was anonymously mailed the very important book of the Portuguese writer Gomes Monteiro, entitled Feras no Povoado – Memórias dum Guerrilheiro Cabralista (Memories of a Cabral Guerrilla) whose last chapter is entirely dedicated to D. Maria Henriqueta Alvelos and to the sad episode of the Louvre Hotel.*⁴⁴ [Italics added by us].

We can realize that the readers' comments do not reach him only by the letters sent to the "Escreve o Leitor" (Readers section) of the magazine, but also through other means, described by the author himself, in his column, confirming the public success of "Segredos".

Gustavo Barroso, as a historian aiming to write a legitimate and credible history, seeks to reveal this content to readers in a simple and accessible way so that the historical facts are absorbed by the general public. That way, he gained space in the entertainment magazine *O Cruzeiro* like other historians conquered their space in other media transmitting these contents to the mass, bringing to the public, the History of Brazil.⁴⁵

Barroso found in the magazine an efficient channel for his purposes. To do so, he strives to disseminate his knowledge on history, in a column widely read. The way his column was received, according to the letters sent to the magazine, made him certain he was doing a fruitful and beneficial work.

6. Final considerations

The historian is a restless being, frequently unsatisfied and stubbornly curious. The historian is not a professional that closes shop at fixed hours and rests on holidays and weekends. He is an agent of his own time, in spite of or precisely because of it, the historian is someone who questions, thinks and rethinks the present – and himself, as part of the human collective whole – through a historical perspective. He is the one that never says “that is natural” and which, beyond that, will try to show how and why that is not natural, but social, and therefore historical.⁴⁶

O *Cruzeiro* magazine was iconic in its time because it revolutionized the way of doing journalism. With its graphic innovations, it gave readers to have in hand the magazine that brought news about countless facts of the national and international daily life. Through its pages one could interact with filmmakers, political scenery, humorous sections, chronicles of the renowned writers of literature, and the “Segredos e Revelações da História do Brasil”.

O *Cruzeiro* was the stage for the ascension of names at the time unknown in journalism such as Samuel Wainer, David Nasser and Jean Manzon, the latter however already had international projection, but not in Brazil. It gave chance to the emergence of countless reporters and the creation of an Empire by Assis Chateaubriand (Empire by Assis Chateaubriand). It was the voice of readers and writers. It was a space for ideological struggles waged by the main names of politics. It was a true watershed for the Brazilian press.

Gustavo Barroso, in becoming a collaborator of this magazine, contributed to the dissemination of the history of the country in an era lacking specific publications. His biggest challenge was to take history from an academic point of view, from textbooks, classrooms, to a “common” audience, to capture their attention and to promote the appreciation and fascination for the patriotic nationalist history. At a time when historical knowledge was disseminated through newspapers, magazines, radio programs, museums, etc. A Public history⁴⁷ allows the individual who consumes it to reflect on their own history, which already evokes a sense of community and audience, aims not only to broaden the dissemination of history beyond academic circles but also to share history with this public, in a joint construction, – and that

is the objective of Barroso's column, and what he did do with mastery. For twelve years, he succeeded with his writings on the Colony, the Empire and the Republic. He teased the public curiosity with his texts full with "revealed secrets", with a narrative that was pleasing to the reader, which, on the other hand, became contributor to his writings, complimenting, criticizing or even contributing with facts that would be added to the texts. This reader/author interaction was important to the column. The "secrets he revealed" taught his audience the Brazilian history even after his death, as his successor at the column, Pedro Calmon, continued to reveal the secrets for another eight years, perpetuating the success of "Segredos".⁴⁸

Without receiving the letters, Barroso would not be able to appraise the results of his texts. Each reader who consumed his pages gave his own meaning to the texts, assuming ownership of them, being an active receiver, understanding in a unique way, what the author was saying. As Chartier well defines,⁴⁹ the authority imposed by the writings, previously considered untouchable, now no longer exists, as the reader gives his own meaning to the text based on his social and individual references. Letters are like a thermometer that measures the temperature of success or failure of texts. Without this mechanism, it would be impossible to measure how this "History" was captured and translated by the recipient. "Segredos" was a vast source of historical information for all those who had the opportunity to read it. His audience contributed, criticized, complimented and most importantly: the secrets of the Brazilian history were revealed to countless Brazilians and Gustavo Barroso managed to achieve his goal.

Notes:

1 Writer, historian, member of the Academia Brasileira de Letras and director of the Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

2 *Revista Semanal Ilustrada*, de Assis Chateaubriand, published between 1928 and 1975.

3 Writer, historian, member of the Academia Brasileira de Letras and successor director at the Museu Histórico Nacional after the death of Gustavo Barroso.

4 BARROSO, Gustavo. *Terra do Sol*. 5ª ed. Rio de Janeiro: São José, 1956, p. 167.

5 Id. *ibid*, p. 167.

6 Id. *Coração de Menino*. Rio de Janeiro. Getúlio Costa, 1939.

7 *Ibid*, p. 68.

8 Id. *Liceu do Ceará: 2º volume de Memórias*. Rio de Janeiro. Getúlio Costa, 1940, p. 220.

9 Id. *O Consulado da China: 3º volume de "Memórias"*. Rio de Janeiro: Getúlio Costa, 1939.

10 MAGALHÃES, Aline Montenegro. Gustavo Barroso e o colecionador de si. In: —. BEZERRA, Rafael Zamorano. *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro, 2012, p. 60-68.

- 11 Id. *ibid.*, p. 206.
- 12 Id. *ibid.*
- 13 MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild Nem Trotsky*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 77.
- 14 BARROSO, Gustavo. *A História Secreta do Brasil*. v. 1. 1ª reed.. Porto Alegre: Revisão Editora, 1990. p. 47. (1st edition from 1936).
- 15 Integralist armed reaction to the dictatorship imposed on the country by Getúlio Vargas in charge of the Estado Novo (New State interim government).
- 16 A year before they launched the magazine, there was still no definite “O”, which will give the title a more incisive aspect, which would be inserted later.
- 17 MORAES, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- 18 Available in: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/memoria.bn.br/003581/20192>> Accessed in: Nov. 15, 2015.
- 19 Slogan at in the magazine's launch buffet. MORAES, Fernando. *Op. cit.*
- 20 CARVALHO, Luis Maklouf. *Cobras Criadas, a história de David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo: SENAC, 2001.
- 21 MORAES, Fernando. *Op. cit.*
- 22 Journalist, director and creator of *Manchete* magazine style.
- 23 After N. 18 Apr, 30, 1975, the magazine became monthly, with an edition only, until Jun, 1975, and the N. 20, the last edition of this periodic.
- 24 *O Cruzeiro*, Jul, 8, 1948.
- 25 Demographic Census - IBGE.
- 26 MAGALHÃES, Aline Montenegro; BOJUNGA, Claudia Barroso Roquete-Pinto. *Segredos da história do Brasil revelados por Gustavo Barroso na revista “O Cruzeiro” 1948-1960*: CPDOC FGV, 2013.
- 27 BARROSO, Gustavo. *O Cruzeiro*, Aug. 14 1948, p. 20; 26.
- 28 Id *ibid.* *O Cruzeiro*, Apr. 19, 1958. p. 65.
- 29 Heavy material used to maintain the balance of a boat in the water.
- 30 BARROSO, Gustavo. *O Cruzeiro*, Jan. 11, 1958. p. 33.
- 31 RIBEIRO, Raimundo Ventura, presidiário 3.947 – Colônia Agrícola do Distrito Federal, Ilha Grande, *O Cruzeiro*, May 22 1954.
- 32 ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. *Comunicação e Recepção*. São Paulo: Hacker Editores, 2005.
- 33 In Column on the left and the advertisement on the pages previous and after the Column.
- 34 OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: EdUFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004, p. 47.
- 35 ALTENBURG, H. Luis, 1st Lieutenant, 1st Railway Batallion, Bento Gonçalves, RS. Apud. *O Cruzeiro*, Nov 25, 1950, p. 4.
- 36 ADORNO, Mário Dias, São Paulo. Apud. *O Cruzeiro*, Jul, 28, 1953, p. 4.
- 37 BOCAÍNA, Saul da Silveira, São Paulo. Apud. *O Cruzeiro*, May, 29, 1954, p. 4.
- 38 GUIMARÃES, Álvaro, São Paulo. Apud *O Cruzeiro*, May, 13, 1950, p. 4.
- 39 BARROSO, Gustavo. *O Cruzeiro*, May, 13, 1950, p. 4.

- 40 Id. *ibid.*, *O Cruzeiro*, May, 25, 1950, p. 30-32.
- 41 *Revista da Cidade do Porto*, founded in 1908 and still in print.
- 42 FIGUEIREDO, Emílio de, São Paulo. Apud Jan., 13, 1951, p. 4.
- 43 MONTEIRO, Joaquim Gomes. *Feras no Povoado: Memórias dum Guerrilheiro Cabralista*. Lisboa: Nacional de Publicidade de Lisboa, 1947.
- 44 BARROSO, Gustavo. *O Cruzeiro*, Jun, 02, 1951, p. 22, 41.
- 45 GOMES, Angela de Castro. *História de chinelo: o ensino de história através do rádio no Brasil dos anos 1950*. Available in: <http://www.fflch.usp.br/dcp/Angela_de_Castro_Gomes_1-11-2013>. Accessed in: Oct., 23, 2014.
- 46 BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- 47 ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- 48 The column is written up until edition n. 43 in 10/26/1968.
- 49 CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo, EdUNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Ramiz Galvão e o *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil*

Ana Paula Sampaio Caldeira*

Recebido em: 16/02/2016
Aprovado em: 24/03/2016

* Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais (PGHPBC/CPDOC/ FGV) e professora adjunta de Prática de Ensino em História e Teoria da História da UFMG. Esta pesquisa contou com o apoio da Faperj para o seu desenvolvimento.

Resumo

O período em que a Biblioteca Nacional (BN) do Rio de Janeiro foi administrada por Benjamin Franklin Ramiz Galvão, entre 1870 e 1882, constituiu um momento importante na história da instituição, especialmente por se tratar de um período de organização interna, em que seu diretor se esforçou para promover um diálogo com os diretores de outras instituições de saber, tanto nacionais quanto estrangeiras. Neste artigo, escolhemos analisar uma das principais produções de Galvão como diretor da instituição: o *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil*, empreendimento editorial dirigido por ele durante a montagem da Exposição de 1881, que coroou sua passagem pela BN. Pretendemos compreender a organização do catálogo da exposição, buscando ressaltar a atuação de Ramiz como editor, especialmente seu trabalho de seleção e organização de documentos para compor o que se poderia chamar de um patrimônio documental da nação brasileira.

Palavras-chave

Biblioteca Nacional. Ramiz Galvão. Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil

Este artigo é parte de um estudo maior que tomou como objeto um agente e uma instituição. A instituição analisada foi a Biblioteca Nacional (BN) do Rio de Janeiro em um período específico de sua história, entre 1870 e 1882, quando passou por um processo de reformulação que visava sintonizá-la com as congêneres europeias e reafirmá-la como a principal biblioteca do país. O personagem em questão chama-se Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Assumindo a direção da Casa com apenas vinte e quatro anos de idade, Galvão foi o agente que tentou fazer da BN um lugar de pesquisa e de investigação, cujo fim último era servir aos intelectuais de seu tempo e consolidar uma imagem do Brasil como nação moderna, tanto internamente quanto no exterior. Para isso, contou com a ajuda de uma equipe de peso, composta por funcionários como Capistrano de Abreu, Alfredo do Vale Cabral e José Alexandre Teixeira de Melo. Para a realização de seus projetos, mobilizou também sua rede de relações pessoais, que começou no Colégio Pedro II, do qual foi aluno e professor, passando pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), de onde foi membro ativo.

Ramiz Galvão teve uma atuação intelectual muito característica. Não foi exatamente um autor de ensaios e livros que tivessem suscitado grandes debates em sua época. Antes, atuou no magistério e presidiu comissões, nas quais elaborava relatórios e dicionários, e organizou eventos comemorativos de natureza histórica. Era, portanto, alguém que, com sua influência (que cresceu consideravelmente a partir da sua passagem pela BN), presidia equipes, dialogava e trazia para seus projetos outros intelectuais, trabalhando, principalmente, como difusor de conhecimento.¹ O tempo em que esteve à frente da BN, pôde mostrar bem essa faceta da sua atuação intelectual. Nos doze anos de sua administração, promoveu não só a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional*, como também realizou duas exposições. Uma delas foi a Exposição de História e Geografia do Brasil, aberta ao público em 1881, que

se tornou uma das marcas de sua passagem pela instituição, garantindo a ele lugar de destaque no ambiente letrado da época. O evento reuniu grande quantidade de documentos históricos de todos os tipos, expostos ao público nas salas que compunham o então prédio da Biblioteca Nacional, que, à época, se situava não no imponente prédio em que funciona atualmente, mas em outro, mais modesto, localizado na Rua do Passeio. A mostra durou cerca de um mês, mas possibilitou a Ramiz e sua equipe a organização de um catálogo de documentos disponíveis no país sobre a história do Brasil, indicando, inclusive, em que instituições ou nas mãos de que pessoas poderiam ser encontrados.

Neste trabalho, propomos uma análise acerca do *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil*. A publicação nos servirá, portanto, como o fio condutor que nos possibilitará entender a atuação de Ramiz Galvão como editor, especialmente seu trabalho de seleção e organização de documentos escolhidos para compor o patrimônio documental da nação brasileira. Mas veremos também como a organização desse catálogo sugere uma possibilidade de narrativa para a História do Brasil. Assim, um de nossos objetivos no artigo é destacar que o esforço de pensar um passado para o Brasil como nação e de construir sua representação e sua história foi uma tarefa que envolveu diversos agentes e espaços, e a Biblioteca Nacional foi certamente um deles.

O grande fruto da Exposição de História e Geografia do Brasil

O *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil* foi reconhecido, já em sua época de produção, como o grande fruto da Exposição de História e Geografia do Brasil. Mais tarde, essa opinião foi reafirmada por autores como José Honório Rodrigues, para quem a obra desenvolvida pelo bibliotecário e seus funcionários superava até mesmo outras iniciativas similares, como a famosa *Biblioteca Lusitana*, do abade português Diogo Barbosa Machado, e o *Dicionário de Inocêncio*. Para o historiador, mais do que a mostra — que teria reunido cerca de sete mil pessoas nos salões da BN durante o período de um mês em que esteve aberta ao público —, esta fora sua grande obra e, de acordo com Capistrano de Abreu, o principal objetivo de Ramiz Galvão ao apostar na organização da Exposição.²

Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo também destacaram a importância do catálogo produzido naquela ocasião, lembrando que, embora vários diretores da Biblioteca Nacional tenham se empenhado em fazer um levantamento do acervo da instituição, foi somente na gestão de Galvão que se organizou uma publicação de tal magnitude. Isso pode ser explicado por sua maior preocupação com a questão da memória nacional e por sua necessidade de conhecer e organizar o acervo da instituição. Segundo as autoras, a obra era, de fato, um verdadeiro monumento: naquela época, nenhum país tinha um catálogo tão grandioso quanto o produzido por Galvão e seus auxiliares.³

O próprio bibliotecário afirmou em um ofício que os preparativos para a Exposição de História e Geografia do Brasil davam a ele a grande oportunidade de organizar um catálogo completo, um “tesouro” de informações sobre a história e o território brasileiros, servindo de ponto de partida para “investigações ulteriores”.⁴

A ideia de publicar documentos que contribuíssem para compreender e escrever a história pátria era algo já presente nos *Anais da Biblioteca Nacional*, cujo primeiro exemplar saiu em 1876, com o objetivo de publicar “os manuscritos interessantes da biblioteca e trabalhos bibliográficos de merecimento, compostos pelos empregados da repartição, ou por indivíduos estranhos a ela”.⁵ Por conseguinte, as pesquisas realizadas para a exposição de 1881 tornavam possível desenvolver uma publicação mais completa, pautada na ideia de exatidão, pois visava reunir tudo o que concernia ao passado brasileiro, não se resumindo somente ao acervo da BN. Além disso, o catálogo não seria efêmero, como a exposição. Teria o caráter de permanecer para além dela e concretizar aquilo que se esperava de uma biblioteca “nacional”: servir a um público específico de estudiosos e ser concebida como um lugar de pesquisa e investigação.

A monumentalidade da publicação realmente salta aos olhos. O catálogo apresenta um levantamento de mais de vinte mil documentos, reunidos em cerca de duas mil páginas, e foi inteiramente publicado pelos *Anais da Biblioteca Nacional*. Dividido em três volumes, dois deles saíram ainda durante a gestão de Ramiz, enquanto o terceiro, um suplemento, foi publicado em 1883, já no período em que João Saldanha da Gama dirigia a biblioteca.⁶ Assim como existem escassos estudos sobre a trajetória de Ramiz e suas realizações dentro da BN (como a própria Exposição de 1881),⁷ poucos

também foram os historiadores que se debruçaram sobre essa iniciativa editorial. Além da introdução a uma das edições do *Catálogo*, escrita por José Honório Rodrigues, e do artigo de Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo, publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional*, duas importantes análises foram feitas por Eliana de Freitas Dutra e Maria Inês Turazzi. Esta última autora esteve interessada especialmente no acervo imagético e iconográfico exposto na mostra de 1881 e em seu catálogo, abordando cenas, vistas, paisagens, pinturas e retratos. Turazzi ressaltou também alguns elementos importantes, como o alto custo da publicação para os padrões da época (dezesesseis contos de réis) e o apoio que a Casa Leuzinger deu à edição. Como se vê no exemplar da publicação, foi por essa tipografia (que já publicava os *Anais da Biblioteca Nacional*) que os três volumes da obra foram editados. Mas, além disso, a autora destacou o trabalho do impressor e fotógrafo George Leuzinger, editor reconhecido e premiado, na identificação de boa parte das imagens e documentos iconográficos ali indicados.⁸ Isso significa que Ramiz Galvão atuou de fato como um referente organizacional, em torno do qual gravitava um grupo de intelectuais que mobilizavam os saberes necessários para se montar não só uma exposição, mas um catálogo, cuja publicação — esperava-se — deveria ser uma espécie de “acontecimento” no universo letrado da época.

Eliana Dutra, por sua vez, procurou pensar o *Catálogo* no contexto da Exposição de 1881, evento que pretendia ser uma espécie de “vitrine da nação brasileira”. A autora analisou vários aspectos referentes a esta publicação, tais como: sua execução gráfica, a divisão das seções, o tipo de classificação adotada, a tipologia de fontes arroladas, os critérios de inclusão, sua relação com as salas de exposição etc. Entendido como um instrumento de poder capaz de “construir concreta e materialmente uma história do Brasil”, Dutra parte desse empreendimento editorial para pensar as relações entre o *Catálogo* e a constituição de um projeto de biblioteca e de nação, sem deixar, portanto, de ressaltar a ligação existente entre a publicação e o próprio trabalho de modernização e organização da Biblioteca Nacional.⁹

É justamente nessa linha de análise, e dialogando com os trabalhos de Turazzi, mas, sobretudo, com o de Eliana Dutra, que faremos a seguir uma descrição analítica do *Catálogo*, obra esta que, no processo de construção da memória de Ramiz, se tornou símbolo de sua imagem como bibliotecário, e que tanto marcou sua biografia. A especificidade de nossa contribuição

será justamente no sentido de pensar que esse catálogo, embora tenha sido elaborado durante os preparativos da Exposição de 1881, guarda também certa autonomia em relação a ela. Ele foi um empreendimento no qual Ramiz Galvão atuou efetivamente como editor, controlando, selecionando e organizando as fontes que julgava indispensáveis para se conhecer o Brasil. Mas, paralelamente a esse trabalho de patrimonialização de documentos, acreditamos que a própria organização conferida a eles aponta para uma “narrativa”. Ou seja, os documentos selecionados não só servem como materiais para aqueles que quisessem se dedicar a conhecer e a escrever sobre o Brasil, como também, no seu agrupamento e arranjo, indicam para o leitor um caminho e um sentido para essa história.

O *Catálogo*, um percurso para a história do Brasil

Começamos dando a palavra ao próprio Ramiz Galvão, que assinou a pequena introdução de duas páginas que abre a obra. Nela, ele enumera o grande interesse da publicação e, paralelamente, indica como ela deveria ser vista/lida: o *Catálogo* não deveria servir de mero indicador de livros, estampas e medalhas. Ele não poderia ser apenas uma obra prática de referência. Ele era “um esboço da bibliografia histórica brasileira, considerada a história em sua maior amplitude e não esquecidos os documentos subsidiários que a podem esclarecer”.¹⁰ Seu projeto era exaustivo e procurava reunir naquela produção tudo o que, até então, havia de disponível em relação a documentos e estudos para escrever a História do Brasil. Evidentemente, ele sabia que ali não havia “tudo”, mesmo porque, como ele próprio destaca, muitas províncias e colecionadores particulares não responderam aos seus chamados para contribuir com aquele empreendimento.¹¹ Isso justificava, de antemão, as lacunas referentes a alguns assuntos e períodos. Mas o *Catálogo* era, fundamentalmente, um projeto e uma aposta para o futuro, pois o bibliotecário contava com a sua constante atualização. Nesse sentido, o próprio Ramiz Galvão o tomava como uma obra em aberto, que deveria ser periodicamente completada a partir das contribuições futuras do público.

O *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil* obedecia a uma lógica um pouco diferente daquela utilizada na Exposição de 1881, à qual ele estava vinculado. O evento dividia-se por cinco salas, dedicadas aos retratos dos reis e imperadores, à Geografia, à História Diplomática, à História

Econômica e à História Natural. Na prática, essa ordem estava longe de ser rigorosamente seguida, mas podemos dizer que essa divisão representava o planejamento inicial. O *Catálogo*, por seu turno, contemplava muito mais do que essas matérias. A obra é dividida em duas seções, literária (subdividida em “preliminares” e “história do Brasil”) e artística. Para auxiliar os leitores, Ramiz compartimentou cada uma delas em classes específicas, dentro do seguinte modelo:

- Seção Literária

I. Preliminares

Classe I: Geografia do Brasil

Classe II: Estatística

Classe III: Publicações periódicas

II. História do Brasil

Classe IV: História Civil

Classe V: História Administrativa

Classe VI: História Eclesiástica

Classe VII: História Constitucional

Classe VIII: História Diplomática

Classe IX: História Militar

Classe X: História Natural

Classe XI: História Literária e das Artes

Classe XII: História Econômica

Classe XIII: Biografia

Classe XIV: Numismática

- Seção Artística

Classe XV: Vistas, paisagens, marinhas

Classe XVI: História

Classe XVII: Tipos, usos e trajes

Classe XVIII: Genealogia, heráldica

Classe XIX: Retratos, estátuas e bustos

Classe XX: História Natural

Os organizadores foram cuidadosos em indicar, nos mais de vinte mil documentos divididos entre as vinte classes apresentadas, o título destes,

sua procedência e, em alguns casos, o formato do texto ou da imagem. Algumas fontes vinham ainda com pequenos comentários feitos pela equipe da Biblioteca Nacional, trazendo informações a respeito da obra citada, indicando o esforço dos funcionários da BN em comparar os dados a respeito do documento em outras fontes de referência da época. Como lembra Maria da Glória de Oliveira, ao analisar o trabalho de edição de documentos desenvolvido por Capistrano de Abreu, entre os historiadores do período havia um verdadeiro cuidado com a verificação e explicitação da autoria e da origem dos textos, sendo esse esforço encarado como uma das obrigações de ofício do historiador.¹² Uma das marcas da moderna historiografia seria justamente essa constante referência a outros textos e, especialmente, aos documentos, concebidos como prova pelos historiadores. Seria justamente esse aspecto que daria validade ao trabalho historiográfico, ou seja, passava a ser exigido do próprio profissional da história explicitar as suas fontes e referência, de modo que o leitor e seus pares, se desejassem, pudessem verificar as informações e validar suas conclusões.¹³ Esse trabalho minucioso e cuidadoso com os documentos é uma marca do *Catálogo* e também um indício dos usos que se esperava de uma publicação como essa, e o público ao qual se destinava prioritariamente. Além disso, a prática permitia ainda verificar a quem “pertenciam” os documentos. Grande parte deles vinha do acervo da Biblioteca Nacional e do próprio imperador. No entanto, a publicação indica que outras instituições e colecionadores particulares também contribuíram para o empreendimento, assim como haviam contribuído para a exposição. Ou seja, havia ali a clara intenção de reafirmar o lugar de mecenas ocupado pelo imperador, mas também de promover a BN, outros espaços e pessoas amigas. Foi o caso do IHGB, dos institutos históricos provinciais, dos arquivos militares e das secretarias, do Real Gabinete Português de Leitura e de letrados como Francisco Ramos Paz, o barão Homem de Mello, além de outros cujos nomes são indicados na publicação.

Mas vale a pena nos determos um pouco mais no tipo de documento que o leitor do *Catálogo* podia encontrar ali e, principalmente, na divisão de matérias. Acreditamos que, embora esta obra possa ser entendida dentro do esforço da biblioteca de participar destacadamente de um projeto maior — o da escrita de uma história nacional, buscando organizar, disponibilizar e

editar documentos com esse fim —, ela propõe, em sua divisão e organização, uma possibilidade de narrativa para essa história.

O *Catálogo* abre, como indicamos, com a classe “geografia”, trazendo uma série de documentos de gêneros diferentes (como descrições, relatórios, memórias, mapas, ofícios, apontamentos, cartas geográficas, topográficas e de limites, plantas etc.) relacionados ao território brasileiro, seus rios, costas, portos e fronteiras. Em seguida, na classe “estatística”, o leitor se depara com fontes de recenseamentos populacionais, mapas demográficos das províncias e outros tipos de textos informativos sobre a população do Brasil em geral e de cada uma de suas partes. Concluindo as “preliminares” está a classe “publicações periódicas”, com indicações de almanaques, gazetas e periódicos literários, científicos, religiosos e maçônicos. Como lembrou Eliana Dutra, é preciso chamar a atenção, aqui, para a estreita relação entre a História e a Geografia: a publicação parte do pressuposto de que é preciso conhecer o território brasileiro e sua população para, então, se enveredar pela história do país, algo que, mais tarde, seria uma marca das obras de Capistrano, já presente em autores como von Martius e, de um modo mais geral, nas produções do IHGB.¹⁴ Podemos ressaltar também a importância dada à Geografia e à descrição das populações na obra *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, que reserva algumas de suas seções para esse assunto. Se atualmente temos a História e a Geografia como duas disciplinas separadas, para a época sobre a qual estamos escrevendo as fronteiras ainda eram muito fluidas e pouco definidas. Assim, questões envolvendo a descrição de lugares e regiões, populações, topografia e riquezas naturais diziam respeito ao trabalho dos historiadores. Segundo Temístocles César, a História, no Oitocentos, ainda se preocupava em estudar essas temáticas, tornando-as parte integrante da constituição de sua disciplina e importante para um projeto de afirmação do Estado-Nação no Brasil.¹⁵

Aliás, cabe ressaltar como essa estreita relação entre História e Geografia nos remete também à própria tradição antiquária, que, como sabemos, especialmente a partir dos trabalhos de Arnaldo Momigliano e Blandine Kriegel, foi fundamental para o processo de consolidação da História como uma disciplina e para o próprio desenvolvimento do método histórico.¹⁶ Para essa tradição erudita, o estudo do passado comportava não apenas o conhecimento acerca dos eventos e dos episódios, mas também dos lugares

onde eles se desenrolaram.¹⁷ Assim, os espaços ou as paisagens serviam como cenários de grandes acontecimentos históricos e, portanto, como testemunhos, o que explica algumas práticas antiquárias, como a de retirar da natureza um determinado objeto não apenas por suas propriedades naturais, mas porque, naquele lugar, ocorreu algum evento do qual plantas, rios, árvores e montanhas foram testemunhos.¹⁸ Assim, o *Catálogo* não só parecia reafirmar essa estreita ligação entre História e Geografia, considerando essa última um conhecimento “preliminar”, como também inventariava os documentos fundamentais para o historiador conhecer o território e a população do Brasil e de suas províncias.¹⁹

A relação entre o país e as suas regiões também merece algumas considerações. No *Catálogo*, a equipe de Galvão não só dividiu os documentos pelas classes destacadas acima, como, em várias delas, separou os que se referiam ao país daqueles dedicados às províncias. Mais uma vez, percebemos aqui o diálogo que esta publicação mantinha com questões que vinham sendo discutidas no interior do IHGB, como, por exemplo, as relações entre a história nacional e a história de cada parte do império brasileiro. Como se sabe, esse era um problema debatido especialmente pela primeira geração do IHGB. No texto clássico de von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil*, o naturalista bávaro elogiava o esforço de escrever as histórias das províncias de forma separada, mas considerava esse tipo de escrita mais próxima das crônicas do que da história. Isso porque estavam muito preocupadas com fatos pequenos e insignificantes, que nem sempre contribuíam composição de uma visão “do todo”. O território brasileiro era muito extenso e desigual, lembrava von Martius, e querer atentar para as especificidades poderia levar o historiador a escrever não uma história do Brasil, mas as “histórias especiais de cada uma das suas províncias”. Dessa forma, para ele, a história do Brasil deveria ser dividida em épocas, buscando abarcar uma temporalidade única e ressaltando das regiões específicas aquilo que fosse verdadeiramente relevante para a compreensão da história geral.²⁰

O problema da relação entre o país e suas partes esteve presente nas preocupações dos fundadores do IHGB, na medida em que, como lembra Hugo Hruby, durante o processo de centralização política e construção da nação, o nacional e o regional muitas vezes entravam em choque. Assim, um tema que se colocava para os intelectuais do IHGB era o do esforço não só de

promover a escrita da história do Brasil, como também de suas regiões.²¹ Para Raimundo José da Cunha Mattos, por exemplo, a elaboração de uma história do Brasil não seria possível sem que os historiadores se empenhassem antes em escrever a história de suas províncias, concebendo, portanto, o todo como uma soma das partes.²² Não se trata de tentar perceber o *Catálogo* como filiado a um ou outro pensamento, mesmo porque sabemos que as discussões no interior do IHGB em torno da escrita de uma história nacional são bastante amplas e englobam muitos outros textos “fundadores”. Antes, trata-se de pensar essa publicação num diálogo polifônico, isto é, numa mediação com esses textos e com os debates da época.²³ Afinal, não podemos esquecer que ela foi concebida tendo à frente um agente como Ramiz Galvão, que, já naquela ocasião, era membro do IHGB e, portanto, conhecedor das questões que mobilizavam os historiadores de fins do Oitocentos.

Assim, concebendo o *Catálogo* como um lugar de inscrição, como Eliana Dutra procurou pensar, ancorando-se nos trabalhos de Bruno Latour — isto é, como um lugar em que se delineia um “desenho intelectual”, na medida em que fornece ao leitor um percurso “pela ponta dos dedos” —,²⁴ percebemos que os olhos e as mãos dos leitores começam deslizando pelo conhecimento do território e da população do país, sempre do geral para o particular, do Brasil para suas províncias. Afinal de contas, o entendimento do todo condicionava o de suas partes. Mas eles passavam também pelas publicações periódicas, isto é, os almanaques, jornais e revistas literárias, artísticas e científicas, trazendo à lembrança que esse território e essa população se ligam a algo maior: a própria civilização, representada pela imprensa como símbolo de progresso. Mas o percurso continua chegando, assim, àquilo que pode ser considerado o coração da “seção literária”: a parte referente aos documentos acerca da História do Brasil.

Como o restante do *Catálogo*, essa parte também é dividida em classes, cada uma delas trazendo diversos documentos e estudos referentes à divisão adotada: história civil, administrativa, eclesiástica, constitucional etc. Os documentos citados são de todos os tipos, incluindo manuscritos e impressos: cartas, alvarás, coleções de leis, ofícios, orações fúnebres, discursos e até estudos sobre as ideias socialistas e anarquistas no Brasil.²⁵ É importante perceber que o bibliotecário e sua equipe tiveram o cuidado de dividir os materiais por espaço (diferenciando, mais uma vez, aqueles que traziam

notícias do “Brasil” daqueles específicos sobre a história de cada província), mas também pelo tempo, trabalhando com uma periodização para a história civil do país. Esta começaria com os descobrimentos portugueses, mas contaria com momentos de inflexão, como o governo de Tomé de Souza (1549), o estabelecimento do 1º vice-reinado da Bahia (1639) e do Rio de Janeiro (1762), a vinda da Família Real (1808), a Independência (1822), a abdicação de D. Pedro I (1831), o período regencial (1831-1840) e o governo de D. Pedro II (de 1841 em diante). Em seguida, o leitor se depara com documentos que revelavam dois importantes atores na narrativa proposta pelo *Catálogo*: o Estado e a Igreja. Desse modo, na classe “história eclesiástica”, ressaltava-se a presença das diversas ordens religiosas no país desde o início da colonização (jesuítas, carmelitas, franciscanos e beneditinos, principalmente) e dava-se relevância às Missões, que, já na exposição, apareciam como uma das principais contribuições da colonização portuguesa na América, na medida em que teriam levado à frente o processo de conversão dos gentios à fé católica.²⁶

A Igreja Católica aparece como “atriz” importante na “história” contada no *Catálogo*. Entretanto, assim como na exposição, o papel de protagonista fica definitivamente nas mãos do Estado. Nesse sentido, o leitor se depara com um volume imenso de documentos ministeriais, do Conselho de Estado, das Câmaras Municipais e das Assembleias. Foi o Estado, de mãos dadas com a Igreja, que organizou e constituiu o país, conferindo a ele uma legislação, definindo seus limites e defendendo a soberania e o território contra o inimigo estrangeiro. É nesse sentido que alguns conflitos externos figuram no *Catálogo*, ressaltando as lutas que os “brasileiros” tiveram de travar ao longo da sua história contra os espanhóis, a Guiana Francesa, os estados platinos e, principalmente, contra os holandeses e o exército paraguaio. Como lembra José Murilo de Carvalho, conflitos externos são, de modo geral, importantes instrumentos na constituição da identidade nacional. Esse foi o caso, por exemplo, da Guerra do Paraguai, episódio que, de acordo com esse autor, teria conseguido algo que nenhum outro até então conseguira: a união do país contra um inimigo em comum.²⁷ Mas o *Catálogo* lança um olhar retrospectivo e, ao mesmo tempo que dá àquele conflito um papel de destaque na história do país, também parece indicar que a história da nação é feita de muitas outras lutas, internas e externas, e de episódios relacionados a um

momento em que o Brasil ainda não existia, mas em que já se percebia muito claramente quem era o “outro” do qual era preciso defender seu território.

Nessas lutas — assim como na administração do Estado, na condução da economia do país e no estabelecimento de associações científicas e literárias, bem como na promoção da ciência e das letras —, certos homens se destacavam. Primeiramente, os próprios reis portugueses e imperadores do Brasil. Mas, gravitando ao redor deles, havia políticos, ministros, homens de saber, comerciantes e industriais, além de outros vultos lembrados nos documentos e que figuravam nas classes “história econômica” e “história literária e das artes”. Assim, a “história” narrada no *Catálogo* é a do Estado e de seus grandes vultos. Não por acaso, a Seção Literária da publicação finaliza justamente com as classes “biografia” e “numismática”, onde o leitor poderia encontrar documentos que permitiriam conhecer os monarcas e demais indivíduos e famílias que contribuíram para a formação de toda a história mostrada até aquele momento.

E onde estariam dois dos grupos que von Martius, em seu texto seminal, entendeu como fundamentais na constituição do Brasil, isto é, o negro e o índio? Esses, definitivamente, apareciam como meros figurantes nessa narrativa. Na publicação, o indígena ganhou um pouco mais de destaque que o negro, na medida em que é mencionado na classe X, relativa à “história natural”, lado a lado com a fauna, a flora e os minerais do território brasileiro. Também, muito de acordo com os interesses dos intelectuais da época, documentos sobre as línguas dos povos nativos receberam alguma atenção na rubrica “linguística brasileira”. Se para esse grupo as alusões são muito poucas, para os negros o espaço nessa história é ainda menor, sendo mencionados apenas no assunto “elemento servil”, dentro da classe “história econômica”; ou seja, se o indígena é inserindo no plano da paisagem e da natureza (em contraponto à civilização, fruto da colonização portuguesa), o negro é lembrado somente do ponto de vista do que o seu trabalho representava para aquela sociedade.

Vale lembrar aqui o lugar que o índio ocupava na historiografia do século XIX. Como destaca Temístocles César, o papel do indígena na História do Brasil, bem como o estudo de suas línguas, foi um problema que acompanhou o IHGB desde muito cedo. O texto de von Martius, por exemplo, é enfático ao considerar “os índios e sua história como parte da história do Brasil”, muito

embora não houvesse um consenso, seja dentro do IHGB, seja em livros e tratados que buscavam escrever a história do Brasil, acerca do tratamento e da forma pela qual esse indígena deveria figurar nessa história, ou mesmo em que momento ele deveria entrar nessa narrativa.²⁸

A figura de Varnhagen (e a sua *História Geral do Brasil*), como também lembra Cézár, é emblemática para pensar o lugar conferido aos indígenas dentro do IHGB. Isso não apenas pelo reconhecido horror que aquele historiador sentia em relação aos povos que ele designava como “selvagens”, mas também pelos seus estudos de filologia comparada e de etnografia, que buscavam mostrar a origem dos tupis. E foi nas suas pesquisas sobre os povos da Antiguidade que Varnhagen encontrou a gênese dos tupis, caracterizando-os como um povo “invasor”, fruto “do cruzamento entre os cários, povo navegador da Ásia menor, de filiação turainiana (...), e povos indígenas, pertencentes à grande família mongólica”.²⁹ Com sua tese, Varnhagen contrapunha-se a determinados argumentos indianistas, que consideravam o direito dos nativos à posse do território americano. Tal embate mostra que não havia de fato um consenso em torno do tratamento dessa “herança indígena”. Em todo caso, era um ponto de discussão que estava, por assim dizer, “na ordem do dia” para os historiadores do Oitocentos. Nesse sentido, vale lembrar que, se no *Catálogo* o indígena e o negro ficaram à margem da história, como já ressaltamos, houve uma preocupação por parte da Biblioteca Nacional de divulgar estudos sobre as línguas dos tupis e guaranis. Mas esse esforço é perceptível mais nos *Anais da Biblioteca Nacional* do que no *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil*.³⁰

A Seção Artística fecha o *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil*. Dividida em seis classes (vistas e paisagens; história; tipos, usos e trajas; genealogia e heráldica; retratos, estátuas e bustos; história natural), a publicação fazia um levantamento inédito de estampas que, nas palavras de Maria Inês Turazzi, passaram a formar um importante patrimônio iconográfico, tendo em vista que se inseriam num longo trabalho de seleção, preservação e divulgação de imagens que caracterizariam o país, seu território e seus habitantes.³¹ Esse esforço de patrimonialização de documentos foi desenvolvido em todo o *Catálogo* — e não apenas em relação às imagens —, na medida em que, nessa publicação, Ramiz e sua equipe atuaram na conformação de um conjunto documental indispensável para se escrever a

história do país, ao mesmo tempo que destacavam os elementos que deveriam figurar nessa história. No entanto, o trabalho de Turazzi nos faz atentar para o lugar de destaque que as gravuras, pinturas a óleo, vistas, litogravuras e fotografias ocupavam não só no *Catálogo*, mas na própria Exposição, uma vez que construíam simbolicamente a imagem de uma nação. Assim, após ter percorrido um longo trajeto que começava na exploração do território e da população brasileira e passava pelos principais episódios, períodos e personagens da história do Brasil, o leitor se deparava com indicações de documentos que lhe permitiriam construir uma espécie de “memória visual” dos episódios e pessoas que compunham o passado nacional. Dessa forma, tornava-se possível visualizar os retratos dos reis portugueses e dos imperadores do Brasil, imagens dos conflitos mencionados, vistas e paisagens do território, bem como gravuras que revelavam detalhes da fauna, flora e indígenas brasileiros. Era possível ainda conhecer alguns dos “tipos, usos e trajes” utilizados no país, num raro momento em que o homem comum ganhava espaço em meio a tantos letrados, ministros, imperadores e outros “vultos nacionais”.

Ao analisar o *Catálogo*, Eliana Dutra percebeu na publicação uma concepção de história que valorizava a tradição antiquária, “na qual o documento colecionado é igualmente prova e expressão direta do fato estabelecido segundo parâmetros do método da crítica erudita de fontes, base da moderna ciência da história”.³² No entanto, embora o *Catálogo* guarde uma relação com o antiquariado, especialmente no papel central que confere aos vestígios para a escrita da história, consideramos também que existe certa independência entre a publicação e a exposição. Se esta última buscava falar aos sentidos e ao sentimento do espectador, confrontando-o diretamente com os documentos, o catálogo, por sua vez, possui uma organização metódica. Nele, os documentos encontram-se divididos pelo espaço, tempo e categoria ao qual se referiam. O interessante aqui é perceber o duplo jogo de Ramiz ao atuar como organizador de um evento e editor de uma publicação que apelava aos sentidos no mesmo tempo que selecionava, organizava e classificava papéis, imagens e moedas — materiais que, a partir do momento em que passavam a figurar no *Catálogo*, ganhavam o estatuto de “fontes” indispensáveis para se conhecer a história do Brasil. Logo, o diretor da BN agiu efetivamente como um editor que,³³ à na medida em que controlava

o processo de transmissão de um saber e de um conhecimento, dialogava com as questões que norteavam os historiadores de seu tempo e, de certa maneira, fazia cumprir a proposta inicial do IHGB: coletar os documentos que possibilitariam escrever, no futuro, a história nacional.

Considerações finais

Foi no interior da Biblioteca Nacional, organizando seu acervo, expondo-o ao público e editando documentos, que Ramiz atuou como historiador no século XIX, exercendo ali os atributos desejados para um profissional de história naquele momento: a erudição, o trabalho cotidiano com documentos (o que pressupunha organizá-los em uma cronologia, hierarquizá-los, fazer a crítica documental e, por fim, disponibilizá-los ao público) e o trabalho em equipe. Tudo isso associado à construção de uma imagem de homem completamente devotado aos estudos.³⁴ Cremos que o estudo de uma figura como a de Galvão, juntamente com esse recorte que buscamos dar aqui na sua atuação como editor de um catálogo, possam contribuir para pensarmos alguns elementos interessantes no que se refere à prática historiográfica nas últimas décadas do século XIX. Gostaríamos de ressaltar aqui duas questões que nos servirão como conclusões desse texto.

A primeira delas refere-se aos ganhos que os trabalhos dedicados ao estudo da escrita da história no Brasil oitocentista podem ter ao incorporarem às suas análises o interesse por espaços diversificados que, cada um a sua maneira, se dedicou ao projeto de escrita de uma história nacional. Nesse sentido, pesquisas centradas em museus e nas bibliotecas ao final do Oitocentos fazem surgir, aos olhos dos historiadores de hoje, intelectuais cujas trajetórias deveriam ser objeto de maiores investigações, especialmente pelo tipo de atuação específica que tiveram. São, em muitos casos, letrados que se dedicaram a práticas de mediação cultural e que, dando vida a determinados projetos editoriais e culturais destinados a públicos variados, parecem estar em constante diálogo com o debate historiográfico de sua época. Assim, entendemos que o estudo de uma instituição como a BN, de um personagem como Ramiz e, por fim, de um empreendimento editorial específico, como foi o *Catálogo*, contribui para pensar que a tarefa de compor um passado para a nação brasileira envolvia diversas práticas, agentes e espaços, não estando

somente a cargo do IHGB e dos livros produzidos pelos seus historiadores de maior vulto. O trabalho de escrita da história era mais complexo, envolvendo múltiplas práticas, projetos, públicos e instituições.

Uma segunda questão reside na atuação de Galvão como historiador e diretor da Biblioteca Nacional, e que acreditamos ser emblemática para pensarmos como a tradição antiquária estava muito viva no século XIX e como ela foi também fundamental para a constituição de uma moderna escrita da história. Como ressaltou Arnaldo Momigliano em um artigo clássico sobre o tema, de modo geral, quando pensamos na figura do antiquário, nos vem à mente alguém que estuda o passado, mas que não é um historiador. Se este último se volta para o tempo pretérito de forma sistemática, buscando um sentido e uma explicação, aquele seria movido por outros objetivos: a curiosidade, o prazer estético, o gosto pelos detalhes sem importância. Em outras palavras, enquanto o passado foi apropriado de maneira “racionalizada” pelo historiador, para os antiquários ele ainda pertenceria ao universo dos sentidos.³⁵ Evidentemente, essa imagem criou entre eles uma clara dicotomia e colocou colecionadores e antiquários num plano visivelmente inferior em relação aos historiadores.³⁶

Os filósofos iluministas contribuíram bastante para a consolidação dessa visão caricatural do trabalho dos antiquários. Voltaire, por exemplo, entendia a atividade destes últimos como inútil e estéril. Frente a um saber que ele considerava apenas como “de fatos e datas”, propunha sua substituição pela história do “espírito humano”. Subjacente à crítica, havia uma concepção de tempo e história distinta daquela dos antiquários eruditos, pois esta última estaria preocupada com o evento, com o singular e destinada à valorização dos sentidos — o ato de tocar em um vestígio seria como se, a partir dele, fosse possível tocar o próprio passado. Outras formas de lidar com o tempo estavam emergindo, e estariam mais preocupadas em buscar, por meio da razão, um movimento para a história humana.³⁷ Aos poucos, as coleções e a maneira dos antiquários se relacionarem com o passado perdiam sua razão de ser. Esse movimento, chamado por Blandine Kriegel de *derrota da erudição*, nada mais foi do que o apagamento de uma forma legítima de lidar com as experiências de outrora, mas que acabou sendo esquecida, como se não fizesse parte do passado da história.³⁸

No entanto, seguindo os caminhos já trilhados por Arnaldo Momigliano e Blandine Kriegel, alguns historiadores têm se mostrado mais atentos a essa tradição antiquária, procurando destacar sua presença entre os letrados brasileiros e no interior de instituições como o IHGB.³⁹ Foi justamente dessa tradição que a moderna ciência da história teria herdado o cuidado documental, o trabalho de crítica às fontes e à prática de elaboração de obras de compilação monumentais.⁴⁰ Como vimos, Ramiz Galvão e a Biblioteca Nacional também não estavam alheios a ela, especialmente quando envolvidos em projetos como o *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil*. Não queremos, evidentemente, dizer que Ramiz agia como um antiquário ao desenvolver projetos editoriais como esse. Na verdade, o que estamos buscando ressaltar é como essa história moderna e científica pretendida por historiadores, tal como o próprio diretor da BN, foi herdeira de práticas que remetiam a uma determinada tradição erudita, responsável, em larga medida, pela forte associação entre escrita da história e crítica documental — elemento tão fortemente presente entre os intelectuais do IHGB, dentre os quais o próprio Ramiz e seu projeto editorial do *Catálogo*. No Brasil do século XIX, no entanto, essa tradição seria atualizada, associando-se a um projeto de escrita de uma história nacional.

Nesse ponto, o *Catálogo* tinha por objetivo servir aos estudiosos, fornecendo documentos — a partir dos quais seria possível desvelar a nossa história — e indicando onde poderiam ser encontrados. A publicação apresentava ao leitor documentos de diversos arquivos, inclusive de particulares, e ainda fornecia a possibilidade de conhecer esses documentos por eles mesmos, na medida em que ali, expostos e organizados em classes, eles não tinham passado pela interferência da interpretação ou análise de algum historiador. Além disso, a publicação se assumia como uma obra em constante construção, o que a articulava com a ideia de biblioteca como metáfora do infinito.⁴¹ Isto é, a publicação abria espaço não só para que qualquer pessoa pudesse contribuir para sua atualização (e, conseqüentemente, para a escrita da história nacional), mas, justamente por sua constante possibilidade de renovação, guardava em si a pretensão de ser eterna.

Notas

- 1 SIRINELLI, Jean-François; ORY, Pascal. "As elites culturais". In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 259-280.
- 2 RODRIGUES, José Honório. "Introdução". In: *O Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil*. v. 1. Brasília: Senado Federal, 2000. Quanto ao público da exposição, o número fornecido pelo Relatório do Império de 1881 foi de 7.621 visitantes. A *Gazeta de Notícias*, por seu turno, fala em 5.736 pessoas (*Gazeta de Notícias*, 26 de dezembro de 1881, p. 1); BRASIL, Ministério do Império. *Relatório do ano de 1881 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 1ª Legislatura*. Publicado em 1882, p. 43.
- 3 AMADEO, Maria Eliza e KURY, Lorelai. "O Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil". In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 120, 2000, p. 323-334.
- 4 GALVÃO, Ramiz. *Ofício dirigido ao ministro do Império, barão Homem de Mello, expondo o plano de uma exposição de História do Brasil, com as instruções para a remessa de documentos históricos e o plano geral da exposição*. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1880.
- 5 GALVÃO, Ramiz. "Relatório dos trabalhos executados na Biblioteca Nacional da Corte no ano de 1876". In: BRASIL. Ministério do Império. *Relatório do ano de 1876 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 14ª Legislatura*. Publicado em 1877. Anexo E, p. 12. O primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional* saiu em 1876. Ao longo da administração de Galvão foram impressos nove volumes, contribuindo para a formação de um cânone das principais coleções de documentos da BN do Rio de Janeiro.
- 6 João Saldanha da Gama foi aluno do Colégio Pedro II e era cunhado de Ramiz Galvão. Por intermédio do bibliotecário, foi nomeado, em 1876, chefe de seção da Biblioteca Nacional. Em 1882, Galvão teve de se afastar das funções de bibliotecário para tornar-se preceptor dos príncipes imperiais, o que abriu caminho para que Saldanha da Gama assumisse a função de diretor da BN.
- 7 Poucos são os trabalhos dedicados exclusivamente ao estudo de Ramiz Galvão. Podemos citar aqui o ensaio altamente elogioso produzido por Alfredo Mauricéa Filho nos anos 1970; o artigo de Edson Nery da Fonseca, mais preocupado com a dimensão da atuação de Galvão como bibliotecário; e a tese de doutorado de Adriana Clen Macedo, centrada na questão da escrita da história nesse intelectual. Ver: FONSECA, Edson Nery da. *Ramiz Galvão. Bibliotecário e bibliógrafo*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1963; MAURICÉA FILHO, A. *Ramiz Galvão (o Barão de Ramiz) 16/06/1846 a 09/03/1938; ensaio biográfico e crítico*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1972; MACEDO, Adriana Mattos Clen. *Método e Escrita da História em Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.
- 8 TURAZZI, Maria Inês. *Poses e Trejeitos*. A fotografia e as exposições na era do espetáculo. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 6; —. *Iconografia e Patrimônio*. O Catálogo da Exposição de História do Brasil e a fisionomia da nação. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.
- 9 DUTRA, Eliana. "A tela imortal. O Catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881". In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: v. XXXVII, 2005, p. 159-179.
- 10 GALVÃO, Ramiz. "Apresentação do Catálogo da Exposição de História do Brasil". In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: v. 9, 1881, p. VII.
- 11 Por outro lado, Ramiz não descuidou de lembrar as contribuições das províncias do Pará, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Ressalta, ainda, a ajuda do Imperador, que emprestou e doou diversos materiais para figurarem na Exposição (*Ibid*).

- 12 OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 84-89 e ——. "Do testemunho à prova documental: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu". In: GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 216-239. Sobre a questão dos arquivos para a escrita da história, ver: GRAFTON, Anthony. *As Origens Trágicas da Erudição. Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papyrus, 1998; FARGE, Arlette. *Le Goût de L'Archive*. Paris: Seuil, 1989.
- 13 GRAFTON, Anthony. *Op. cit.*
- 14 DUTRA, Eliana. *Op. cit.*, p. 165.
- 15 CÉZAR, Temístocles. "A geografia servia, antes de tudo, para unificar o império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista". *Agora*, v. 11, nº 1, Santa Cruz do Sul/RS: 2005, p. 79-99.
- 16 KRIEGL, Blandine. *L'Histoire à l'âge classique*. Paris: Presses Universitaires de France, 4 v., 1988, MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da Historiografia Moderna*. São Paulo: EDUSC, 2004; ——. "História antiga e o antiquário". *Anos 90*, v. 21, nº 39. Porto Alegre: 2014.
- 17 Sobre as relações entre o estudo do espaço e sua importância para o conhecimento do passado, destaco ainda a dissertação de mestrado de MACEDO, Adriana Mattos Clen. *As corografias e a cultura histórica oitocentista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Vale mencionar ainda alguns trabalhos que procuram chamar a atenção para o papel das viagens na construção da figura do historiador, ou, de forma mais abrangente, do intelectual que busca compreender o seu próprio país, seja por meio de deslocamentos em direção ao interior do Brasil, seja a partir das viagens para o exterior: COSTA, Wilma Peres. "Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos". In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (Org.). *Intelectuais: Sociedade e Política. Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 57-81; DULPHY, Anne; LEONARD, Yves e MATARD-BONUCCI, Marie-Anne (Dir.). *Intellectuels, artistes et militants. Le voyage comme expérience de l'étranger*. Bruxelas: Peter Lang, 2009; GONTIJO, Rebeca. "Capistrano de Abreu, viajante". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, jun. 2010; e ROCHE, Daniel. *Humeurs Vagabondes. De la circulation des hommes et de l'utilité des voyages*. Paris: Fayard, 2003.
- 18 MOMIGLIANO, Arnaldo. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. São Paulo: EdUSC, 2004. p. 85-117. Ainda sobre a tradição antiquária e o colecionismo, ver: POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. p. 51-86 e ——. *Des Saintes reliques à l'Art Moderne*. Venise-Chicago. XIIIe-XIXe siècle. Paris: Galimard, 2003; SCHNAPPER, Antoine. *Le Géant, la Licorne et la Tulipe*. Paris: Flammarion, 1988.
- 19 Em *Os vultos da nação*, Armelle Enders também destacou as relações entre História e Geografia no século XIX. A autora lembra como interesses bastante práticos, ligados à política nacional, envolviam esses dois saberes e como os historiadores da época eram muitas vezes chamados a participar de resoluções de litígio envolvendo fronteiras. Em 1837, por exemplo, o governo imperial convocou uma comissão, da qual faziam parte Raimundo José da Cunha Matos e o Visconde de São Leopoldo, ambos figuras-chave do IHGB, para esclarecer pontos sobre tratados e limites do Brasil (ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação. Fábrica de heróis e formação de brasileiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 86).
- 20 VON MARTIUS, Karl F. "Como se deve escrever a história do Brasil". In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. p. 82-83.
- 21 HRUBY, Hugo. *O Século XIX e a Escrita da História do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. Tese de doutorado apresentada ao PPGH/PUCRS. Porto Alegre, 2012. p. 30-32.

- 22 MATTOS, Raimundo José da Cunha. "Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil". In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. p. 117-156.
- 23 OUVRY-VIAL, Brigitte. "L'acte éditorial: vers une théorie du gest". In: *Communication et Langages*, nº 154, 2007, p. 67-82.
- 24 DUTRA, Eliana. *Op. cit.*, p. 162.
- 25 Referimo-nos a dois documentos que constam na rubrica "História do Brasil por épocas – 1841-1881": *O socialismo pelo general Abreu e Lima. Junho de 1852*. Recife: Tipografia Universal, 1855 (documento nº 7743) e *Os anarquistas e a civilização. Ensaio político sobre a situação por um pernambucano*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1860 (documento nº 7768).
- 26 Cabe destacar, no entanto, que o *Catálogo* traz, ao final da classe "história eclesiástica", uma pequena lista de cinco documentos referentes à presença das igrejas protestantes no Brasil.
- 27 CARVALHO, José Murilo de. *Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 122-125.
- 28 CÉZAR, Temístocles. "A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis". In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 30.
- 29 *Ibid.*, p. 34.
- 30 Em alguns volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional* foram publicados documentos e estudos sobre vocábulos das línguas dos tupis e dos guaranis. Já o sexto e o sétimo volumes da publicação foram totalmente dedicados a um "precioso manuscrito em língua guarani", composto no século XVIII, e destinado à conversão dos gentios: *a Primeira catequese dos índios selvagens*, do Padre Montoya, traduzido pelo especialista Batista Caetano Almeida Nogueira.
- 31 TURAZZI, Maria Inês. *Iconografia e Patrimônio. O Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil e a fisionomia da nação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009, p. 24.
- 32 DUTRA, Eliana. *Op. cit.*, p. 70.
- 33 OUVRY-VIAL, Brigitte. *Op. cit.*
- 34 OLIVEIRA, Maria da Glória. *Op. cit.* Outros trabalhos também buscaram definir e analisar os atributos que caracterizavam o historiador na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Dentre eles, podemos citar: CÉZAR, Temístocles. "Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX". In: *Diálogos*, v. 8, nº 1, p. 11-29, 2004; GONTIJO, Rebeca. *O Velho Vaqueano. Capistrano de Abreu: memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013 e ——. "O cruzado da Inteligência: Capistrano de Abreu, memória e historiografia". In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, nº 26, p. 41-76, dezembro de 2007.
- 35 CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la Ilustración*. México, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- 36 MOMIGLIANO, Arnaldo. *Op. cit.*
- 37 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006; HARTOG, François. *Régimes d'Historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

- 38 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Reinventando a Tradição: sobre antiquariado e escrita da história". In: *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, nº 1/2, p. 111-143, 2000.
- 39 Um trabalho precursor nesse sentido foi desenvolvido por Manoel Luiz Salgado Guimarães, em seu artigo "Reinventando a Tradição: sobre antiquariado e escrita da história". Ainda nessa vertente, vale a pena salientar também os trabalhos de Flávia Varella, Temístocles César e Maria da Glória de Oliveira.
- 40 Essa tradição remete ao importante papel que algumas ordens religiosas tiveram no século XVII, como os beneditinos. Esses religiosos foram responsáveis por vários projetos enciclopédicos de reunião de documentos, atas e notícias de dinastias, cidades, reinos e antiguidades realizados na época. Tratava-se de um momento, como lembra Blandine Kriegel, em que a história estava intimamente ligada à ciência religiosa. Nesse ambiente religioso das ordens nascia e se desenvolvia a moderna crítica documental. Mabillon, tido como o pai da Diplomática, foi um beneditino da famosa abadia de Saint-Germain-des-Prés, que estava interessada em estudar seu próprio passado, os manuscritos da ordem, as vidas de seus santos, entre outros assuntos. Entre 1655 e 1677, foram compilados naquela abadia treze volumes in-quarto de documentos, incluindo cânones, concílios, crônicas, histórias, hagiografias, correspondência etc. Tratava-se de um programa interessado em celebrar a ordem e defender a Igreja Católica dos ataques de que era objeto na época (KRIEDEL, Blandine. *Jean Mabillon*. Paris: PUF, 1988).
- 41 JACOB, Christian. "Prefácio". In: BARATIN, M e JACOB, C. *O Poder das Bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, p. 11.

Ramiz Galvão and the *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil*

Ana Paula Sampaio Caldeira*

Received on: 16/02/2016
Accepted on: 24/03/2016

* PHD in History from the Post-Graduate Program in Political History and Cultural Goods (PGHPBC/CPDOC/FGV) and Associate Professor on Teaching Practices in History and Theory of History at UFMG. This research was supported by Faperj.

Abstract

The period between 1870 and 1882, in which the Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (National Library of Rio de Janeiro) was managed by Benjamin Franklin Ramiz Galvão, was an important moment in the history of this institution, especially because it was a time of internal organization in which its director sought to promote the dialogue with directors of other institutions of knowledge, at both national and international levels. In this article, we chose to analyze one of Galvão's major achievements as director of the institution: the *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil* (Catalog on the Brazilian History and Geography Exhibition), an editorial project directed by him during the organization of the 1881 Exhibition, which crowned his career in the Biblioteca Nacional. We aim to understand the organization of the exhibition catalog, seeking to highlight the work of Ramiz Galvão as editor, especially in the selection and organization of documents to form what may be called a documentary heritage of the Brazilian nation.

Keywords

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Ramiz Galvão, Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil.

This article is part of a broader study that focused on one agent and one institution. The object of this study is the Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN), during a specific period of history, between 1870 and 1882, when it went through a restructuring process which aimed to align it with its European counterparts and reaffirm it as the main Library in the country. The main character of this study was called Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Taking charge of the institution at the age of twenty-four, Galvão tried to turn the BN into a place for research and investigation, whose main purpose would be to serve its contemporary intellectuals and consolidate Brazil's image as a modern nation, both in the country and abroad. For that matter, he had the support of a strong team of professionals, formed by employees such as Capistrano de Abreu, Alfredo do Vale Cabral and José Alexandre Teixeira de Melo. In order his projects, he also contacted his personal network, from Pedro II School, where he had been both student and teacher, and the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB - Brazilian Historical and Geographical Institute), of which he was an active member.

Ramiz Galvão had a very peculiar intellectual career. He was not exactly an author of essays or books that would lead to greater debates in his time. In past times, he worked as a professor and presided commissions, in which he would write reports and dictionaries, and organize celebration events of historical nature. He was, therefore, someone who, due to his clout (which increased considerably as he worked at the BN), would oversee teams, promote dialogue and take into his projects other intellectuals, as he would work mainly as a disseminator of knowledge.¹ During the time he oversaw the BN, he was able to feature that aspect of his intellectual activity. Throughout the twelve years of his administration, not only did he publish the *Anais da Biblioteca Nacional* (the Annals of the National Library), but also promoted two exhibitions. One of which was the *Exposição de História e Geografia do Brasil*, opened for public visitation in 1881, and which became one of his main achievements as he worked at the institution, assuring him a distinguished

position within the intellectual community of his time. The event gathered a great amount of historical documents of all sorts, exhibited to the public in the Biblioteca Nacional rooms, which, at the time, were not located at the impressive building where it is now, but in another more modest one, located at Rua do Passeio. The show lasted around a month, but it allowed Ramiz and his team to organize a catalog of the documents on Brazilian history available in the country, even printing out which institutions or personal possessions they could be found.

In this article, we offer an analysis of the *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil* (Catalog on the Brazilian History and Geography Exhibition). This publication will therefore be a thread that will allow us to understand Ramiz Galvão role as editor, especially his work in selecting and organizing the documents that would compose the documental heritage of the Brazilian nation. But we will also verify that the way the catalog was organized suggests a possibility of a narrative for the Brazilian history. Therefore, one of our goals in this article is to emphasize that the efforts to study the Brazilian past as a nation and to build its representation and history was a task that involved several agents and institutions, and the Biblioteca Nacional was certainly one of them.

The greatest result from the *Exposição de História e Geografia do Brasil*

The *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil* had been considered, since the time of its conception, the greatest product of the Exhibition. Later on, that opinion was reaffirmed by authors such as José Honório Rodrigues, who believed the work developed by the librarian and his employees surpassed similar initiatives, such as the Portuguese abbot Diogo Barbosa Machado's *Biblioteca Lusitana* (the Portuguese Library), and the *Dicionário de Inocência* (Inocência's Dictionary). The historian believed that, much more than the exhibition itself – which gathered approximately seven thousand people in the Biblioteca Nacional rooms throughout the month it was open for visitation –, the publication was his major achievement and, according to Capistrano de Abreu, it was Ramiz Galvão's main goal when he decided to organize the Exhibition.²

Lorelai Kury and Maria Eliza Amadeo have also emphasized the importance of the catalog produced in the occasion, reminding us that, although several other directors of the Biblioteca Nacional have also made the effort to compile the institution collection, it was only with Galvão that such a comprehensive publication was

organized. That was possible because his main concern was with compiling a national memory and getting to know and organize the entire library collection. According to the authors, the work was truly monumental: at the time, no other country had a catalog so vast as the one produced by Galvão and his assistants.³

The librarian himself affirmed in a document that the preparations for the *Exposição de História e Geografia do Brasil* were a great opportunity for them to organize a full catalog, a “treasure” of information about history and the Brazilian territory, which would serve as starting point for “further research”.⁴

The idea of publishing documents that would contribute to understand and write the Brazilian history was already somewhat present in the *Anais da Biblioteca Nacional*, first published in 1876, aiming to publish “the interesting library manuscripts and bibliographical works of importance, composed by the office employees, or by individuals not related to it”.⁵ Therefore, it was due to the research done to organize the 1881 exhibition that they were capable of developing a more comprehensive publication, focused in exhausting the topic, since it aimed to compile everything concerning the Brazilian past, instead of limiting itself to the BN collection. Besides, the catalog would not be ephemeral as the exhibition. It would instead be a permanent work beyond the exhibition that would consolidate what had been expected from a “national” library: to serve a specific audience of scholars and be conceived as a place of research and investigation.

The monumental proportions of the publication really stand out. The catalog presents a collection of more than twenty thousand documents, gathered in about two thousand pages, and was entirely published by the *Anais da Biblioteca Nacional*. Divided into three volumes, two of them published during the administration of Ramiz, while the third, a supplemental volume, was published in 1883, during the period in which João Saldanha da Gama directed the library.⁶ There’s just as few studies about Ramiz, his trajectory and accomplishments at the BN (such as the 1881 Exhibition itself),⁷ as there are historians that studied that editorial initiative. Besides, an introduction to one of the *Catálogo* editions, written by José Honório Rodrigues, and Lorelai Kury and Maria Eliza Amadeo’s article, published in the *Anais da Biblioteca Nacional*, there are two important analysis made by Eliana de Freitas Dutra and Maria Inês Turazzi. The latter was especially interested in the image and iconography collections exhibited during the 1881 show and in its catalog, studying its scenes, views, landscapes, paintings and photographs. Turazzi highlighted as well some important elements, such as the high cost of the

publication for the standards of that time (sixteen million réis) and the support that Casa Leuzinger offered to its edition. As it is informed on the publication copies, that was the printing company responsible for editing the three volumes (the same one which printed the *Anais da Biblioteca Nacional*). But, besides that, the author stresses the importance of George Leuzinger, print expert, photographer and well-known accomplished editor, in identifying most of the images and iconographic documents mentioned in the publication.⁸ That means Ramiz Galvão was in fact the organizational reference, around who a group of intellectuals would gravitate, joining the required expertise to set up not only an exhibition, but a catalog, and its publication was expected to represent an important event in the academic world of their time.

Eliana Dutra studied the *Catálogo* within the context of the 1881 exhibition, which aimed to be a sort of “showcase of the Brazilian nation”. The author analyzed several aspects regarding this publication, such as: its graphic production, how it was split into sections, the classification methods applied to it, the typology of listed sources, the criteria for adding each information, the connection between the volumes and the exhibition rooms etc. Understanding it as an instrument of power capable of “building a concrete and consolidated history of Brazil”, Dutra starts from this publishing endeavor to think the relations between the *Catálogo* and the structuring of a project of a library and a nation, without forgetting, therefore, to highlight the connection between the publication and the work itself of modernizing and organizing the Biblioteca Nacional.⁹

It is precisely in this line of analysis, and in dialogue with the works of Turazzi, but especially with that of Eliana Dutra, that we shall now proceed with an analytical description of the *Catálogo*, a work which, in the process of the construction of Ramiz’s memory, was a symbol of his image as a librarian, and marked his biography so much. We specifically aim to contribute with the thought that this catalog, although elaborated during the preparations for the 1881 Exhibition, has also a standalone value. It was an endeavor in which Ramiz Galvão effectively acted as editor, controlling, selecting and organizing the sources he thought indispensable to learn about Brazil. But in parallel with this work of documental preservation, we believe that the organization itself gives them a “narrative”. That is, the selected documents not only serve as materials for those who want to dedicate themselves to knowing and writing about Brazil, but also, in their grouping and structuring, it indicates to the reader a way and a meaning for this history.

The *Catálogo*, a paved way to the history of Brazil

Let us begin with Ramiz Galvão's own words, who signed a two page short introduction opening up his work. He mentions the importance of the publication and, at the same time, indicates how it should be seen/read: the *Catálogo* should not serve as a mere listing for books, illustrations and medals. It could not be just a reference book. It was actually "a sketch of the Brazilian historical bibliography, considering history in its broader sense and without forgetting the supporting documents that can better clarify this history".¹⁰ His project was comprehensive and sought to bring together in this production everything that until then was available in relation to documents and studies to write the History of Brazil. Evidently, he knew that there was no "everything," because, as he himself points out, many provinces and private collectors did not respond to his calls to contribute to that endeavor.¹¹ That would justify, in advance, the gaps regarding some subjects and periods. But the *Catálogo* was, fundamentally, a project and a bet on the future, since the librarian counted on its constant updating. In this sense, Ramiz Galvão himself took it as a work in progress, which should be periodically completed by the future contributions of its public.

The *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil* followed a somewhat different logic from that applied to the 1881 Exhibition it was linked to. The event was organized into five rooms, dedicated to portraits of kings and emperors, to Geography, to Diplomatic, Economic and Natural History. In practice, this order was not strictly followed, but we can say that this division represented their initial planning. The *Catálogo* contemplated much more than these matters. The work is divided into two sections, literary (subdivided into "preliminaries" and "history of Brazil") and arts. To assist the readers, Ramiz compartmentalized each of them into specific classes, within the following model:

Literary Section

I. Preliminaries

Class I: Geography of Brazil

Class II: Statistics

Class III: Periodicals

II. History of Brazil

Class IV: Civil History

Class V: Administrative History

Class VI: Ecclesiastical History

Class VII: Constitutional History

Class VIII: Diplomatic History

Class IX: Military History
Class X: Natural History
Class XI: Literary and Art History
Class XII: Economic History
Class XIII: Biography
Class XIV: Numismatics

Art Section

Class XV: Views, landscapes, seascapes
Class XVI: History
Class XVII: Types, uses and costumes
Class XVIII: Genealogy, heraldry
Class XIX: Portraits, statues and busts
Class XX: Natural History

The organizers were careful to indicate, in the more than twenty thousand documents divided among the twenty classes presented, their title, their origin and, in some cases, the format of the text or image. Some sources also came up with small comments made by the Biblioteca Nacional team, bringing information about the work quoted, indicating the effort of the BN staff to compare the data on the document in other reference sources of the time. As Maria da Glória de Oliveira recalls, when analyzing the work of document editing developed by Capistrano de Abreu, the historians of the time were truly careful in verifying and making explicit the authorship and origin of the texts, and this effort was considered as one of the duties of the historian.¹² One of the hallmarks of modern historiography would be precisely this constant reference to other texts and especially to documents, designed as evidence by historians. It would be precisely this aspect that would validate the historiographic work, that is, the professional historian was required to state their sources and reference, so that the reader and their peers, if they wished, could verify the information and validate its conclusions.¹³ This detailed and careful work with the documents is a feature of the *Catálogo* and it is also an indication of the methods expected from a publication like this one and of its priority target audience. In addition, the practice also allowed for verification of whom the documents “belonged” to. Most of them came from the Biblioteca Nacional and the emperor’s collections. However, the publication indicates that other institutions and collectors also contributed to the venture, just as they had contributed to the exhibition. That is, there was a clear intention to reaffirm the emperor’s place as patron, but also

to promote the BN, other institutions and friends. That was the case of the IHGB, the provincial historical institutes, the military archives and secretariats, the Real Gabinete Português de Leitura (Royal Portuguese Reading Office) and scholars such as Francisco Ramos Paz, Baron Homem de Mello, and others whose names are mentioned in the publication.

But it is worth studying further the type of document that the *Catálogo* reader could find there and especially how the subjects were divided. We believe that, although this work can be understood as part of the library effort to participate in a larger project, – the writing of a national history, in order to organize, make available and edit documents for that end –, it proposes, through its division and organization, a possibility of a narrative for this history.

The *Catálogo* opens up, as mentioned, with a “Geography” section, bringing a series of documents of different genres (such as descriptions, reports, memories, maps, notes, geographic, topographic and borders charts, blueprints, etc.), regarding the Brazilian territory, its rivers, coasts, ports and frontiers. Then, on “Statistics”, the reader finds sources of population surveys, demographic maps of the provinces and other types of informative texts about the population of Brazil in general and each one of its parts. Concluding the “Preliminaries”, there is the topic “Periodicals”, with indications of almanacs, newspapers, as well as literary, scientific, religious and Masonic journals. According to Eliana Dutra, it is necessary to draw attention here to the close relationship between History and Geography: the publication assumes that knowing the Brazilian territory and population is a requirement to be able to navigate through the history of Brazil, which will be, later on, a trademark of Capistrano’s work, and is already present in authors such as von Martius and, in general, in the publications of the IHGB.¹⁴ One should also emphasize the importance given to Geography and to describing the populations in Varnhagen’s *História Geral do Brasil* (General History of Brazil), which dedicates some of its sections to that matter. If we currently have History and Geography as two separate disciplines, during that time, the boundaries were still very fluid and barely defined. Thus, questions involving the description of places and regions, populations, topography, and natural riches were part of the work of historians. According to Temístocles César, History, in the 19th, was still concerned with studying these themes, making them an integral part of its discipline and important for a project of affirmation of the Nation State in Brazil.¹⁵

Moreover, it is important to emphasize how this strict relation between History and Geography also refers to the antiquarian tradition itself, which, as we

know, especially from the works of Arnaldo Momigliano and Blandine Kriegel, was fundamental in the process of consolidating history as a discipline and for the development of the historical method itself.¹⁶ For this academic tradition, the study of the past included not only knowledge about events and episodes, but also about the places where they unfolded.¹⁷ Thus spaces or landscapes served as scenarios of great historical events and therefore as testimonies, which explain some antiquarian practices such as the removal of a certain object from nature, not only because of its natural properties, but because, in that place, occurred some event from which plants, rivers, trees and mountains were testimonies.¹⁸ Thus, the *Catálogo* not only seemed to reaffirm this close connection between History and Geography, considering the latter a “preliminary” knowledge, but also compiled the documents essential for the historian’s knowledge on the territory and population of Brazil and its provinces.¹⁹

The relationship between the country and its regions also deserves some consideration. In the *Catálogo*, Galvão’s team not only divided the documents in the classes highlighted above, but in several of them he separated those referring to the country from those on the provinces. Once again, we perceive here the dialogue that this publication had with issues that were being discussed at the IHGB, such as, for example, the relations between the national history and the history of each part of the Brazilian empire. As it is known, this was a problem debated, especially by the first generation of the IHGB. In von Martius’s classic text, *Como se deve escrever a história do Brasil* (How Brazilian history should be written), the Bavarian naturalist praised the effort to write the histories of the provinces separately, but he considered this type of writing to be closer to chronicle than to history. This is because they were very concerned about small and insignificant facts, which did not always contribute to the composition of a “whole” picture. The Brazilian territory was very extensive and unequal, mentioned von Martius, and wanting to look for specificities could lead the historian to write not a history of Brazil, but the “particular histories of each of its provinces.” Thus, for him, the Brazilian history should be divided into periods, seeking to encompass a unique temporality and highlighting from the specific regions what was truly relevant to the understanding of the general history.²⁰

The matter of the relationship between the country and its parts has been a constant concern of the IHGB founders’, since, as Hugo Hruby recalls, the national and the regional spheres would constantly diverge during the process of political centralization and the building of the Brazilian nation. Thus, IHGB faced the matter of not only promoting the writing of the history of Brazil, but also of its regions.²¹ For

example, for Raimundo José da Cunha Mattos, the elaboration of a Brazilian history would not have been possible without historians' efforts to write the history of their provinces, thus conceiving the whole as a sum of its parts.²² It is not a question of trying to perceive the *Catálogo* as affiliated to one or another trend, even though we know that the discussions at the IHGB regarding the writing of a national history are quite broad and encompass many other "founding" texts. Rather, it is a matter of thinking of this publication in a polyphonic dialogue, that is, a result of mediation between those texts and the debates of the time.²³ After all, we cannot forget that Ramiz Galvão was ahead of it, and he was already a member of the Historical Institute and, therefore, aware of the questions that mobilized the historians of the late 19th century.

Therefore, conceiving the *Catálogo* as a place of inscription, as Eliana Dutra thought it, basing herself in the works of Bruno Latour — that is, as a place in which an "intellectual drawing" is delineated, as it provides the reader with a "tip of the fingers" experience —,²⁴ we realize that readers eyes and hands begin to glide through the knowledge of the territory and population of the country, always from the general to the particular, from Brazil to its provinces. After all, the understanding of the whole conditioned that of its parts. But they also went through the periodical publications, that is, the almanacs, literary, artistic and scientific journals and magazines, bringing to mind that this territory and this population are linked to something greater: civilization itself, represented by the press as a symbol of progress. But the tour continues, thus, to what can be considered the heart of the "literary section": the part referring to the documents on the History of Brazil.

Just as in the rest of the *Catálogo*, this part is also divided in classes, each one of them having several documents and studies referring to the chosen division: civil, administrative, ecclesiastical and constitutional history, etc. The documents mentioned are of all sorts, including manuscripts and printed material: letters, permits, collections of laws, official correspondence, funeral prayers, speeches and even studies on socialist and anarchist ideas in Brazil.²⁵ It is important to realize that the librarian and his team made an effort to sort the materials by space (differentiating once again those evocative of "Brazil" from those specific ones about the history of each province), but also by time, establishing a periodization of the country's civil history. This would begin with the Portuguese discoveries, but it would have moments of inflection, like the government of Tomé de Souza (1549), the establishment of the first vice-reign of Bahia (1639) and of Rio de Janeiro (1762), the arrival of the Royal Family in Brazil

(1808), the Independence (1822), the abdication of D. Pedro I (1831), the regency period (1831-1840) and the government of D. Pedro II (from 1841 onwards). Then the reader comes across documents that reveal two important actors in the narrative proposed by the *Catálogo*: the State and the Church. Thus, in the “Ecclesiastical History” class, the presence of the various religious orders in the country since the beginning of the colonization (mainly Jesuits, Carmelites, Franciscans and Benedictines) was emphasized, with special relevance to the Missions, which in the exhibition, appeared as one of the main contributions of Portuguese colonization in America, as they would have carried forward the process of conversion of the gentiles to the Catholic faith.²⁶

The Catholic Church appears as an important “actor” in the “story” told by the *Catálogo*. However, just as in the exhibition, the role of protagonist is in the hands of the State. In this sense, the reader faces a huge volume of documents from the Ministries, the Council of State, the Town Councils and the Meetings. It was the State, hand in hand with the Church, that organized and constituted the country, conferring upon it a legislation, defining its limits and defending sovereignty and territory against the foreign enemy. It is in this sense that some external conflicts appear in the *Catálogo*, highlighting the struggles that the “Brazilians” have had to fight throughout their history against the Spaniards, French Guiana, the Platine States, and especially against the Dutch and the Paraguayan army. As José Murilo de Carvalho reminds us, external conflicts are, in general, important instruments in the constitution of national identity. This was the case, for example, of the Paraguayan War, an episode that, according to this author, would have achieved something that no other had until then achieved: the union of the country against a common enemy.²⁷ But the *Catálogo* takes a retrospective look, and while giving that conflict a prominent role in the country’s history, it also seems to indicate that the history of the nation is made up of many other struggles, both internal and external, and episodes related to a time when Brazil did not yet exist, but in which it was already very clearly understood who was the “other” from whom it was necessary to defend its territory.

In these struggles — as well as in the administration of the State, in the conduct of the country’s economy and in the establishment of scientific and literary associations, as well as in the promotion of science and literature — certain men stood out. First, the Portuguese kings and emperors of Brazil. But, gravitating around them, there were politicians, ministers, men of knowledge, merchants and industrialists, as well as other figures mentioned in the documents and who appeared in the sections on

Economic History and on Literary and Arts History. Thus, the “history” narrated in the *Catálogo* is that of the State and its great figures. It is not by chance that the Literary Section of the publication ends precisely with the “biography” and “numismatic” classes, where the reader could find documents that would allow them to know the monarchs and other individuals and families that contributed to the formation of all the history shown until that moment.

And where would be two of the groups that von Martius, in his seminal text, understood as fundamental in the constitution of Brazil, that is, the black and the indigenous people? Those definitely appeared as mere extras in this narrative. In the publication, the indigenous people gained a little more prominence than the black, as it is mentioned in class X, regarding Natural History, side by side with the fauna, flora and minerals of the Brazilian territory. At the same time, in accordance with the interests of the intellectuals of the time, documents on the languages of the native peoples received some attention in the topic “Brazilian linguistics”. If the indigenous were very poorly mentioned, the black were even less present in this history, since they were only mentioned regarding the “servile element”, in the “Economic History” section; that is, the indigenous were inserted into the landscape and nature (as opposed to the civilization, a result of Portuguese colonization), and the black people were remembered for their work and its relevance for that society.

It is worth mentioning the role of the indigenous people in the 19th century historiography. As Temístocles César emphasizes, the role of the indigenous in the History of Brazil, as well as the study of their languages, was a matter of discussion at the IHGB from the beginning. Von Martius’s text, for example, is emphatic in considering “the indigenous and their history as part of the history of Brazil,” although there was no consensus either at the IHGB or in the books and articles that sought to write the history of Brazil, about how the indigenous people should participate of history, or even when they should be part of the narrative.²⁸

Varnhagen (and his *História Geral do Brasil*), as also recalls César, is iconic in thinking of the place conferred to the natives within the IHGB. This was not only due to his well-known horror of the peoples he designated as “savages”, but also because of his studies of comparative philology and ethnography, which aimed to find the origin of the Tupi idiom. And it was in his research on the peoples of Ancient history that Varnhagen found the genesis of the Tupi people, characterizing them as an “invading” people, a result “of the crossbreeding between Carians, the navigating people of Asia Minor, of Turanian affiliation (...), and indigenous

peoples belonging to the great Mongolian family”.²⁹ With his thesis, Varnhagen was opposed to certain arguments of indigenous experts, which considered the natives had a claim to the American territory. The disagreement was evidence that there was really no consensus on the treatment of this “indigenous heritage.” In any case, it was a point of discussion that was, so to speak, “in the agenda” of the historians of the 19th century. In this sense, it is worth noting that, if in the *Catálogo* the indigenous and the black were left out of history, as we have already mentioned, there was a concern on the part of the Biblioteca Nacional to publish studies on the languages of the Tupi and Guarani. But this effort is more noticeable in the *Anais da Biblioteca Nacional* than in the *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil*.³⁰

The “Art Section” closes the *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil*. Divided into six classes (views and landscapes; history; types, uses and costumes; genealogy and heraldry; portraits, statues and busts; natural history), the publication included a collection of prints never seen before that, in the words of Maria Ines Turazzi, became an important iconographic heritage, as they were part of a long process of selection, preservation and dissemination of images that would define the country, its territory and its inhabitants.³¹ This effort of building a patrimony of documents went throughout the catalog — and not only with images —, as Ramiz and his team, in this publication, worked to structure an indispensable set of documents to write the history of the country, while at the same time highlighted the elements that should stand out in this history. However, the work of Turazzi calls our attention to the prominent role of those engravings, oil paintings, landscapes, lithographs and photographs not only in the *Catálogo*, but in the exhibition itself, since they symbolically built the image of a nation. Therefore, after a long journey that began in the exploration of the Brazilian territory and population and passed through the main episodes, periods and characters of the Brazilian history, the reader was introduced to documents that would allow him to construct a sort of “visual memory” of the episodes and people that formed their national past. Consequently, it was possible to visualize the portraits of the Portuguese kings and the emperors of Brazil, images of the mentioned conflicts, views and landscapes of the territory, as well as engravings that revealed details of the Brazilian fauna, flora and indigenous people. It was also possible to know some of the “types, uses and costumes” found in the country, at a rare moment when the common man gained notoriety among so many learned men, ministers, emperors and other “national figures.”

When analyzing the *Catálogo*, Eliana Dutra realized a concept of history that valued the antiquarian tradition, “in which the collected document is both proof and direct representation of a fact established by parameters of the method of expert criticism of sources, the basis of the modern science of history”.³² However, although the *Catálogo* is influenced by the antiquarian methods, especially for the central role of the material elements in the writing of history, we also consider that there is some independence between the publication and the exhibition. If the latter, in one hand, aimed for the senses and the feelings of the spectator, confronting the public directly with the documents, the catalog, on the other hand, had a more methodical organization. In the publication, the documents are sorted by space, time and category to which they referred. The interesting aspect here is Ramiz’s double action as organizer of an event and publisher of an edition that appealed to the senses at the same time as selecting, organizing and classifying papers, images and coins – items that, once they were in the *Catálogo*, gained the status of indispensable “sources” for one to know the history of Brazil. Thus, the director of the BN acted effectively as an editor who would,³³ by controlling the process of transmitting knowledge, dialogue with the questions that guided the historians of his time and, in a way, fulfill IHGB’s initial proposal: to collect documents that would enable the writing of the national history in the future.

Final Considerations

It was inside the Biblioteca Nacional, organizing its collection, exhibiting it to the public and editing its documents, that Ramiz acted as a historian during the 19th century, exercising there the desired attributes for a history professional of his time: profound learning, daily work with documents (which presupposed organizing them into a timeline, in order of relevance, evaluating their content, and finally making them available to the public) and teamwork. And all this would build an image of a man completely devoted to his studies.³⁴ We believe that the study of a character such as Galvão, along with this profile we built about his role as editor of a catalog, can contribute to the debate of some interesting elements regarding the historiographic practice in the last decades of the 19th century. Here we would like to emphasize two points that will serve as conclusions for this text.

The first one would be what the works dedicated to the study of the writing of history in nineteenth-century Brazil can gain by incorporating to their analysis the interest for diversified spaces that, each in its own way, were dedicated to a

project of writing a national history. In this sense, research centered on museums and libraries at the end of the 19th century brings to today's historians eyes the intellectuals whose trajectories should be the object of further investigation, especially by the type of specific action they have taken. They are, in many cases, literate people who have dedicated themselves to cultural mediation practices and who, as they produced certain editorial and cultural projects destined to various audiences, seem to be in constant dialogue with the historiographic debate of their time. Thus, we understand that the study of an institution like the BN, of a character like Ramiz and, finally, of a specific publishing endeavor, such as the *Catálogo*, contributes to the idea that the task of composing a past for the Brazilian nation involved several practices, actors and environments, and was not only a responsibility of the IHGB and the books produced by its historians of greater notoriety. The writing of history was a more complex work, involving multiple practices, projects, audiences and institutions.

A second point lies in the work of Galvão as historian and director of the Biblioteca Nacional, and we believe that it is iconic of how the antiquarian tradition was very alive in the 19th century and how it was fundamental for the constitution of a modern writing of history. As Arnaldo Momigliano pointed out in a classic article on the subject, in general, when we think of the figure of an antiquarian, we think of someone who studies the past, but who is not a historian. In that case, an antiquarian would go back to the past in a systematic way, seeking a meaning and an explanation, guided by other goals: curiosity, aesthetic pleasure, a taste for unimportant details. In other words, while the historian composed the history in a "rational" way, the antique dealers considered it still belonged to the universe of the senses.³⁵ Of course, this image created a clear dichotomy between them and put collectors and antique dealers on a noticeably inferior plane to historians.³⁶

The Enlightenment philosophers highly contributed to the consolidation of this caricature view of the work of the antique dealers. Voltaire, for example, understood their activity as useless and sterile. When compared to a science that he considered made only of "facts and dates," he proposed its substitution for the history of the "human spirit". Underlying the criticism, there was a conception of time and history distinct from that of the antiquary experts, for these experts would be concerned with the event, with the singularity of it and aimed for the appreciation of the senses – the act of touching a reminiscence would be as if it

were possible to touch one's past. Other ways of dealing with time were emerging, and they would be more concerned with seeking, through reason, a movement for human history.³⁷ Little by little, the collections and the way the antique dealers related to the past became obsolete. This movement, called by Blandine Kriegel *defeat of the expertise*, was nothing more than the elimination of a legitimate way of dealing with the experiences of the past, which was eventually forgotten, as if it were not part of history's past.³⁸

However, following the paths already taken by Arnaldo Momigliano and Blandine Kriegel, some historians have been more attentive to this antiquarian tradition, trying to highlight its presence among Brazilian scholars and within institutions such as the IHGB.³⁹ It was precisely from this tradition that the modern science of history would have inherited documental care, the work of analyzing sources and the practice of elaborating monumental works of compilation.⁴⁰ As we mentioned, Ramiz Galvão and the Biblioteca Nacional were not unaware of it, especially when involved in projects such as the *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil*. We do not want, of course, to say that Ramiz acted like an antiquarian in developing editorial projects like this. In fact, what we are trying to point out is how this modern and scientific history intended by historians, like the BN director himself, was heir to practices that refer to a scholarly tradition, largely responsible for the strong association between writing history and document analysis — an element strongly found among the intellectuals of the IHGB, among which Ramiz himself and his editorial project of the *Catálogo*. In nineteenth-century Brazil, however, this tradition would be updated, associating itself with a writing project of a national history.

At this point, the purpose of the *Catálogo* was to serve scholars, providing documents — from which our history could be unveiled — and indicating where they could be found. The publication presented the reader with documents from various archives, including private ones, and even provided the possibility of knowing these documents for themselves, since there they were exposed and organized into classes, and had not undergone the interference of the interpretation or analysis of any historians. In addition, the publication was declared a work in constant progress, which related to the idea of a library as a metaphor for infinity.⁴¹ That is, it not only invited anyone to contribute to its constant update (and consequently for the writing of the national history), but precisely because of its constant possibility of renewal, the publication kept within itself the ambition of being eternal.

Notes

1 SIRINELLI, Jean-François; ORY, Pascal. “As elites culturais”. In: —.; RIOUX, Jean-Pierre. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 259-280.

2 RODRIGUES, José Honório. “Introdução”. In: *O Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2000, v. 1. Regarding the exhibition audience, the Report of the Empire in 1881 informed there were 7,621 visitors. *A Gazeta de Notícias*, on the other hand, mentions 5,736 people (*Gazeta de Notícias*, Dec. 26, 1881, p. 1); BRASIL. Ministério do Império. *Relatório do ano de 1881 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 1ª Legislatura*. Published in 1882, p. 43.

3 AMADEO, Maria Eliza and KURY, Lorelai. “O Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil”. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 2000, v. 120, p. 323-334.

4 GALVÃO, Ramiz. *Ofício dirigido ao ministro do Império, barão Homem de Mello, expondo o plano de uma exposição de História do Brasil, com as instruções para a remessa de documentos históricos e o plano geral da exposição*. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Aug. 19, 1880.

5 GALVÃO, Ramiz. “Relatório dos trabalhos executados na Biblioteca Nacional da Corte no ano de 1876”. In: BRASIL. Ministério do Império. *Relatório do ano de 1876 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 14ª Legislatura*. Published in 1877. Anex E, p. 12. The first volume of the *Anais da Biblioteca Nacional* was published in 1876. Throughout Galvão’s administration, nine editions were printed, contributing to the formation of a set of the main collections of BN documents in Rio de Janeiro.

6 João Saldanha da Gama had been a student of Colégio Pedro II and was brother-in-law of Ramiz Galvão. Through the librarian, in 1876, he was appointed section chief of the Biblioteca Nacional. In 1882, Galvão had to move away from the librarian to become the preceptor of the imperial princes, which paved the way for Saldanha da Gama to assume the role of director of BN.

7 There are few works dedicated exclusively to the study of Ramiz Galvão. We can mention here the highly complimentary essay produced by Alfredo Mauricéa Filho in the 1970s; the article by Edson Nery da Fonseca, more concerned with the extent of Galvão’s work as a librarian; And the doctoral thesis of Adriana Clen Macedo, centered on the question of the writing of history by this intellectual. Read: FONSECA, Edson Nery da. *Ramiz Galvão. Bibliotecário e bibliógrafo*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1963; MAURICEA FILHO, A. *Ramiz Galvão (o Barão de Ramiz) 16/06/1846 a 09/03/1938; ensaio biográfico e crítico*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/ Instituto Nacional do Livro, 1972; MACEDO, Adriana Mattos Clen. *Método e Escrita da História em Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Doctoral Thesis presented to the Post-graduate program in Social History at UFRJ.

8 TURAZZI, Maria Inês. *Poses e Trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 6; ——. *Iconografia e Patrimônio: o Catálogo da Exposição de História do Brasil e a fisionomia da nação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

9 DUTRA, Eliana. “A tela imortal. O Catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: 2005, v. 37, p. 159-179.

10 GALVÃO, Ramiz. “Apresentação do Catálogo da Exposição de História do Brasil”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: 1881, v. 9, p. 7.

11 On the other hand, Ramiz does not forget to mention the contributions from the Provinces of Pará, Pernambuco, Bahia and Rio de Janeiro. He also highlights the Emperor’s help, lending and donating several documents to the Exhibit (Ibid).

12 OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 84-89 e ——. “Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu”. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 216-239. Regarding the matter of files used to write history, consult: GRAFTON, Anthony. *As Origens Trágicas da Erudição. Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998; FARGE, Arlette. *Le Goût de L’Archive*. Paris: Seuil, 1989.

13 GRAFTON, Anthony. *Op. cit.*

14 DUTRA, Eliana. *Op. cit.*, p. 165.

15 CEZAR, Temístocles. “A geografia servia, antes de tudo, para unificar o império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista”. *Agora*, v. 11, nº 1, Santa Cruz do Sul/RS: 2005, p. 79-99.

16 KRIEGER, Blandine. *L'Histoire à l'âge classique*. Paris: Presses Universitaires de France, 4 v., 1988, MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da Historiografia Moderna*. São Paulo: EDUSC, 2004; ——. “História antiga e o antiquário”. *Anos 90*, v. 21, n 39. Porto Alegre: 2014.

17 About the relations between the study of space and its importance for knowing the past, I also suggest the Master dissertation from MACEDO, Adriana Mattos Clen. *As corografias e a cultura histórica oitocentista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Dissertation presented for the Post-graduate Program on Social History at UFRJ. It is also worth mentioning some works that focus on the historian travels to build their profiles, or, moreover, texts that study the intellectuals seeking to understand their own country, either by means of journeys towards the countryside, or from trips abroad: COSTA, Wilma Peres. “Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos”. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (Org.). *Intelectuais: Sociedade e Política. Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 57-81; DULPHY, Anne; LEONARD, Yves and MATARD-BONUCCI, Marie-Anne (Dir.). *Intellectuels, artistes et militants. Le voyage comme expérience de l'étranger*. Bruxelas: Peter Lang, 2009; GONTIJO, Rebeca. “Capistrano de Abreu, viajante”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n 59, jun. 2010; e ROCHE, Daniel. *Humeurs Vagabondes. De la circulation des hommes et de l'utilité des voyages*. Paris: Fayard, 2003.

18 MOMIGLIANO, Arnaldo. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. São Paulo: EdUSC, 2004, p. 85-117. More regarding the antiquarian tradition and collecting, see: POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, p. 51-86 e ——. *Des Saintes reliques à l'Art Moderne*. Venise-Chicago. XIIIe-XIXe siècle. Paris: Galimard, 2003; SCHNAPPER, Antoine. *Le Géant, la Licorne et la Tulipe*. Paris: Flammarion, 1988.

19 In *Os vultos da nação*, Armelle Enders also highlighted the relationship between History and Geography in the 19th century. The author recalls how very practical interests, linked to national politics, involved these two fields of knowledge and how historians of the time were often called upon to participate in litigation resolutions involving borders. In 1837, for example, the imperial government convened a commission, which included Raimundo José da Cunha Matos and the Viscount of São Leopoldo, both key figures of the IHGB, to clarify points about treaties and limits of Brazil (ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação. Fábrica de heróis e formação de brasileiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 86).

20 VON MARTIUS, Karl F. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010, p. 82-83.

21 HRUBY, Hugo. *O Século XIX e a Escrita da História do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. Doctoral thesis presented to the PPGH/PUCRS. Porto Alegre, 2012, p. 30-32.

22 MATTOS, Raimundo José da Cunha. “Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. p. 117-156.

23 OUVRY-VIAL, Brigitte. “Lacte editorial: vers une théorie du gest”. In: *Communication et Langues*, 2007. n 154, p. 67-82.

24 DUTRA, Eliana. *Op. cit.* p. 162.

25 Here we refer to the two documents included on the theme “History of Brazil during – 1841-1881”: *O socialismo pelo general Abreu e Lima. Junho de 1852*. Recife: Tipografia Universal, 1855 (document n. 7743) and *Os anarquistas e a civilização. Ensaio político sobre a situação por um pernambucano*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1860 (document n. 7768).

26 It is worth mentioning, however, that the *Catálogo*, by the end of the class “Ecclesiastic History”, has a list of five documents referring to the presence of Protestant Churches in Brazil.

- 27 CARVALHO, José Murilo de. *Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 122-125.
- 28 CÉZAR, Temístocles. “A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis”. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 30.
- 29 Ibid. p. 34.
- 30 In some volumes of the *Anais da Biblioteca Nacional*, documents and studies on the Tupi and Guarani languages have been published. In fact, the sixth and seventh volumes of the publication were totally dedicated to a “precious manuscript in Guarani language”, composed in the 18th century, and destined to the conversion of the gentiles: a *Primeira catequese dos índios selvagens*, by Father Montoya, translated by the expert Batista Caetano Almeida Nogueira.
- 31 TURAZZI, Maria Inês. *Iconografia e Patrimônio. O Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil e a fisionomia da nação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009, p. 24.
- 32 DUTRA, Eliana. *Op. cit.*, p. 70.
- 33 OUVRY-VIAL, Brigitte. *Op. cit.*
- 34 OLIVEIRA, Maria da Glória. *Op. cit.* Other works also aimed to define the historian from the second half of the 19th century and the first decades of the 20th century in Brazil. Among these works it is worth noting: CEZAR, Temístocles. “Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX”. *Diálogos*, v. 8, nº 1, p. 11-29, 2004; GONTIJO, Rebeca. *O Velho Vaqueano. Capistrano de Abreu: memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013 e ——. “O cruzado da Inteligência: Capistrano de Abreu, memória e historiografia”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, nº 26, p. 41-76, dez. 2007.
- 35 CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la Ilustración*. México, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- 36 MOMIGLIANO, Arnaldo. *Op. cit.*
- 37 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006; HARTOG, François. *Régimes d’Historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.
- 38 GUIMARÃES, Manoel Luíz Salgado. “Reinventando a Tradição: sobre antiquariado e escrita da história”. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, nº 1-2, p. 111-143, 2000.
- 39 A pioneering work in this sense was developed by Manoel Luiz Salgado Guimarães, in his article “Reinventando a Tradição: sobre antiquariado e escrita da história” (Reinventing Tradition: on Antiquarian and Writing of History). Still in this area, it is worth noting also the works of Flávia Varela, Temístocles Cézár and Maria da Glória de Oliveira.
- 40 This tradition refers to the important role that some religious orders had in the 17th century, such as the Benedictines. They were responsible for several encyclopedic projects compiling documents, minutes and the history of dynasties, cities, kingdoms and antiques held at the time. It was a moment, as Blandine Kriegel recalls, when history was closely tied to religious science. In this religious environment of the orders, modern document analysis would rise and develop. Mabillon was a Benedictine of the famous abbey of Saint-Germain-des-Prés, who was interested in studying his own past, the manuscripts of the Order, the lives of saints, among other subjects. Between 1655 and 1677, thirteen volumes of documents, including canons, councils, chronicles, histories, hagiographies, correspondence, etc., were compiled in that abbey. It was a project interested in celebrating order and defending the Catholic Church from the attacks it was subjected to back then (KRIEGL, Blandine. *Jean Mabillon*. Paris: PUF, 1988).
- 41 JACOB, Christian. “Preface”. In: BARATIN, M and JACOB, C. *O Poder das Bibliotecas: A memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, p. 11.

Museu, memória e gestão: políticas do Museu do Ceará (1990-1993)

Yazid Jorge Guimarães Costa*

Recebido em: 30/05/2013
Aprovado em: 31/03/2016

*Licenciado em História (2009) pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Memória Social (2012) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), onde foi financiado pela CAPES e desenvolveu a pesquisa intitulada "Museu, memória e patrimônio: uma trajetória de transformação no Museu do Ceará (1990-1998)". Atualmente é doutorando em História (2016-2020) na Universidade Federal do Ceará, onde desenvolve uma pesquisa financiada pela CAPES sobre o desenvolvimento de políticas para museus em âmbito federal no Brasil durante o período da ditadura civil-militar e da redemocratização.

Abstract

This paper aims to think over how three transformations in the current Museu do Ceará (Museum of Ceará), between the years of 1990 and 1993, are inserted into a broader context of discussions related to the field of cultural policy and the policies for museums in both federal and state levels. Reflecting on the transfer of its headquarters to a building protected at the federal level, the changing of its name by the removal of the two distinguishing adjectives “Historical and Anthropological”, and the change in the profile of its managers to historians with university education in the referred field of study, we evaluate the political uses of memory, and how it is handled in accordance with interests of groups that hold the decision-making powers.

Key-words

Museum. Policy. Memory. Management.

“Museus sempre tiveram que modificar sua forma de funcionamento e suas práticas de acordo com o contexto, os jogos de poder e os imperativos sociais, econômicos e políticos que os cercam. Museus, em comum com todas as outras instituições sociais, servem a muitos mestres, e devem dançar conforme a música.”

(Eileen Hooper-Greenhill, *Museums and the shaping of knowledge*).¹

Em 2 de fevereiro de 1990, ocorria em Fortaleza uma palestra denominada “Reconceitualização de Museus”, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, com Maria de Lourdes Parreiras Horta, então coordenadora geral de acervos museológicos da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM).

Tal palestra fez parte de um seminário maior, que teve como um de seus objetivos “(...) colher sugestões para a transferência do Museu Histórico e Antropológico do Ceará para o antigo prédio da Assembleia Legislativa (...)”.² A coordenadora visitou, em companhia da então secretária de Cultura e Turismo do Estado do Ceará, Violeta Arraes, algumas instituições museológicas da capital cearense, tais como “(...) os museus Histórico e Antropológico, de Arte Popular da EMCETUR, da Universidade Federal do Ceará (Museu de Arte da UFC — MAUC) e a Assembleia Provincial (...)”.³ Naquele dia, um sábado, o tema mais debatido foi a falta de público nas instituições museológicas cearenses.

Maria de Lourdes indicou o caminho, afirmando ser necessário um maior incentivo aos educadores do estado para que os alunos fossem incentivados a visitar os museus. Sobre este assunto, Simone de Sousa, professora do Departamento de História da UFC e diretora do Núcleo de Documentação Oral da UFC (NUDOC), afirmou que a carência de público se relacionava à

falta de conhecimento da história local por parte dos estudantes; e Osmírio Barreto, então diretor do Museu Histórico e Antropológico do Ceará, acrescentou ser um problema atribuído aos governantes, que definem os currículos de História.⁴

As discussões foram noticiadas pelo jornal *O Povo*, de ampla circulação no território cearense, no dia 5 de fevereiro de 1990. Aquele era o terceiro ano de Tasso Jereissati como governador do Estado do Ceará, o primeiro eleito após o início do processo de democratização do Estado brasileiro. Arruda considera o ano de 1986 um marco na história recente do Ceará. Ele nos diz que a vitória de Tasso Jereissati sobre os antigos “coronéis” “(...) inaugurou um novo ciclo de poder, cuja pretensão foi inserir o Ceará na modernidade política, econômica e social”.⁵

Esta inserção na “modernidade política, econômica e social” implicou a tomada de inúmeras decisões nos mais diversos âmbitos de atuação do aparelho de Estado, em suas ações e omissões. Entre tais mudanças, uma bastante significativa foi aquela que diz respeito a uma possível mudança no perfil dos gestores estaduais, passando de um perfil político para um perfil técnico de atuação, com a conseqüente ascensão dos tecnocratas.

No entanto, pelo menos aparentemente, o então “governo das mudanças”, no que se refere à pasta da Cultura, manteve a prática anterior de nomeações políticas. Quando analisamos a formação dos governos estaduais do Ceará, partimos de Washington Bonfim, que afirma ser possível, ao analisar a formação de suas secretarias de governo, dividi-las em três categorias: as de patronagem, vinculadas à prestação de serviço à comunidade e ao Estado; as vinculadas à articulação política; e as secretarias voltadas para o âmbito econômico.⁶

A Secretaria da Cultura é considerada, junto a outras, como as secretarias de Educação, de Saúde e de Ação Social, a partir da noção de patronagem, “(...) devido à facilidade de serem permeadas por interesses político-partidários na implementação de suas atividades-fim, na escolha de seus quadros dirigentes (...)”.⁷

Alexandre Barbalho nos diz que, após as transformações no cenário político cearense, com a passagem do então governador Tasso Jereissati e seus aliados para o PSDB, um partido recém-criado, tornou-se impossível a sustentação de Barros Pinho à frente da pasta, o que culminou, em 1988, com

a nomeação, para o seu lugar, de Violeta Arraes — irmã do então governador pernambucano, Miguel Arraes, e que durante anos viveu em Paris, atuando, durante a ditadura, como “(...) uma espécie de porto seguro para políticos, intelectuais e artistas brasileiros exilados pela ditadura e recém-chegados à cidade (...)”.⁸

A nomeação de Violeta Arraes é entendida por Alexandre Barbalho como uma forma de buscar legitimação por parte do governo mudancista, pois, devido ao trânsito fácil que ela mantinha em amplas esferas de atuação da cultura, isto possibilitava que o governo estadual “(...) conquistasse poder de distinção e diferenciação, cujo maior beneficiado era o próprio projeto mudancista”.⁹

A importância de Violeta Arraes não é ressaltada por acaso, pois foi apenas na sua gestão que as mudanças que nos interessam iriam se iniciar, já que, no fim dos anos 1980, foi retomada uma discussão que há anos já havia sido travada, quando os intelectuais pró-museu tiveram seu pleito negado devido a compromissos políticos anteriores, sendo uma das reivindicações aquela referente à mudança da instituição para o Palácio Senador Alencar.

Mas se as transformações na vida social, política e cultural eram tão almeçadas pelos cearenses, que chegaram a estabelecer alianças com a “esquerda e a direita” de então para eleger um “governo mudancista”, este sentimento podia ser apreendido, de forma mais ampla, na maior parte do território brasileiro, quando as pessoas clamavam por democracia e liberdades, sendo marcos desta luta a Lei de Anistia, nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, a campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República (Diretas Já), em 1984, e a eleição do primeiro presidente eleito pelo voto popular, em 1989, e sob os auspícios da nova Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988.

A eleição do presidente Fernando Collor de Mello é significativa para nossa pesquisa, no sentido em que “(...) em 1990, sob o governo de Fernando Collor, o Ministério da Cultura foi extinto junto com diversos de seus órgãos. A estrutura, que naquele momento já era insuficiente, ficou em uma situação insustentável”.¹⁰

Este ministério foi criado em 1985, ainda sob a presidência de José Sarney, com uma estrutura que ainda não incluía instituições como o

SPHAN, Funarte, Embrafilme, entre outras. No entanto, o Ministério da Cultura enfrentou, quando de sua criação:

(...) muitos problemas, tanto de ordem financeira como administrativa. Faltava pessoal para cuidar do conjunto de atribuições que cabem a um ministério, recursos financeiros para a manutenção dos programas existentes e até mesmo espaço físico para a acomodação da nova estrutura. Ocorreu também um processo de substituição contínua da chefia da pasta.¹¹

Fato também notado por Antonio Albino Canelas Rubim foi a inconstância dos gestores que ocuparam o cargo de ministro da Cultura no Brasil no período que ele qualifica como de “transição e construção da democracia”, entre 1985 e 1993. A esse respeito, Rubim afirma que “(...) nestes anos de construção serão nove ou dez (José Aparecido foi duas vezes ministro de Sarney) os responsáveis maiores pela cultura no país: cinco no governo Sarney, dois no período Collor e três no mandato de Itamar”.¹²

É interessante ressaltar aqui a definição dada por Teixeira Coelho¹³ para “política cultural”, além das afirmações elaboradas por Néstor García Canclini.¹⁴ Assim, *política cultural* pode ser compreendida como um conjunto de intervenções — programas, projetos, legislação etc. — pensadas ou realizadas pela iniciativa pública ou privada, com objetivos de satisfação de necessidades culturais, desenvolvimento e consenso em prol de transformações sociais, a partir dos usos de representações simbólicas das populações.

Este é, então, um momento da política cultural brasileira que pode ser caracterizado, como afirma Anita Simis,¹⁵ o início de uma inversão da institucionalização das instituições culturais, sendo sintoma desta inversão a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que, entre outras disposições, criou o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), que absorveu a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória, instituição esta que tinha no momento como coordenadora geral de Acervos Museológicos Maria de Lourdes Parreiras Horta — que dois meses antes estava em Fortaleza participando dos debates sobre a proposta de um novo conceito para a instituição museológica então denominada Museu Histórico e Antropológico do Ceará. Naquela ocasião, ela afirmava a *O Povo*, no dia 6 de fevereiro de 1990, que, como

fruto das discussões empreendidas na Assembleia Legislativa do Ceará, com a participação de museólogos, professores universitários, intelectuais e artistas, se chegou à conclusão que “(...) a ideia é criar uma nova instituição, aproveitando os acervos que existem, mas procurando dar um tratamento mais educativo, moderno”.¹⁶

O museu do Ceará já tinha, então, uma casa nova, o Palácio Senador Alencar. Foi em 26 de março de 1990 que Violeta Arraes afirmou ao jornal *Tribuna do Ceará*:

(...) não há no mundo cultura alguma que se sustente sem um solo. O prédio não é um mero edifício antigo, ao contrário, é um templo onde será dada continuidade ao trabalho da cultura cearense. Para cá virá a história do Ceará. O museu abrirá suas portas para a visitação popular, a fim de que o povo tenha acesso à sua história.¹⁷

Observamos na fala da secretária os elementos que deveriam guiar a transformação do Museu Histórico e Antropológico do Ceará, enfatizando a necessidade da identificação da cultura a um espaço, o Palácio Senador Alencar. Ela apresenta-nos ainda o valor que é atribuído à edificação naquele momento e qual a função que será dada ao monumento — a de templo a serviço do trabalho da cultura cearense.

A cultura cearense é, para nós, entendida como uma área de cultura, em âmbito estadual, com variados sujeitos atuando nas transformações que aqui narramos. Como vimos anteriormente, participaram do seminário “Reconceitualização de Museus” museólogos, professores universitários, artistas e agentes da cultura. Compreendemos, assim, que o futuro Museu do Ceará ficava entendido como um instrumento dos grupos que detinham os poderes de decisão no âmbito das políticas culturais estaduais.

A última frase da secretária é também bastante significativa no sentido em que expõe, se não sua opinião pessoal, a internalização das críticas apresentadas no seminário ocorrido na Assembleia Legislativa meses antes, que apontavam para o baixo nível de visitação da instituição.

A fala da secretária é coerente com a do governador, que, no mesmo dia, afirmava que, em vez de encamparem projetos de construção de novos prédios para abrigar acervos ou para representar patrimônio e cultura, deveria ser valorizado aquilo que — para ele — identificava o que era ser

cearense. Não por acaso, ocupando, com o então maior acervo sobre a história e cultura cearense,¹⁸ um prédio tombado em nível federal por seu valor artístico e histórico.

Ainda durante a reinauguração do Palácio Senador Alencar, Violeta Arraes afirma que “(...) prédios e monumentos não são meros bens utilitários quando se convertem em sinais de uma comunidade ou nação. O prédio que ora se devolve é um templo para cultivar a nossa identidade histórica (...)”.¹⁹

Esta ação do governo — reinauguração do prédio destinado a ser ocupado pelo então Museu Histórico e Antropológico do Ceará — se deu em consonância com o projeto de política cultural apresentado no plano de governo da gestão de 1987-1991 intitulado “Plano de Mudanças 1987-1991”. Acerca da preservação do patrimônio histórico, o plano afirma a inexistência anterior de uma política cultural consolidada:

(...) o cuidado de bens móveis limita-se às ações dos museus, caracterizadas pela guarda das peças, à organização de exposições e à divulgação de seus acervos. Graves problemas ocorrem quanto à insegurança, reduzido acervo, insuficiente espaço para promoções e insatisfatório sistema de divulgação.²⁰

A este diagnóstico segue uma explicação sobre que linha da política de ação cultural deveria ser seguida, indicando que o patrimônio cultural a ser preservado e desenvolvido deveria ser observado como um “todo orgânico”, sendo este “(...) reflexo da pluralidade de valores e manifestações culturais, vinculado indissociadamente à vida econômica, social e política do homem cearense”.²¹

Entre os objetivos do plano havia o de “(...) preservar, difundir e ampliar os acervos museológicos, bibliográficos e documentais do Estado e conservar e restaurar bens móveis e imóveis de valor histórico e artístico (...)”.²² Também compunha sua Programação Prioritária a Ação Emergencial de Reabilitação dos Museus e Acervos Culturais, programação esta que tinha como metas, entre outras “(...) Recuperar, preservar e reequipar doze edificações do patrimônio cultural do estado, entre museus, casas de espetáculos e bibliotecas (...)”.²³

Não nos detemos sobre se os objetivos do plano foram realizados em sua completude. Porém, pelo menos algumas ações vinculadas ao Museu Histórico e Antropológico do Ceará foram postas em prática, tal como

a mudança da sede da maior instituição museológica naquele momento para um prédio de enorme valor histórico para a sociedade cearense. Neste sentido, deixaremos para outros pesquisadores a tarefa de analisar o conjunto de ações que não dizem respeito aos nossos objetivos.

O projeto de mudança de sede da instituição vinculou-se a uma variada gama de transformações que eram almeçadas, não se restringindo apenas à vinculação da história do Ceará a um prédio histórico. Quando é dito que a “história do Ceará” iria para o Palácio Senador Alencar, a então secretária da Cultura se refere à mudança do Museu Histórico e Antropológico do Ceará para o novo prédio. A história a que Violeta Arraes se remete são os objetos que representam a história cearense, colecionados e expostos desde sua criação, em 1932, e, posteriormente, colocados à disposição para visitação pública, após intensa campanha de formação de acervo, como bem nos conta Cristina Rodrigues Holanda.²⁴

Os objetos são vistos, neste sentido, como a materialização de um passado organizado pelo homem, exposto ao visitante, e disponível para ser “aprendido”. Sendo assim, Carolina Ruoso²⁵ identifica na gestão de Osmírio Barreto, de 1971 a 1990, uma intensa preocupação com o papel educativo do Museu Histórico e Antropológico do Ceará. No entanto, ela o classifica a partir da noção de “educação bancária”, desenvolvida por Paulo Freire.²⁶

É, no entanto, justamente esta noção de educação que se queria transformar. Está colocado, no ano de 1990, como já dito, o problema da falta de público; e a partir da fala de Maria de Lourdes Parreiras Horta a *O Povo*, no dia 6 de fevereiro de 1990, podemos ver os delineamentos que foram propostos um mês antes na fala da secretária da Cultura. Horta afirma que a falta de visitas “(...) está relacionada com um problema de comunicação, de linguagem (...)”, tendo em vista que, esclarece, “(...) os museus não são só para a elite intelectual, pois, para atender aos seus objetivos, têm que atingir todos os segmentos da sociedade (...)”.

Nesse sentido, afirma que esta falta de visitas se relaciona com o fato de que “(...) não se pode valorizar o que não é conhecido (...)”. Sobre a atuação do Estado do Ceará na área cultural, ela afirma ser positiva, e que, caso o projeto de museologia seja mesmo implantado, “(...) poderá ser pioneiro neste setor (...)”. Sobre a mudança do Museu Histórico e Antropológico do Ceará para o prédio da Assembleia Provincial, afirma que “(...) além da

importância do prédio, há ainda a vantagem de estar localizado num ponto histórico e cultural da cidade e de fácil acesso à comunidade (...).²⁷

Afirma, ainda, que, dentro da concepção moderna de museu, não se trata apenas de uma transferência física, mas de uma filosofia de trabalho. “Depois de concluído, é necessária uma campanha educativa junto às escolas, universidades, sindicatos e à comunidade de um modo geral”.²⁸

Acerca de como seriam realizados os trabalhos de transferência, a então diretora do Departamento de Patrimônio, Documentação e Bibliografia da Secretaria da Cultura (DPDB/SECULT-CE), Terezinha Alencar, afirmou que seria formada uma comissão após encontro com “(...) um representante da Fundação Nacional Pró-Memória (...)”, para viabilizar “(...) a operacionalização das propostas de integração dos museus com a comunidade”.²⁹

Tal trabalho seria desenvolvido a partir da participação de vários segmentos da sociedade, tendo em vista que o objetivo era, segundo Alencar, “(...) não apenas resolver os problemas de espaço físico ou de transferência de acervo, mas desenvolver uma campanha de conscientização junto à comunidade”. A diretora afirma ainda que “(...) temos que mudar a mentalidade sobre o que seja um museu”.³⁰

A matéria finaliza com a palavra de Domingos Linheiro, então diretor regional da FNPM: “(...) acho que o local deve servir para projetos culturais, aberto ao povo, pois, com a Academia Cearense de Letras, ficava restrito aos acadêmicos”.³¹ É importante ressaltar que no período anterior à transferência da sede do museu para o prédio da Assembleia Provincial, esta construção era utilizada pela Academia Cearense de Letras.

Neste momento devemos sublinhar uma característica da qual foi dada apenas uma pista. O antigo prédio da Assembleia Provincial foi registrado no livro do tombo histórico, sob o número de inscrição 440, e no livro do tombo artístico, sob o número de inscrição 502, ambos no dia 28 de fevereiro de 1973, segundo o processo 863-T-72, sob a responsabilidade da empresa do arquiteto e professor da Universidade Federal do Ceará, José Liberal de Castro.

A ida do Museu Histórico e Antropológico do Ceará para o prédio da antiga Assembleia Provincial não era um tema novo entre a intelectualidade cearense — era proposta desde meados da década de 1970, como demonstra

a matéria publicada em 6 de maio de 1977 no jornal *O Povo*, que, versando sobre a instalação do Centro de Estudos Históricos e Antropológicos do Ceará (CEHAC) no então Museu Histórico e Antropológico do Ceará, afirma que durante a sessão inaugural deste centro, entre outros assuntos abordados, foi posta em relevo a formação de uma comissão do Centro ao secretário da Cultura, Ernando Uchoa Lima, “(...) com a finalidade de solicitar a interferência daquela autoridade quanto à possibilidade da transferência do museu para a atual sede da Assembleia Legislativa”.³²

Sua transferência, como vimos, só foi concluída anos depois. Pois, naquele momento, os que pleiteavam a transferência do então Museu Histórico e Antropológico do Ceará foram vencidos pelos que lutavam nas hostes da Academia Cearense de Letras.

No entanto, esta transferência não foi bem recebida por todos os setores envolvidos na dinâmica da instituição na cidade, como podemos observar ao ler a matéria intitulada “Transferência dificulta visita”, não assinada, no caderno Turismo, do jornal *O Povo*, do dia 5 de março de 1990.

A matéria informa que a transferência do Museu Histórico e Antropológico do Ceará para o prédio da Assembleia Legislativa se iniciaria dali a um mês, com planos de ser concluída em três meses. Afirma que a intenção do governo era “(...) dar uma função pedagoga ao Museu e esquecer os milhares de turistas que já o visitaram nos últimos anos”. O articulista reafirma a vontade do governo cearense de promover o distanciamento entre os turistas e a instituição museológica, uma vez que no corpo da matéria, em tópico intitulado “Local Perigoso”, veiculado em caixa-alta, afirma-se:

(...) querem mudar o Museu para o antigo prédio da Assembleia Legislativa, com o objetivo também de dificultar a visita dos turistas. Os ônibus que levam os turistas para o museu não terão condições para estacionar nem de manobrar no Centro da cidade, principalmente na hora do “rush”. O local também não oferece segurança aos turistas. Ao lado do prédio se encontram muitos camelôs e marginais.³³

A situação descrita era o exato contrário de onde estava o museu naquela data, pois, segundo nos diz a matéria, ele estava “(...) localizado na avenida Barão de Studart, em frente ao Palácio da Abolição, com fácil acesso e estacionamento próprio”. A notícia finaliza afirmando que, segundo estatísticas da instituição, apenas no período referente aos três primeiros

meses de 1990 um total de 11.795 pessoas visitaram o Museu Histórico e Antropológico do Ceará, e que estes números poderiam ser dissecados, apresentando um quadro de 8.388 brasileiros de outros estados, 622 estrangeiros, com o restante sendo composto por estudantes e cearenses em geral. Por fim, questionava: “como fica a situação dos turistas que querem conhecer a história do Ceará?”.

A matéria soa leviana para o leitor, pois, tendo em vista ser a transferência da instituição para o Centro parte da política de formação do chamado “corredor cultural”, ela visava, além de um maior contato com a população da cidade, a uma maior proximidade com um conjunto maior de equipamentos culturais, que já se localizavam na região. Ainda mais quando observamos que na mesma página do jornal existe outra matéria intitulada “Casa de José de Alencar fora do *city tour*”, onde indicam-se que um dos motivos informados pelos guias de turismo sobre o porquê de não levarem os visitantes àquele equipamento era exatamente o fato de ele estar localizado em um bairro distante do centro da cidade, a mesma localidade que impediria a visita de turistas ao Museu do Ceará.

Ora, como pode o museu perder em visitação ao ser levado para o Centro da cidade se o mesmo periódico apresenta vozes que afirmam que um dos problemas da baixa visitação em outra instituição museológica da cidade é exatamente o fato de ela estar distante desta região?

Essas matérias podem significar não apenas diferenças de opinião acerca do projeto da nova instituição, mas principalmente uma insatisfação por parte da indústria turística, que, como afirma Carolina Ruoso, no período anterior, entre 1970 e 1990, teve destacado papel nas visitas da fase anterior do museu.

Além da transferência da instituição para o Palácio Senador Alencar, gostaríamos de ressaltar, com base na leitura de Carolina Ruoso, a transformação no perfil dos gestores da instituição a partir de 1990.

Ruoso afirma, quando finaliza sua pesquisa, que, no contexto de transformação da instituição, havia grupos que disputavam o futuro controle do Museu do Ceará. Ela nos diz:

(...) a elaboração de um projeto para os museus do Ceará, feita pelo museólogo e professor Sá Pessoa e seu grupo, em defesa da Memória do Ceará, era necessária. Primeiro, porque a sensibilidade convidava o grupo a

preocupar-se com o destino do acervo histórico do Ceará, pois uma “nova era” precisaria de uma nova representação da memória.³⁴

Segundo a autora, havia uma disputa entre museólogos e historiadores. Ruoso destaca o papel da então professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, Simone de Sousa. Ruoso considera que, nesse embate, Simone de Sousa discordava da visão histórica do professor Sá Pessoa, e afirma que as ações do museólogo e seu grupo eram pautadas pela noção de que “(...) antes de arriscar a perder o antigo em prol do novo, era preciso apresentar diferentes possibilidades para o uso do antigo”.³⁵

Serão, então, os historiadores academicamente formados por universidades que passarão a responder pela direção do Museu do Ceará nos anos seguintes, abordando novos temas com base em metodologias diferentes das anteriores.

As transformações que buscamos compreender neste período não são inéditas na trajetória da instituição, tendo em vista que, como bem assinala o trabalho de Ana Amélia Rodrigues de Oliveira,³⁶ a atuação de Raimundo Girão como diretor do Museu do Ceará é tida como aquela que, após um período de “abandono”, buscará realizar algumas transformações com base nos conceitos de *história, museu e educação* em relação ao período compreendido entre 1932 e 1942, na gestão de Eusébio de Sousa. No entanto, ressaltamos aqui que nosso tema se volta para um diferente polo de produção de conhecimento que terá significativa atuação nas práticas discursivas institucionais do Museu do Ceará, buscando entender as particularidades daquele momento.

Chamamos a atenção para a mudança dos perfis de gestão dos diretores do Museu do Ceará com apoio nas reflexões de Michel de Certeau acerca da *operação historiográfica*, e refletindo que, apesar de muitas vezes os museus não apresentarem as pesquisas — discursos textuais — que embasaram a elaboração de suas exposições, estas também são consideradas discursos.

Assim, ao realizarem suas operações historiográficas, os historiadores — autodidatas ou academicamente formados — têm seus conhecimentos acionados a partir de um lugar específico de produção socioeconômico, político e cultural; e este lugar implicará métodos de validação de seu trabalho, submetendo sua pesquisa a imposições e também a privilégios.

Quando examinamos a mudança no perfil de gestão no Museu do Ceará a partir dos anos 1990, observamos também uma transferência do lugar que esses diretores ocupavam, bem como mudanças nos critérios de validação (histórico, geográfico e antropológico), que migram, no caso específico do Ceará, do Instituto do Ceará para a universidade.

E não só isso. Tais mudanças podem ser apreendidas em um contexto de ampliação de teorias e metodologias acerca da história e da historiografia, abrindo espaço para novas abordagens de velhos temas, assim como a inserção de novas temáticas como objeto de estudo do historiador — e, assim, passíveis de serem apreendidas pelos museus históricos.³⁷

Nesse sentido, acreditamos que a participação de sujeitos diretamente ligados à formação acadêmica em História da Universidade Federal do Ceará teve um papel significativo nas transformações das práticas discursivas institucionais, tendo em vista que esta atuação, entre outros fatores, possibilitou a abordagem de novos temas, o desenvolvimento de metodologias diferentes, bem como novas relações com o conhecimento e com o lugar de produção no Museu do Ceará, em um recorte temporal circunscrito entre 1990 e 1993. Entretanto, esperamos ter deixado claro até agora que estas balizas são indicativas, não delimitadoras.

O que estava em questão naquele momento era qual a concepção de museu que se queria para a nova instituição. Mas a pergunta “o que é um museu?” vem sendo feita no último século com uma frequência avassaladora, não obstante raramente se alcance qualquer consenso acerca da melhor resposta para ela.

Acreditamos que o Museu do Ceará pode ser observado segundo diferentes vieses; desde um que contemple as mais contemporâneas definições oriundas da museologia,³⁸ bem como um ligado a lugar de memória,³⁹ ou a instituição de memória.⁴⁰ Ou poderíamos nós mesmos dissecar os conceitos de *instituição*⁴¹ e *memória*⁴² e buscar cunhar uma definição ainda mais diversa.

No entanto, o foco é compreender como estas diversas formas de pensar o museu influenciaram os caminhos tomados por esses agentes, observando que suas ações foram pautadas por uma intenção de memória que objetivava transformar a relação do museu com a sociedade a partir de procedimentos específicos.

Este foco se dá a partir da compreensão do papel do museu na sociedade como uma instituição de representação de memórias — sejam elas sociais, coletivas ou individuais, independentemente de ser tal museu de História, de Antropologia, de Ciências ou de Arte. Todos os museus têm um papel de construção e representação de memórias, sendo estas sempre feitas a partir do presente, com materiais do pretérito ou atuais.

Outro ponto relevante é a relação de construção destas memórias não só a partir do tempo e do espaço, mas, principalmente, do lugar social ocupado por estes sujeitos que controlam a construção discursiva da instituição, sendo este um dos pontos-chave que motivaram a feitura desta pesquisa, que intenta também a compreensão dos usos políticos da memória — e, dessa forma, não podemos deixar de observar o lugar social destes sujeitos.

Nesse sentido, podemos observar a importância das intenções de memória, pautadas em grande parte pelos lugares ocupados por aqueles que detiveram o poder de decisão. Afinal, quando o museu foi criado em 1932 e aberto ao público em 1933, fica clara a intenção de memória existente que motiva a construção deste espaço e a formação de seu acervo. Contudo, principalmente no período que buscamos analisar, por exemplo, na reinauguração do Palácio Senador Alencar, fica igualmente clara, nas falas da secretária de Cultura e do governador do Estado do Ceará, a vontade de memória que impulsionava aquela ação.

Nesse sentido, é válido reafirmar que a memória — assim como suas vontades de memória — está inserida num espaço de disputas, assim como a construção de qualquer conhecimento, nela inclusa os trabalhos relativos à memória social, que julgamos não apenas como uma representação, mas também como um processo em constante construção e reconstrução.

A memória não diz respeito apenas à lembrança, mas também ao esquecimento, e o quanto o poder de determinação destas duas facetas da memória está em constante disputa, uma vez que se tornar senhor da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.⁴³

Conclui-se, então, que controlar a lembrança e o esquecimento é também controlar o processo de formação das identidades socioculturais.

E, como já dito, é intenção de nosso trabalho apreender, a partir do caso específico do Museu do Ceará, no período de 1990 a 1993, como estes jogos de poder se desenrolam nesta instituição e como estas memórias se institucionalizam e se transformam.

Um dos elementos que possibilitaram estas transformações se deu na mudança do perfil dos gestores da instituição. A nomeação de profissionais formados em nível acadêmico fez, ressaltar-se, parte do projeto de modernização do Estado do Ceará. E tal se tornaria verdade caso o grupo que passasse a gerir a instituição fosse formado nas áreas de Sociologia, Antropologia ou de qualquer outra área dedicada à interpretação e compreensão da relação entre o homem, a cultura material e suas relações com o tempo, com vistas a uma prática eficiente e eficaz de institucionalização das memórias e da história cearense.

Porém, como o museu institucionaliza estas memórias? Este é um processo longo, cujo conjunto pode ser definido pelo que Marília Xavier Cury denomina de sistema de comunicação museológica, definido por ela como:

(...) o conjunto teórico, procedimentos metodológicos, infraestrutura, recursos humanos e materiais, técnicas, tecnologias, políticas, informações e experiências necessários para o desenvolvimento de processos de comunicação de conhecimento por meio de exposições e ações educativas.⁴⁴

Uma das etapas deste processo é a musealização, entendida como a valorização do objeto em contexto museológico. Cury afirma que este “(...) é um processo que se inicia com a seleção realizada pelo ‘olhar museológico’ sobre as coisas materiais”.⁴⁵ Diz-nos que a origem pode ser traçada desde o ano de 1981, quando utilizado por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri.⁴⁶

A musealização realizada em determinado objeto não é — assim como a própria instituição que musealiza — estática. Podemos ver isto claramente ao analisarmos o caso da transformação do Museu Histórico e Antropológico do Ceará em Museu do Ceará.

Afirmamos isto porquanto, em termos práticos, a musealização significa todo o processo de gestão, pesquisa, seleção, documentação e conservação. E todo o acervo do então Museu Histórico e Antropológico do Ceará passou por todos estes processos ao ser criada a “nova” instituição Museu do Ceará.

Em 1990, foi formado um grupo de trabalho composto por profissionais de variadas áreas, instigados pela fala de Maria de Lourdes Parreiras Horta no seminário ocorrido na Assembleia Legislativa do Ceará entre os dias 2 e 5 de fevereiro de 1990. A então diretora do Departamento de Patrimônio, Documentação e Bibliografia da Secretaria da Cultura, Turismo e Desporto do Ceará (SECULT), Terezinha Alencar, informou que após aquele encontro seria formada uma comissão com “(...) um representante da Fundação Nacional Pró-Memória (...)”, para viabilizar “(...) a operacionalização das propostas de integração dos museus com a comunidade”. O trabalho da comissão seria desenvolvido conforme participação de vários segmentos da sociedade, tendo em vista que o objetivo era, segundo Alencar, “(...) não apenas resolver os problemas de espaço físico ou de transferência de acervo, mas de desenvolver uma campanha de conscientização junto à comunidade”. Ela afirmou que “(...) temos que mudar a mentalidade sobre o que seja um museu”.⁴⁷

Fizeram parte deste grupo: Terezinha Alencar, antropóloga e, na ocasião, professora da Universidade Federal do Ceará e diretora do Patrimônio Histórico e Bibliográfico da SECULT; o restaurador Fernando Barbosa, do então SPHAN/Pró-Memória; os restauradores Edson Castelo e Luís Monteiro, oriundos da iniciativa privada; a pedagoga Adriane Monteiro, da Pró-Memória; Henrique Barroso, museólogo da SECULT; e o arquiteto Ricardo Marinho. Também participaram do grupo funcionários da instituição, que buscaram, para o desenvolvimento desta ação, ouvir pesquisadores, antropólogos e historiadores.⁴⁸

As primeiras ações do grupo estiveram relacionadas ao acervo da antiga instituição, que foi transferido ao longo do ano de 1990 para a nova casa. Este trabalho previa a seleção, documentação, limpeza, conservação e restauração do conjunto de objetos, definindo quais seriam mantidos pela nova instituição e quais seriam descartados. Afirmou-se que o acervo era composto, na época de sua transferência, por cerca de três mil peças, e que a intenção era apresentar ao público apenas um terço disso, mantendo o restante em regime de conservação, em uma reserva técnica que seria instalada posteriormente. Elas poderiam ser utilizadas em exposições de curta duração ou não, pois muitas, como afirma Concy Beserra, primavam pela “(...) absoluta falta de valor histórico ou artístico”.⁴⁹

Inicialmente, o trabalho foi centrado no processo de “salvamento” do acervo, pois, segundo Adriane Monteiro, as condições nas quais este se encontrava eram péssimas. São exemplos da [não]conservação do acervo, afirmados pela pedagoga, os seguintes itens: a utilização de etiquetagem em metal com cola sintética; o uso de arame não galvanizado em todo o material lítico; a perda de folhagem de ouro em moldura; assim como a perda de toda a coleção etnográfica — composta por plumagem indígena, flechas etc. — devido a ataques de fungos e cupins, ressaltando ter sido esta a única coleção móvel localizada no Ceará tombada em nível federal.⁵⁰

A continuidade da formação do acervo e a ampliação de seu perfil eram entendidas pela equipe como o trabalho mais importante a ser realizado, pois, quando aliado à ação educativa, possibilitaria reflexos na identificação da população com as memórias representadas pelos objetos que seriam expostos. Adriane Monteiro afirma que o acervo do Museu do Ceará “(...) será renovado e adquirido com o critério que nunca teve, e isso certamente motivará a ideia da preservação da memória”.

Além dos trabalhos de seleção, documentação, limpeza, conservação e restauração, o grupo de trabalho determinou qual seria o novo perfil da instituição. Adriane Monteiro afirma:

(...) o Museu Histórico será um centro de estudos, pesquisa e lazer. Um espaço com importante exposição permanente e constantes mostras renovadas, contando uma história do Estado. Será um museu para a comunidade, com jogos educativos a partir do próprio acervo. Nossa intenção é que o pesquisador, o estudante e até as pessoas que buscam o mero lazer encontrem nele o seu espaço. Ou seja: o novo museu se converterá num polo educativo, cultural e de entretenimento.⁵¹

No entanto, o primeiro passo para a transformação da realidade desta instituição museológica deve ser a mudança da relação do Estado com suas obrigações de mantenedor daquele equipamento. Como já vimos no “Plano de Mudanças”, em sua Programação Prioritária constava a “Ação Emergencial de Reabilitação dos Museus e Acervos Culturais”. Não obstante, quase um ano após o início do processo de seleção, documentação, limpeza, conservação e restauração, visando à transferência do acervo e aos trabalhos de elaboração do projeto expográfico, as ações do grupo de trabalho estavam paralisadas.

As ações do grupo de trabalho, como definidas após a realização do seminário “Reconceitualização de Museus” (1990), tinham por objetivo tornar o museu mais próximo das comunidades, “(...) fazendo uma ponte com outras cidades cearenses, numa tentativa de interiorizar a cultura entre as diversas localidades (...)”, bem como buscar o “(...) redimensionamento de seu papel educativo enquanto espaço de estudos, pesquisas e preservação histórica (...)”, e, para isso, tinha como meta executar uma série de ações bem diversificadas, englobando cursos, exposições, mesas-redondas e seminários. Tais ações almejavam — a partir de sua realização e da participação da comunidade — desenvolver “(...) o sentido de preservação de nosso patrimônio sociocultural e procurar integrar o uso educacional do museu, com o objetivo de reativar o estudo da nossa história e de levar a comunidade a encontrar a sua própria sociedade”.⁵²

Podem ser percebidos, então, a intenção de promover a patrimonialização daquilo que era salvaguardado no museu por meio de diferentes ações e que este projeto decorria exatamente da não existência deste sentimento de preservação — diagnosticado anteriormente devido à baixa taxa de visitação da população local ao museu.

A matéria ainda nos apresenta a fala de Adriane Monteiro, que faz um balanço das ações já realizadas pelo grupo de trabalho, mostrando que houve a preocupação de desenvolver uma reflexão, um momento de avaliação sobre onde a instituição se encontrava (como conceito e como função) e onde a equipe gostaria de chegar.

Esse relato revela uma ampla colaboração entre os técnicos do IBPC e os técnicos da SECULT, além de outros envolvidos que se inseriram no projeto. É caso, por exemplo, da elaboração de um projeto museográfico⁵³ feito pelo arquiteto do IBPC Fernando Barbosa e pelo museólogo do Museu da Arte da Universidade Federal do Ceará Henrique Barroso, além da convocação de historiadores para desenvolver uma pesquisa propriamente histórica que embasasse o projeto museográfico.⁵⁴

O jornal apresenta ainda um quadro que nos mostra que, após a realização do inventário, a maior parte do acervo, de três mil peças da instituição naquele momento, era composta por material lítico e etnográfico (objetos indígenas), além de peças doadas pelo Instituto do Ceará, salvaguardadas pelo museu.

A parceria entre o IBPC e a equipe do Museu do Ceará se deu também no sentido de possibilitar que fossem ministrados cursos e formações específicas para os funcionários do museu, buscando qualificá-los segundo as concepções técnicas daquele momento.

Neste contexto, deve-se ressaltar o intenso intercâmbio entre a esfera estadual e federal na área museológica e patrimonial, tendo em vista que foi noticiada a importância da atuação dos técnicos do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) no processo de reestruturação institucional, onde fica clara a participação da já citada Adriane Monteiro, e também a de Maria de Lourdes Parreiras Horta no ano anterior, 1990.

Acreditamos que, a partir das discussões empreendidas pelo grupo de trabalho, foi possível vislumbrar outra transformação que consideramos significativa. O Museu Histórico e Antropológico do Ceará passa a ser chamado de Museu do Ceará.

A primeira menção que encontramos sobre a possibilidade desta transformação se deu em uma matéria publicada no dia 4 de outubro de 1990, quando é citado o novo projeto expográfico denominado “Organização Modular do Museu do Estado”.⁵⁵ Em seguida, em matéria do jornal *Diário do Nordeste*, no dia 7 de abril de 1991, constata-se que o antigo Museu Histórico e Antropológico já é reconhecido pela imprensa por seu novo nome, Museu do Ceará. Apesar disso, continuará a ser conhecido por seus nomes antigos até o fim de 1993, quando é reinaugurado sob a nova direção.

A mudança de nome é entendida por nós como uma ampliação da atuação da instituição, tendo em vista a pluralidade de seu acervo, cuja tipologia poderia ser dividida naquele momento em histórica, paleontológica e etnológica. Terezinha Alencar confirma esta hipótese, afirmando que “(...) procurava-se adotar um nome genérico que pudesse englobar a diversidade do acervo, através de um nome mais simples e enxuto (...)”.⁵⁶

Apesar de, ao fim do ano de 1992, o museu já ter um projeto institucional, definido pelo grupo de trabalho — com destaque para a atuação de Adriane Monteiro, por conta de ser a principal interlocutora junto aos diversos veículos de comunicação — e que visava transformar o museu em uma instituição voltada para a comunidade, com departamento de pesquisa e restauração, e um projeto expográfico voltado para apresentar a história do Ceará por meio de módulos, tal projeto não se concluiu.

Em 1993, assume a primeira diretoria efetiva após a transferência do Museu Histórico e Antropológico do Ceará para o Palácio Senador Alencar e seu batismo como Museu do Ceará. A partir de então, a gestão da instituição ficou a cargo de um grupo de intelectuais vinculados ao Estado em suas várias esferas de poder.

Considerações finais

Observamos até aqui, neste pequeno percurso de uma longa trajetória de transformação, como mudanças institucionais — nome, sede e perfil de gestores — no Museu do Ceará estiveram ligadas a um conjunto mais amplo de discussões que ultrapassa a própria instituição, envolvendo as esferas federais e estaduais.

Compreendemos que as ações nesse museu não podem ser dissociadas de uma política cultural — aqui entendida de modo amplo, incluindo a não ação — e que esta política é pautada por interesses de grupos que estão em constante disputa não apenas para controlar o poder no presente, mas para moldar o passado de acordo com seus anseios e objetivos.

Modificar o nome — buscando a ampliação de possibilidades de trabalho — nos mostra uma busca pela ampliação também de formas de apropriação da instituição que, ao retirar os adjetivos “histórico e antropológico”, apaga de sua identidade uma imagem vinculada a uma perspectiva puramente intelectual, ou, para intelectuais.

Transferir a sede do Museu Histórico e Antropológico do Ceará para um bem tombado em nível federal por seu valor artístico e histórico, representativo do poder instituído (prédio construído para ser a Assembleia Provincial e, posteriormente, abrigando uma série de outras instituições oficiais), localizado no Centro de Fortaleza — região “problemática”, devido à sensação de insegurança e falta de ordenamento —, cujo processo de patrimonialização, não obstante, foi iniciado pela sociedade civil por meio de um membro de sua elite intelectual, torna-se significativo, pois representa uma tomada de posição e uma afirmação da inserção deste grupo político na história.

Mudar o perfil de gestão dos responsáveis por coordenar as ações da instituição se inseriu em um contexto que almejava pôr o Ceará no mapa do que era compreendido então como moderno, dotando as instituições do poder

público — ou, pelo menos parte delas — de pessoal capacitado tecnicamente, legitimados a partir de lugares de fala diferentes daqueles de antes.

Tais transformações não ocorreram por acaso. Fruto de intercâmbios internacionais e nacionais, os ideais que permitiram modificar as diferentes formas de relacionar os museus com a sociedade continuam em disputa, sendo a reflexão sobre o Museu do Ceará apenas uma das muitas possíveis, cada uma com suas particularidades, mas sempre interligadas e em diferentes níveis de comunhão.

Notas

- 1 HOOPER-GREENHILL, Eileen. *Museums and the shaping of knowledge*. Londres, UK: Routledge, 1992. p. 1.
- 2 RANGEL, José. "Museu é motivo de seminário". In: *Jornal O Povo*. Fortaleza, 3 fev. 1990, 3-B.
- 3 Idem.
- 4 "Museólogos debatem a falta de público". In: *Jornal O Povo*. Fortaleza: 5 fev. 1990, 10-A.
- 5 PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria (orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 7.
- 6 BONFIM, W. L. de S. "De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará". In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (Orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 35-62.
- 7 Idem, p. 39.
- 8 BARBALHO, Alexandre. "Modernos e distintos: política cultural e distinção nos Governos das Mudanças (Ceará, 1987-1998)". In: *Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo, v. 4, nº 10 jul. 2007, p. 111-123.
- 9 Idem.
- 10 CALABRE, Lia. "Políticas Culturais no Brasil: balanço & perspectivas". In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EdUFBA, 2007, p. 94.
- 11 Idem, p. 93.
- 12 RUBIM, Antonio Albino Canelas. "Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios". In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EdUFBA, 2007, p. 23.
- 13 COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: FAPESP/Iluminuras, 1997. p. 292.
- 14 CANCLINI, Néstor García. "Para un diccionario herético de estudios culturales". *Fractal*, nº 18, jul-set, 2000, nº 4, v. V, p. 11-27.
- 15 SIMIS, Anita. "A política cultural como política pública". In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EdUFBA, 2007, p. 152.
- 16 "Museus Cearenses ainda mantêm distanciamento da comunidade". In: *Jornal O Povo*. Fortaleza, 6 fev. 1990, p. 8-A.

- 17 SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo; RAMOS, Francisco Régis Lopes (orgs.). *Museu do Ceará: 75 anos*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007, p. 233.
- 18 "Interesse é resgatar o Centro". In: *Jornal O Povo*. Fortaleza: 6 fev. 1990, p. 8-A.
- 19 "Museu ocupa prédio da Assembleia Provincial". In: *Jornal Diário do Nordeste*. Fortaleza: 27 mar. 1990.
- 20 GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *Plano de Mudanças*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1987. p. 101.
- 21 Idem.
- 22 Ibidem.
- 23 Ibidem, p. 102.
- 24 HOLANDA, Cristina Rodrigues. *Museu Histórico do Ceará: a memória dos objetos na construção da História (1932-1942)*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2005.
- 25 RUOSO, Carolina. *O Museu do Ceará e a linguagem poética das coisas (1971-1990)*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2009.
- 26 FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- 27 "Museus Cearenses ainda mantêm distanciamento da comunidade". In: *Jornal O Povo*. Fortaleza: 6 fev. 1990, p. 8-A.
- 28 Idem.
- 29 Ibidem.
- 30 Ibidem.
- 31 Ibidem.
- 32 SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo; RAMOS, Francisco Régis Lopes (orgs.). *Museu do Ceará: 75 anos*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007, p. 189.
- 33 Transferência dificulta visita. In: *Jornal O Povo*, Fortaleza: 5 abr. 1990, p. 7-B.
- 34 RUOSO, Carolina. *Op. cit.*, p. 206.
- 35 Idem.
- 36 OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues. *Juntar, separar, mostrar: memória e escrita da história do Museu do Ceará (1932-1976)*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2009.
- 37 Tais transformações no campo da História e do historiador podem ser melhor apreendidas, em âmbito nacional e no Ceará, respectivamente, em FALCON, Francisco José Calazans. "A Identidade do Historiador". In: *Revista Estudos Históricos*, v. 9, nº 17, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1996; MENEZES, Eduardo Diatáhy Bezerra de. "Os historiadores do Ceará". In: *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, ano 115, 2001.
- 38 MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André. *Vers une redéfinition du musée*. Paris: L'Harmattan, 2007.
- 39 NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares de memória". In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, 1993.

- 40 NAMER, Gerard. *Mémoire et société*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.
- 41 DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EdUSP, 2007.
- 42 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- 43 Idem, p. 422.
- 44 CURY, Marília Xavier. *Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção*. 2005, Tese de doutorado em Comunicação Social, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2005, p. 53.
- 45 Idem, p. 24.
- 46 GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. *L'interdisciplinarité en Muséologie*. *MuWop/DoTraM*. Estocolmo: ICOM, nº 2, 1981, p. 58-59.
- 47 "Museus Cearenses ainda mantêm distanciamento da comunidade". In: *Jornal O Povo*. Fortaleza: 6 fev. 1990, p. 8-A.
- 48 BESERRA, Concy. "Reforma inaugura nova concepção". In: *Jornal O Povo*. Fortaleza: 4 out. 1990, p. 6-B.
- 49 Idem.
- 50 Ibidem.
- 51 Ibidem.
- 52 MENEZES, Rosy Mary Bezerra de. "Museu vai contar em módulos a história do Ceará". In: *Jornal Diário do Nordeste*. Fortaleza: 7 abr. 1991, s/p.
- 53 Na fonte afirma-se que na instituição, naquele momento, não havia projeto museológico ou museográfico. Devido aos sujeitos envolvidos, foi escolhido interpretar como um projeto museográfico aquele que foi elaborado por Henrique Barroso e Fernando Barbosa, tendo em vista que foi um conjunto de ações tomadas, englobando o inventário, catalogação, pesquisa, montagem de exposição, além de outras ações notadamente de cunho museográfico.
- 54 MENEZES, *Op. cit.*
- 55 BESERRA, Concy. "Reforma inaugura nova concepção". In: *Jornal O Povo*. Fortaleza: 4 out. 1990, p. 6-B.
- 56 MORENO, Márcia Rejane Bitu. *Museu do Ceará – Relatos da Administração de um bem cultural (1932-1996)*. Monografia (Especialização em Gestão Pública). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

Museum, memory and management: the Museu do Ceará policies (1990-1993)

Yazid Jorge Guimarães Costa*

Received on: 30/05/2013

Accepted on: 31/03/2016

*BA in History (2009) at Universidade Federal do Ceará (UFC). MSc in Social Memory (2012) at Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), where he was funded by CAPES and developed a research entitled “*Museu, memória e patrimônio: uma trajetória de transformação no Museu do Ceará (1990-1998)*”. He is currently a PHD student in History (2016-2020) at Universidade Federal do Ceará, where he develops a research funded by CAPES on the development of policies for museums at the federal level in Brazil during the period of civil-military dictatorship and redemocratization.

Abstract

This paper aims to think over how three transformations in the current Museu do Ceará (Museum of Ceará), between the years of 1990 and 1993, are inserted into a broader context of discussions related to the field of cultural policy and the policies for museums in both federal and state levels. Reflecting on the transfer of its headquarters to a building protected at the federal level, the changing of its name by the removal of the two distinguishing adjectives “Historical and Anthropological”, and the change in the profile of its managers to historians with university education in the referred field of study, we evaluate the political uses of memory, and how it is handled in accordance with interests of groups that hold the decision-making powers.

Keywords

Museum. Policy. Memory. Management.

“Museums have always had to modify how they worked, and what they did, according to the context, the plays of power and the social, economic and political imperatives that surrounded them. Museums, in common with all the other social institutions, serve many masters, and must play many tunes accordingly”.

(Eileen Hooper-Greenhill, *Museums and the shaping of knowledge*).¹

In February 2nd, 1990, a lecture took place in Fortaleza, called “Reconceitualização de Museus” (Reconceptualization of Museums), at the Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (the Legislative Assembly of the State of Ceará), with the participation of Maria de Lourdes Parreira Horta, who was back then general coordinator of museological collections of the Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM – the National Pro-Memory Foundation).

This lecture was part of a larger seminar that had as one of its objectives “(...) to collect suggestions for the transfer of the Museu Histórico e Antropológico do Ceará (Historical and Anthropological Museum of Ceará) to the old building of the Assembleia Legislativa (...)”.² Together with Violeta Arraes, Secretária de Cultura e Turismo – secretary of Culture and Tourism of the State of Ceará, the coordinator visited some museological institutions of the capital of Ceará, such as “(...) the Museu Histórico e Antropológico, Museu de Arte Popular da EMCETUR (Popular Art and Historical and Anthropological museums), Universidade Federal do Ceará (Federal University of Ceará–UFC Art museum–MAUC) and the Assembleia Provincial (Provincial Assembly) (...)”.³ On that day, a Saturday, the most debated topic was the lack of attendance in the museums of Ceará.

Maria de Lourdes pointed the way, saying that a greater incentive was needed for state educators, so that students could be encouraged to visit museums. Regarding this subject, Simone de Sousa, a professor in the Departamento

de História da UFC (UFC History Department) and director of the Núcleo de Documentação Oral da UFC (Oral Documentation Nucleus of the UFC – NUDOC), affirmed that the lack of public visitation was related to the students, lack of knowledge on local history; and Osmírio Barreto, who was director of the Museu Histórico e Antropológico do Ceará, added that it was a problem attributed to the government authorities, who define the guidelines for History lessons in school. ⁴

The debates were reported by *O Povo* newspaper, which widely circulated in the territory of Ceará on February 5th, 1990. This was the third year of Tasso Jereissati as governor of the State of Ceará, the first person elected after the beginning of the democratization process in Brazil. Arruda considers the year of 1986 a milestone in the recent history of Ceará. He tells us that Tasso Jereissati's victory over the old-fashioned “coronéis”(“colonels”) “... inaugurated a new cycle of power, whose intention was to insert Ceará into political, economic and social modern times” ⁵

This insertion in the “political, economic and social modern times” involved taking innumerable decisions in the most diverse scopes of action of the State, including its actions and omissions. Among these changes, a significant one was regarding a possible shift in the profile of state managers, from a political to a technical profile, with a consequent rise of technocrats.

However, at least apparently, the “government for the change”, maintained the previous practice of political assignments, regarding their department of Culture. When we analyze the formation of the state governments of Ceará, we base this study on Washington Bonfim, who affirms that it is possible, when analyzing the formation of its secretariats of State, to divide them into three categories: patronage, linked to community and State service; those linked to political articulation; and the secretariats focused on the economic sphere.⁶

The Secretaria da Cultura (Secretariat of Culture), as well as the Secretarias de Educação, Saúde e de Ação Social (Education, Health and Social Policy Secretariats), were included in the patronage category “(...) due to how easily they can be driven by political and partisan interests on the implementation of their core activities and on the assignment of their managerial staffs (...)”.⁷

Alexandre Barbalho says that after the transformations in the political scene in Ceará, with the Tasso Jereissati's and his allies affiliating to the PSDB, a newly created party, it became impossible to support Barros Pinho in charge of the Secretariat, which led in 1988 to the nomination of Violeta Arraes, the sister of the governor of Pernambuco, Miguel Arraes, and who for years lived in Paris, serving during the

dictatorship as “(...) a sort of safe harbor for Brazilian politicians, intellectuals and artists exiled by the dictatorship and newcomers to the city (...)”.⁸

Her assignment is understood by Alexandre Barbalho as a way the government of change found to seek legitimacy, as the good relations that Violeta Arraes kept with wider spheres of culture, allowed the state government “(...) to differentiate itself from previous governments, which benefitted the project for the change itself”.⁹

The importance of Violeta Arraes is not stressed by chance, because it was only on her management that the changes relevant to this study would begin. At the end of the 1980s, a discussion resurfaces years after it was obstructed, when pro-museum intellectuals had their demands denied due to previous political commitments, and one of the claims was to move the institution to Palácio Senador Alencar (Senator Alencar Palace).

But if the transformations in social, political and cultural life were so desired by the people in Ceará, that they came to establish alliances with the “left and the right” to elect a “government for the change”, this feeling could be more widely understood, in most of Brazil, as people were clamoring for democracy and freedom. The Amnesty Law, nº 6,683 of August 28th, 1979, the campaign for direct elections to the Presidency of the Republic (Diretas Já!) in 1984, and the election of the first president by popular vote in 1989 and under the auspices of the new Constituição da República Federativa do Brasil (Brazilian Federal Constitution), promulgated in 1988, are important milestones of this struggle for transformation.

The election of president Fernando Collor de Melo is important to our research, because “(...) in 1990, under the government of Fernando Collor, the Ministério da Cultura (Ministry of Culture) was extinguished along with several other institutions. The governmental structure, which was already insufficient, became unsustainable”.¹⁰

This ministry was created in 1985, still under the presidency of José Sarney, with a structure that did not include yet institutions such as SPHAN (National Historic and Artistic Patrimony Service), Funarte (National Foundation of Arts), Embrafilme (Brazilian film Enterprise), among others. However, the Ministério da Cultura faced, as of its creation:

(...) several problems, both financially and administratively. It lacked the staff to take care of the ministry’s responsibilities as a whole, financial resources to maintain the existing programs and even physical

space to fit the new institution. It also suffered from a continuous change of management.¹¹

Another fact noticed by Antonio Albino Canelas Rubim was the incoherence of the managers that were in charge of the Ministério da Cultura, during the period he qualifies as the “democracy transition and consolidation”, between 1985-1993. Regarding this period, Rubim affirms that “(...) those years of consolidation, nine or ten ministers (José Aparecido was appointed twice by Sarney) were responsible for culture in the country: five during Sarney’s mandate, two during Collor’s and three during Itamar’s”.¹²

It is interesting to emphasize here the definition given for “cultural polity” by Teixeira Coelho.¹³ Besides the one stated by Néstor García Canclini.¹⁴ Cultural policy can be understood as a set of interventions – programs, projects, legislation, etc., – created or carried out by the public or private initiative, aiming to satisfy cultural needs, development and consensus in favor of social transformations, from the uses of symbolic representations of the peoples.

This is, then, a moment of Brazilian cultural policy that can be characterized, as Anita Simis¹⁵ affirms, as the beginning of a reversal of the institutionalization of cultural institutions, with symptoms such as Law N. 8,029 of April 12th, 1990, which, among other provisions, created the Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (Brazilian Institute of Cultural Heritage – IBPC), which absorbed the Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (National Historical and Artistic Patrimony) and the Fundação Nacional Pró-Memória, which had Maria de Lourdes Parreiras Horta as its General Coordinator of Museological Collections – who two months before was in Fortaleza, participating in the debates about the proposal of a new concept for the museum institution called the Museu Histórico e Antropológico do Ceará. On February 6th, 1990, she affirmed to *O Povo* that as a result of the discussions held in the Assembleia Legislativa of Ceará, with the participation of museologists, university professors, intellectuals and artists, it was concluded that “(...) the idea is to create a new institution, taking advantage of the collections that exist, but seeking to give a more educational, modern treatment”.¹⁶

The Museu do Ceará, then, had a new address, the Palácio Senador Alencar. It was March 26th 1990, when Violeta Arraes was quoted on an issue of the *Tribuna do Ceará* newspaper:

(...) there is no culture in the world that can sustain itself without grounds. A building is not a mere old structure,

on the contrary, it is a temple where the work of the culture of Ceará will continue. This where the history of Ceará will come to. The Museum will open its doors to public visitation, so that the people have access to its history.¹⁷

We can see in the secretary's speech, the elements that should guide the transformation of the Museu Histórico e Antropológico do Ceará, with emphasis on the need to identify the culture to a physical space, the Palácio Senador Alencar. She also shows us the value attributed to the building at that time and what function will be given to the monument – of a temple at the service of the culture of Ceará.

The culture of Ceará is, for us, understood as an area of culture, at the state level, with varied agents acting in the transformations that we narrated here. As we have seen, museologists, university professors, artists and agents of culture participated of the seminar "Reconceptualization of Museums". Thus, we understand that the future Museu do Ceará was understood as an instrument for the groups that had the decision-making powers on the cultural policies of the State.

The last sentence by the secretary we mentioned is also meaningful, as it exposes not her personal opinion, but the internalization of the criticisms presented at the seminar held in the Assembleia Legislativa months before, which pointed to the institution's low level of attendance.

The secretary's speech is consistent with that of the governor who, on the same day, stated that instead of supporting new building projects to house collections or to represent heritage and culture, they should value what – in his opinion – represented being from Ceará. It was no coincidence that the greater collection on the history and culture of Ceará¹⁸ was moved to a building protected by federal government for its artistic and historical value.

Still during the re-inauguration of the Palácio Senador Alencar, Violeta Arraes states that "(...) buildings and monuments are not mere utilitarian goods when they become signs of a community or nation. The building that is now being returned is a temple to worship our historical identity (...)".¹⁹

This government's action – reopening the building for it to be occupied by the Museu Histórico e Antropológico do Ceará – was in accordance with the project of cultural policy presented in the government plan for the 1987-1991 mandate, entitled "Plan for Changes 1987-1991". Regarding the preservation of their historical heritage, the plan denies the previous existence of a consolidated cultural policy:

(...) the care for the items is limited to the museums initiatives, marked by guarding the pieces, organizing exhibitions and advertising their collections. There are serious problems regarding security, small sized collections, insufficient room for events and an unsatisfactory process for advertising.²⁰

This diagnosis is followed by an explanation of what line of cultural action policy should be implemented, indicating that the cultural heritage to be preserved and developed should be observed as an “organic body”, which is “(...) a reflection of the diversity of values and cultural manifestations, irrevocably linked to the economic, social and political life of the people of Ceará”.²¹

Among the objectives of the plan was “(...) to preserve, disseminate and expand museological, bibliographical and documentary collections of the State and to preserve and restore movable and immovable property of historical and artistic value”(...).²² It was also part of its Priority Program, the Ação Emergencial de Reabilitação dos Museus e Acervos Culturais (Emergency Action for the Restoring of Museums and Cultural Heritage), a program that had, among others, the goal, to “(...) Recover, preserve and re-equip twelve buildings that were part of the state’s cultural heritage, including museums and libraries (...)”.²³

We do not focus on whether the objectives of the plan were fully accomplished. However, at least some actions regarding the Museu Histórico e Antropológico do Ceará were implemented, such as the relocation of the largest museum institution at the time to a building of enormous historical value for Ceará society. In this sense, we will leave to other researchers the task of analyzing the set of actions that do not relate to our objectives.

The project of moving the institution’s headquarters aimed for a wide range of transformations, not limiting itself to establishing a link between the history of Ceará and a historical building. When she said that the “history of Ceará” would go to the Palácio Senador Alencar, the secretary of Culture referred to the change of the Museu Histórico e Antropológico do Ceará to the new building. The story to which Violeta Arraes refers are the objects that represent the history of Ceará, collected and exhibited since its creation in 1932, and later made available for public visitation, after an intense campaign to form its collection, as reported by Cristina Rodrigues Holanda.²⁴

Objects are therefore the material representation of a past organized by man, exhibited to the visitor, and available to be “learned”. Thus, Carolina Ruoso²⁵ identifies,

during the Osmírio Barreto management, between 1971 and 1990, a strong concern with the educational role of the Museu Histórico e Antropológico do Ceará. However, she evaluates it based on the notion of “banking education”, created by Paulo Freire.²⁶

It is, however, precisely this notion of education that they wanted to transform. In 1990, as already mentioned, there was a problem of low attendance; and from the speech of Maria de Lourdes Parreiras Horta to *O Povo*, on February 6th, 1990, we can see the designs that were proposed a month before in the speech of the Secretary of Culture. Horta affirms that the lack of visitors “(...) is related to a problem of communication, of language (...)”, considering that, as she clarifies, “(...) museums are not only for the intellectual elite, and therefore, to meet their objectives, they must reach all segments of society (...)”.

As such, she says that this lack of visitors is related to the fact that “(...) one cannot value what is not known (...)”. Regarding the State of Ceará measures in the cultural area, she considers it positive, and that, in case the museology project is implemented, “(...) it can pioneer in this sector (...)”. On the change of the Museu Histórico e Antropológico do Ceará to the building of the Assembleia Provincial, she states that “(...) besides the importance of the building, there is also the advantage of being located in a historical and cultural mark of the city and easy to access by the community (...)”.²⁷

She also states that, considering the modern concept of a museum, the physical transfer is not enough if not followed by a new philosophy of work. “After moving, an educational campaign in schools, universities, unions and the community in general is required”.²⁸

Regarding the methods to transfer the museum, the diretor of the Departamento de Patrimônio, Documentação e Bibliografia da Secretaria da Cultura (the Department of Heritage, Documentation and Bibliography – DPDB/Secult-CE), Terezinha Alencar, affirmed they would create a commission after a meeting with “(...) a representative from Fundação Nacional Pró-Memória (...)”, in order to enable “(...) the implementation of the proposals of integration of museums with the community”.²⁹

This work would be developed from the participation of various segments of society, since the objective was, according to Alencar, “(...) not only to solve the problems of physical space or the transfer of a collection, but to develop an awareness campaign within the community”. The diretor further states that “(...) we have to change the mindset about what a museum is”.³⁰

The article ends with Domingos Linheiro’s words, as regional director of FNPM: “(...) I think that the place should be used on cultural projects, open to the people,

because with the Academia Cearense de Letras (The Literature Academy of Ceará), it remained restricted to academics.”³¹ It is important to emphasize that in the period previous to the transfer of the museum’s headquarters to the Assembleia Provincial, the building was utilized by the Academia Cearense de Letras.

At this point we must underline a characteristic about which we only gave a hint. The old building of the Assembleia provincial was registered in the *Livro do tomo histórico* (a catalog of properties with historical importance and heritage), under the registration number 440, and in the *Livro de tomo artístico* (similarly, a catalog of properties of artistic relevance), under the registration number 502, both on February 28th, 1973, due to process 863-T-72, under the responsibility of the company of the architect and professor of the Universidade Federal do Ceará, José Liberal de Castro.

Moving the Museu Histórico e Antropológico do Ceará to the old building of the Assembleia Provincial was – not a new topic amongst the local intellectuals – it has been proposed since mid 1970’s, as it is mentioned in an article published on May 6th, 1977, in *O Povo*, which, debating on the installation of the Centro de Estudos Históricos e Antropológicos do Ceará (Center for Historical and Anthropological Studies of Ceará – CEHAC) in the Museu Histórico e Antropológico do Ceará, states that during the inaugural session of this center, among other issues addressed, the formation of a committee of the Center was presented to the secretary of Culture, Ernando Uchoa Lima, “(...) with the purpose of requesting the interference of that authority regarding the possibility of transferring the museum to the current headquarters of the Assembleia Legislativa”.³²

Its transfer, as we have seen, only was completed years later. Because, at the time, the ones claiming for the transfer the Museu Histórico e Antropológico do Ceará lost for the ones defending the Academia Cearense de Letras.

However, the transfer was not well accepted by all the sectors involved in the dynamics of the institution in the city, as we can see when reading the article entitled “Transfer hampers visit”, anonymously published, in the “Turism section” of *O Povo* newspaper, on March 5th, 1990.

The article informs that the transfer of the Museu Histórico e Antropológico do Ceará to the building of the Assembleia Provincial would begin a month later, with plans to be completed in three months. It states that the government’s intention was “(...) to give the Museum a pedagogical function and to forget the thousands of tourists who have visited it in recent years”. The writer reaffirms the will of the government of

Ceará to promote the distance between tourists and the museum institution, since in the body of the article, in a topic entitled *Dangerous Place*, in upper case, it is stated:

(...) they want to move the Museum to the old building of the Assembleia Legislativa, in order to hinder the tourists visitations. Buses that take tourists to the museum will not be able to park or maneuver downtown, especially during the rush hour. The place does not offer security to tourists either. Close to the building there are also many street vendors and criminals.³³

The situation described was the exact opposite of where the museum was on that date, as the article tells us it was "(...) located on the Avenida Barão de Studart, in front of the Palácio da Abolição, easy to access and with a parking lot". The news ends by stating that, according to the institution's statistics, in the first three months of 1990, a total of 11,795 visitors went to the Museu Histórico e Antropológico do Ceará, and that these numbers could be dissected, presenting a total of 8,388 Brazilians from other states, 622 foreigners, and that the remainder of visitors were students and locals in general. Finally, it asked: "how will the tourists manage if they want to know the history of Ceará?"

The article sounds rather frivolous to the reader, considering that the transfer of the institution to downtown area was part of the policy of formation of the so-called "cultural corridor", aiming both to promote greater contact with the population of the city and to have it closer to a larger set of cultural facilities, which were already located in the region. Especially when we observe that on the same page of the newspaper there is another article entitled "Casa de José de Alencar is out of the city tour", where it is indicated that one of the reasons reported by the tour guides on why they did not take visitors to that equipment was exactly because it was located in a neighborhood far from downtown, the same are a that would prevent the visitation of tourists to the Museu do Ceará.

Well, how could the museum be less visited if moved downtown, if the same journal will offer opinions affirming that another museological institution faces low visitation numbers because it is far from the very same region?

These articles not only indicate diverging opinions about the project of the new institution, but mainly a dissatisfaction from the tourist industry which, as Carolina Ruoso affirms, in the previous period, between 1970 and 90, had a prominent role in promoting visitations to the museum.

In addition to the transfer of the institution to the Palácio Senador Alencar, we would like to emphasize, based on the reading of Carolina Ruoso, the transformation in the profile of the institution's managers from 1990.

Ruoso states, by the end of her research, that, regarding the transformation of the institution, there were groups that disputed the future control of the Museu do Ceará. She tells us:

(...) the development of a project for the museums in Ceará, made by the museologist and professor Sá Pessoa and his group, in defense of the memory of Ceará, was necessary. First, because sensibility lead the group to worry about the fate of the historic collection of Ceará, since a “new era” would need a new representation of that memory.³⁴

According to the author, there was a dispute between museologists and historians. Ruoso stresses the role of the teacher at the Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, Simone de Sousa. Ruoso considers that, in this dispute, Simone de Sousa disagreed with the historical vision of Professor Sá Pessoa, and affirms that the actions taken by the museologist and his team were oriented towards the notion of “(...) introducing new possibilities of using what is old before losing it to what is new”.³⁵

It will be, therefore, the academically graduated historians who will be in charge of managing the Museu do Ceará in the following years, approaching new topics with methodologies different from the previously used.

The transformations that we seek to understand in this period are not unprecedented in the trajectory of the institution, considering that, as the works of Ana Amélia Rodrigues de Oliveira³⁶ very well stated, the work of Raimundo Girão as director of Museu do Ceará is considered the one which, after a period of “abandonment”, will aim to make some transformations based on the concepts of *history, museum and education* regarding the period between 1932 and 1942, under the management of Eusébio de Sousa. However, we emphasize here that our topic of study focuses on a different field of knowledge that will have a significant role in the institutional discursive practices of the Museu do Ceará, seeking to understand the particularities of that moment.

We would like to draw attention to the change in management profiles of the Museu do Ceará directors with support from Michel de Certeau's works on their

historiographical operation, and considering that, although museums often do not present the researches – textual discourses – that are the base for their exhibitions, these are also considered speeches.

Thus, when historiographical operations are carried out, the historians – self-taught or academically trained – have their knowledge triggered from a specific place of socioeconomic, political and cultural production; and this place will involve methods of validating their work, submitting their research to restrictions and also to privileges.

When we observe the change in the management profile in the Museu do Ceará beginning in the 1990s, we also observe a change of the role these directors assumed, as well as changes in the validation criteria (historical, geographic and anthropological) that migrate in the specific case of Ceará, from the Instituto do Ceará (Institute of Ceará) to the university.

And that was not all. Such changes can be understood in a context of the expansion of theories and methodologies about history and historiography, opening space for new approaches to old topics, as well as the insertion of new topics as objects of study for the historian – and therefore, accessible to being absorbed by historical museums.³⁷

Hence, we believe that the participation of agents directly connected to the Departamento de História of the Universidade Federal do Ceará played a significant role in the transformations of institutional discursive practices, considering that this participation, among other factors, allowed them to approach new themes, to develop different methodologies, as well as new relations with the science and the Museu do Ceará as a place for intellectual production, during the time between 1990 and 1993. However, we hope to have made clear so far that these time marks are a reference, but not an exact restriction to different periods.

The matter in focus at the time was what museum design was desired for the new institution. But the question, “what is a museum?” has been posed for the last century in an overwhelming recurrence, and yet no consensus was ever reached.

We believe that the Museu do Ceará can be observed from different perspectives; one that contemplates the most contemporary definitions coming from museology,³⁸ and another one connected to memory place³⁹, or the establishment of memory.⁴⁰ Alternatively, we could dissect the concepts of *institution*⁴¹ and *memory*⁴² ourselves and seek to define an even more diverse definition.

However, the focus here is to understand how these different ways of thinking the museum influenced the paths taken by these agents, noting that their actions were guided by an intention of memory that aimed to transform the relationship of the museum with society based on specific procedures.

This focus is based on the understanding of the role of the museum in society as an institution for the representation of memories – whether social, collective or individual, regardless of whether it is a museum of History, Anthropology, Science or Art. All museums have a role of construction and representation of memories, and these are always made from the present, with materials from the past or present.

Another relevant matter is the connection of the construction of these memories not only from time and space, but, mainly, from the social place occupied by these subjects that control the discursive construction of the institution, which is one of the key points that motivated this research, which also attempts to understand the political uses of memory – and, therefore we cannot fail to observe the social role of these agents.

In this sense, we can observe the importance of the intentions of memory, guided mainly by the roles assumed by those who had the power of decision. After all, when created in 1932 and opened to the public in 1933, it becomes clear the intention of existing memory that motivates the construction of this space and the assembling of its collection. However, especially in the period we analyzed, for example, in the re-inauguration of the Palácio Senador Alencar, it is equally clear, in the speeches of the secretary of culture and the governor of the State of Ceará, the desire for memory that drove that action.

In this sense, it is valid to reaffirm that memory – as well as its memory objectives – is inserted in a space of disputes, as well as the construction of any knowledge, including in it the works related to social memory, which we deem not only as a representation but also as a process in constant construction and reconstruction.

Memory refers not only to remembrance, but also to oblivion, and to the fact that the power of determination of these two facets of memory is constantly in dispute, since becoming master of memory and forgetfulness is one of the great preoccupations of classes, groups and individuals who have dominated and still dominate historical societies. The negligence and the omissions of history are revealing of these mechanisms of manipulation of the collective memory.⁴³

We can conclude, then, that controlling memory and oblivion is also to control the process of formation of sociocultural identities. And, as already mentioned, it

is the intention of our work to learn, from the specific case of the Museu do Ceará, from 1990 to 1993, how these power plays unfold in this institution and how these memories are institutionalized and transformed.

One of the elements that enabled these changes was the shift in the profile of the managers of the institution. It is important to emphasize that the assignment of professionals trained at the academic level was part of the modernization project of the State of Ceará. And this would become true if the group that would take charge of the institution were formed in the areas of Sociology, Anthropology or any other area dedicated to the interpretation and understanding of the relationship between man, material culture and how it relates to time, in order to efficiently and effectively institutionalize the memories and history of Ceará.

But how does the museum institutionalize these memories? This is a long process, which can be defined by what Marília Xavier Cury calls the museological communication system, as she describes:

(...) the theoretical framework, methodological procedures, infrastructure, human and material resources, techniques, technologies, policies, information and experiences necessary for the development of knowledge communication processes through exhibitions and educational actions.⁴⁴

One of the stages of this process is the musealization, understood as the appreciation of the object in a museological context. Cury states this “(...) is a process that begins with the selection made by the ‘museological look’ over material things”.⁴⁵ She tells us that the origin can be traced from the year 1981, when used by Waldisa Rússio Camargo Guarnieri.⁴⁶

The musealization carried out on a given object is not static – such as the institution that performs the process. We can see this clearly when analyzing the case of the transformation of the Museu Histórico e Antropológico do Ceará in the Museu do Ceará.

We affirm this because, in practical terms, musealization means the whole process of management, research, selection, documentation and conservation. And all the collection of the Museu Histórico e Antropológico do Ceará went through all these processes when the “new” institution Museu do Ceará was created.

In 1990, a work group was formed with professionals from various areas, encouraged by the speech of Maria de Lourdes Parreiras Horta at the seminar held at

the Assembleia Legislativa do Ceará between February 2nd and 5th, 1990. The director of the Departamento de Patrimônio, Documentação e Bibliografia da Secretaria da Cultura Turismo e Desporto do Ceará (Department of Heritage, Documentation and Bibliography of the Secretariat of Culture Tourism and Sports of Ceará – SECULT), Terezinha Alencar, reported that after that meeting a commission would be formed with “(...) a representative of the Fundação Nacional Pro-Memória (...)”, to enable “(...) implementing the proposals of integration of the museums to the community”. The commission’s work would be developed with the participation of various segments of society, given that the objective was, according to Alencar, “not only to solve the problems of physical space or transfer of collection, but to develop a campaign of awareness with the community”. She stated “(...) we have to change the mentality about what a museum is.”⁴⁷

This work group included: Terezinha Alencar, an anthropologist and, at that time, a professor at the Universidade Federal do Ceará and director of the Patrimônio Histórico e Bibliográfico da SECULT; Fernando Barbosa, who was restorer at the SPHAN/Pró-Memória; the restorers Edson Castelo and Luis Monteiro, private contractors; the pedagogue Adriane Monteiro, from Pró-Memória; Henrique Barroso, museologist at SECULT; and the architect Ricardo Marinho. Also participating in the group were employees of the institution, which, for the development of this project, had listened to researchers, anthropologists and historians.⁴⁸

The first actions of the group regarded the old institution’s collection, which was transferred throughout the year of 1990 to its new house. This work included the selection, documentation, cleaning, conservation and restoration of the set of objects, defining which would be maintained by the new institution and which would be discarded. It was said that at the time of its transfer the collection was composed of about three thousand pieces and that the intention was to present to the public only a third of this, keeping the rest in a conservation process in a technical facility that would be installed later. These items could be used in exhibitions of short duration or not, since many of them, as Concy Beserra affirms, were marked for their “(...) absolute lack of historical or artistic value”.⁴⁹

Initially, the work revolved around the process of “salvaging” its collection, since, according to Adriane Monteiro, it was found in terrible conditions. As examples of the [bad] conservation conditions of the collection, the pedagogue lists: the use of metal tagging with synthetic glue; the use of non-galvanized wire in all lithic material; loss of gold foliage in frame; as well as the loss of the entire ethnographic collection

– composed of indigenous plumage, arrows, etc. – due to attacks of fungi and termites, noting that this was the only mobile collection in Ceará protected by law on federal level.⁵⁰

The continuity of the formation of the collection and the expansion of its profile was understood by the team as the most important work to be carried out, because that, when combined with the educational actions, would allow the population to identify with the memories represented by the objects that would be exhibited. Adriane Monteiro states that the collection of the Museu do Ceará “(...) will be renewed and acquired with the criterion that never had and this will certainly motivate the idea of preserving memory”.

In addition to the selection, documentation, cleaning, conservation and restoration work, the working group determined the new profile of the institution. Adriane Monteiro states:

(...) the Museu Histórico (Historical Museum) will be a center for studies, research and leisure. A space with important permanent exhibition and constant renewed exhibitions, telling a history of the State. It will be a museum for the community, with educational games from the collection itself. Our intention is that the researcher, the student and even the people who seek mere leisure find in it a place for themselves. In other words, the new museum will become an educational, cultural and entertainment center.⁵¹

However, the first step towards the transformation of the reality of this museological institution must be the ship change of relationship between the State and its obligations to support that equipment. As we have already seen in the “Plano de Mudanças”, in its Programação Prioritária (Priority Program) was the “Ação Emergencial de Reabilitação dos Museus e Acervos Culturais”. Nevertheless, almost a year after the beginning of the process of selection, documentation, cleaning, conservation and restoration, aiming at the transfer of the collection and the elaboration works of the exhibiting project, the working group had its activities frozen.

The actions of the working group, as defined after the seminar “Reconceitualização de Museus” - 1990 (Reconceptualization of Museums, 1990) (1990), aimed to bring the museum closer to the community “(...) bridging it to other cities of Ceará in an attempt to internalize the culture among its various locations (...)”, as well as “(...) reshaping

its educational role as an institution for studies, research and historical preservation (...)", and for that purpose, it had as a goal to carry out a series of diversified actions, which included courses, exhibitions, round tables and seminars. These actions aimed – through its accomplishment and the involvement of the community – to develop "(...) the sense of preservation of our sociocultural heritage and seek to integrate the educational use of the museum, with the purpose of reactivating the study of our history and leading the community to encounter its own society".⁵²

The intention of promoting the patrimonialization of what was safeguarded in the museum through different actions can be perceived, and that this project was created precisely from the non-existence of this preservation practice – which was previously diagnosed due to the low rate of local population visitation to the museum.

The article still presents us Adriane Monteiro's speech that evaluates the actions already carried out by the working group, showing that there was a concern to develop the debate, in a moment of evaluation about what the institution achieved (as a concept and as a function) and what the team would like to achieve.

This report reveals an extensive collaboration between the IBPC technicians and the SECULT technicians, as well as others involved in the project. This is the case, for example, of the elaboration of a museographic project⁵³ by IBPC's architect, Fernando Barbosa, and the museologist of the Museu da Arte da Universidade Federal do Ceará, Henrique Barroso, not to mention the convening of historians to develop a properly historical research that would support their museographic project.⁵⁴

The newspaper also presents a chart showing that, after the inventory, most of the collection, totaling three thousand pieces at that time, was composed of lithic and ethnographic material (indigenous objects), as well as pieces donated by the Instituto do Ceará, safeguarded by the museum.

The partnership between the IBPC and the Museu do Ceará team also happened aiming to provide lessons and specific training courses for the museum staff, in order to qualify them according to the technical concepts of the time.

In this context, the intense exchange between the state and federal spheres in the museological and patrimonial area must be emphasized, since it was reported the importance of the work of the technicians from the Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural on the process of institutional restructuring. It also becomes clear the importance of the participation of both Adriane Monteiro, as already mentioned, and of Maria de Lourdes Parreiras Horta one year before, in 1990.

We believe that, from the discussions undertaken by the working group, it was possible to glimpse another transformation that we consider significant. The Museu Histórico e Antropológico do Ceará is now known as the Museu do Ceará.

The first time that the possibility of this transformation is mentioned was in an article published on October 4th, 1990, when they announced the new exhibition project called Organização Modular do Museu do Estado (Modular Organization of the State Museum).⁵⁵ Then, in the newspaper *Diário do Nordeste*, on April 7th, 1991, it is noteworthy that the former Museu Histórico e Antropológico is already recognized by the press for its new name, Museu do Ceará. Despite this, it will continue to be called by its old names, until the end of 1993, when it is reopened under new direction.

We understand this change of name as an extension of the institution's performance, considering the plurality of its collection, whose typology could be divided at the time into historical, paleontological and ethnological. Terezinha Alencar confirms this hypothesis, stating that "(...) they wanted to choose a generic name that could encompass the diversity of the collection through a simpler and leaner name ...".⁵⁶

Although, at the end of 1992, the museum already had an institutional project, defined by the work group – especially Adriane Monteiro, as she was the main articulator with the media – and aimed at transforming the museum into a community-oriented institution with a research and restoration department and an exhibition project aimed at presenting the history of Ceará through modules, such project was not concluded.

In 1993, she became the first effective director after the transfer of the Museu Histórico e Antropológico do Ceará to the Palácio Senador Alencar and its name change to Museu do Ceará. From then on, the management of the institution was in charge of a group of intellectuals linked to the State in its various spheres of power.

Final considerations

We have observed up until here, in this small part of a long journey of transformation, how institutional changes – such as name, headquarters and manager style modifications – in the Museu do Ceará have been linked to a wider set of discussions that goes beyond the institution itself, involving the spheres of the federal and the state governments.

We understand the changes performed in this museum are intertwined with a cultural policy – broadly understood here, including the moments of inactivity – and

that this policy is guided by interests of groups that are constantly in dispute not only to control power in the present, but to shape the past according to their desires and goals.

Modifying the name – in order to expand possibilities of work – shows us a search for the expansion of forms of appropriation of the institution that, removing the adjectives “historical and anthropological”, erases from its identity an image linked to a purely intellectual perspective, or exclusively to intellectuals.

Transferring the headquarters of the Museu Histórico e Antropológico do Ceará to a location protected by federal government for its artistic and historical value, representing the institution of power (a facility built to be the Assembleia Provincial which later hosted a series of other official institutions), located downtown Fortaleza – a “problematic” region, due to the feeling of insecurity and lack of organization – whose process of patrimonialization was nonetheless initiated by civil society through a member of its intellectual elite, becomes iconic, as it represents the affirmative insertion of this political group in history.

Changing the management profile of those responsible for coordinating the actions of the institution was part of a context that aimed to put Ceará on the map of what was understood as modern, staffing public institutions – or at least part of them – with technically trained personnel, legitimized by ideologies that are different from before.

Such transformations did not happen by chance. As a result of international and national exchanges, the ideals that allow them to modify the different ways of relating museums and society are still in dispute, and the study on the case of the Museu do Ceará is only one of many possible, each with its own particularities, but always interconnected and reaching different levels of communion.

Notes

1 HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Museums and the shaping of knowledge*. Londres, UK: Routledge, 1992, p. 1.

2 RANGEL, José. “Museu é motivo de seminário”. In: *Jornal O Povo*. Fortaleza, Feb. 3rd, 1990, 3-B. 3 Idem.

4 “Museólogos debatem a falta de público”. In: *Jornal O Povo*. Fortaleza: February 5th, 1990, 10-A.

5 PARENTE, Joséênio; ARRUDA, José Maria (orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 7.

6 BONFIM, W. L. de S. “De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará”. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (Org.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002, p. 35-62.

7 Idem, p. 39.

8 BARBALHO, Alexandre. “Modernos e distintos: política cultural e distinção nos Governos das Mudanças (Ceará, 1987-1998)”. In: *Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo, v. 4, nº 10, July 2007, p. 111-123.

9 Idem.

10 CALABRE, Lia. “Políticas Culturais no Brasil: balanço & perspectivas”. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EdUFBA, 2007, p. 94.

11 Idem, p. 93.

12 RUBIM, Antonio Albino Canelas. “Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios”. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EdUFBA, 2007, p. 23.

13 COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: FAPESP/Illuminuras, 1997. p. 292.

14 CANCLINI, Néstor García. “Para un diccionario herético de estudios culturales”. *Fractal*, nº 18, Jul-Sep, 2000, nº 4, v. 5, p. 11-27.

15 SIMIS, Anita. “A política cultural como política pública”. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EdUFBA, 2007, p. 152.

16 “Museus Cearenses ainda mantêm distanciamento da comunidade”. In: *Jornal O Povo*. Fortaleza, Feb. 6th, 1990, p. 8-A.

17 SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo; RAMOS, Francisco Régis Lopes (orgs.). *Museu do Ceará: 75 anos*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007, p. 233.

18 “Interesse é resgatar o Centro”. In: *Jornal O Povo*. Fortaleza: February 6th, 1990, p. 8-A.

19 “Museu ocupa prédio da Assembleia Provincial”. In: *Jornal Diário do Nordeste*. Fortaleza: Mar. 27, 1990.

20 GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *Plano de Mudanças*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1987, p. 101.

21 Idem.

22 Ibidem.

23 Ibidem, p. 102.

24 HOLANDA, Cristina Rodrigues. *Museu Histórico do Ceará: a memória dos objetos na construção da História (1932-1942)*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2005.

25 RUOSO, Carolina. *O Museu do Ceará e a linguagem poética das coisas (1971-1990)*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2009.

26 FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

27 “Museus Cearenses ainda mantêm distanciamento da comunidade”. In: *Jornal O Povo*. Fortaleza: Feb. 6, 1990, p. 8-A.

28 Idem.

29 Ibidem.

30 Ibidem.

31 Ibidem.

32 SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e RAMOS, Francisco Régis Lopes (orgs.). *Museu do Ceará: 75 anos*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007, p. 189.

- 33 Transferência dificulta visita. In: *Jornal O Povo*, Fortaleza: April 5th, 1990, p. 7-B.
- 34 RUOSO, Carolina. *Op. cit.*, p. 206.
- 35 Idem.
- 36 OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues. *Juntar, separar, mostrar: memória e escrita da história do Museu do Ceará (1932-1976)*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2009.
- 37 These transformations in the field of History and of the historian may be better understood, on a national and state wide scope, respectively, in FALCON, Francisco José Calazans. "A Identidade do Historiador". In: *Revista Estudos Históricas*, v. 9, N. 17, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1996; MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. "Os historiadores do Ceará". In: *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 115, 2001.
- 38 MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André. *Vers une redéfinition du musée*. Paris: L'Harmattan, 2007.
- 39 NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares de memória". In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, 1993.
- 40 NAMER, Gerard. *Mémoire et société*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.
- 41 DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EdUSP, 2007.
- 42 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- 43 Idem, p. 422.
- 44 CURY, Marília Xavier. *Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção*. 2005, PHD Thesis in Social Communication, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2005, p. 53.
- 45 Idem, p. 24.
- 46 GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. *L'interdisciplinarité en Muséologie. MuWop/DoTraM*. Estocolmo: ICOM, nº 2, 1981, p. 58-59.
- 47 "Museus Cearenses ainda mantêm distanciamento da comunidade". In: *Jornal O Povo*. Fortaleza: Feb. 6, 1990, p. 8-A.
- 48 BESERRA, Concy. "Reforma inaugura nova concepção". In: *Jornal O Povo*. Fortaleza: Oct. 4th, 1990, p. 6-B.
- 49 Idem.
- 50 Ibidem.
- 51 Ibidem.
- 52 MENEZES, Rosy Mary Bezerra de. "Museu vai contar em módulos a história do Ceará". In: *Jornal Diário do Nordeste*. Fortaleza: April 7, 1991, s/p.
- 53 The source affirms that in the institution, at that moment, there was no museological or museographic project. Due to the subjects involved, it was chosen to interpret as a museographic project the one that was developed by Henrique Barroso and Fernando Barbosa, considering there was a set of actions taken, encompassing inventory, cataloging, research, exhibition organization, as well as other actions of particular museographic character.
- 54 MENEZES, *Op. cit.*
- 55 BESERRA, Concy. "Reforma inaugura nova concepção". In: *Jornal O Povo*. Fortaleza: Oct. 4th, 1990, p. 6-B.
- 56 MORENO, Márcia Rejane Bitu. *Museu do Ceará – Relatos da Administração de um bem cultural (1932-1996)*. Dissertation (Post Graduation on Public Management). Post-Graduate Program on Public Policies. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

Reservas técnicas visitáveis: o caso do Museu Histórico Nacional e do Museu D. João VI

Jéssica Valente*

Recebido em: 13/11/2016
Aprovado em: 10/02/2017

* Museóloga graduada pela UNIRIO. Realizou seis meses de estágio no Museu de Imagens do Inconsciente e um ano e dez meses no Museu Histórico Nacional. Realizou o Curso Internacional: Conservação Preventiva de Bens Culturais pela FIOCRUZ e o Curso de Conservação e Restauro de Cerâmicas, Porcelana e Gesso pela ABRACOR. Como formada, atuou no projeto de catalogação e inventário na Igreja Santa Cruz dos Militares.

Resumo

O trabalho consiste numa análise das escolhas expográficas e processos de revitalização de dois museus brasileiros, o Museu Histórico Nacional e o Museu D. João VI, da UFRJ. Por problemas estruturais e processos de modernizações, optaram por um modelo, onde o visitante poderia usufruir de um museu/reserva ou uma reserva técnica observável, sendo ambos os projetos inspirados em museus internacionais que durante alguns anos exploraram esta forma de expor. O texto apresenta o resultado desses processos e discute a importância da conservação preventiva nestes ambientes.

Palavras-chave

Museu Histórico Nacional; Museu D. João VI; Reserva Técnica; Projeto de Modernização; Conservação Preventiva.

Introdução

O objetivo central deste trabalho é discutir uma nova prática expográfica em museus, hoje em dia muito em voga: a utilização da parte técnica como atrativo para o público, ou seja, formar novos vínculos com o visitante, levando-o a conhecer seus bastidores. Uma das áreas consideradas mais atrativas da parte técnica de um museu é a reserva técnica, que, por seu potencial de visitação, ao guardar grande parte do acervo, estimula o imaginário do visitante, que tende a associá-la a uma de “caixa de tesouros”. O trabalho contará com o exemplo de dois museus brasileiros que, embora tenham trajetórias diferentes, apresentam semelhanças pontuais no tipo de acervo e de proposta de revitalização.

Pretende-se mostrar como as áreas de preservação-conservação e da comunicação são essenciais para os museus na atualidade e como seu equilíbrio pode ajudar na fruição de novas exposições e na sua relação com o público. Outro aspecto relevante é a correlação entre educar e criar práticas de preservação. Esse ato não deve ser encarado como uma barreira comunicacional nas instituições e sim como uma forma de gerar vínculos sociais com o expectador, tornando-o mais consciente e crítico.

Para a realização desta pesquisa, foi usada como metodologia a coleta de dados documentais e históricos relacionados às reservas técnicas do Museu Histórico Nacional e do Museu D. João VI.

Estas reservas técnicas visitáveis foram inspiradas em museus estrangeiros, como o caso do Glenbow Museum, que, entre os anos de 1978 e 1981, investiu em um projeto piloto com o objetivo de mostrar e possibilitar o acesso de um maior número de peças aos seus visitantes, dando maior visibilidade às suas peças e transformando a sua área de guarda em exposição.

Os museus estudados são instituições tradicionais que, por falta de espaço ou processo de modernização, precisaram lidar com grandes obras

arquitetônicas que trouxeram desafios para os profissionais da Conservação e da Comunicação. Desse modo, uma forma de “driblar” esses bloqueios foi a alternativa de elaboração de um espaço expositor unido à reserva técnica. O primeiro caso refere-se ao Museu Histórico Nacional (MHN), ligado ao Instituto Brasileiro de Museus, do Ministério da Cultura. O segundo trata de um fato mais específico, o Museu D. João VI, da Escola de Belas Artes (EBA), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), que é um museu-reserva propriamente dito, sendo um lugar de estudos e pesquisas que se reinventou com essa nova categoria – uma instituição universitária voltada para os próprios alunos e pesquisadores, e não muito frequentada pelo público em geral.

Reserva técnica

As reservas técnicas são fundamentais para museus, pois os acervos encontram-se em grande parte nesta área de segurança.¹ Sem o acondicionamento correto, há uma aceleração dos processos de deterioração ou até mesmo sofrer furtos e incêndios. Por isso, as instituições devem dar a devida importância para as áreas de conservação, sobretudo as reservas técnicas. É fundamental que as instituições museológicas, a partir de métodos e princípios científicos, elaborem projetos de Conservação Preventiva, nos quais sejam incluídos projetos de reserva técnica, com controle ambiental, mobiliário adequado e segurança contra incêndios e inundações. Além disso, devem ser estabelecidas regras de manuseio e de transporte como forma de salvaguardar as coleções.

Durante o tempo em que as áreas de reservas técnicas foram tratadas apenas como depósitos, o espaço de guarda dos objetos era muitas vezes o mesmo de outros materiais. Ainda nos dias atuais existem reservas técnicas de diversas instituições museológicas brasileiras que, por falta de verba ou esclarecimento dos profissionais que trabalham no local, muitas vezes não são museólogos ou conservadores, acreditam ser a reserva técnica uma extensão de laboratórios ou depósitos de materiais museográficos.

Quando a instituição se instala num prédio histórico que passou por processo de tombamento, torna-se difícil realizar modificações arquitetônicas. Em um projeto de implantação ou adaptação de uma reserva técnica, os

profissionais envolvidos devem levar em consideração o local onde ela será instalada, pois sua localização deve ser um ponto estratégico, que demanda avaliação climatológica, viabilidade de movimentação de peças, bem como planejamento de segurança.

Lugares úmidos e com temperaturas oscilantes a níveis extremos não são adequados para sua localização. Instalações subterrâneas possuem grande potencial de infiltrações e inundações. Assim, o controle das instalações hidráulicas deve ser constante nas instituições, pois, mesmo com equipamentos que buscam controlar a umidade, as infiltrações ou o contato direto com a água podem causar danos permanentes no acervo. Além do controle rigoroso com a engenharia hidráulica, aspectos ligados à ventilação, à iluminação e à poluição devem ser considerados no projeto.

A área de guarda deve ser isolada do público e das áreas de trânsito. Deve ser instalado um sistema de proteção contra fogo e formas de retirada do acervo das áreas por ocasião de algum sinistro, como incêndios e inundações.

Também é preciso levar em consideração a disponibilidade espacial, o acervo existente e o seu crescimento exponencial. Deve ser levada em conta a possibilidade de uso do mobiliário compactador, pois através dele é possível racionalizar e otimizar espaços pequenos e armazenar maior quantidade de obras num só espaço, sendo importante que o espaço resista ao peso. Deve-se prever, também, as metodologias de transporte, inclusive os carrinhos utilizados no deslocamento de objetos para outras áreas de forma segura. Com isso, o planejamento e a organização dos espaços e das estruturas de acondicionamento dos objetos devem ser um procedimento realizado conjuntamente entre arquitetos, museólogos, curadores, conservadores e documentalistas, pensando sempre na segurança e nas necessidades que a conservação do acervo demanda.

Planejamento da reserva técnica segundo a conservação preventiva

A área de reserva técnica é o espaço físico destinado exclusivamente ao acondicionamento adequado do acervo não exposto. Para realizar a sua manutenção, é preciso ponderar três aspectos: a segurança contra acidentes, roubos e vandalismos, o controle ambiental e a forma de acondicionamento.²

O primeiro item, como dito anteriormente, deve ser o controle da área de acesso à reserva técnica, sendo restrito a certo número de profissionais, evitando-se o roubo de objetos ou o manuseio inadequado. Para dar suporte ao controle de segurança, os acervos devem estar devidamente registrados e possuir um mapeamento ou uma numeração sobre a localização exata para facilitar a recuperação.

Outro acidente que as instituições estão vulneráveis são os incêndios. Por isso as reservas técnicas não podem guardar materiais inflamáveis, solventes ou produtos destinados ao laboratório de conservação, que são altamente inflamáveis e devem estar longe das áreas de guarda. É necessário que a instituição instale extintores de incêndios em lugares estratégicos e realize treinamentos regulares com os funcionários. Os prazos de validade devem ser respeitados, bem como os períodos de recarga.

O controle ambiental deve estar interligado ao monitoramento constante da umidade, iluminação, temperatura, agentes biológicos e poluentes. Com isso, é preciso realizar treinamentos periódicos com os funcionários que limpam e realizam manutenção do espaço, para assim ajudar na identificação de possíveis vestígios de ataques biológicos antes de realizar a limpeza do espaço, que pode acabar camuflando os invasores.

Ao realizar a higiene do espaço, é preciso utilizar apenas o aspirador de pó. Os produtos comuns de limpeza, como ceras, por exemplo, não devem ser utilizados constantemente, e em muitos casos podem até mesmo não fazer parte dessas rotinas.

A seguir, apresentamos alguns conceitos que museólogos e conservadores que trabalham em reservas técnicas devem conhecer:

Luz e radiação podem colocar o acervo em perigo grave, principalmente os compostos de materiais orgânicos, sendo que as radiações ultravioleta, 200 a 400 nm, são as que causam maiores estragos. Essas radiações podem provocar alterações irreversíveis na estrutura molecular dos materiais, ocasionando processos de despigmentação, amarelecimento, escurecimento, desbotamento, fragmentação e muitas outras degradações.

As luzes da área de depósito devem possuir uma intensidade de 150 lux ou menos, e uma proporção de ultravioleta não superior a $75\mu\text{W/lm}$. As luzes devem ficar apagadas quando a área não estiver em uso e as fontes de iluminação natural — janelas, claraboias,

portas —, controladas por meio de cortinas, persianas ou venezianas. O mobiliário que contém acervo deve ser posicionado a partir de um mapeamento da incidência direta da luz. A ventilação natural e a iluminação devem partilhar de um programa integrado, de forma que um elemento não interfira no controle de outro.³

Temperatura e umidade agem de forma conjunta, pois a umidade relativa do ar está diretamente ligada à temperatura do ambiente. A umidade do ar pode provocar vários processos de degradação, como ação corrosiva quando está muito úmido ou desidratação quando está muito árido. Quando há grandes oscilações, as peças sofrem dilatações e compressões, causando grande esforço físico nos objetos. Além disso, o ambiente úmido é o meio propício para o crescimento de microrganismos e proliferação de insetos.

A manutenção da temperatura e da umidade relativa deve ser realizada com o monitoramento constante por meio de equipamentos de medição, como os termo-higrômetros e termo-higrógrafos, sendo necessários sistemas integrados, por meios mecânicos, ou não, como forma de controle climatológico.

Em termos de poluição, temos os gases liberados pelas indústrias e pelos carros, gás carbônico e o anidrido sulfúrico. Com a umidade do ar, os gases produzem compostos ácidos que degradam os objetos. Outros componentes que vêm no ar, como o pó, a terra, a fuligem, o pólen, os esporos de fungos, podem aderir aos objetos. Sendo esses abrasivos, quando junto à umidade aceleram a degradação química.

O ataque biológico às coleções ou aos arquivos geralmente ocorre através do ambiente externo ou por meio de materiais infestados. A falta de controle ambiental contribui para o aparecimento de insetos e fungos. Os acervos mais prejudicados são os que contêm materiais orgânicos, pois são a forma de alimentação desses agentes biológicos. Além disso, seus excrementos, casulos, teias provocam a degradação dos materiais.

Com isso, é necessário possuir um “Plano de Gerenciamento de Pragas”, que, como dito anteriormente, consiste em treinar os funcionários de limpeza para identificar infestações, em fazer inspeções periódicas do ambiente e dos mobiliários e em elaborar um plano de desinfestação, sobretudo utilizando métodos inertes, como o congelamento ou a anóxia.

O público e a reserva técnica

De modo geral, o público ao visitar os museus percorre os espaços expográficos sem se dar conta dos outros setores que existem dentro da instituição. Nos dias atuais, muitos visitantes ainda não se deram conta da existência de reservas técnicas, laboratórios, bibliotecas e até mesmo de alguns setores administrativos.

Alguns visitantes sabem da existência do que venha a ser uma reserva técnica, mas muito superficialmente. Imaginam um espaço onde é guardado o acervo, os itens especialmente valiosos da instituição, como quadros, esculturas, publicações raras, etc., que poucas vezes são expostos e cujo acesso seria restrito. Outros imaginam um depósito onde as peças com avarias, ou necessitando de restauro, ou as de “baixo valor pecuniário” estariam.⁴

Como forma de aproximar mais os visitantes e conscientizá-los sobre o trabalho que é realizado nas reservas técnicas, muitos museus começaram a incluí-las, assim como outros setores técnicos, em programas educativos. Como exemplo, desde 2002, o Museu Imperial de Petrópolis criou a ação educativa “O Museu que não se vê”,⁵ em que os participantes conhecem os setores técnicos e suas curiosidades, como formas de conservação e preservação. Programas com estas características: educar, esclarecer, informar, do aspecto técnico ao caráter lúdico, “curioso”, levam o frequentador a saber da existência desse setor, e aqueles que possuem noção de que ele existia a quebrar barreiras do imaginário, ao ter um contato mais próximo com a instituição, sendo conscientizado sobre a importância dos museus na preservação do patrimônio.

Além dos programas educativos, alguns museus começaram a integrar as reservas técnicas aos espaços expográficos⁶ e outros, na tentativa de criar novas modalidades de exposição, aproveitando as áreas pouco utilizadas.

Como já foi mencionado, o pioneiro dessa tipologia de exposição foi o Glenbow Museum,⁷ em Calgary, oeste do Canadá, que possui atualmente mais de 8.600 m² de espaço de exposições em mais de vinte galerias.

Entre 1978 e 1981, o museu investiu em um projeto-piloto em que o objetivo era mostrar o maior número de peças aos seus visitantes, dando maior acesso às suas peças. O experimento teve como base projetos similares realizados em 1976 no Museu de Antropologia, na Universidade da Colúmbia Britânica, em Vancouver, sendo que o que o diferenciava era a tipologia de acervo entre os dois museus.

O projeto piloto do Glenbow consistia na criação de um espaço interpretativo, uma área didática, com armários com vários objetos utilizados em programas escolares, mesas e cadeiras para fazer apresentações e discussões em grupo e projetores audiovisuais. Após estas áreas, eram encontradas largas vitrines em forma de meia-lua, com base de madeira e equipadas com luzes automáticas e armários com gavetas deslizantes, tanto na vertical como na horizontal. As faces exteriores das gavetas eram pintadas em tom de cinza metálico e possuíam interruptores elétricos e alças. Nesses dois mobiliários eram colocadas poucas etiquetas embaixo dos objetos, dispostos segundo sua origem cultural e sua tipologia. As informações contidas nas etiquetas eram: nome, origem e número de inventário.

Os resultados da experiência foram bem variados. Terminada a implementação do projeto-piloto, observou-se como os visitantes reagiram. Foi notado que poucas pessoas utilizavam os mobiliários com de gavetas. A maior parte dos visitantes nem chegava a esta área, limitando-se muitas vezes apenas às vitrines em formato de meia-lua. Os críticos do projeto defendem que o público em geral sentia-se intimidado, pois o espaço era muito diferente do que já haviam visto no museu, assim como a pouca quantidade de rótulos e a grande concentração de peças desestimulavam o observador. Quando questionado, o público muitas vezes afirmava que não entendia aquela parte do percurso e não sabia dizer se era ou não uma continuação das outras exposições.⁸

Já os seus defensores afirmam que a ideia da reserva técnica aberta ao público não teria como ideal realizar uma exposição-padrão. O projeto seria uma continuação de etapas, a primeira sempre uma área interpretativa, após uma exposição educacional e um terceiro módulo de gavetas, sendo que, em cada espaço, proporcionaria uma forma de experimentar o museu.

Os visitantes que entraram na reserva/exposição e utilizaram as gavetas não acharam fácil seu manuseio, sendo ainda mais difícil para crianças e pessoas em cadeiras de rodas. Além disso, com o tempo, a manipulação constante começou a ser prejudicial para as peças e para o suporte, que aos poucos foi cedendo.

Outro desafio que o museu teve foi que alguns objetos, ao serem colocados em armazenamentos visíveis, como, por exemplo, os grandes

vestidos, só poderiam ser colocados em grandes gavetas, sendo que não existia nenhum sistema de armário/gaveta acessível ao público que não deteriorasse o tecido.

Com as dificuldades do projeto, em 1985 foi decidida a retirada da exposição/reserva. Alguns dos equipamentos foram transferidos para outras exposições e algumas gavetas tornaram-se espaço para pesquisas e armazenamento de peças em outros locais. Com o tempo, todo o acervo foi informatizado e tornou-se acessível ao público de forma virtual. Mesmo com a retirada da exposição/reserva, foram realizadas muitas outras utilizando a mesma ideia de mostrar a maior quantidade de objetos para o público, porém empregando outros tipos de conceito.

Projeto de modernização do Museu Histórico Nacional

O projeto de modernização foi planejado para ser realizado em três fases. Contou com vários patrocinadores e apoio de órgãos importantes na cultura, sendo um projeto coordenado pela diretora Vera Tostes, museóloga, que trouxe grandes avanços e melhorias para a instituição.⁹

A primeira fase foi realizada entre dezembro de 2003 e setembro 2004 contando com a aprovação do IPHAN. Nesse momento foi recuperado mais de mil e quinhentos metros quadrados de área próxima ao Pátio da Minerva. Além do pátio, foram recuperadas duas grandes galerias, sendo uma no térreo e outra no segundo andar. Essa obra possibilitou a instalação de escadas rolantes e de elevadores para portadores de necessidades especiais. Na recepção foram criados um guarda-volumes, uma cafeteria, sanitários e uma área de serviços gerais. Além dessas obras, foi restaurada a escultura equestre em gesso de D. Pedro II, de Francisco Manuel Chaves Pinheiro, que foi colocada no primeiro andar, no hall das escadas rolantes.

A segunda fase foi realizada de novembro de 2004 a novembro de 2005, sendo patrocinada pela AAMHN e pela Caixa Econômica Federal. Nessa etapa foi removida a laje da parte do conjunto arquitetônico que era utilizada pelo Ministério da Agricultura, onde existia um jardim de experimentos agrícolas. Esse jardim ficava perto da reserva técnica, em cima de um auditório que estava em péssimas condições, causando, assim, muita insalubridade e comprometendo o acervo.

A reserva técnica sofreu interferência de espaço, devido às obras de 2003. Elas provocaram algumas mudanças nesse setor. Para proteger o acervo, foi necessário fazer parcerias com o Exército para que fosse viabilizada a transferência das coleções de mobiliário para o Arsenal de Guerra, no Caju, possibilitando o devido monitoramento e supervisão enquanto o museu realizava suas obras.

Em 2005, com a criação do Pátio Gustavo Barroso e a finalização de suas obras, a reserva técnica voltou aos poucos ao seu funcionamento, reagrupando o seu acervo emprestado e os que se encontravam espalhados em depósitos e em outras salas do museu.

Agora, com todo acervo não exposto localizado em todo o lado direito do novo pátio e todo acervo de mobiliário localizado num trecho da lateral esquerda. A reserva foi modernizada e implantaram um sistema onde o visitante poderia visualizar a maior parte do seu interior, isto é, no lugar das paredes de alvenaria que existiam nas laterais do pátio foram colocados vidros, deixando apenas a parte da pinacoteca com as paredes totalmente fechadas.

Em 2006, a reserva já se encontrava totalmente pronta e com seu acervo retornado e acondicionado no devido lugar. O programa educativo foi desenvolvido para que estudantes e pesquisadores, em visitas especiais, pudessem visualizar as obras do seu interior, além da possibilidade, por parte pessoas com deficiência visual, de manusear algumas selecionadas.

A terceira e última fase de obras foi realizada em 2005, com o patrocínio do BNDES e do Ministério da Cultura, quando foram feitas obras para aumentar o auditório que existe logo na entrada do museu. Paralelamente a essas obras, em 2006, iniciou-se o “Projeto de revitalização do circuito de exposição de longa duração” com a finalidade de ocupar todo o segundo andar de exposição. Foram realizadas obras no terceiro andar, para melhorar a parte administrativa do museu.

Todas as obras foram inauguradas no dia 19 de maio de 2006, com a presença do ministro da Cultura, Gilberto Gil. Os avanços na exposição não pararam por aí. Até 2010 foram instalados elevadores, rampas para pessoas com cadeira de rodas, lojinha do museu e feitas melhorias na exposição permanente.

Projeto de modernização do Museu D. João VI. (2005/2011)

O Museu D. João VI é um museu universitário pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro. A origem do acervo está associada à implantação do ensino artístico regular, no Brasil, com a chamada Missão Artística Francesa de 1816.¹⁰

A missão, chefiada por Joachim Lebreton, deu origem à Real Escola de Artes e Ofícios, que mais tarde torna-se Academia Imperial de Belas Artes (AIBA). A AIBA formou diversos artistas brasileiros, e, com o material didático, eram encomendados diversos moldes de esculturas famosas da Europa que, no futuro, passaram a constituir o acervo da escola. Outra parte da coleção, acumulada durante os anos, refere-se aos estudos dos alunos, obras premiadas e peças produzidas para o concurso de professores.

Em 1975, a Escola de Belas Artes foi transferida para a Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, no prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). Nessa época, através do olhar museológico do professor Almir Paredes Cunha, sugeriu-se a ideia de criar um museu com a coleção. Com isso, o Museu D. João VI foi inaugurado em 1979, situado durante anos no segundo andar, e aí permanecendo até 2008, quando passou por um processo de revitalização.

O projeto foi dividido em três fases: a primeira foi a expansão do banco de dados informatizado e a disponibilização do catálogo do acervo em seu sítio virtual, que foi dividida, por sua vez, em duas etapas. A primeira constituía em realizar a ampliação do banco de dados criado entre 1995 e 1999 no projeto 180 Anos da Escola de Belas Artes: 1816/1996. Assim, o objetivo do novo projeto foi ampliar o trabalho já realizado e disponibilizar o acervo de forma virtual, podendo, no futuro, receber atualizações recorrentes. O projeto durou dois anos, de 2005 a 2007, tendo como resultado o catálogo virtual, ambientado no endereço eletrônico www.museu.eba.ufrj.br, contendo um banco de dados do acervo arquivístico e museológico e conteúdos com diversas informações sobre a origem do museu e sua localização. A segunda etapa foi realizada entre 2010 e 2011, quando o acervo arquivístico foi todo digitalizado, totalizando 28.300 páginas, que também se encontra disponível para consulta na página virtual do museu.

A segunda fase constituiu na conservação do acervo, e também foi dividida em duas etapas. A primeira foi a higienização/conservação de todo o acervo museológico. Já a segunda priorizou a restauração do acervo de pinturas, que recuperou 339 telas, livrando-as de ataques biológicos, e restaurando-as de rasgos e perdas.

A terceira e última fase foi a mais importante, e diz respeito diretamente a este trabalho, isto é, à modernização da reserva técnica.¹¹ Inicialmente, o projeto só previa a modernização do espaço, pois era necessário lidar com as infiltrações da cobertura do museu. O museu ficava num local todo fechado para o lado de fora e possuía um teto construído por cúpulas de concreto e acrílico, que com o tempo foram deteriorando-se, comprometendo a cobertura e a iluminação do espaço.

Antes do projeto financiado pela Petrobras, foram criados inúmeros outros, porém todos com um custo muito elevado, tornando inviável sua realização. Além disso, o museu por muito tempo ficou fechado, permitindo-se apenas a entrada de pesquisadores. A solução encontrada foi a troca de espaço físico. Depois de muito debate, consultorias e pesquisas, foi decidido transferir o museu para o sétimo andar do mesmo prédio, onde havia um lugar mais arejado e seguro para o acervo, porém, um lugar menor e que exigiria uma nova forma de expor e de acondicionar, criando, assim, a ideia curatorial de uma reserva técnica visitável.

Sendo assim, ao longo de 2006 e 2007, conforme o acervo era higienizado e passava pelos processos de conservação e restauração, as peças eram embaladas e identificadas para a nova mudança. O projeto de troca de espaços ainda contou com a compra de trainéis, mapotecas e equipamento de controle e monitoramento de temperatura.

Através de inúmeras reuniões, foi aceita a proposta do reitor, professor Aluísio Teixeira, para que o museu cedesse seu lugar no segundo andar para três bibliotecas: da EBA, da FAU e da IPPUR. Estas bibliotecas passaram a funcionar juntas, tornando-se uma Biblioteca Integrada, podendo dispor de mais funcionários e equipamentos. Em contrapartida, o museu ocuparia o sétimo andar, no antigo local da Biblioteca da EBA, ficando ao lado o arquivo e a Biblioteca de Obras Raras da EBA, que, através de um consenso, permaneceu no local.

Dessa forma, o Museu D. João VI transformou-se em um complexo, que abriga o museu/arquivo e a Biblioteca de Obras Raras, mais a Escola de Belas Artes, tudo agrupado no mesmo espaço, facilitando os cuidados de conservação e vigilância.

Análise do Museu Histórico Nacional

A implantação das grandes janelas e do Pátio Gustavo Barroso não surtiu o efeito desejado. Uma das primeiras reclamações dos técnicos foi a elevação da temperatura, devido à pela aridez do pátio, cujo piso é feito de pedra na cor clara. Sendo um local de grande incidência de sol durante o dia todo, parte deste calor é refletido pelo piso, aumentando a temperatura dentro das reservas. Ademais, durante algumas horas do dia o sol se refletia diretamente nos vidros.

Quando as chuvas eram muito fortes, o local tendia a encher, provocando alagamentos dentro da reserva. Esses alagamentos ocorriam com frequência, pois o nível da reserva estava abaixo do nível da rua. Com as grandes chuvas e a coincidência da maré alta, o mar se elevava e a capacidade de escoamento do museu passava do limite, ocorrendo alagamentos.

Como forma de amenizar esses efeitos negativos, foram colocados toldos em toda a lateral do pátio, ajudando a amenizar os danos provocados pelo do sol e pela chuva. Além disso, foram fixadas cortinas em todas as janelas abertas, que passaram a ficar a maior parte do tempo tampando totalmente a visão do visitante. Apenas a porta, também de vidro, continua a possibilitar a visualização do interior. Somente nos dias de eventos noturnos e específicos, as cortinas são elevadas, possibilitando a visualização do acervo. Dessa forma, foi perdida a proposta de reserva técnica visível.

Outro problema é a falta da manutenção dos filtros das janelas, que, desde a implantação da reserva, ainda não foram trocados e que já perderam sua capacidade de refletir a luz ultravioleta. O problema de alagamento foi resolvido com a implantação de bombas que retiram o excesso de água para fora do museu. Apesar de terem ocorrido alguns defeitos eventuais, sua instalação tem minimizado o risco de alagamento.

Por fim, podemos dizer que sob certos aspectos o projeto não correspondeu totalmente às expectativas, uma vez que a reserva fica a maior

parte do tempo tampada pelas cortinas em decorrência da dificuldade de controle ambiental.

Na questão da comunicação museológica, não existe uma exposição em si dentro da reserva. Geralmente as visitas são mediadas pelos museólogos, sendo apresentado um panorama geral das atividades técnicas realizadas no ambiente de reserva. É permitido ao visitante andar pelos os corredores, podendo visualizar livremente o acervo que não é guardado dentro de armários, como a armaria, bustos, vasos e outras tipologias de acervo.

Como o projeto não foi adiante, para usufruir do espaço é necessário marcar a visita técnica, para ter uma mediação no espaço. Não existe um modelo preestabelecido de mediação; o técnico responsável acompanha o visitante e vai relatando peculiaridades sobre as peças e a história do museu, e, dentro das normas de segurança, o visitante pode ir olhando as obras ao redor e os armários que o profissional mostra.

Análise do Museu Dom João VI

Como vimos, no decorrer dos anos a estrutura do andar não possibilitava que o museu abrigasse sua exposição e acervo em guarda de forma segura nem os visitantes conseguiam usufruir do circuito. O espaço era escuro e sofria com infiltrações recorrentes, que eram extremamente danosas para o acervo, pois locais úmidos e abafados acabam sendo ambiente propício para ataques biológicos e infestações.

O marco decisivo para a história do museu foi a troca de andar. Esta troca de espaço foi decisiva para que houvesse uma mudança do caráter estrutural do museu, que passou a assumir, de forma efetiva, uma nova missão, isto é, enfatizando seu caráter de museu universitário e sua natural propensão à pesquisa, sobretudo como suporte ao Programa de Pós-graduação em Artes Visuais (PPGAV).

As obras foram organizadas de tal forma que praticamente todo o acervo pudesse de ser visualizado. O museu não conta com etiquetas ou textos, porém, sendo solicitado, o visitante pode usufruir do catálogo com as informações das obras ou do sistema virtual. Por ser uma reserva técnica, a visita fica limitada a até doze pessoas, para assim não ocorrer uma grande variação no controle relativo da umidade e do calor. Quanto

à visita de pesquisadores ou grupos, é necessário marcar previamente por e-mail ou telefone.

O novo museu conta com áreas claras de iluminação natural e grande parte da sua lateral é coberta por janelas transparentes, fechadas, que ajudam no controle de infestações, mas que podem provocar reações químicas e deterioração ao acervo. Segundo funcionários do museu, as janelas possuem filtros contra os raios solares, além de terem sido instaladas cortinas lisas em tons claros. Os trainéis que se encontram nas laterais, paralelamente às janelas, também contam com a mesma cortina.

Os armários grandes possuem portas de vidro, sendo possível sua visualização sem comprometer a integridade das peças, protegendo-as de poeira e possíveis choques mecânicos.

De modo geral, a qualidade do controle de conservação do acervo aumentou muito com o novo remanejamento das peças. Existe uma preocupação em manter a higiene do ambiente e o controle ambiental. As únicas precauções que o museu ainda deve tomar são a troca recorrente dos filtros das janelas, que, segundo os funcionários, ainda não passaram uma manutenção. E, se possível, a troca das cortinas por um material neutro, para evitar a liberação de gases tóxicos que poderiam reagir com as pinturas causando sua degradação.

Considerações finais

Existem inúmeros desafios que os museus têm que lidar na sua trajetória, como o Museu D. João VI, por exemplo, de perder espaço para conseguir um lugar estável para seu acervo, e o Museu Histórico, que busca por modernidade e ao mesmo tempo expor o máximo para seus visitantes.

A reserva técnica do MHN conta com um projeto arquitetônico falho, onde mostra a falta de valorização dos funcionários técnicos que lidam com as demandas diárias de uma reserva técnica. A supervalorização dos interesses comunicacionais acarretou decisões precipitadas, como problemas ambientais de aumento da temperatura do ambiente e a entrada excessiva da iluminação solar, acarretando, assim, novos desafios a serem superados.

Com a aplicação das persianas nas janelas e o insucesso, a ideia central do projeto, que consistia na visualização do seu interior, perdeu seu significado.

As atividades educativas e as visitas mediadas no interior da reserva mostram um excelente trabalho realizado com o público, sobretudo na preocupação com as pessoas e possíveis perdas parciais ou totais da visão. Os grupos visitantes aprendem conceitos de conservação preventiva e acondicionamento, como funciona o espaço, quais foram as diretrizes de distribuição de acervo e as formas de recuperar a localização de seus itens.

O Museu D. João VI soube como driblar a falta de espaço quando assumiu sua missão de um museu universitário que está destinado aos alunos, às pesquisas e aos estudiosos; sendo assim, sua transição para museu/reserva visitáveis pode ser considerada bem-sucedida e que cumpre sua ideia inicial.

A transição de espaços contou com uma equipe multidisciplinar e, mesmo perdendo espaço, foi bem executada. Antes, os setores possuíam receio de realizar doações devidos às goteiras, e agora doam francamente. Além disso, a otimização e a racionalização do novo espaço, bem como sua organização conforme critérios estéticos, repercutiram de maneira positiva sobre o público, que, segundo a museóloga Sônia Gomes, recebeu com grande aceitação o novo desenho do museu.

Mesmo contando com uma equipe, ainda existem dificuldades técnicas, sejam por questões políticas e administrativas, como a necessidade de colocação de persianas que possam atingir a qualidade desejada, sejam pela dificuldade encontrada referente às constantes greves que levam à diminuição do fluxo de visitantes.

Talvez a solução para as questões que envolvam expor, preservar, guardar, salvaguardar esteja no diálogo franco e aberto dos profissionais responsáveis pelas áreas da comunicação e da preservação-conservação. Um diálogo que possibilite um consenso equilibrado sobre a seleção do que mostrar nas exposições e do que pode ser explorado em visitas a reservas técnicas. Este consenso pode ser resolvido tendo como parâmetro o equacionamento equilibrado das funções dos museus, isto é preservar, mas coleções ao mesmo tempo que cumpre também a missão de atingir o atendimento ao público em termos de comunicação e educação.

No equilíbrio desta equação pode estar o sucesso do museu no seu diálogo com o público. Porém, tanto o Museu Histórico Nacional quanto o Museu D. João VI refletem impotentes esforços nesta busca de interações museu/acervo/público.

Notas

- 1 FRONER, Yacy-Ara. *1966 – reserva técnica*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 24 p. il.; 30 cm. (Tópicos em conservação preventiva, 8).
- 2 FRONER, Yacy-Ara (Org.). *Cadernos de Ciência & Conservação – Teoria e Contexto*, Belo Horizonte, v. 1, nº 1, 2014.
- 3 FRONER, Yacy-Ara. *1966 – reserva técnica*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 10.
- 4 JAOL, M. "¿Para qué sirven las reservas de los museos?". In: *Museum Internacional*, v. 47, nº 4. Paris, UNESCO, 1995, p. 5.
- 5 MUSEU IMPERIAL. "O Museu que não se Vê". 2010-2015. Disponível em: <<http://www.bdt.fat.org.br/acaro/sp/>>. Acesso em: 11 nov. 2016.
- 6 MIRABILE, Antonio. "A Reserva Técnica Também é Museu". In: *Boletim Eletrônico da ABRACOR* – nº 1, jun. 2010.
- 7 SLATER, Dennis. "Las Reservas Depósitos abiertos al público: un experimento del Museo". In: *Museum Internacional*. Paris, UNESCO, v. 47, nº 4, p. 13-17, 1995.
- 8 Idem.
- 9 MAGALHÃES, Aline Montenegro et. al. *Museu Histórico Nacional: 90 anos de histórias*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2013.
- 10 PEREIRA, Sonia Gomes. *O novo Museu D. João VI*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. 56 p.
- 11 MALTA, Marize. "Projeto Museográfico do Museu D. João VI e a questão da reserva técnica exibida" In: *O Ensino artístico, a História da Arte e o Museu D. João VI*. Rio de Janeiro: EBA, 2010.

Technical reserves open for to visitation: the case of the Museu Histórico Nacional and the Museu D. João VI

Jéssica Valente*

Received on: 13/11/2016

Accepted on: 10/02/2017

* Museologist with a BA from UNIRIO. She was an intern for six months at the Museu de Imagens do Inconsciente (The Museum of Images of the Unconscious) and for a year and ten months at the Museu Histórico Nacional. She held the International Course: Preventive Conservation of Cultural Goods at FIOCRUZ and the Course on Conservation and Restoration of Ceramics, Porcelain and Plaster by ABRACOR. As a graduate, she worked on the inventory and cataloging project at the Santa Cruz dos Militares Church.

Abstract

This article consists of the analysis of exhibition choices and the processes of revitalizing two Brazilian museums, the Museu Histórico Nacional (the National Historical Museum) and the Museu D. João VI at UFRJ. Due to structural problems and modernization processes, they opted for a model, in which the visitors could enjoy a museum/reserve or an observable technical reserve, both projects inspired by international museums that have been exploring this form of exhibition. This text shows the results of these processes and discusses the importance of the preventive conservation of such environments.

Keywords

Museu Histórico Nacional; Museu D. João VI; Technical Reserve; Modernization Project; Preventive Conservation.

Introduction

The main goal of this article is to discuss a new exhibition practice in museums, which is currently very popular: the use of the technical areas as an attraction to the public, that is, to form new bonds with the visitors by taking them to know the backstage. One of the most attractive areas of the technical part of a museum is the technical reserve, which, because of its potential for visitation, as it conserves much of the collection, stimulates the visitor's imagination, as they tend to associate it with a "treasure box". This work will analyze the example of two Brazilian museums which, regardless of their different trajectories, present specific similarities in their type of collection and proposal of revitalization.

We intend to show how the areas of preservation-conservation and communication are essential for the present museums, and how the balance between these areas can contribute to the enjoyment of the new exhibitions and to their relationship with the public. Another relevant aspect is the correlation between teaching and creating preservation practices. This line of action should not be faced as a communication barrier for the institutions but as a way of generating social bonds with the spectators, making them more aware and critical.

In order to accomplish this research, as our methodology, we collected documental and historical data related to the technical reserves of both the Museu Histórico Nacional and the Museu D. João VI.

These technical reserves open for visitation were inspired by foreign museums, such as the Glenbow Museum which, between 1978 and 1981, invested in pilot project aiming to show and enable the access to a larger number of pieces, turning its reserve area into an exhibition.

The museums we studied are traditional institutions, which, due to lack of space or a process of modernization, need to deal with great architectural works that offered challenges to Conservation and Communication professionals. Thus,

one way to “dribble” these obstacles was the alternative of elaborating an exhibition space connected to the technical reserve. The first case refers to the Museu Histórico Nacional (MHN) linked to the Instituto Brasileiro de Museus do Ministério da Cultura (Brazilian Institute of Museums of the Ministry of Culture). The second deals with a more specific case, the Museu Dom João VI, of the Escola de Belas Artes (School of Fine Arts – EBA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (Federal University of Rio de Janeiro – UFRJ), which is a reserve museum itself, a place of studies and research that has reinvented itself with this new category, a university institution with the students and researchers as target audience, as it is not regularly attended by the public.

Technical Reserves

The technical reserves are fundamental for museums because most of their collections are kept in this secured area.¹ Without proper storage, items may suffer from accelerated deterioration processes or theft and fire. Therefore, institutions should give due importance to conservation areas, especially their technical reserves. It is essential that museological institutions, based on scientific methods and principles, develop Preventive Conservation projects, which include technical reserve projects with environmental control, adequate furniture and fire and flood safety measures. In addition, handling and transportation rules should be established as a way of safeguarding the collections.

During the time when the technical reserve areas were treated as depots, the storage space of the objects was often the same as that of other materials. Still today, there are technical reserves of several Brazilian museological institutions that, due to lack of financial resources or training of their staff, who are often not museologists or conservators, believe that the technical reserve is an extension of laboratories or storage rooms for museographic materials.

When the institution is located in a historical building, which is protected as historical heritage, it becomes difficult to make architectural changes to it. In a project to implement or adapt a technical reserve, the professionals involved should take into consideration the place where it will be installed, since it must be strategically located, which requires a climatic assessment, adequate hallways for moving the pieces, as well as a security plan.

Humid places with temperatures varying at extreme levels are not adequate for the location of a technical reserve. Underground installations are highly susceptible

to infiltrations and flooding. Therefore, the institutions must have their hydraulic installations constantly under control, as even with humidity control equipment, any infiltrations or direct contact with water may permanently damage the collection. Besides rigorous control of the building hydraulic system, the project must include plans regarding ventilation, lighting and pollution.

The storage area must be isolated from the public and traffic areas. A fire protection system should be installed and there should be methods for collection removal from those areas in the event of an incident involving fire or flooding.

It is also necessary to take into account the spatial availability, the existing collection and its exponential growth. Consideration should be given to the use of compactor furniture, since it is possible to rationalize and optimize small spaces and store more pieces in the same space, and it is important that the space is able to support the weight of the collection. There should also be plans for transport methodologies, including trolleys used to safely move objects to other areas. Therefore, the planning and organization of spaces and structures for the storage of objects must be a joint effort between architects, museologists, curators, conservators and documentarists, always having in mind the security and the needs required to preserve the collection.

Planning the technical reserve according to its preventive conservation

The technical reserve area is the physical space destined exclusively to the adequate storing of the non-exposed collection. In order to carry out its maintenance, it is necessary to consider three aspects: safety against accidents, thefts and vandalism, environmental control and the packaging methods.²

The first item, as mentioned before, must be the access control to the technical reserve, as it should be restricted to a certain number of professionals, in order to avoid objects being stolen or inadequately handled. To support the security control, the collections must be properly cataloged and mapped or numbered on their exact location to facilitate their retrieval.

Another type of accident to which institutions are vulnerable is fire, so technical reserves cannot store flammable materials, solvents or products for the conservation laboratory that are highly flammable and should be far from the reserve storing areas. It is necessary for the institution to install fire extinguishers in strategic locations and to regularly train the employees. The extinguishers' expiration dates must be respected, as well as their recharge periods.

Environmental control should be coordinated with the constant monitoring of humidity, lighting, temperature, biological agents and pollutants. That requires periodic training of the staff who cleans and maintains the space to help identify possible traces of biological attacks before cleaning them up, which may end up masking the presence of these invaders.

When cleaning the space, only a vacuum cleaner must be used. Common cleaning products, such as waxes, for example, should not be regularly used or in many cases they might not even be a part of the cleaning process.

Some concepts that museologists and conservators working in technical reserves should know:

Light and radiation can put the collection in danger, especially items made of organic materials, and ultraviolet radiation, between 200 and 400 nm, are the ones that cause the greatest damage. These radiations can cause irreversible changes in the molecular structure of the materials causing depigmentation, yellowing, darkening, fading, fragmentation and many other degradation processes.

The lights in the storage area must have an intensity of 150 lux or less and a maximum ultraviolet irradiation rate of $75\mu\text{W}/\text{lm}$. Lights should be off when the area is not in use and natural light sources – windows, skylights, doors – should be controlled by curtains, blinds or shutters. The furniture containing the collection should be positioned considering the trajectory of the direct incidence of light. Natural ventilation and lighting should share an integrated program so that one element does not interfere with the control of another.³

Temperature and humidity act together because the relative humidity is a direct consequence of the ambient temperature. Air humidity can cause several degradation processes, such as corrosive action when it is very humid or dehydration when it is very dry. When there are great oscillations, the pieces undergo expansions and contractions, submitting the objects to great physical strain. In addition, the humid environment is the necessary medium for the growth of microorganisms and the proliferation of insects.

The maintenance of temperature and relative humidity must be constantly monitored by measuring equipment such as thermohygrometers and

thermohygrographs, and integrated systems, either mechanically or not, are required as a form of climate control.

In terms of pollution, there are gases released by industries and cars, carbon dioxide and sulfuric anhydride. Along with the humidity of the air, the gases produce acidic compounds that damage the objects. Other components that come in the air like dust, dirt, soot, pollen, fungal spores, can adhere to objects. Since those are abrasives elements, when they are mixed with humidity, they accelerate the chemical degradation.

The biological attack usually reaches the collections or files through the external environment or through infested materials. The lack of environmental control contributes to the growth of insects and fungi. Items made of organic materials are usually the most damaged, since they are the ones that feed these biological agents. In addition, their droppings, cocoons, webs cause degradation of materials.

Thus, it is necessary to have a “Pest Management Plan” which, as mentioned before, consists of training the cleaning staff to identify infestations, periodic inspections of the environment and furniture and elaborate a disinfestation plan, especially using inert methods such as freezing or anoxia.

The public and the technical reserve

In general, the public, when visiting the museums, goes through the exhibition spaces without noticing the other sectors that exist within the institution. Even today, many visitors have not yet realized the existence of technical reserves, laboratories, libraries and even some administrative sectors.

Some visitors know what a technical reserve is, but very superficially. They imagine a space where the collection is stored, the institution’s particularly valuable items such as paintings, sculptures, rare publications, etc., which are rarely exposed and would have their access restricted. Others imagine a warehouse where broken pieces, or items in need of restoration, or those of “low financial value” would be.⁴

As a way to attract more visitors and make them aware of the work done on the technical reserves, many museums have begun to include them as well as other technical sectors in educational programs. As an example, since 2002, the Museu Imperial de Petrópolis (Imperial Museum of Petrópolis) created the educational project “O Museu que não se vê” (The Museum that is not seen),⁵ in

which the participants get to know the technical sectors and their curiosities, such as conservation and preservation techniques. Programs with these characteristics of educating, clarifying, informing, from the technical aspect to the playful; “curious” one, lead the visitor to know the existence of this sector, and to those who already have a notion that it existed, to break barriers of the imaginary, having a closer contact with the institution, becoming aware of the importance of museums in preserving heritage.

Besides the educational programs, some museums have begun to integrate technical reserves into the exhibition spaces⁶ and others, in an attempt to create new exposition modalities, taking advantage of areas that are less used.

As it has already been mentioned, the pioneer in this type of exhibition was the Glenbow Museum,⁷ in Calgary, west of Canada. It has today over 8,600 square meters of exhibition space in over twenty galleries.

Between 1978 and 1981, the museum invested on a pilot project with the goal of showing the greatest number of pieces to its visitors, by giving greater access to them. The experiment was based on similar projects carried out in 1976 at the Museum of Anthropology, at the University of British Columbia in Vancouver, the difference between the projects of the two museums being their type of collection.

Glenbow’s pilot project consisted of creating an interpretive space, a didactic area, with cabinets containing various objects used in school programs, with tables and chairs to make presentations and group discussions and with audiovisual projectors. Behind these areas were found half-moon-shaped wooden-based showcases, equipped with automatic lights and cabinets with sliding drawers, which would slide both vertically and horizontally. The outer faces of the drawers were painted in metallic grey and had electrical switches and handles. In these two pieces of furniture were placed a few labels under the objects, arranged according to their cultural origin and their typology. The information on the labels was: name, origin, and inventory number.

The results of the experience varied a lot. By the end of the pilot project, they observed how the visitors reacted. They noticed a few people used the furniture with the drawers, most of the visitors not even went to this area, limiting themselves, most of the time, only to the half-moon-shaped showcases. Critics of the project argue that the public in general felt intimidated, as the space was very different from what they had seen in the museum, just as the small number of labels and the large

concentration of pieces discouraged the observer. When questioned, the public often claimed that they did not understand that part of the tour and could not say whether or not it was a continuation of the other exhibitions.⁸

Those in favor of the project, however, affirm the idea of a technical reserve open to the public would not aim to be a standard exhibition. The project would be a continuation of stages, the first being an interpretative area, after an educational exhibition and the third module would have the drawers, and each space would provide a different way of experiencing the museum.

The visitors who entered the reserve/exhibition and used the drawers did not find it easy to handle it, and it faced even harder for children and people on wheelchairs. Moreover, after a while, constant manipulation began to be detrimental to the parts and the support, which gradually deteriorated.

Another challenge the museum faced was that some objects, once put into visible storage, as for example the big dresses, could only be stored in big drawers, and there were not any furniture/drawer system accessible to the public that would not deteriorate the textiles.

With all the obstacles to the project, in 1985, they decided to cancel the reserve/exhibition. Some equipment was transferred to other exhibitions and some drawers were used for research and storage of pieces in other places. With time, all the collection was catalogued online and became virtually accessible to all the public. Even after the end of the reserve/exhibition, there were many other exhibitions with the same idea of displaying a greater number of objects to the public, but employing other concepts.

Modernization Project of the Museu Histórico Nacional

The modernization project was planned in three stages. It relied on several sponsors and on the support of important cultural institutions, and it was coordinated by its director Vera Tostes, a museologist, who brought great advances and improvements to the institution.⁹

The first stage was done between December 2003 and September 2004, with the approval of IPHAN (The Institute of National Historical and Artistic Heritage). At this point, an area of 1,500 square meters close to the Pátio da Minerva was renovated. Besides the patio, two other big galleries were renovated, one on the ground floor and another on the second floor. This work allowed the installation of escalators and elevators for people with special needs. At the reception desk, they installed a locker area, a cafeteria, toilets and a general services area. In addition to these various renovations, the equestrian sculpture in plaster of D.

Pedro II, by Francisco Manuel Chaves Pinheiro, was restored and placed on the first floor in the escalators hall.

The second stage was done between November 2004 and November 2005, and was sponsored by AAMHN (MHN's Friends Association) and by Caixa Econômica Federal (a public Brazilian bank). During this stage, the slab was removed from the part of the architectural complex that was used by the Ministry of Agriculture, where there was a garden for agricultural experiments. This garden was near the technical reserve, on top of an auditorium that was in very bad condition, an unhealthy environment, which also compromised the integrity of the collection.

The technical reserve suffered space interference, carried out in the renovations of 2003. The project caused some changes in this sector. In order to protect the collection, it was necessary to establish partnerships with army, so that the furniture collections could be transferred to the war arsenal in Caju, enabling proper monitoring and supervision while the museum carried out the renovation activities.

In 2005, with the creation of the Pátio Gustavo Barroso and the end of the renovations, the technical reserve gradually returned to its operation, regrouping its borrowed collection and whatever was scattered in warehouses and other rooms of the museum.

Now, all non-exhibited collection is located throughout the right side of the new patio and all furniture collection is located on its left side. The reserve was modernized and they implemented a system where the visitor could see most of its inside, that is, instead of the old brick walls on the sides of the patio, there are glasses, as only part of the picture gallery was closed with walls.

In 2006, the Reserve was completely ready, and had its collection returned and properly stored in its own place. The educational program was developed so that students and researchers, on special visits, could see the pieces inside the reserve, and there was also the possibility, for visual impaired visitors, to handle some selected pieces.

The third and last stage of the renovation was done in 2005, sponsored by the BNDES (the National Bank for the Social Development) and the Ministry of Culture, in which they extended the auditorium at the entrance of the museum. Additionally, in 2006, it has begun the "Revitalization Project for the long-term exhibition circuit", with the goal of completely occupying the second floor with an exhibition. Furthermore, the third floor was renovated to better accommodate the administrative part of the museum.

The inauguration of the renovations happened on May 19th, 2006, with attendance of the minister of culture, Gilberto Gil. But the improvements on the

exhibition did not stop there. Until 2010, a gift shop has been installed, and there were improvements to the permanent exhibition, including the installation of elevators and ramps for wheelchairs.

Modernization project of the Museu D. João VI (2005/2011)

The Museu D. João VI is a university museum that belongs to the Universidade Federal do Rio de Janeiro. Its collection originated from the introduction of the regular art education in Brazil, with the so-called French Artistic Mission, in 1816.¹⁰

The mission, headed by Joachim Lebreton, gave birth to the Real Escola de Artes e Ofícios (Royal School of Arts and Crafts), which was later the Academia Imperial de Belas Artes (the Imperial Academy of Fine Arts – AIBA). Several Brazilian artists graduated from AIBA and, with its didactic material, several molds of famous European sculptures were ordered which were later part of the school's collection. Another part of the collection, gathered over the course of the years, is composed of the students' studies, award winning works and pieces produced for the professors' contests.

In 1975, the Escola de Belas Artes was transferred to the Cidade Universitária (the University City), at Fundão Island, in the Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (the School of Architecture and Urbanism – FAU). At the time, through the museological vision of Professor Almir Paredes Cunha, the idea of creating a museum with the collection was suggested. With this, the D. João VI Museum was inaugurated in 1979, located for years on the second floor and remaining there until 2008, when it went through a revitalization process.

The project was divided into three stages: the first one was the expansion of its digital database, promoting the availability of its collection in its virtual site, which was divided itself into two phases. The first aimed to increase the pre-existing database, between 1995 and 1999, within the project of 180 years of the Escola de Belas Artes: 1816/1996. Therefore, the goal of the new project was to extend the work done before, and to make the collection available online, where it could be constantly updated. The project lasted two years, between 2005 and 2007, and, as a result, it produced a virtual catalog, available at www.museu.eba.ufrj.br, which contains a database of its archives and museological collection and contents with various information on the origin of the museum and its location. The second phase was carried out between 2010 and 2011, when the archival collection was digitized, totaling 28,300 pages, which is also available for consultation on the museum's virtual page.

The second stage consisted on the conservation of the collection, which was also divided into two phases. The first was the sanitizing/conservation of the entire museum collection. The second phase was the restoration of the paintings collection, in which 339 canvases were restored, freeing them from biological hazard, recovering them from tears and losses.

The third and last stage was more important and directly related to this work, that is, the modernization of the technical reserve.¹¹ Initially, the project only provided for the modernization of space, as they needed to deal with the infiltrations through the museum's ceiling. The museum was enclosed, without any outside areas, and it had a roof made of concrete and acrylic domes that, over time, were deteriorating, compromising the coverage and lighting of the space.

Before the project financed by Petrobras, several other projects were proposed, but all of them at very high, prohibitive costs. In addition, the museum was closed for a long time, allowing only the entrance of researchers. The solution found was a change of space. After a lot of debate, consulting and research, it was decided to move the museum to the seventh floor of the same building, where there was a more ventilated and safe place for the collection, although smaller that would require a new way of exposing and storing, which led the museum to create a curatorial idea of a technical reserve open for visitation.

Thus, throughout 2006 and 2007, as the collection was sanitized and went through the processes of conservation and restoration, the pieces were packed and identified for moving. The project of the exchange of spaces included the purchase of painting racks, map storage units and equipment to control and monitor the temperature.

Throughout several meetings, the proposal of the dean, Professor Aluísio Teixeira, was accepted, so that the museum would give its place on the second floor to three libraries: EBA, FAU and IPPUR (Institute of Research and Urban and Regional Planning of U.F.R.J). These libraries began to work together becoming an Integrated Library, which could have more employees and equipment. The museum, on the other hand, would move into the seventh floor, taking the old place of EBA's Library, where it stayed next to the files and the Biblioteca de Obras Raras (EBA's Library of Rare Works), which, by consensus, remained where they were.

That way, the Museu D. João VI, became a complex which included the museum/archives, the Biblioteca de Obras Raras, plus the Escola de Belas Artes, all together in the same space, facilitating their conservation and security.

An analysis of the Museu Histórico Nacional

The construction of the large windows and the Pátio Gustavo Barroso did not produce the desired effect. One of the first complaints of the technicians was the elevation of temperature, caused by the dryness of the patio in which the floor is made of clear color stones. Being a place of great incidence of sun all day long, part of this heat is reflected by the floor, increasing the temperature inside the reserve. In addition, during some parts of the day the sun hits the glass windows directly.

During heavy rain, the place tended to fill up with water, causing floods inside the reserve. These floods occurred frequently, since the reserve level was below street. During the raining season, when it coincided with the high tide, the sea would rise and overflow the museum's capacity to drain water, leading to more floods.

As a way to mitigate these negative effects, awnings were implanted throughout the side of the patio, helping to ease the damage caused by sun and rain. In addition, curtains were put in all the open windows, which would cover the spectators' view for most of the time. Only the glass door continues to offer a view of the reserve. Only on special night events, the curtains are lifted, allowing the visualization of the collection. Thus, the proposal of a visible technical reserve was lost.

Another problem is the lack of maintenance of the window filters which, since the implementation of the reserve, were never changed and already have lost their capacity to filter ultraviolet light. The flooding situation has been solved after the installation of pumps that drain the water out of the museum. Despite a few minor problems, its installation has minimized flood risks.

Finally, under certain aspects, the project did not completely meet its expectations, since the reserve is most of the time covered by the curtains due to the difficulties of controlling its environment.

Regarding the museology communication, there is no exhibition within the reserve. Visitations are usually monitored by the museologists, which present an overview of the technical activities performed inside the reserve. The visitor is allowed to walk through the hallways freely and view the collection, which is not kept in cabinets, and includes the armory, busts, vases and other types of collection available.

Since the project did not advance, in order to visit the space, it is required to schedule a technical visit to have a guided tour. There is not a routine tour; the technician in charge of guiding goes on, narrating peculiar details regarding the pieces and the history of the museum and, according to security protocol, the visitor is allowed to look at the works around him and the cabinets showed by their guide.

An analysis of the Museu Dom João VI

As we have seen, over the years, the structure of the second floor did not allow the museum to shelter its exhibition and collection properly and even the visitors could not enjoy the circuit. The space was dark and suffered from recurring infiltrations, which were extremely damaging to the collection, since damp environments turn out to be conducive to biological attacks and infestations.

The turning point in the history of the museum was moving to the seventh floor. This exchange was decisive for a structural change in the museum, which effectively took on a new mission, that is, emphasizing its function and natural vocation as a university museum.

The pieces were organized in a way that practically all the collection is possible to be visualized. The museum does not have labels or texts, however, if requested, the visitor can make use of the catalog or the virtual system to find the information on the pieces. Because it is a technical reserve, the visitation is limited to up to twelve people, so that there is no great variation in the relative humidity and heat control. The visit of researchers or groups must be scheduled in advance, by email or the telephone.

The new museum has well-lit areas with natural light and much of its side is covered by transparent, closed windows that help to control infestations, but can cause chemical reactions and deteriorate the collection. According to museum employees, the windows have filters for the sunrays, and flat light shaded curtains have been installed. The painting racks that are on the sides, parallel to the windows, also have the same curtain.

The big cabinets have glass doors, so it is possible to see through them without compromising the piece's integrity, protecting them from dust and mechanical shocks.

In general, the quality of the conservation control of the collection has greatly increased with the new positioning of the pieces. There is concern about sanitizing and controlling the environment. The only precautions the museum has yet to take is to regularly exchange the window filters, which employees inform that has not yet been changed, and, if possible, the exchange of curtains for others made of a neutral material to avoid the release of toxic gases that could react with the paints causing their degradation.

Final considerations

There are numerous challenges museums have to deal with throughout their story. In the case of the Museu Dom João VI, for example, it had its space reduced but

had in exchange a more stable environment for its collection. The Museu Histórico, on the other hand, seeks to modernize its environment and at the same time maximize its exposure to visitors.

The technical reserve at the MHN had a flawed architectural design, which shows a lack of appreciation for the technical staff dealing with the Reserve's daily demands. Overestimation of the importance of communication interests led to hasty decisions, which incurred into environmental issues such as the indoors temperature increase and the excessive exposure to direct sunlight, thus leading to new challenges to be overcome.

After installing film filters and blinds on the windows, the central idea of the project lost its meaning, which was to offer the visitors an inside view of the reserve.

The educational activities and the guided tours inside the reserve proved to be an excellent work with the public, especially regarding people with partial or total visual loss. Groups learn concepts of preventive conservation and adequate storing, how the reserve works, how the collection is distributed and how the items are properly relocated in it.

The Museu Dom João VI knew how to overcome its space limitations when it assumed its mission as a university museum for students, researchers and scholars; so, its transition into a museum/reserve open for visitation can be considered successful and fulfills its initial idea.

The transition to a new area was made by a multidisciplinary team and in spite of space the loss of it was well implemented. Previously, the sectors were afraid to make donations because of the infiltrations and now they donate frankly. In addition, the optimization and rationalization of the new space, as well as its organization according to aesthetic criteria, had positive repercussions on the public, which, according to museologist Sonia Gomes, have received with great acceptance the new design of the museum.

Even with a team, there are still technical difficulties, whether due to political and administrative issues, such as the need to install blinds that reach the desired quality, or because of the constant strikes that lead to a decrease in the flow of visitors.

Perhaps the solution to issues involving exposing, preserving, storing and safeguarding lies in the open dialogue between professionals from the areas of communication and preservation-conservation. A dialogue that allows a balanced consensus on the selection of what to show in the exhibitions and what to explore in visits to technical reserves. This consensus can be reached by equally balancing

all of the museum functions, that is, preserving collections, while at the same time fulfilling the mission of reaching the public in terms of Communication and Education.

The success of the museum in its dialogue with the public may lie in the balance of this equation. However, both the Museu Histórico Nacional and the Museu D. João VI reflect ineffective efforts in this quest for museum/collection/public interactions.

Notes

1 FRONER, Yacy-Ara. 1966 – *reserva técnica*. Belo horizonte: UFMG, 2008. 24 p. il.; 30 cm. (Tópicos em conservação preventiva, 8).

2 FRONER, Yacy-Ara (Org.). *Cadernos de Ciência & Conservação - Teoria e Contexto*, Belo Horizonte, v. 1, nº 1, 2014.

3 FRONER, Yacy-Ara. 1966 – *reserva técnica*. Belo horizonte: UFMG, 2008, p. 10.

4 JAOU, M. “¿Para qué sirven las reservas de los museos?”. In: *Museum Internacional*, v. 47, nº 4. Paris, UNESCO, 1995, p. 5.

5 MUSEU IMPERIAL. “O Museu que não se Vê”. 2010-2015. Available at: <<http://www.bdt.fat.org.br/acaro/sp/>>. Visited on: November 11th, 2016.

6 MIRABILE, Antonio. “A Reserva Técnica Também é Museu”. In: *Boletim Eletrônico da ABRACOR* – nº 1. Jun. 2010.

7 SLATER, Dennis. “Las Reservas Depósitos abiertos al público: un experimento del Museo”. In: *Museum Internacional*. Paris, UNESCO, v. 47, nº 4, p. 13-17, 1995.

8 Idem.

9 MAGALHÃES, Aline Montenegro, et. al. *Museu Histórico Nacional: 90 anos de histórias*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2013.

10 PEREIRA, Sonia Gomes. *O novo Museu D. João VI*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. 56 p.

11 MALTA, Marize. “Projeto Museográfico do Museu D. João VI e a questão da reserva técnica exibida” In: *O Ensino artístico, a História da Arte e o Museu D. João VI*. Rio de Janeiro: EBA, 2010.

Este volume dos *Anais do Museu Histórico Nacional*, de número 48, foi impresso em Brasília, em maio de 2017, 517^a-ano do Descobrimento do Brasil, 195^a da Independência, 128^a da Proclamação da República, 95^a da criação do Museu Histórico Nacional e 77^a do lançamento do volume 1 dos *Anais*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Paulo Knauss - Ibram/MHN

MEMBROS

Afonso Carlos Marques dos Santos – UFRJ (in memoriam)

Carlos Ziler Camenietzki – UFRJ

Denise Portugal Lasmar – Museu do Índio

Guilherme Paulo Pereira das Neves – UFF

Lorelay Brilhante Kury – UERJ/IOC Fiocruz

Manoel Luiz Salgado Lima Guimarães – UFRJ/UERJ (in memoriam)

Margarida de Souza Neves – PUC-RJ

Maria Beatriz Borba Florenzano – USP

Maria de Lourdes Parreiras Horta

Roberto Conduru – UERJ

Ulpiano T. B. de Meneses – USP

MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL



MINISTÉRIO DA
CULTURA

